

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais**

**Carolina Dantas Nogueira**

**DEMOCRATIZANDO UM IMPÉRIO:**  
**A Tentativa de Reorientação Política da Terra do Sol Nascente**

**Belo Horizonte**

**2016**

**Carolina Dantas Nogueira**

**DEMOCRATIZANDO UM IMPÉRIO:  
A Tentativa de Reorientação Política da Terra do Sol Nascente**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes

Área de Concentração: Política Internacional

**Belo Horizonte**

**2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

N778d Nogueira, Carolina Dantas Nogueira  
Democratizando um império: a tentativa de reorientação política da Terra do Sol Nascente / Carolina Dantas Nogueira. Belo Horizonte, 2016.  
152 f. : il.

Orientador: Cristiano Garcia Mendes  
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

1. Política internacional. 2. Segurança nacional. 3. Guerra Fria. 4. Japão - Relações internacionais. 5. Estados Unidos - Relações internacionais. 6. Construtivismo (Filosofia). I. Mendes, Cristiano Garcia. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 327.56(520)



**“DEMOCRATIZANDO UM IMPÉRIO: A Tentativa de Reorientação Política da Terra  
do Sol Nascente”**

**Carolina Dantas Nogueira**

Tese de Doutorado submetida à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais.

Aprovada em Belo Horizonte, 21 de Outubro de 2016.

Por:

---

Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes - Orientador

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais (PUC MINAS)

---

Prof. Dr. Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa – Examinador

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais (PUC MINAS)

---

Prof. Dr. Otávio Soares Dulci - Examinador

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais (PUC MINAS)

---

Prof. Dr. Dawisson Elvécio Belém Lopes - Examinador

Programa de Pós-graduação em Ciência Política (UFMG)

---

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes - Examinador

Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (UFU)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos da PUC Minas que possibilitaram este trabalho, em especial ao meu orientador, Professor Cristiano Garcia Mendes pela paciência, amizade e constante auxílio acadêmico, sem o qual eu não teria concluído este trabalho. A todo o corpo docente que tanto contribuiu para a minha formação e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais por toda assistência. Aos meus colegas de classe, Rita Louback e Carlos Resin, pelos diálogos teóricos e debates metodológicos recorrentes em nossas aulas, que tanto contribuíram para a minha formação como pesquisadora.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) que através do acordo de cotas com a PUC me concedeu um auxílio financeiro mensal para doutoramento, que me possibilitou a dedicação exclusiva aos estudos. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), por me conceder a Bolsa de Estágio de Doutorando no Exterior, fundamental para a realização da pesquisa de campo e documental, indispensável a este trabalho, realizada no Japão no período de março de 2014 a fevereiro de 2015.

大島家にありがとうと伝えたいです。初めて日本に来てからいつも私をサポートし、色々な事をを教えてくださいました。大変お世話になり本当に感謝しております。私の心は日本人です。苗字は大島です。加奈代も本当にありがとうね。私の本当の姉妹になりました。皆様は永遠に私の心の中にいます。京都で出会った方々にも大変感謝しております。同志社大学大学院グローバル・スタディーズ研究科の皆様にも大変ありがとうと言いたいです。皆様のおかげで大学院で学ぶことが出来ました。そして研究室の方にも様々な面でサポートいただき、本当に嬉しかったです。和田昌也さん、米川アンジュさん、そしてゼミの皆様、本当にありがとう。いつも研究室でいろんなお話が出来て、とても勉強になりました。皆さんは私にとって永遠の友達です。これからもどうぞよろしくお願いします。

To Professor Gavin James Campbell, thank you for accepting me as your student, for your patience and for our long talks about my research theme and collected material. Thank you for opening the doors I needed helping me grow as a person and as a researcher. To my classmates, 地村みゆき, 永富真梨, 池端千賀子 and 金拓, thank you for the high level discussions and seminars, for becoming my friends, and also for teaching me how to be more objective and professional in my academic writing and presentations. To Irina, you are an angel in my life, Thank you.

A todos os meus amigos e amigas, vizinhos e familiares que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu sucesso, cada um de um jeito especial, saibam que fizeram a diferença para o sucesso deste meu momento. Agradeço a Deus por ser esta lista grande, e peço licença para não citar todos nominalmente. À turma do colégio, amigas que acompanharam meu amadurecimento pessoal e me amparavam sempre em nossos vários encontros desabafos. Aos amigos e amigas do mestrado, eternos colegas de sala, seminários e discussões acadêmicas, agradeço toda a torcida, a amizade e o carinho constante. “O que te inquieta” foi o meu lema ao buscar meu tema e encarar os desafios da pesquisa!

Ao Arthur Mendes, irmão do coração e companheiro de aventuras, e à Carolina Cerezo, alma enviada por Deus para me amparar e aconselhar nos desafios, rindo de minhas loucuras e ouvindo meus longos monólogos sobre o Japão, obrigada por me permitir chamá-los de meus amigos. Ao meu irmão Guilherme Nogueira e à minha cunhada Ariane Rodrigues, pelos diálogos edificantes, pelo carinho e companheirismo eternos. E de todo o meu coração eu agradeço aos meus pais, Nilo Sérgio e Maria Luiza, que acreditaram em minha capacidade, me apoiaram constante e incondicionalmente e que nunca duvidaram de minha vitória.

本当に感謝しております

Muito Obrigada

“Nós já produzimos a Nação das Oito Grandes Ilhas; suas montanhas e rios, gramas e árvores. Porque não deveríamos criar alguém para governar este Império?”

Deuses Izanagi e Izanami

*The Nihon Shoki*

## RESUMO

Esta tese conclui um estudo sobre o comportamento político do Japão no cenário internacional que afirma que este será melhor compreendido à luz de seus entendimentos políticos domésticos. O objetivo principal foi compreender o papel de elementos da formação discursiva doméstica no relacionamento internacional de atores estatais, através do estudo de caso da relação Japão – Estados Unidos da América durante o período da ocupação, primeira fase (1945-1948). A problemática desta tese perpassa a compreensão da dinâmica política doméstica japonesa consolidada em séculos e as implicações desta para seu comportamento político internacional. Realizou-se, primeiramente, um estudo histórico das quatro grandes estruturas políticas oficiais do Japão, a saber, as três consolidadas constitucionalmente, além da estrutura de transição da ocupação. Esse recuo histórico justifica-se para identificar elementos de continuidade e mudança nestas estruturas que conferem sentido ao comportamento político japonês e contextualizam a interpretação japonesa sobre a ocupação evidenciada documentalmente. Assim, verificou-se a evolução e a consolidação histórica da cultura sócio-política japonesa, do processo de tomada de decisão hierarquizado e rigidamente definido, centrado no Imperador, em um primeiro momento, as modificações ocorridas durante a reorientação política na ocupação, em um segundo momento, e as consequências interpretativas e práticas deste processo para a estrutura política japonesa pós-ocupação. O estudo mostrou que a interpretação estadunidense sobre a rendição e seus desdobramentos foi diferente da interpretação japonesa, em que esta entendia o processo como capitulação e não como rendição incondicional. Este entendimento mostrou-se essencial para a compreensão do comportamento japonês durante e após a ocupação estadunidense.

**Palavras-chave:** Política Internacional. Análise de Discurso. Japão. Reorientação Política. Segunda Grande Guerra. Ocupação Estadunidense. Construtivismo.

## ABSTRACT

This Dissertation concludes a study of the Japan's political behavior on the international system highlighting that this behavior can be better understood by including the domestic understandings of the State actor. The main goal was to comprehend the role of domestic discourse formation on the international relationship of State actors, through the case study of the relationship between Japan and the United States during the occupation period, first phase (1945-1948). The main issue answered by this Dissertation encompasses the comprehension of the Japanese domestic dynamic developed throughout the centuries and the implications of this dynamic to its international political behavior. First, a historical study of the four main Japanese political structures was conducted, that is, the three constitutional structures and the one of the occupation period. This historical process-tracing is justified in order to identify elements of continuity and change concerning the political structures that give meaning to the Japanese political behavior and give context to its interpretation about the occupation traced in the documents. Thus, the evolution and historical consolidation of the Japanese socio-political culture was verified; the rigidly defined and very hierarchical Japanese process of decision making, centered on the Emperor was traced; the changes that occurred during the political reorientation of the occupation were also traced; and the interpretative and practical consequences of this process for the post-occupation Japanese political structure were identified. The study showed that the US interpretation of the surrender, and its consequences, was different from the Japanese interpretation, in the sense that the Japanese interpretation was of a capitulation process rather than an unconditional surrender. This clarification proved to be essential to the understanding of Japanese behavior during the occupation and also after it.

**Key-words:** International Politics. Japan. Discourse Analysis. Second World War. Allied Forces Occupation. Constructivism. Political Reorientation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1	Grandes Debates Teóricos em Relações Internacionais.....	21
IMAGEM 2	Regras e Práticas de Onuf (1998).....	37
IMAGEM 3	Concepção Tridimensional do Discurso.....	47
IMAGEM 4	Desenho de Pesquisa da Análise de Discurso.....	48
IMAGEM 5	Desenho Metodológico da Tese.....	50
IMAGEM 6	Mapa Político Oficial do Japão.....	53
IMAGEM 7	Amaterasu.....	55
IMAGEM 8	Susano-Wo.....	55
IMAGEM 9	A Bandeira do Japão: Hinomaru.....	57
IMAGEM 10	Estrutura Governamental Japonesa na Prática.....	64
IMAGEM 11	Mapa Feudal do Japão até a Batalha de Sekigahara.....	67
IMAGEM 12	Estrutura Governamental durante o Bakufu.....	68
IMAGEM 13	Promulgação da Constituição do Império do Japão.....	72
IMAGEM 14	O Japão antes da Rendição.....	75
IMAGEM 15	A Política Japonesa antes de 1945.....	80
IMAGEM 16	A Expansão do Dai Nippon Teikoku: 1870-1942.....	82
IMAGEM 17	Estrutura Geral da Ocupação.....	87
IMAGEM 18	Funcionamento da Ocupação.....	89
IMAGEM 19	Estrutura Oficial do GHQ.....	89
IMAGEM 20	Promulgação da Constituição do Japão pelo Imperador Hirohito na Dieta Nacional.....	90
IMAGEM 21	O Estado Japonês com a Constituição do Japão.....	92
IMAGEM 22	O Japão após a Reorientação Política.....	95
IMAGEM 23	Direito Democrático.....	95
IMAGEM 24	Proteção Constitucional.....	95
IMAGEM 25	五箇条の御誓文 Carta dos Cinco Juramentos.....	98
IMAGEM 26	O Nascimento da Democracia.....	130
IMAGEM 27	Fotografia Oficial MacArthur e Hirohito.....	130
IMAGEM 28	Interpretação Estadunidense X Interpretação Japonesa.....	136

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD	Análise Automática do Discurso
ACJ	<i>Allied Council for Japan</i> / Conselho dos Aliados
AD	Análise de Discurso
AD-2	Análise de Discurso Fase 2 / Construtivista
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIE	Setor Civil e Educacional do GHQ
CLO	<i>Central Liaison Office</i> / Escritório Central de Ligação
EUA	Estados Unidos da América
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FD	Formação Discursiva
FDs	Formações Discursivas
FEC	<i>Far Eastern Commission</i> / Comissão para o Extremo Oriente
GHQ	<i>General Headquarters</i> / Quartel General da Ocupação
GHQ/AFPAC	Quartel General das Forças Armadas dos EUA no Pacífico
GHQ/GS	Setor Governamental do Quartel General da Ocupação
JCS	<i>Joint Chiefs of Staff</i> / Conselheiros Militares dos EUA
NDL	Biblioteca do Parlamento Japonês – Dieta Nacional
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
RI	Relações Internacionais
SCAP	Supremo Comandante das Forças Aliadas
SCAPIN	Memorando / <i>SCAP Instruction Note</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## GLOSSÁRIO

Akitsumikami (現御神)	Manifestação Divina / Encarnação de Deus
Ama-no-Oshiho-mimi (天忍穂耳尊)	Filho de Amaterasu, pai de Ninigi-no-Mikoto
Amaterasu (天照)	A Grande Divindade que ilumina o Céu / Deusa Sol
Arahitōami (現人神)	Deus Vivo
Bakufu (幕府)	Governo de Tenda
Bummei Kaika (文明開化)	Civilização e Iluminação
Bushidō (武士道)	Código de conduta samurai / O Caminho do Guerreiro
Calendário Nengō (年号)	Calendário Oficial Japonês
Código Taihō (大宝律令)	Código Civil implementado com a Reforma Taika
Constituição do Império (大日本帝國憲法)	Segunda Constituição Oficial do Japão
Constituição do Japão (日本国憲法)	Constituição em vigor no Japão (terceira oficial)
Constituição dos 17 Artigos (十七条憲法)	Primeira Constituição Oficial do Japão
Dai Nippon Teikoku (大日本帝国)	Grande Japão Imperial / Grande Império do Leste
Daimyō (大名)	Lordes Feudais
Doshisha University (同志社大学)	Universidade Doshisha
Edo Bakufu (江戸幕府)	Último Governo de Tenda do Japão
Era Asuka (飛鳥時代)	Período de Tempo de 593 a 710
Era Edo (江戸時代)	Período de Tempo de 1603 a 1868
Era Heian (平安時代)	Período de Tempo de 794 a 1185
Era Heisei (平成時代)	Período de Tempo de 1989 a ATUAL
Era Kamakura (鎌倉時代)	Período de Tempo de 1192 a 1333
Era Meiji (明治時代)	Período de Tempo de 1868 a 1912
Era Nara (奈良時代)	Período de Tempo de 710 a 794
Era Yayoi (弥生時代)	Período de Tempo de 300bc a 250dc
Fukoku Kyōhei (富国強兵)	Enriqueça o País e Fortaleça os Militares
Genro (元老)	Conselho dos Anciãos / <i>Elder Statemen</i>
Gokajō no Goseimom (五箇条の御誓文)	Carta dos Cinco Juramentos
Gozen Kaigi (御前会議)	Conferência Imperial
Guerra Boshin (戊辰戦争)	Conflito que rompeu com o Sistema Bakufu
Gyokuon-hōsō (玉音放送)	Transmissão da Voz Preciosa
Hakodate (函館戦争)	Local da Batalha final da Guerra Boshin
Han (藩)	Domínio de Clãs de famílias poderosas
Han Fujiwara (藩藤原)	Domínio do Clã da Família Fujiwara
Han Izumo (藩出雲)	Domínio do Clã da Família Izumo
Han Soga (藩蘇我)	Domínio do Clã da Família Soga
Han Tokugawa (藩徳川)	Domínio do Clã da Família Tokugawa
Han Yamato (藩大和)	Domínio do Clã da Família Yamato
Hinomaru (日の丸)	Círculo do Sol, Bandeira Oficial do Japão
Hirohito (裕仁)	Designação do Imperador Showa quando de seu nascimento
Hokkaido (北海道)	Ilha do Extremo Norte do Arquipélago
Honshu (本州)	Ilha Principal do Japão
Hōryū-ji (法隆寺)	Famoso Templo localizado na cidade de Nara
Ilhas Ryukyu (琉球王国)	Localização geográfica da Província de Okinawa (沖縄)
Imperador Akihito (平成天皇)	Imperador Heisei, filho de Hirohito (Showa)
Imperador Kōmei (孝明天皇)	Imperador de 1863 descontente com o Shogun Tokugawa
Imperador Kōtoku (孝徳天皇)	Imperador que assumiu em 645, pai do Príncipe Nakano Ōe
Imperador Meiji (明治天皇)	Pai de Hirohito, Imperador Pai e General de Todos
Imperador Showa (昭和天皇)	Imperador com o reinado mais longo, Hirohito
Imperador Tenji (天智天皇)	Título do Príncipe Nakano Ōe ao assumir o trono em 661
Imperatriz Himiko (卑弥呼)	Lendária Imperatriz do <i>Han Yamato</i>
Izanagi (伊弉諾)	Deus da criação, pai de Amaterasu
Izanami (伊弉冉尊)	Deusa da criação, mãe de Amaterasu
Jimmu Tennō (神武天皇)	Imperador Iwarebiko, Primeiro Imperador da Dinastia Yamato
Jishin (地震)	Terremotos
Joei Shikimoku (貞永式目)	Formulário de Adjudicações
Jushin (重臣)	Conselho de Sêniores / <i>Senior Statemen</i>

Kana (かな)	Sistema simplificado de escrita, adaptação do alfabeto <i>Kan</i>
Kanji (漢字)	Alfabeto adotado na China e posteriormente no Japão
Katamari Fujiwara (藤原鎌足)	Samurai Daimyo do Han Fujiwara nomeado Shogun
katana (刀)	Espada Samurai, técnica japonesa específica
Kenpo (憲法)	Constituição
Kikkamonsyō (菊花紋章)	Emblema Imperial do Crisântemo
Kinjō Tennō (今上天皇)	Imperador Reinante
Kōfuku Bunsho (降伏文書)	Instrumento de Rendição / <i>Instrument of Surrender</i>
Kusanagi (草薙)	Espada Lendária de Susano-Wo
Kyoto (京都)	Segunda Capital Oficial do Japão
Kyoto University (京都大学)	Universidade de Kyoto
Kyushu (九種)	Ilha do oeste onde fica a cidade de Nagasaki
Livro Kojiki (古事記)	Livro compilado em 712 – Registros de Assuntos Antigos
Livro Nihon Shoki (日本書紀)	Livro compilado em 720 – Crônicas do Japão
Nagasaki (長崎)	Cidade portuária, local da queda da segunda bomba atômica
Naidaijin (内大臣)	Guardião do Carimbo Imperial ( <i>Inner Minister / Lord Keeper</i> )
Nara (奈良)	Primeira Capital Oficial do Japão
Nihon / Nippon (日本)	Japão / significa Terra (Origem) do Sol Nascente
Ningen Sengen (人間宣言)	Declaração de Humanidade do Imperador Showa
Ninigi-no-Mikoto (瓊瓊杵尊)	Neto de Amaterasu, Primeiro Soberano do Arquipélago
Ōkuninushi (大国主)	Nome do Genro de Susano-Wo
Onsen (温泉)	Fontes Termais, naturais e artificiais
Príncipe Nakano Ōe (中大兄皇子)	Herdeiro do Imperador Kōtoku
Príncipe Shōtoku (聖徳太子)	Regente da Imperatriz Suiko, autor da Primeira Constituição
Reino Yamatai (邪馬台国)	Nome do local controlado pelo <i>Han Yamato</i>
Ronin (浪人)	Samurai sem Daimyō / párias da casta samurai
Samurai (侍)	Guerreiro, aquele que serve
Sect Shinto	Religião Shintoísta separada do Estado
Seii Taishogun (征夷大將軍)	Grande General Apaziguador dos Bárbaros
Sekigahara (関ヶ原の戦い)	Nome da cidade e da batalha ali travada
Shikoku (四国)	Quarta maior ilha japonesa
Shogun (將軍)	Lorde Militar, cargo nomeado pelo Imperador
Sonnō Joi (尊皇攘夷)	Reverência ao Imperador, expulsão dos bárbaros
State Shinto	Estado Shintoísta (Japão até a Era Edo)
Susano-Wo (須佐之男命)	Deus dos Mares e das Tempestades
Taika no Kaishin (大化)	Grande Reforma Taika
Taiko (太鼓)	Prática Artística, Arte de tocar Tambor
Tennō (天皇)	Soberano, Divindade Reinante
Tennōgyoji (天皇御璽)	Carimbo Oficial / Carimbo Imperial
Toba-Fushimi (鳥羽・伏見)	Local da Batalha inicial da Guerra Boshin
Tokugawa (徳川氏)	Clã da Família Tokugawa
Tokyo (東京)	Distrito Administrativo / Terceira e atual Capital do Japão
Tsukuyomi (月読尊)	Deus da Noite e da Lua
Tsunami (津波)	Maremotos
Uzume (天宇受売命)	Deusa do Entretenimento
Yamanashi (山梨県)	Província do Monte Fuji (富士様), vizinha à Tokyo
Yasakani (八尺瓊勾玉)	Lendário colar de Pérolas de Amaterasu
Yasukuni Jinja (靖国神社)	Templo shintoístas para rituais aos soldados
Yata (八咫鏡)	Lendário Espelho da Deusa do Entretenimento
Yoritomo Minamoto (頼朝源)	Samurai Yoritomo, do Clã Minamoto
Zaibatsu (財閥)	Conglomerados Econômicos controlados por Clãs

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	TEORIA E PRÁTICA: O CONSTRUTIVISMO E A ANÁLISE DE DISCURSO.....	19
2.1	O Positivismo em Relações Internacionais: um panorama.....	21
2.2	Para além do Positivismo: pensando as Relações.....	24
2.3	A Agenda Construtivista em Relações Internacionais.....	27
2.3.1	<i>O Papel das Percepções e das Identidades.....</i>	31
2.3.2	<i>Um Sistema em Constante Transformação.....</i>	35
2.4	A Análise de Discurso.....	40
2.5	A Análise de Discurso Construtivista.....	44
2.6	Entendendo a Reorientação Política.....	47
3	DEUSES E HOMENS: O JAPÃO ONTEM E HOJE.....	52
3.1	<i>Behind the Curtains: o Arquipélago e sua Origem Mitológica.....</i>	52
3.1.1	<i>A Deusa Amaterasu e a origem da Família Imperial.....</i>	54
3.1.2	<i>O Reino Yamatai e o Primeiro Texto Legal.....</i>	57
3.2	A Dança dos Reinos: a Reforma <i>Taika</i> e o Sistema <i>Bakufu</i> .....	62
3.2.1	<i>Primeira Organização Política Oficial.....</i>	66
3.2.2	<i>Encontrando o Ocidente: a Restauração Meiji.....</i>	69
3.3	<i>Dai Nippon Teikoku: a Grande Potência do Leste.....</i>	73
3.3.1	<i>Segunda Organização Política Oficial.....</i>	74
3.3.2	<i>Da Vitória à Derrota: a Campanha Militar Japonesa.....</i>	81
3.4	A Ocupação Estadunidense: Definindo Rumos.....	83
3.4.1	<i>GHQ: Estrutura Política de Transição.....</i>	84
3.5	A Reorientação Política.....	89
3.5.1	<i>Terceira Organização Política Oficial.....</i>	91

<b>4</b>	<b>HOMENS E DEUSES: A FORÇA DE UM MITO.....</b>	<b>96</b>
<b>4.1</b>	<b>História Documentada: a interpretação estadunidense.....</b>	<b>99</b>
<b>4.1.1</b>	<b><i>Setting the stage: os documentos básicos.....</i></b>	<b>102</b>
<b>4.1.2</b>	<b><i>Como democratizar um Império: a atuação do GHQ.....</i></b>	<b>108</b>
<b>4.1.3</b>	<b><i>O problema do Imperador: a solução do GHQ.....</i></b>	<b>117</b>
<b>4.2</b>	<b>História Documentada: a interpretação japonesa.....</b>	<b>123</b>
<b>4.2.1</b>	<b><i>Rendição ou Capitulação? A Resposta está no Nome.....</i></b>	<b>126</b>
<b>4.2.2</b>	<b><i>Impasses: recorrendo ao Imperador.....</i></b>	<b>130</b>
<b>4.3</b>	<b>A Política Japonesa pós 1945: novos rumos?.....</b>	<b>134</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>143</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Japão é fascinante. Pequeno geograficamente, este arquipélago é gigantesco em tradições milenares, rituais, palavras e gestos. Independente da área analisada, sempre nos surpreende enquanto pesquisadores e seres humanos. Para os estudos em política internacional, especificamente, o período da ocupação (1945-1952) é considerado um marco modificador de seu comportamento decisório de políticas militaristas anteriores à Segunda Grande Guerra (1939-1945) para antimilitaristas pós-ocupação. Esta constatação analítica e o contexto normativo condizente com tal comportamento foi o tema proposto, identificado e descrito durante a pesquisa de mestrado<sup>1</sup>, todavia, os processos sociais, políticos e/ou culturais que desencadearam esta mudança não foram contemplados no trabalho, e, portanto, para o doutorado, optou-se por um aprofundamento neste tema.

Destaca-se o interesse pessoal pelo Japão fruto de uma experiência de intercâmbio, em Tokyo, através do Programa de Intercâmbio de Longa Duração do Rotary Clube, com a duração de um ano (1999-2000), que despertou a minha vontade de saber mais sobre esta cultura milenar. Em seguida, tive a oportunidade de participar de um estágio técnico de oito meses (2006-2007) no *Yamanashi Prefectural Institute of Gemology and Jewelry Art*<sup>2</sup>, instituição de ensino e pesquisa, através do Programa de Aperfeiçoamento *Yamanashi Overseas Trainee Program* através do Acordo de Cooperação Estados Irmãos<sup>3</sup> Minas Gerais – Yamanashi (山梨県), que ampliou meus horizontes linguísticos e meu interesse pela pesquisa acadêmica com o tema Japão. Outro fator incentivador de meus estudos sobre o Japão é a imensa quantidade de informações, tanto através da publicação de documentos, impressos e *online*, quanto da historiografia e cronologia do arquipélago, livros e artigos, disponíveis para pesquisas acadêmicas. O

---

<sup>1</sup> Durante o Mestrado, a proposta da dissertação foi identificar elementos da arena doméstica e da ordem internacional que impactaram na cultura de segurança nacional do Japão. Constatou-se que a cultura política doméstica de um Estado não pode ser desconsiderada nas análises em política internacional. No caso japonês, foi possível visualizar o debate doméstico subjacente às suas ações no cenário internacional, bem como os constrangimentos externos a que foi exposto durante a Guerra Fria (1947-1991). Concluiu-se que o período da ocupação estadunidense foi um marco modificador do comportamento japonês, de militar para antimilitar. Entretanto, ainda que o contexto normativo para as questões em segurança ao longo da Guerra Fria tenha sido identificado, os processos sociais, políticos e/ou culturais que desencadearam esta mudança não foram o foco da pesquisa. Para acesso ao texto completo da Dissertação de Mestrado consulte o Banco de Teses e Dissertações da PUC Minas em: <[http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg\\_ConstItem.html](http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html)>.

<sup>2</sup> Página do Instituto: <<http://www.pref.yamanashi.jp/houseki/jewelry/index.html>>

<sup>3</sup> Página do Programa: <<http://www.pref.yamanashi.jp/portuguese/sistercity/index.html>>

conhecimento do idioma japonês foi e é fundamental para um maior acesso à documentações e informações originais disponíveis para consulta.

Uma leitura mais atenta, durante o doutorado, de autores como Benedict (1946), Ward (1966) e Berger (1998), mostrou que estes autores trabalham com a hipótese do trauma da derrota na Segunda Grande Guerra como ligação entre o traço cultural confucionista da honra e do dever, e o comportamento político antimilitar japonês. Além disso, autores como Morishima (1982), Mochizuki (1984) e Allinson (2004), destacam que o Japão atuava no sistema internacional até 1945, do mesmo modo hierárquico que entendia suas relações sociais; como um soberano que guiava a todos. Argumenta-se aqui, portanto, que desconsiderar a força da realidade tradicional, milenar e complexa do arquipélago é extremamente prejudicial às análises em política internacional que englobem o Japão.

Todavia, questiona-se aqui esta hipótese do trauma da derrota. Uma leitura inicial do Instrumento de Rendição<sup>4</sup>, de 02 de setembro de 1945, sugere que houve mais uma reafirmação do comprometimento do governo japonês com o Imperador do que um processo de derrota. Isto porque o documento trás textualmente diversos artigos que repetem os comandos do Imperador a serem cumpridos.

Questiona-se aqui, também, o pressuposto de que o traço cultural confucionista da honra e do dever orienta fortemente os entendimentos e processos decisórios japoneses. A existência do documento intitulado Declaração de Humanidade<sup>5</sup> e a importância atribuída<sup>6</sup> durante a ocupação a este documento para a democratização do Império, sugerem que os aspectos culturais shintoístas de obediência à Sua Majestade, a Divindade Reinante, eram predominantes nos entendimentos e processos decisórios japoneses e não os confucionistas.

Portanto, para o Doutorado, a pesquisa centrar-se-á na investigação dos processos sociais e políticos que impulsionaram a modificação comportamental japonesa identificada no mestrado. Isto porque, para além do descumprimento dos acordos em segurança firmados com os Estados Unidos da América (EUA) durante o período da ocupação estadunidense, que caracterizaram a problemática da pesquisa de Mestrado, a burocracia política japonesa já havia começado a descumprir as diretrizes da ocupação; a saber, a modificação da diretriz

---

<sup>4</sup> *Instrument of Surrender*. Texto completo: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c05.html>>.

<sup>5</sup> Texto oficial: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/shiryō/03/056/056tx.html>>.

<sup>6</sup> Referimo-nos à nota de MacArthur sobre a importância desse documento para o Japão. Estes documentos, contexto histórico, textos e importância serão apresentados e analisados em detalhes neste trabalho.

estadunidense de desmilitarização para remilitarização encontrou resistência doméstica, bem como outras reformas pretendidas, como, por exemplo, a educacional. Partindo do pressuposto de que o sistema político japonês, aprimorado ao longo de séculos de isolamento e guiado por mitos milenares, possui alto grau de hierarquização na figura do Imperador, a hipótese seguida neste trabalho foi, portanto, da existência de uma prática cultural de obediência<sup>7</sup> ao soberano, no caso ao Imperador, hierárquica e rigidamente definida.

A compreensão, pois, da dinâmica política doméstica japonesa consolidada em séculos de práticas e as implicações desse contexto histórico para o comportamento político nipônico doméstica e internacionalmente, caracteriza a problemática dessa tese, e, para tal, procurar-se-á identificar o papel de elementos domésticos no relacionamento internacional de atores estatais através do estudo de caso da relação Japão – EUA durante a ocupação.

Priorizar-se-ão os elementos históricos de forma comparada, notadamente no que se refere às estruturas políticas e sociais japonesas, que auxiliarem a verificação pretendida, utilizando como marco temporal a ocupação estadunidense. A partir deste mapeamento examinar-se-á a importância do Imperador no processo político japonês a partir do contexto histórico das Constituições (604, 1868 e 1947) com suas respectivas estruturas políticas oficiais, além das diretrizes da ocupação.

Em seguida, identificar-se-á pontos de convergência e divergência nas interpretações, estadunidense e japonesa, sobre os eventos da reorientação política durante a ocupação, bem como sobre a imposição de novo padrão político com a Constituição do Japão (1947), a saber, democrático. Embora uma abordagem exclusiva sobre os fatores sociais não possa ser considerada como suficiente nas análises em relações internacionais (HERZ, 1994), espera-se com este trabalho destacar a relevância da inclusão da temática da dimensão cultural nas análises em política internacional.

A metodologia selecionada para a realização deste trabalho foi, portanto, a pesquisa qualitativa em ciências sociais, com o uso do método de análise documental e bibliográfico, partindo de um referencial teórico construtivista mais

---

<sup>7</sup> Note-se que aqui nos referimos ao termo obediência no sentido de cumprimento de regras que foram hierarquicamente definidas. Não nos referimos ao termo com a conotação de submissão. No estudo da prática social japonesa é possível perceber a interação a partir de funções sociais, logo, o superior comanda e o inferior obedece, não por que seja submisso a isso, mas por que é sua função, seu dever para com a comunidade obedecer, para que o todo funcione. Isto fica claro com a leitura da Constituição dos Dezesete Artigos, artigo três, por exemplo, que será abordada ao longo do trabalho.

amplo, acrescido da metodologia de análise de discurso como categoria analítica. Assim, a pesquisa concentrou-se primeiramente em uma revisão bibliográfica do referencial teórico utilizado, delimitando parâmetros de análise e argumentação como suporte à pesquisa.

Em seguida, identificaram-se os elementos que permitiram observar o discurso oficial através do mapeamento de documentos e discussões, bem como do contexto histórico e social da época, com foco na estrutura política local. Para tanto, realizou-se uma caracterização histórica da centralização do poder na figura do Imperador desde sua oficialização em 604 até os dias de hoje. Os documentos oficiais importantes para a pesquisa encontram-se *online* e disponíveis nas páginas oficiais do governo japonês, sendo que o material completo encontra-se fisicamente disponível em microficha ou fichários na Biblioteca do Parlamento Japonês, em Tokyo (東京). Isto posto, a estrutura da tese baseia-se na seguinte organização: ferramental teórico, contextualização histórica e análise. Após este capítulo introdutório, o segundo capítulo delimitará os parâmetros teóricos de análise e argumentação em Relações Internacionais (RI). São discutidos em seções distintas: i) os conceitos das RI relevantes à pesquisa; ii) a agenda construtivista em RI; e, iii) a metodologia da Análise de Discurso (AD) e suas fases.

O segundo capítulo apresenta, portanto, a agenda da abordagem construtivista em RI que norteou a leitura dos documentos utilizados e a elaboração da linha histórica apresentada ao longo dos capítulos. Após a apresentação das características que definem o grupo de pensadores denominados construtivistas, seguiu-se a explanação da metodologia utilizada, a saber, a AD e suas fases. Em seguida, destacou-se a sua contribuição aos estudos em RI quando aliada ao construtivismo. Destacou-se, também, a relação da AD a este estudo.

O uso da dimensão cultural como ferramental analítico envolve uma pesquisa histórica teoricamente orientada que reconstrua os eventos que levaram a um determinado resultado comportamental. Realizou-se, portanto, um estudo histórico que destacou como os japoneses definiram, entendiam e exerciam a prática política no arquipélago, o grau de hierarquização sócio-político e as consequências históricas deste sistema. Esse retrospecto histórico foi necessário para identificar os elementos de continuidade e de mudança nas estruturas políticas oficiais do Japão ao longo do tempo, e, principalmente, as diferenças e semelhanças com a situação posterior ao período da ocupação estadunidense. O capítulo três, portanto,

apresenta uma caracterização histórica das estruturas políticas japonesas documentadas e oficializadas a partir das três Constituições, ampliando o contexto no qual a prática política japonesa foi compreendida e desenvolvida domesticamente, auxiliando na compreensão dos desafios ocorridos e ajustes realizados durante o período de transição mapeado da ocupação. Dividido em seções abarca: i) um breve panorama da origem mitológica do arquipélago e os desdobramentos deste processo cultural para a prática política local; ii) o encontro com o ocidente e as modificações advindas deste intercâmbio; e, iii) o período da ocupação estadunidense no arquipélago.

O quarto capítulo, analítico, apresenta as evidências empíricas analisadas em três momentos: i) a interpretação estadunidense sobre o processo da ocupação, particularmente sobre a reorientação política efetuada; ii) a interpretação japonesa sobre este processo; e, iii) suas consequências para a prática política do arquipélago pós ocupação. Por fim apresenta-se um quinto capítulo com as considerações finais sobre esta pesquisa de doutorado. Esta tese baseou-se enormemente nos documentos coletados em pesquisa de campo realizada no Japão, através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPEs) em 2014. Os locais pesquisados foram: a Biblioteca do Parlamento em Tokyo (NDL), o sistema de Bibliotecas da Doshisha University (同志社大学) e da Kyoto University (京都大学), além de pesquisas *online*.

A coleção digital destes documentos também está disponível em publicações do Congresso dos Estados Unidos e em coletâneas publicadas em formato digital. A coleção de documentos sobre o período da ocupação encontra-se fisicamente disponível no setor sobre a ocupação, no quarto andar do NDL. O número dos documentos básicos analisados relacionados à reorientação política foi de 250. O número de SCAPIN (Memorandos) consultados foi de 2204, todos disponíveis fisicamente em microficha ou coletâneas impressas no setor de coleções do NDL. Além desses documentos básicos, a pesquisa incluiu os relatórios do Setor Governamental do Quartel General da Ocupação (GHQ/GS), os relatórios do SCAP e os relatórios da Divisão Governamental do Oitavo Exército. Ao todo o material analisado totalizou cerca de 2500 páginas de relatórios e documentos impressos, além das referências *online*, indicadas em notas no decorrer do trabalho.

## 2 TEORIA E PRÁTICA: O CONSTRUTIVISMO E A ANÁLISE DE DISCURSO

O primeiro departamento de Relações Internacionais surgiu em 1919, em *Aberystwyth*, no País de Gales. Este departamento mostrou a preocupação normativa de se organizar uma disciplina em torno do estudo da questão da guerra, para que tal tragédia pudesse ser prevenida (WEAVER, 1997). Esta preocupação ainda é um dos grandes objetivos da disciplina, no entanto, o escopo e a complexidade da política mundial contemporânea demandam um entendimento mais amplo das questões internacionais.

É inegável que o estudo dessas relações é fundamental para compreendermos o mundo em que vivemos e, para tanto, os debates teóricos tornaram-se cada vez mais importantes. As teorias de RI possuem a finalidade de direcionar os analistas através de métodos e conceitos que lhes permitam compreender a natureza e o funcionamento dos eventos e fenômenos da política mundial. Esta discussão perpassa o amplo debate teórico das RI, desde as teorias consideradas racionalistas, entre estas e as abordagens construtivistas, chegando às pós-estruturalistas, no que se refere ao nível analítico e às categorias utilizadas nas pesquisas em Relações Internacionais.

A disciplina de Relações Internacionais convencionalmente conta sua história em termos de uma série de ‘grandes debates’: idealismo contra o realismo na década de 1940 é o primeiro; behaviorismo contra o tradicionalismo na década de 1960 é o segundo; e o debate interparadigmático de meados da década de 70 entre realismo, teoria da interdependência e neomarxismo é amplamente visto como o ‘terceiro debate’. Na década de 80 houve um amplo – e muitas vezes brutal – confronto entre o que Keohane [1988] rotulou de racionalistas e reflexivistas, e o que outros viram como a chegada às Relações Internacionais da filosofia continental, o pós-modernismo, ou as humanidades<sup>8</sup>. (WEAVER, 1997, p.8-9, tradução nossa)

Antes da guerra de 1914 eram poucos os interessados em conhecer ou entender os tratados celebrados entre as nações. Todavia, e sem provas suficientes, estes foram apontados como uma das causas da guerra e, como consequência, ocorreu nos países de língua inglesa uma campanha pela popularização da política

---

<sup>8</sup> “The discipline of International Relations has a convention of telling its history in terms of a number of ‘great debates’: idealism versus realism in the 1940s is the first; behavioralism versus traditionalism in the 1960s is the second; and the interparadigm debate in the mid-1970s between realism, interdependence theory and neo-Marxism is widely seen as the ‘third debate’. In the 1980s there was a major — and often brutal — confrontation between what Keohane has labeled rationalists and reflectivists, and what others have seen as the arrival in IR of continental philosophy, postmodernism, or the humanities.”

internacional. “A agitação contra eles foi, contudo, um fato de imensa importância. Foi o primeiro sintoma da demanda pela popularização da política internacional, e anunciou o nascimento de uma nova ciência” (CARR, 1939<sup>9</sup>, p.4).

Carr (1939) destaca que esta preocupação obrigou esses primeiros acadêmicos a pensar em termos do *dever ser* do mundo e não como o mundo realmente funcionava. Logo, a concentração destes utópicos ou idealistas, como definiu, em problemas morais os impediu de construir um ferramental analítico que os permitisse perceber e/ou prevenir que novas guerras ocorressem. Em contraposição aos idealistas, Carr (1939) definiu um segundo grupo, a que chamou de realistas, que se preocupava em estudar como o mundo realmente era e que defendia uma visão mais direcionada ao entendimento das dimensões do poder e do interesse que perpassam a política internacional.

Essa caracterização como um confronto entre idealistas e realistas ficou conhecida na área como o primeiro grande debate da teoria, em que o primeiro grupo, utópicos ou idealistas, se preocupava em estudar como mudar o mundo para torná-lo mais pacífico, ao passo que o segundo grupo, dos realistas, se preocupava em estudar os meios à disposição dos Estados para que pudessem garantir sua sobrevivência no ambiente internacional.

A antítese de utopia e realidade pode, em alguns aspectos, ser identificada com a antítese [entre] livre arbítrio e determinismo. (...) O utópico, fixando seus olhos no futuro, pensa em termos de criatividade espontânea; o realista, enraizado no passado, pensa em termos de causalidade. Toda ação humana sadia, e, portanto todo pensamento sadio, deve estabelecer um equilíbrio entre utopia e realidade, entre livre arbítrio e determinismo. (...) O vício característico do utópico é a ingenuidade; o do realista, a esterilidade (CARR, 1939, p.17-18).

O início da Segunda Grande Guerra (1939-1945) acabou enfatizando a lógica da sobrevivência, dando razão aos realistas, que saíram desse debate como vitoriosos. O estudo da política internacional, portanto, tornou-se importante quando se passou a considerar a reflexão sobre a ação de um determinado Estado ou a relação entre os Estados no sistema internacional. O desafio estava claro; como prever estas ações em um cenário denominado anárquico, ou seja, sem a presença de uma figura de autoridade que controle os atores, no caso, os Estados. Durante a Guerra fria (1947-1991) as abordagens positivistas tiveram maior força explicativa e

---

<sup>9</sup> O livro *Vinte Anos de Crise* de Edward Carr é de 1939. A paginação aqui se refere à edição da FUNAG de 1981, disponível em <[http://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte\\_Anos\\_de\\_Crise\\_-\\_1919-1939.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte_Anos_de_Crise_-_1919-1939.pdf)>.

estavam em destaque nos estudos acadêmicos, entretanto, esta situação se modificou ao final deste período. “(...) tornou-se cada vez mais comum a utilização de abordagens que privilegiavam aspectos ideológicos nas análises em relações internacionais”. Além disso, “estas propostas buscavam os elementos que poderiam influenciar o comportamento dos atores internacionais, objetivando demonstrar que estes seriam mais do que atores unitários e homogêneos” (HERZ, 1994, p.75-76).

## 2.1 O Positivismo em Relações Internacionais: um panorama

Waever (1997) apresentou didaticamente a evolução (Imagem 1) dos debates da área destacando que o debate estabelecido nos anos 90, e ainda atual, pode ser dividido em duas partes: o debate entre realistas e liberais (dentro do positivismo) de um lado e, o debate entre reflexivistas, de outro. Isto porque para o autor, nos anos 80 o Realismo passou a se expressar na forma de uma teoria, procurando, paralelamente aos neoliberais, por fórmulas precisas, reduzíveis a afirmações analíticas passíveis de verificação. “Durante os anos 1980, o realismo tornou-se neorealismo e o liberalismo tornou-se o neoinstitucionalismo liberal” e “se tornaram cada vez mais compatíveis. Uma síntese neo-neo dominante tornou-se o programa de investigação da década de 1980”.<sup>10</sup> (WEAVER, 1997, p.18-19, tradução nossa).

**Imagem 1: Grandes Debates Teóricos em Relações Internacionais**



Fonte: Adaptado de Weaver (1997). Elaborado pela autora.

Weaver (1997, p.17, tradução nossa) destaca que sua classificação *neo-neo* não se refere à ideia de que algo novo foi incorporado aos debates, mas sim à percepção de que o eixo principal do debate aponta para direções opostas, entre os racionalistas e os reflexivistas, ou seja, o debate pós-moderno. “Um frenesi de palavras como epistemologia e ontologia geralmente sinaliza esta virada filosófica<sup>11</sup>”.

<sup>10</sup> “During the 1980s, realism became neo-realism and liberalism neo-liberal institutionalism”. “they became increasingly compatible. A dominant neo-neo synthesis became the research program of the 1980s”.

<sup>11</sup> “A frenzy for words like ‘epistemology’ and ‘ontology’ often signals this philosophical turn.”

Epistemologia no sentido de que a realidade está 'lá fora' e a tarefa das ciências sociais é capturá-la. (...) Ontologia, como a questão de 'qual é o material das relações internacionais: é composta por Estados, indivíduos, grupos, classes, ou estruturas de algum tipo?' (...) Os pós-estruturalistas, em particular, têm questionado a idéia de uma 'epistemologia', no sentido de regras sobre a forma de produzir conhecimento seguro, e evitam as 'ontologias'. O debate é sobre diferenças filosóficas profundas. <sup>12</sup> (WEAVER, 1997, p.17, tradução nossa)

Smith (1996) sintetiza que a segunda metade do século XX foi dominada pelo positivismo nas RI porque até mesmo o debate interparadigmático dos anos 80 havia sido muito restrito, uma vez que todos os paradigmas atuavam sob premissas positivistas. Destaca, também, que o debate *neo-neo*<sup>13</sup> torna-se mais claro ao olhá-lo como debate “*entre abordagens que são firmemente positivistas*<sup>14</sup>”. O ponto central<sup>15</sup> de Smith (1996) é o de que a importância do positivismo está no fato de que a sua epistemologia empiricista direcionou, na teorização internacional, o que poderia ser estudado, no sentido de que determinou quais coisas existiam nas Relações Internacionais.

Durante os últimos quarenta anos, a disciplina acadêmica de Relações Internacionais foi dominada pelo positivismo. O positivismo envolveu um compromisso com uma visão unificada da ciência e a adoção de metodologias das ciências naturais para explicar o mundo social. Os chamados "grandes debates" na história da disciplina, entre idealismo e realismo, tradicionalismo e behaviorismo, ou entre transnacionalismo e estatocentrismo, não incluíram questões epistemológicas. A disciplina tendeu a aceitar implicitamente um simples crucial conjunto incontestável de pressupostos positivistas que fundamentalmente sufocou o debate sobre o que o mundo é e como podemos explicá-lo. (...) O domínio do positivismo tem sido o responsável pelo caráter, e mais importante, pelo conteúdo dos debates centrais na teoria internacional. <sup>16</sup> (SMITH, 1996, p.11, tradução nossa)

<sup>12</sup> “Epistemology in the sense that reality is ‘out there’ and the task of social science is to capture it. (...) Ontology, as the question of ‘what is the stuff of international relations’: is it made up of states, individuals, groups, classes, or structures of some kind? (...) Poststructuralists in particular have questioned the idea of an ‘epistemology’ in the sense of rules on how to produce secure knowledge, and ‘ontologies’ are primarily avoided. The debate is over deep philosophical differences.”

<sup>13</sup> Aqui o autor se refere à categorização de Weaver, que embora tenha publicado seu livro em 1997, um ano após Smith, já havia publicado um artigo no mesmo livro de Smith já usando o termo “debate neo-neo”. Além disso, Smith se refere ao debate atual como sendo o debate neo-neo devido à época do livro, não se referindo aqui ao que entendemos como debate contemporâneo entre racionalistas e reflexivistas.

<sup>14</sup> “that both approaches are firmly positivist.” (SMITH, 1996, p.11, tradução nossa)

<sup>15</sup> Original: “My central claim is that positivism's importance has been not so much that it has given international theory a method but that its empiricist epistemology has determined what could be studied because it has determined what kinds of things existed in international relations.” (SMITH, 1996, p.11)

<sup>16</sup> “For the last forty years the academic discipline of International Relations has been dominated by positivism. Positivism has involved a commitment to a unified view of science, and the adoption of methodologies of the natural sciences to explain the social world. The so-called 'great debates' in the discipline's history, between idealism and realism, traditionalism and behaviouralism, or between transnationalism and state-centrism, have not involved questions of epistemology. The discipline has tended to accept implicitly a rather simple and, crucially, an uncontested set of positivist assumptions which have fundamentally stifled debate over both what

Smith (1996) destaca três variantes cronológicas principais do positivismo na história das ciências sociais, sendo a terceira a mais relevante para as Relações Internacionais. A primeira foi desenvolvida por Augusto Comte no início do século XIX; autor que cunhou os termos positivismo e sociologia. Smith (1996) sintetiza que Comte queria desenvolver a ciência da sociedade, baseada em métodos das ciências naturais, em observações. Assim, seria possível revelar as leis evolucionárias causais que explicariam fenômenos observáveis em que todas as ciências eventualmente seriam unificadas metodologicamente. *“Esta visão ainda influencia a disciplina de Relações Internacionais na medida em que os acadêmicos ainda procuram no mundo internacional pelas mesmas leis e regularidades que supõem caracterizar o mundo natural”*<sup>17</sup> (SMITH, 1996, p.14, tradução nossa).

A segunda variante é a do positivismo lógico ou empirismo lógico<sup>18</sup>, que surgiu na década de 1920 e ficou conhecida como o Círculo de Viena<sup>19</sup>. A proposição central era a *“de que a ciência era a única forma verdadeira de conhecimento e que não havia nada que pudesse ser conhecido fora do que poderia ser conhecido cientificamente”*<sup>20</sup>. Assim, argumentações só teriam significado cognitivo se pudessem ser falsificadas ou verificadas experimentalmente (SMITH, 1996, p.14, tradução nossa).

Entretanto, para ele, foi a terceira variante de Comte a mais influente nas ciências sociais, e a que sustentou grande parte da literatura das Relações Internacionais nos últimos cinquenta anos. *“Surgiu a partir do positivismo lógico, mas se afastou de seus critérios extremamente rígidos para o que se considera como conhecimento e de sua visão reducionista de que todo o conhecimento cognitivo deve basear-se nos princípios da física”*<sup>21</sup> (SMITH, 1996, p.14, tradução nossa).

Destaca, contudo, que as características desta terceira variante, mais do que sua origem filosófica, é que sobressaíram nas análises em Relações Internacionais. Dessa forma, Smith (1996, p.16) clarifica que a influência do positivismo nas

the world is like and how we might explain it. (...) it has been the dominance of positivism that has accounted for both the character, and more importantly, the content of the central debates in international theory.”

<sup>17</sup> “It is an assumption that still dominates the discipline of International Relations insofar as scholars search for the same kinds of laws and regularities in the international world as they assume characterize the natural world.”

<sup>18</sup> Original: “logical positivism and logical empirism” (SMITH, p.14, 1996)

<sup>19</sup> Mais informações consulte: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/vienna-circle/>>

<sup>20</sup> “(...) was that science was the only true form of knowledge and that there was nothing that could be known outside of what could be known scientifically”

<sup>21</sup> “It emerged out of logical positivism, but moved away from its extremely stark criteria for what counts as knowledge and its reductionist view that all cognitive knowledge should be based on the principles of physics”

Relações Internacionais ajudou no desenvolvimento de quatro suposições subjacentes e profundas: i) a crença na unidade da ciência (em que a mesma metodologia e epistemologia se aplicam a todos os ramos investigativos); ii) a distinção entre fatos e valores, e, mais adiante, de que fatos são teoricamente neutros (a procura do conhecimento objetivo do mundo como possível ainda que observações sejam subjetivas); iii) a crença na existência de regularidades no mundo social como no mundo natural (debates como polaridades e estabilidades, ou ainda, ciclos históricos); e, iv) a crença de que sua validação ou falsificação empírica é a marca de uma real investigação (crença herdada da epistemologia empiricista).

Assim, o positivismo nas Relações Internacionais pode ser entendido como uma visão metodológica que combina o naturalismo com a crença em regularidades; autorizado por uma epistemologia própria, restrita e comprometida com um objetivismo sobre a relação entre teoria e evidência<sup>22</sup>. É *“uma posição metodológica dependente de uma epistemologia empiricista que fundamenta nosso conhecimento do mundo na justificação (bruta) por experiência e, desse modo, autorizando metodologia e ontologia desde que sejam empiricamente garantidas”*<sup>23</sup> (SMITH, 1996, p.17, tradução nossa).

## 2.2 Para além do Positivismo: novas formas de pensar as Relações

Como visto, abordagens pós-positivistas têm adquirido cada vez mais relevância no campo de estudo das Relações Internacionais. Paulo Esteves (2006) argumenta que as transformações ocorridas nas ciências sociais e humanas permitiram a problematização das relações de poder e saber, linguagem e objetos, práticas discursivas e não-discursivas, tornando-as objetos de investigação. Basicamente criticam as limitações das Teorias de RI, que seguem uma orientação empírica e positivista, no que se refere ao entendimento sobre as mudanças internacionais e sobre a produção de conhecimento.

---

<sup>22</sup> Original: “Positivism is a methodological view that combines naturalism (in either it’s strong (ontological and methodological) or its weak (methodological) sense), and a belief in regularities. It is licensed by a strict empiricist epistemology itself committed to an objectivism about the relationship between theory and evidence (SMITH, 1996, p.17)”.

<sup>23</sup> “Positivism is a methodological position reliant on an empiricist epistemology which grounds our knowledge of the world in justification by (ultimately brute) experience and thereby licensing methodology and ontology in so far as they are empirically warranted”

De fato, o interesse acerca das relações entre poder e saber, tanto no que se refere às práticas políticas, quanto no que concerne à atividade acadêmica tem, apenas recentemente, despertado interesse. O relacionamento entre linguagem e mundo dos objetos raramente foi tematizado no campo das RI; nesse caso, supunha-se que a linguagem constituía-se em um meio transparente de acesso aos fenômenos sociais, e sustentava-se que todo o conhecimento válido “*consistia em uma relação entre coisas e sujeitos cognoscentes*” (ESTEVES *apud* SHAPIRO, 1987, p. 365). Com isso, o próprio sujeito do conhecimento deixava de ser objeto de escrutínio e crítica. As transformações que tiveram lugar no interior das Ciências Sociais e Humanas na última década [anos 90] – em especial, a assim chamada virada lingüística – permitiram, contudo, a problematização dos processos de investigação nas Ciências Sociais e, particularmente nas Relações Internacionais (ESTEVES, 2006, p.16).

Essa linha de pensamento pós-positivista seria um novo passo às explicações racionalistas sobre as Relações Internacionais que acabavam sendo a-históricas, no sentido de que o comportamento dos Estados tenderia a se repetir ciclicamente e sempre seguindo a mesma lógica, condicionados pelo estado de anarquia do sistema internacional. Este grupo das abordagens pós-positivistas, no entanto, é extremamente amplo variando desde autores considerados mais construtivistas, que ainda consideram a realidade material que se quer analisar e a percepção dos autores sobre esta realidade, até autores pós-estruturalistas que desconsideram a realidade material, trabalhando com a construção discursiva propriamente dita.

Para alguns desses autores considerados construtivistas, como Wendt (1999) e Onuf (1998), por exemplo, o construtivismo se interessa em entender como os mundos, material, subjetivo e intersubjetivo, se relacionam na elaboração social da realidade, sendo esta uma de suas contribuições em termos metodológicos e epistemológicos que, claramente, se distinguem das abordagens racionalistas.

Essa corrente de pensamento difere do racionalismo porque seu impacto não é necessariamente redutível a ações estratégicas calculadas. Difere do idealismo puro porque ideias não surgem do nada; elas estão contidas em um contexto histórico e precisam de um suporte institucional para se tornar efetivas. Dessa forma, ideias e seus suportes institucionais podem afetar as preferências e interesses dos atores.<sup>24</sup> (GUZZINI, 2000, p.148, tradução nossa).

De acordo com Wendt (1996, p.48), o construtivismo seria uma abordagem estrutural da política internacional que ainda trata os Estados como racionais e como unidades de análise no sistema internacional aproximando esta abordagem à lógica

<sup>24</sup> “As such, it would differ from ‘rationalism’ in that this impact is not necessarily reducible to calculated strategic action. It would differ from pure ‘idealism’ in that these ideas do not come about in a vacuum; they are embedded in a historical context and need an institutional support to be effective. Moreover, ideas and their institutional support can affect the preferences and interests of actors.”

positivista, todavia, a chave para se compreender o sistema de Estados seria a intersubjetividade. Isto porque a identidade e o interesse dos Estados seriam em grande parte construídos por essas estruturas intersubjetivas. Assim, Wendt (1996) diferencia o construtivismo das teorias sistêmicas, mais racionalistas e reducionistas, ao afirmarem que os interesses são exógenos às estruturas intersubjetivas. Vale destacar que enquanto os racionalistas pensam a estrutura material, os construtivistas pensam a estrutural ideacional.

Embora compartilhe, com outras abordagens reflexivistas, críticas às abordagens racionalistas, o construtivismo pode ser entendido como um grupo separado de abordagens teóricas. Isto porque, de acordo com Weaver (1997), olhando pela perspectiva reflexivista, os efeitos do construtivismo são ambíguos uma vez que *“a corrente mainstream é suavizada; toleram novas formas de questionamento; mas os impulsos mais radicais dos pós-estruturalistas podem ser melhor contornados”*<sup>25</sup> (WEAVER, 1997, p.24, tradução nossa).

Entretanto, para os autores considerados pós-estruturalistas, como Robert Walker (1993), por exemplo, as teorias das RI não devem ser avaliadas como representações de um mundo real, externo aos discursos, mas sim como os próprios discursos de poder ou modos de interpretação, sem os quais o próprio poder não poderia ser exercido. Assim, as teorias devem ser vistas como aspectos constitutivos da política internacional contemporânea e não apenas como descrições ou explicações de mundo.

Portanto, análises pós-estruturalistas teriam natureza mais filosófica, com preocupações epistemológicas, rejeitando a ideia da existência de uma realidade objetiva externa aos indivíduos. Fundamentam-se na ideia de representação, em que existem verdades, e em que toda verdade constitui uma afirmação de poder, refletindo estruturas de dominação. Não existiria uma realidade objetiva, mas sim representações do real que adquirem *status* de verdade e são legitimadas por símbolos e discursos, ou ainda, poder e conhecimento. Logo, a interpretação dos sujeitos sobre seus objetos de estudo seria mais importante do que os dados empíricos. A natureza humana passaria a ser definida pelo modo como a produção do conhecimento se organiza em termos epistemológicos e metodológicos (ESTEVEZ, 2006).

---

<sup>25</sup> “(...) the rationalist mainstream is softened, opened to tolerating new kinds of questions, but the more radical impulses of the poststructuralists can now be outmaneuvered”

### 2.3 A Agenda Construtivista em Relações Internacionais

Por englobar uma grande diversidade de estudos interpretativos e pensadores, o construtivismo possui atualmente grande influência no estudo das RI. Como resposta da área à presença de abordagens das Ciências Sociais, o construtivismo se destacou por introduzir o papel das ideias, das regras e das instituições para a compreensão da natureza da anarquia e do comportamento dos atores internacionais.

Para os construtivistas, valores, ideias, conhecimento e história afetam a maneira como os atores elaboram essa realidade social e, portanto, seu posicionamento doméstico e internacional. É necessário ressaltar o fato de que as práticas institucionalizadas entre os atores não afetam os mesmos de maneira uniforme. Por exemplo, as ideias capitalistas que se difundem pelo sistema são as mesmas, mas como elas são efetivadas e aplicadas vai depender das tradições (históricas, culturais, etc.) de cada ator individualmente (ADLER, 1999).

Em suma, o construtivismo procura demonstrar que aspectos centrais das relações internacionais podem ser compreendidos como socialmente construídos, ou seja, através de processos de interação entre os atores e prática social. A crítica dos construtivistas ao debate racionalista direciona-se, sobretudo, ao que estes últimos ignoram: o conteúdo e fonte do interesse dos Estados e da fábrica social da política mundial (CHECKEL, 1998).

Considerada uma das principais teorias do campo das Relações Internacionais, o construtivismo pode ser igualmente explicado como uma abordagem da investigação social baseada em duas suposições: i) o ambiente em que os Estados agem é tanto social quanto material; e, ii) este cenário pode fornecer entendimentos aos Estados de seus interesses, ou ainda, constituí-los. Logo, estes estudiosos estão preocupados com os conceitos subentendidos de como o mundo social-político funciona, questionando o materialismo e o individualismo metodológico em que muito da teoria de Relações Internacionais se apóia.<sup>26</sup> (CHECKEL, 1998, p.325-326, tradução nossa)

Não obstante o construtivismo não constitua uma teoria uniforme, é possível identificar pontos em comum entre os construtivistas que distinguem claramente

---

<sup>26</sup> “Constructivism is concerned not with levels per se but with underlying conceptions of how the social and political world works. It is not a theory but an approach to social inquiry based on two assumptions: (1) the environment in which agents/states take action is social as well as material; and (2) this setting can provide agents/states with understandings of their interests (it can ‘constitute’ them). Put differently, these scholars question the materialism and methodological individualism upon which much contemporary IR scholarship has been built.”

essa corrente teórica de outras perspectivas do campo das Relações Internacionais. Assim, uma das principais premissas com a qual todos os construtivistas concordam é a de que o comportamento dos Estados é moldado pelas crenças, identidades e normas sociais (MINGST, 2009).

A capacidade de entrelaçamento possibilita ao conhecimento comum, e às formas culturais que o constitui, um caráter ao mesmo tempo subjetivo e intersubjetivo. O conhecimento comum é subjetivo no sentido de que as crenças que o compõem estão nos entendimentos dos atores, e figuram nas explicações intencionais. No entanto, porque essas crenças devem ser crenças precisas sobre as crenças dos outros, ele também é um fenômeno *intersubjetivo* que confronta os atores como um fato social objetivo que não pode ser individualmente desconsiderado. Não é nem uma estrutura de nível micro devido à sua natureza intersubjetiva, nem uma estrutura de nível macro devido à sua natureza subjetiva; o conhecimento comum é firmemente um fenômeno de nível de interação.<sup>27</sup> (WENDT, 1999, p.48, tradução nossa)

A premissa construtivista básica é a de que o mundo está em constante transformação, pois é socialmente construído. Estes autores argumentam que os atores políticos e as estruturas sociais se coconstituem e que as ideias moldam o modo como esses atores definem a si mesmos, os seus interesses e o seu comportamento no sistema internacional. Os interesses, as práticas e as preferências dos Estados seriam, portanto, socialmente construídas, uma vez que as estruturas sociais não existiriam de forma independente das atividades que as governam, e nem dos agentes, de seus conceitos ou motivações. Mais adiante, os Estados seriam agentes com interesses, somente porque foram construídos historicamente como tais (HOPF, 1998).

Portanto, entende-se que a história possui papel relevante nas análises em política internacional, pois as mudanças advindas da interação dos atores ao longo do tempo produziram efeitos em suas identidades e práticas no sistema. Segue-se uma abordagem distinta, pois, das explicações racionalistas sobre as RI em que o comportamento dos Estados seria homogêneo e similar ao longo do tempo.

Esta linha de pesquisa oferece entendimentos alternativos a inúmeros temas, incluindo o significado de anarquia e de equilíbrio de poder, a relação entre a

---

<sup>27</sup> “This interlocking quality gives common knowledge, and the cultural forms it constitutes an at once subjective and intersubjective character. Common knowledge is subjective in the sense that the beliefs that make it up are in actors' heads, and figure in intentional explanations. Yet because those beliefs must be accurate beliefs about others' beliefs, it is also an *intersubjective* phenomenon which confronts actors as an objective social fact that cannot be individually wished away. Neither a unit-level structure because of its intersubjective nature, nor a macro-level structure because of its subjective one, common knowledge is firmly an interaction-level phenomenon.”

identidade e interesse estatal, prospectos para a mudança na política mundial, entre outros. Este programa de pesquisa possui seus próprios questionamentos, que se concentram em questões sobre identidade na política mundial, sobre a teorização da política doméstica, entre outros (HOPF, 1998).

Ao contrário do neorealismo [que dá precedência à estrutura do sistema internacional como variável explanatória e não aos Estados], o construtivismo supõe que a anarquia deve ser interpretada para adquirir significado, que os interesses nacionais são parte do processo de construção da identidade do Estado; o poder é tanto material quanto discursivo, e que a mudança na política mundial é possível e difícil.<sup>28</sup> (HOPF, 1998, p.181, tradução nossa)

O comportamento ou a ação adquirem significados apenas dentro de um contexto social intersubjetivo. Na ausência de normas, os exercícios de poder, ou ações, seriam desprovidos de significado (HOPF, 1998). Entretanto, nem por isso as práticas institucionalizadas serão menos legítimas, o que se quer dizer é que elas assumem conotações diferentes em locais diferentes. Portanto, as ideias de identidade, tradição histórico-cultural, instituições políticas domésticas, são ferramentas de que o construtivismo se utiliza para entender a posição e o cálculo racional dos atores no sistema internacional.

Assim, os entendimentos coletivos possibilitam às pessoas compreenderem as razões pelas quais tudo se comporta de uma determinada maneira e indicam como elas devem usar suas habilidades materiais e seu poder. Acreditam que o mundo real não é inteiramente determinado pela realidade física, ainda que aceitem a noção de mundo real, mas sim, que é socialmente emergente. Ou seja, as identidades, os interesses e o comportamento dos agentes políticos são socialmente construídos por significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo (ADLER, 1999, p.209).

Seguindo essa lógica de argumentação, as normas são, portanto, o resultado de entendimentos coletivos que, por sua vez, reivindicam comportamentos dos atores, com efeitos profundos: não somente regulam o comportamento, mas sim, constituem a identidade e os interesses dos atores (CHECKEL, 1998). Da mesma forma, as ideias são entendidas como o conhecimento coletivo institucionalizado em práticas, sendo o meio propulsor da ação social, pois definem os limites do que é cognitivamente possível ou impossível para os indivíduos. O objetivo principal da

---

<sup>28</sup> “Contra neorealism, constructivism assumes that actors and structures mutually constitute each other; anarchy must be interpreted to have meaning; state interests are part of the process of identity construction; power is both material and discursive; and change in world politics is both possible and difficult.”

abordagem construtivista é fornecer explicações que englobem as instituições sociais e a mudança social com o auxílio do efeito combinado de agentes e estruturas sociais (ADLER, 1999).

Este campo de pesquisa é associado a autores como Wendt, Onuf, Kratochwil, entre outros (ZEHFUSS, 2002). Não obstante compartilharem premissas teóricas, estes autores concentram suas análises em fatores distintos como identidade, regras e normas, respectivamente. Kratochwill e Onuf enfatizam o discurso e as normas, revelando a influência da virada linguística em geral e de Wittgenstein em particular. Wendt e Onuf concordam, de igual forma, sobre a coconstituição de agentes e estruturas, revelando a influência da teoria social, em geral, e de Giddens, em particular.

Utilizando a categorização<sup>29</sup> de Cecelia Lynch e Audie Klotz (1996)<sup>30</sup>, Adler (1999, p.222) apresenta o construtivismo dividido em quatro grupos distintos. O primeiro grupo é o dos que ele chama de modernistas, engloba os autores como Wendt (1999) e, uma vez evitado o extremismo ontológico, pode-se utilizar métodos padronizados ao lado dos interpretativos como os de Katzenstein (1996).

O segundo grupo utiliza aspectos da lei e jurisprudência internacional para mostrar o impacto das Relações Internacionais nos modos de raciocínio e persuasão, bem como no comportamento guiado por regras. Autores como Onuf (1989)<sup>31</sup> e Kratochwil (1989)<sup>32</sup> pertencem a este grupo. O terceiro grupo enfatiza o conhecimento narrativo, como gênero, movimentos sociais, interesses em segurança. Autores como Ruggie (1995)<sup>33</sup> e Weaver (1995)<sup>34</sup> pertencem a este grupo. O quarto grupo engloba os autores que usam as técnicas desenvolvidas

---

<sup>29</sup> Esta não é a única classificação existente. Ted Hopf (1998), por exemplo, separa-o em dois grupos, o construtivismo convencional e os teóricos críticos. Ainda que existam divergências quanto a uma classificação mais acurada, é fato que existem diferenças argumentativas entre os autores tidos como construtivistas, portanto, é mais comum a utilização de um autor ou grupo de autores que possuam pressupostos em comum quando se opta por uma análise na linha construtivista.

<sup>30</sup> Este estudo foi apresentado na Reunião anual da *American Political Science* em 1996 sob o título "*Constructivism: Past Agendas and Future Directions*". Mais tarde foi publicado pelas autoras sob o título "*Le constructivisme dans la theorie des relations internationales*", no Institut d'Etudes Politiques, Paris, 1999.

<sup>31</sup> ONUF, Nicholas Greenwood. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia, S.C.: University of South Carolina Press. 1989.

<sup>32</sup> KRATOCHWIL, Friedrich. **Rules, norms and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs**. Cambridge studies in international relations; Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

<sup>33</sup> RUGGIE, John. *The False Premise of Realism*. *International Security*, 20 (Summer 1995).

<sup>34</sup> Weaver, J. *Popular Culture and the Reshaping of Race, Class and Gender: Exploring Issues and Imploding Boundaries*. *Race, Class and Gender*. (Spring, 1995). (pp. 165–173).

pelos pós-modernos como o método genealógico de Foucault<sup>35</sup> ou a desconstrução de Biersteker e Weber (1996)<sup>36</sup>.

### 2.3.1 O Papel das Percepções e das Identidades

Em seu artigo de 1987 “*The agent-structure problem in international relations theory*”, Wendt criticou os conceitos encontrados no neorealismo e na teoria do sistema mundo, e através disso desenvolveu uma percepção da teoria estrutural adaptada à sociologia. Em síntese, destaca que nenhuma destas teorias é capaz de explicar o problema agente-estrutura, pois ambas entendem agentes e estruturas como dados. Desta forma, a teoria da estruturação é, para ele, uma solução relacional para o problema levantado, pois conceitualiza agentes e estruturas como entidades mutuamente constituídas, assim, as estruturas sociais resultariam de interações humanas. Portanto, os interesses, as práticas e as preferências dos Estados seriam socialmente construídos, uma vez que as estruturas sociais não existiriam de forma independente das atividades que as governam, e nem dos agentes, de seus conceitos ou motivações.

Genericamente, todas as teorias científicas sociais incorporam pelo menos uma solução implícita ao "problema agente-estrutura", que situa agentes e estruturas sociais em relação um ao outro. Estas soluções ajudam a determinar o entendimento de uma teoria da, e a relativa importância explanatória que atribuem à, análise estrutural. Apesar de gerarem entendimentos muito diferentes de teoria estrutural, eu argumento que, no entanto, as soluções dos neorealistas e do sistema-mundo para o problema agente-estrutura são, em pelo menos um aspecto, muito semelhantes, e que essa semelhança cria uma fraqueza fundamental *comum* a estas teorias como abordagens "estruturais" das relações internacionais. A teoria da estruturação, por sua vez, é uma resposta a essa fraqueza comum a ambas e aponta para além destas teorias. (WENDT, 1987, p.337, tradução nossa)<sup>37</sup>.

<sup>35</sup> Foucault, M. (1993). **Microfísica do poder** (11a ed.). Coleção Biblioteca de Filosofia e História das Ciências. São Paulo: Graal. (Original publicado em 1979).

<sup>36</sup> BIERSTEKER, T.J., WEBER, C. **State Sovereignty as Social Construct**. Cambridge Studies in International Relations, Cambridge University Press. Cambridge. 1996.

<sup>37</sup> “Put more generally, all social scientific theories embody an at least implicit solution to the "agent-structure problem," which situates agents and social structures in relation to one another. These solutions help determine a theory's understanding of, and the relative explanatory importance it attaches to, structural analysis. While generating very different understandings of structural theory, however, I shall argue that the neorealist and world-system solutions to the agent-structure problem are, in at least one respect, very similar, and that this similarity creates a *common* fundamental weakness in these theories as "structural" approaches to international relations. Structuration theory, in turn, is a response to this common weakness which both subsumes and points beyond neorealism and world system theory.”

O construtivismo de Wendt (1992) rejeita, assim, a suposição neorrealista de que a situação de anarquia seria uma condição estrutural inerente ao sistema de Estados. Em vez disso, argumenta que “*Anarquia é o que os Estados fazem dela*”<sup>38</sup>, ou seja, a anarquia seria uma condição do sistema de Estados porque os Estados escolheram assim e não como um fato inerente às relações entre eles.

Nesse artigo de 1992, portanto, Wendt faz uma ponte entre as tradições teóricas das Relações Internacionais, através de um argumento baseado na ideia de que as instituições internacionais podem transformar identidades e interesses. Para ele, as instituições são uma função do pensamento dos atores em que instituições e identidades seriam mutuamente constituídas. Dessa forma, se os Estados se encontram em um sistema de auto-ajuda é porque suas práticas a isso os levaram.

Não vou contestar aqui a descrição neorrealista do sistema contemporâneo de estados como um mundo competitivo, de auto-ajuda; questionarei apenas a sua explicação. Desenvolvo meu argumento em três etapas. Primeiro, separarei os conceitos de auto-ajuda e anarquia ao mostrar que as concepções auto-interessadas de segurança não são uma propriedade constitutiva da anarquia. Em segundo lugar, mostro como a auto-ajuda e a competição por poder político pode ser produzida causalmente por processos de interação entre os Estados em que a anarquia desempenha apenas um papel permissivo. (...) Em terceiro lugar, reintrodirei os determinantes da primeira e segunda imagem para avaliar os seus efeitos sobre a formação identitária em diferentes tipos de anarquias (WENDT, 1992, p.396, tradução nossa)<sup>39</sup>.

Já em seu artigo de 1996, “*Identity and Structural Change in International Politics*”, Wendt trata mais detidamente sobre a estrutura do sistema internacional. Afirma que esta será dada pelas condições materiais constituídas em parte pelos interesses; em que os interesses e poder material possuem significados e efeitos que dependem da estrutura social do sistema e da cultura de anarquia predominante. Seja a estrutura anárquica ou não, para ele ela está intimamente ligada à distribuição de identidade dos Estados.

Para Wendt (1996), está claro que a relação entre Estados agentes e a estrutura sistêmica possui aspectos bilaterais. Esta constituição mútua é que nos

---

<sup>38</sup> Esta afirmação acabou se tornando o título de seu artigo de 1992 “*Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics*”.

<sup>39</sup> “I will not here contest the neorealist description of the contemporary state system as a competitive, self-help world; I will only dispute its explanation. I develop my argument in three stages. First, I disentangle the concepts of self-help and anarchy by showing that self-interested conceptions of security are not a constitutive property of anarchy. Second, I show how self-help and competitive power politics may be produced causally by processes of interaction between states in which anarchy plays only a permissive role. (...) Third, I reintroduce first- and second-image determinants to assess their effects on identity-formation in different kinds of anarchies.”

permite analisar a mudança estrutural em termos de mudança de identidade. Portanto, o autor diferencia as propriedades dos agentes Estados em dois grupos; as propriedades materiais, como recursos militares ou econômicos, e as propriedades ideacionais, como percepções, identidades e auto-entendimento.

Aplicando a lógica da superveniência às propriedades ideacionais, o autor afirma ser possível alcançar algo similar sobre a estrutura cultural do sistema de Estados. Isto porque as estruturas culturais consistem no estoque de crenças interligadas, ideias, entendimentos, percepções, identidades, ou ainda, o que ele denomina “conhecimento” detido pelos membros do sistema. Wendt (1996) argumenta que a formação de conflitos pode ser conceitualizada pela teoria das Relações Internacionais também dessa forma, uma vez que a estrutura cultural está incorporada aos complexos de ameaça, relações de inimizade ou medo, hegemonia ideológica, entre outros.

Wendt desenvolve seus postulados em 1999, no livro intitulado “*Social Theory of International Politics*”. Ao contrário das teorias racionalistas, a perspectiva construtivista de Wendt (1999) estabelece que estruturas ideacionais moldam o modo como os atores definem a si mesmos, assim como seus interesses e comportamento no sistema internacional. “*Pareceu a muitos [estudiosos] que essas dificuldades resultaram da orientação materialista e individualista das Relações Internacionais, de tal forma que uma visão mais holística e ideacional da política internacional pode fazer melhor*<sup>40</sup>” (WENDT, 1999, p.4, tradução nossa). A partir do compartilhamento de conhecimento, os atores têm seus interesses gerados que são refletidos em práticas que descrevem a lógica da anarquia prevalecente no sistema.

A estrutura para Wendt (1999) é definida pelas ideias compartilhadas, e não apenas pelos recursos materiais disponíveis. Estas ideias constroem as identidades e os interesses dos atores no plano internacional. Ao se compreender o sistema pela ideia de “estrutura”, ou seja, algo que é compartilhado pelos atores, é possível gerar estabilidade no sistema e permitir uma previsibilidade de atuação destes atores.

Dessa forma, os interesses, as práticas e as preferências dos Estados seriam socialmente construídos, uma vez que as estruturas sociais não existiriam de forma independente das atividades que as governam, e nem dos agentes, de seus conceitos ou motivações. Este autor sintetiza que a relação entre Estados é

---

<sup>40</sup> “It seemed to many that these difficulties stemmed from IR’s materialist and individualist orientation, such that a more ideational and holistic view of international politics might do better.”

estruturada por meio de instituições dotadas de padrões cognitivos específicos. Esses padrões não afetariam a ação dos atores, e sim constituiriam os padrões de ação destes. Ou seja, as instituições formariam o que seria considerado próprio na ação dos atores. O papel das instituições dentro desse contexto é muito forte e na maioria das vezes a ação do ator é transmitida pelas mesmas.

Assim, para Wendt (1999), as estruturas de associações humanas são determinadas primeiramente pelas ideias compartilhadas e não pela força; e as identidades e interesses dos atores são construídos por estas ideias compartilhadas e não definidos pela natureza. Ele descreve a identidade como uma característica que define algo ou alguém. No caso do sistema internacional, pressupõe que a identidade seja uma propriedade dos atores intencionais que origina disposições para determinadas motivações e comportamentos.

[Ele estabelece] quatro tipos-básicos de identidade: i) identidade pessoal ou corporativa [aquilo que distingue um ator dos demais]; ii) identidade-tipo [produto das diferentes categorias sociais por meio das quais o ator é definido]; iii) identidades-papel [definidas pelas situações e processos de interação vivenciados pelos atores]; iv) identidade coletiva [refere-se a processos de identificação por meios dos quais os limites entre o eu e o outro se tornam difusos e imprecisos e as fronteiras do primeiro expandem-se para incorporar o segundo] (WENDT, 1999, p.224-225, tradução nossa)<sup>41</sup>.

Além disso, identidades implicam interesses, mas não são reduzidas a estes. A identidade refere-se a quem ou o que os atores são e o interesse refere-se ao que os atores querem, designando motivações que explicam o comportamento. Interesses pressupõem identidades porque um ator não pode saber o que quer enquanto não souber quem é. Portanto, sem o interesse a identidade não tem força motivacional e sem a identidade, o interesse não tem direção (WENDT, 1999).

Assim, a identidade de um Estado motiva suas preferências e conseqüentes ações. Um Estado percebe os outros Estados de acordo com a identidade que atribui a eles, reproduzindo, simultaneamente, sua própria identidade através da prática social diária. Autores construtivistas desejam descobrir as identidades e as práticas sociais reprodutivas relacionadas a essas identidades, e em seguida, oferecer uma avaliação de como essas identidades implicam certos interesses e ações (HOPF, 1998).

---

<sup>41</sup> “(...) four kinds of identity: i) personal or corporate; ii) type; iii) role; iv) collective.”

As identidades são necessárias, tanto na política internacional quanto na doméstica, para assegurar pelo menos um nível mínimo de previsibilidade e ordem. (...) Um mundo sem identidades é um mundo caótico, um mundo de incertezas profundas e irremediáveis. As identidades cumprem três funções necessárias em uma sociedade: elas dizem a você e aos outros quem você é, e elas dizem a você quem os outros são (HOPF, 1998, p.175<sup>42</sup>, tradução nossa).

Wendt (1999) conclui que a identidade estatal, ou seja, aquilo que diz ao Estado o que ele é, quem são os outros Estados e qual é o seu papel em determinada situação, emerge de sua interação com os outros Estados. Através da repetição, as identidades geram compartilhamento de ideias e conhecimentos que permitem aos Estados se entenderem e agirem na consecução de seus objetivos. Portanto, os Estados são agentes com interesses, somente porque foram construídos historicamente com tal a partir da ideia de construção de Estados.

### **2.3.2 Um Sistema em Constante Transformação**

Como vimos, as abordagens construtivistas possuem diversos enfoques, com alguns autores considerados centrais, entre eles Wendt (1999) e Onuf (1998). Embora possuam diferenças explicativas, ambos demonstram que aspectos das RI podem ser analisados como socialmente construídos. Ambos argumentam sobre as condições materiais como elementos importantes dos interesses e preferências dos Estados, todavia Wendt (1999) não se detém nos processos domésticos tratando-os como independentes dos processos internacionais. A preocupação de Wendt (1999) é com as identidades estatais e as consequências para o sistema internacional da relação entre elas. Onuf (1998), ao contrário de Wendt (1999), inclui a lógica da dimensão micro em suas análises, verificando o papel dos indivíduos e de suas escolhas na constituição das sociedades e de seus interesses, para a dimensão macro.

Fundamental ao construtivismo é a proposição de que os seres humanos são seres sociais, e nós não seríamos humanos se não fossem nossas relações sociais. Em outras palavras, as relações sociais *fazem* ou *constroem* pessoas – nós mesmos – no tipo de seres que somos. Por outro lado, nós *fazemos* o mundo o que é, usando as matérias-primas que a

---

<sup>42</sup> “Identities are necessary, in international politics and domestic society alike, in order to ensure at least some minimal level of predictability and order. (...) A world without identities is a world of chaos, a world of pervasive and irremediable uncertainty. Identities perform three necessary functions in a society: they tell you and others who you are and they tell you who others are.”

natureza nos oferece, fazendo o que fazemos uns com os outros e dizendo o que dizemos uns aos outros (ONUF, 1998, p.59, tradução nossa)<sup>43</sup>.

Onuf (1998) discorre em seus trabalhos sobre a afirmação de que as pessoas e as sociedades constroem e constituem umas às outras, uma vez que o ser humano constrói a realidade através de suas ações. Essas ações, entretanto, possuiriam um significado que dependeria da existência de regras sociais, uma vez que estas promoveriam direcionamento normativo para o comportamento humano, possibilitando o compartilhamento de significados. Note-se que aqui, ao contrário de Wendt (1999), a linguagem se torna essencial à argumentação de Onuf (1998), pois a característica social perceptível e analisável dos seres humanos existe, devido às relações sociais, através de sua comunicação.

Seguindo esta linha de raciocínio, Zehfuss (2002) destaca que a contextualização se torna inevitável às análises. Isto porque a ligação entre pessoas e sociedade ocorrerá pela regra, de maneira processual, ou seja, pelo uso da linguagem e pela prática das regras. A função da regra seria, portanto, o provimento de base para a definição de política, trazendo significado à ação e resultando em uma distribuição de benefícios (ONUF, 1998). Onuf (1998) ressalta que a distribuição de benefícios será desigual, criando assim uma condição de regra em que o elo regra-regra ligará a sociedade e a política, e a agência ocorrerá em função das circunstâncias materiais dos agentes (Imagem 2). Além disso, o autor defende o caráter cíclico das relações entre regras, agentes, estrutura e sociedade, em que até mesmo a anarquia, por exemplo, seria uma construção social resultante da interação agente-estrutura.

O que é constitutivo, para Onuf (1998), são as regras que regulam a conduta dos agentes, tornando-se um meio de construção social interna que afeta o externo, defendendo o mundo como uma construção social com entidades materiais, constituído por regras que orientam as escolhas dos atores. Utilizando-se de uma comparação com o liberalismo, o autor argumenta que existe em realidade uma suposição de anarquia em que aos Estados seriam garantidos os mesmos atributos que o liberalismo garante aos indivíduos, gerando o que ele chama de problema da caracterização, em que as Relações Internacionais seriam anárquicas, não como

---

<sup>43</sup> “Fundamental to constructivism is the proposition that human beings are social beings, and we would not be human but for our social relations. In other words, social relations *make* or *construct* people---ourselves---into the kind of beings that we are. Conversely, we *make* the world what it is, from the raw materials that nature provides, by doing what we do with each other and saying what we say to each other.”

condição, mas sim de forma incidental. A estrutura seria o resultado da relação institucional das regras e práticas, sendo percebida pelos agentes e afetando-os.

Portanto, em Onuf (1998), a agência será uma construção social, influenciada pelas regras sociais, para se atingir metas escolhidas devido às circunstâncias materiais dos agentes. Mais adiante, a cultura seria um conjunto de regras sociais normativas que, juntamente com as condições materiais, influenciariam a agência do ser humano, e conseqüentemente, as relações sociais e internacionais.



**Fonte: Elaborado pela autora. Dados em Onuf (1998).**

É necessário destacar que os construtivistas não descartam a possibilidade de conflitos ocorrerem, portanto, não existe necessariamente uma convergência de interesses dos atores, mesmo que haja compartilhamento de valores e normas entre eles. Wendt (1999, p.300, tradução nossa) destaca que *“quando os conflitos ocorrerem eles serão manipulados por negociação, arbitragem, ou cortes, mesmo quando o custo material da guerra para uma ou ambas as partes parecer menor<sup>44</sup>”*. Nesse sentido, as normas advindas de uma identidade *“podem moldar o modo como atores definem seus interesses e formam preferências a partir destes. Ao dizer aos atores quem eles são e o que podem fazer; as normas também sugerem aos atores o que eles devem fazer<sup>45</sup>”* (FARRELL, 1998, p.411, tradução nossa).

Wendt (1999) contribui às RI com a explicação da possibilidade de inclusão de instrumentos analíticos endógenos para a construção das identidades permitindo às identidades se adaptarem aos processos de política internacional e se transformarem. Ao discutir a formação das identidades coletivas, por exemplo,

<sup>44</sup> “(...) but when they do arise they are handled by negotiation, arbitration, or the courts, even when the material cost of war to one or both parties might be low.”

<sup>45</sup> “(...) norms shape the way actors define their interests and form preferences from them. By telling actors who they are and what they can do, norms also suggest to actors what they should do.”

Wendt (1999) definiu-as como o produto de processos relacionais, sujeitas a mudanças, ou seja, os processos relacionais podem levar à mudanças nas identidades coletivas, que, por sua vez, podem modificar a lógica de funcionamento da anarquia<sup>46</sup>. Em Wendt (1999), o que é cíclico é como os agentes e estruturas se coconstituem e codeterminam devido às ideias, e a isto, denomina efeito constitutivo. Os aspectos culturais seriam efeitos causais de constrangimento sobre a dinâmica dos Estados, em que as circunstâncias materiais seriam constituídas pelos interesses e dependeriam da estrutura social do sistema.

Wendt (1999, p.225, tradução nossa) destaca, ainda, que a identidade corporativa que seria exógena na política internacional representaria um dos aspectos da identidade estatal, ou seja, “*uma plataforma para outras identidades*”<sup>47</sup>. Entretanto, Zehfuss (2002) chama a atenção para a distinção entre a identidade corporativa, pré-determinada, anterior ao processo de interação, e as demais identidades, produzidas mediante interação com os demais atores. Portanto, novamente a compreensão do processo doméstico mostra-se essencial para a análise de Wendt (1999).

Além disso, Zehfuss (2002, p.46, tradução nossa) destaca que um dos mecanismos concretos de transformação de identidade que Wendt (1999) considera em seu livro baseia-se em esforços conscientes do ator estatal para mudar a sua identidade, em que os atores seriam capazes de engajar em uma auto-reflexão crítica e transformarem-se a si mesmos. Logo, “*quando um parceiro da interação [entre atores] presenteia o outro com um novo papel [na relação] definido, Wendt fala de moldagem do alterego, ou seja, uma tentativa de induzir o ego a aceitar uma nova identidade, ao tratar o alterego como já tendo aquela identidade*”<sup>48</sup>. O problema, segundo Zehfuss (2002), reside no fato de que este tipo de tratamento produz o efeito desejado *somente* se o ator estatal em questão *aceitar* o novo papel. Portanto, tem-se aqui uma grande limitação no alcance analítico de Wendt (1999), que além de não incluir uma metodologia que englobe o processo doméstico, não considera a possibilidade da negação do processo interativo pelos atores estatais engajados em um processo relacional no sistema internacional.

---

<sup>46</sup> Diversos autores criticam seu trabalho ao destacarem que Wendt (1999) menciona a necessidade de se buscar explicações comportamentais domesticamente, mas não desenvolve o ferramental analítico necessário às análises.

<sup>47</sup> “(...) a platform for other identities.”

<sup>48</sup> “When one partner in interaction presents the other with a new role definition, Wendt speaks of ‘altercasting’, that is, ‘an attempt to induce alter to take on a new identity...by treating alter as if it already had that identity’.”

Além disso, comportamento para Wendt (1999) é entendido como a chave para a mudança de identidade. A interação se dá por gestos físicos, uma vez que os atores de Wendt (1999) não dialogam, apenas sinalizam (ZEHFUSS, 2002). “*Um ato social consiste em enviar um sinal, interpretá-lo e responde-lo baseando-se nesta interpretação*<sup>49</sup>” (ZEHFUSS, 2002, *apud* WENDT, 1999, p.330, tradução nossa). O problema apontado por Zehfuss (2002) aqui é que para que o ator possa refletir e interpretar, este deve ser capaz de usar uma linguagem. Wendt (1999) reconhece a significância da linguagem<sup>50</sup> neste processo, mas não conceitualiza seu papel de forma sistemática.

A problemática entre linguagem gesticulada e linguagem articulada, aqui apresentada, possui ramificações analíticas mais profundas. Uma vez que os atores não podem comunicar verbalmente o que seu comportamento significa, o próprio comportamento do ator passa a ser a base inteira de sua comunicação. Portanto, as análises que utilizem a perspectiva de Wendt (1999) deverão destacar os aspectos comportamentais, dos atores estatais, que podem ser compreendidos sem um contexto linguístico, apenas gestual, sinalizado (ZEHFUSS, 2002).

Além disso, afastando-se de Wendt (1999) e aproximando-se de Onuf (1998), Zehfuss (2002) acrescenta que ao aceitarmos a reivindicação de Wendt (1999) de que identidades são construídas, torna-se necessário aceitar nas análises que os atores não existem dissociados de um contexto social, histórico, local. Entretanto, ainda que a crítica de Zehfuss (2002) seja pertinente ao descortinar a limitação metodológica de Wendt (1999), a autora pouco contribui para o seu melhoramento. A limitação da teorização de Wendt (1999) apontada pela autora é preenchida por ela com a lógica construtivista de Onuf (1998), uma vez que ambos, como alega, bebem da mesma fonte (Giddens e a Teoria da Estruturação).

Logo, o desafio é preencher a lacuna da perspectiva de Wendt (1999); o fato de esta carecer de instrumental metodológico que englobe a dimensão doméstica de forma sistematizada que considere os aspectos culturais e linguísticos, entendidos por Wendt (1999) como efeitos causais de constrangimento na dinâmica dos Estados. Portanto, análises que necessitem entender o comportamento internacional de um ator que age em desacordo com a identidade coletiva coconstituída e

---

<sup>49</sup> “A social act consists in sending a signal, interpreting it and responding on the basis of the interpretation”

<sup>50</sup> JEPPEPERSON, R; WENDT, A; KATZENSTEIN, P. **Norms, Identity and Culture in National Security**. IN: KATZENSTEIN, Peter et al. *The Culture of National Security*. NY: Columbia University Press. 1996

estruturada no sistema internacional em que está ativamente inserido, necessita de um ferramental que permita este recuo visualizador dos efeitos causais, doméstico e histórico, de constrangimentos. Isto porque as identidades estatais em Wendt (1999) seriam pré-existentes à criação das identidades coletivas presentes no nível internacional e, portanto, o olhar para dentro do ator estatal torna-se indispensável. Sustentamos, aqui, que o instrumento analítico indicado para este recuo é a metodologia de AD em sua versão denominada AD-2, que considera a possibilidade de, e rastreia as, influências endógenas na produção de discursos (aquela identidade estatal pré-existente que gera efeitos causais de constrangimento na dinâmica dos Estados).

## 2.4 A Análise de Discurso

Mussalim (2003) sustenta que a AD originou-se na França, por meio das obras do linguista Jean Dubois e do filósofo Michel Pêcheux. Seus trabalhos foram influenciados por ideias estruturalistas e marxistas nos anos 60 que juntamente com a expansão da Linguística, procuraram estabelecer maneiras diversas para pesquisar os elementos políticos da época. Na visão de Pêcheux (1975), seria necessária uma ruptura com o modelo da fala/língua saussureana<sup>51</sup> para a utilização dos aspectos de formação do discurso, com ênfase no sujeito, seu contexto social e seu contexto histórico. Para tanto, desenvolve o conceito de máquina discursiva, ou seja, *“um dispositivo capaz de determinar, sempre numa relação com a história, as possibilidades discursivas os sujeitos inseridos em determinadas formações sociais”* (MUSSALIM, 2003, p.106).

A autora igualmente chama a atenção para o trabalho do filósofo Althusser que, anteriormente à Pêcheux, já havia introduzido o uso do materialismo histórico para entender como se davam as reproduções sociais dentro dos discursos. Partindo do pressuposto de que as ideologias possuiriam uma existência material traduzida em um conjunto de práticas reproduzidas socialmente, Althusser afirmava que a linguística deveria ser estudada em sua materialidade, ou seja, sua existência se daria independentemente do conhecimento que se tivesse acerca dela. Seu

---

<sup>51</sup> Aqui Fernanda Mussalim (2003, p. 102, nota de rodapé número 1) refere-se *“à obra de Saussure ‘Curso de Linguística Geral’, considerada obra fundadora da Linguística por possibilitar uma abordagem da língua a partir de suas regularidades e assim defini-la como um objeto passível de análise científica”*.

objetivo era, ao fazer uma releitura de Marx, *“uma teoria da ideologia geral, que permitiria evidenciar o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção, comum a todas as ideologias particulares”* (MUSSALIM, 2003, p.103 *apud* ALTHUSSER, 1970).

Levantando a necessidade de se considerar este materialismo histórico, as ideias de Althusser se baseavam na concepção marxista de infra-estrutura e superestrutura. A infra-estrutura seria a base econômica da sociedade capitalista, ao passo que a superestrutura, determinada pela infra-estrutura, corresponderia às instituições que reproduziriam a superestrutura em um sistema circular de influências recíprocas. A Linguística aparece como uma ideologia que deve ser estudada em sua materialidade no projeto althusseriano, pois é este o local em que se torna passível de visualização; *“uma via para se depreender o funcionamento da ideologia”* (MUSSALIM, 2003, p.104).

Althusser levanta a necessidade de se considerar que a infra-estrutura determina a superestrutura (materialismo histórico), ou seja, que a base econômica é que determina o funcionamento das instâncias político-jurídicas e ideológicas de uma sociedade. A ideologia – parte da superestrutura do edifício –, portanto, só pode ser concebida como uma reprodução do modo de produção, uma vez que é por ele determinada. Ao mesmo tempo, por uma ação de retorno da superestrutura sobre a infra-estrutura, a ideologia acaba por perpetuar a base econômica que a sustenta. Nesse sentido é que se pode reconhecer a base estruturalista da teoria de Althusser, na medida em que a infra-estrutura determina a superestrutura e é ao mesmo tempo perpetuada por ela, como um sistema cuja circularidade faz com que o seu funcionamento recaia sobre si mesmo. (MUSSALIM, 2003, p.104)

Partindo desses pressupostos sobre a infra e a superestrutura, Althusser desenvolveu a sua concepção tradicional de Estado, em que este seria um aparelho repressivo que funcionaria como um órgão responsável pela coação, complementado pelas instituições. As instituições, por sua vez, operariam por meio da ideologia denominadas de aparelhos ideológicos do Estado. Logo, o que definiria o funcionamento das ideologias seriam as ações desses aparelhos e como se estruturariam. A linguagem, portanto, perpetuaria as ideologias, uma vez que a construção dos discursos estaria ligada às instituições provenientes da superestrutura.

Para Mussalim (2003), portanto, é neste contexto que nasce a AD. Isto porque Pêcheux (1975) questionou criticamente a Linguística, no sentido de que o estudo do discurso seria mais do que o estudo das palavras. Para ele, a AD *“exige*

*uma ruptura epistemológica, que coloca o estudo do discurso num outro terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito” e, mais adiante, “não concebe nem o sujeito, nem os sentidos como individuais, mas como históricos, ideológicos” (MUSSALIM, 2003, p.105).*

Mussalim (2003, p.110) sintetiza que a AD, calcada no materialismo histórico, concebe o discurso como *“uma manifestação, uma materialização da ideologia”* em que *“o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico”*. Portanto, as condições de produção, ou seja, o conjunto de elementos que cerca a produção do discurso (contexto histórico e social, interlocutores, o lugar de onde enunciam e a imagem que fazem de si e do outro), torna-se fundamental para a AD (BRANDÃO, 2004).

É importante destacar que a evolução da AD permitiu que correntes distintas criassem suas próprias fronteiras de pesquisa, como por exemplo, a diferença entre a AD de origem francesa e a AD de origem anglo-saxã. A AD francesa teria maior influência da História, ao passo que a anglo-saxã teria tido maior contato com a Sociologia. A diferença entre elas é a de que a AD anglo-saxã *“considera a intenção dos sujeitos numa interação verbal”* ao passo que a AD francesa *“considera que estes sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais”* (MUSSALIM, 2003, p.113).

Brandão (2004) destaca que a AD francesa pode ser definida como *“o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado”* (BRANDÃO, 2004, p.03). Isto porque a AD francesa procurou compreender o momento político da época (meados do século XX), debruçando-se sobre os discursos com posições marcadas, direita e esquerda. Não se limitava, todavia, ao estudo linguístico, mas considerava, também, os aspectos externos à fala como elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos, o espaço que o discurso ocupa e sua relação com outros discursos. Portanto, para a metodologia da AD, além do aspecto gramatical, a linguagem relaciona-se a um saber sócio-ideológico.

Segundo Mussalim (2003) a Análise do Discurso pode ser dividida em três fases distintas. A primeira fase, AD-1, explora discursos mais estabilizados, pouco polêmicos, de origem comum e fechados numa estrutura própria, como por

exemplo, os discursos políticos do Partido Comunista, em que a produção discursiva se dava “*a partir de condições de produção mais estáveis e homogêneas, isto é, no interior de posições ideológicas e de lugares sociais menos conflitantes*”. (MUSSALIM, 2003, p.117) Essa construção seria estabelecida por uma “máquina discursiva” que delimitaria as fronteiras de produção em relação à semântica e criação. Logo, ter-se-ia uma estrutura com condições de produção estáveis, responsável pela geração do processo discursivo a partir de um conjunto de argumentos e operadores. Esta fase aproxima-se mais das perspectivas racionalistas em Relações Internacionais.

A AD-2 rompe com o conceito de máquina discursiva, pois considera a possibilidade de influência externa na produção dos discursos, mais conflitantes e menos estáveis. O conceito de Formação Discursiva (FD) de Foucault (1969) é “*o dispositivo que desencadeia [o] processo de transformação na concepção do objeto de análise da Análise de Discurso*” (MUSSALIM, 2003, p.119) de AD-1 para AD-2. Foucault (1969) define a FD como “*um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa*”, logo, “*determina o que pode/deve ser dito a partir de lugar social*” (MUSSALIM, 2003, p.119 *apud* FOUCAULT, 1969, p.14), aproximando-se das perspectivas construtivistas em Relações Internacionais.

Assim, Mussalim (2003) argumenta que existiria uma divisão dentro da FD, separando o que é interno ao discurso, e o que é externo a ele. Isso significa um rompimento com o argumento de estruturas fechadas, em que a FD pode ser identificada como uma construção advinda de elementos de outros discursos. Logo, a AD-2 distancia-se da “*máquina discursiva*” da AD-1 ao considerar possíveis influências externas na produção do discurso.

Portanto, a FD estaria marcada por regularidades, definindo-se em relação a um externo, “*não podendo mais ser concebida como um espaço estrutural fechado*” (MUSSALIM, 2003, p.119). O objetivo da análise nesta fase será, portanto, as relações entre as máquinas discursivas. Contudo, vale ressaltar que o fechamento de uma máquina ainda é conservado, pois a presença do outro, de outra FD, sempre será concebida a partir do interior da FD em questão. (MUSSALIM, 2003, p.119).

Nesse sentido, o espaço de uma FD é atravessado pelo 'pré-construído', ou seja, por discursos que vieram de outro lugar (de uma construção anterior e exterior) e que são incorporados por ela numa relação de confronto e aliança. Uma FD, portanto, é constituída por um sistema de paráfrases, já que é um espaço onde enunciados são retomados e reformulados sempre '*num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade*' (MUSSALIM, 2003, p.119 *apud* BRANDÃO, 1998, p.39).

A autora aborda uma terceira opção, a AD-3, que trata da desconstrução dessas "*máquinas discursivas*", a partir de um deslocamento na relação de uma FD com a outra. Ao contrário da AD-2 em que a FD mantém uma identidade, ou seja, em que as "*formações discursivas*" se atravessariam independentemente umas das outras, resultando em um interdiscurso dentro do qual todas as FDs se formariam, na AD-3 ter-se-ia uma relação interdiscursiva. Esta relação interdiscursiva estruturaria a identidade das FDs, uma vez que os discursos não se constituiriam de forma independente uns dos outros para depois serem colocados em relação.

A AD-3, numa comparação teórica, se encaixaria melhor em uma análise do discurso pós-estruturalista em que as estruturas fechadas das outras fases seriam abordadas em um contexto único; o interdiscurso, ou melhor, no lugar da análise. Mussalim (2003) destaca as fases AD-2 e AD-3 encontram-se presentes nas análises recentes, entretanto, a AD-1, também chamada de Análise Automática do Discurso (AAD), foi praticamente abandonada por estar ligada a um período muito específico do desenvolvimento da AD.

## **2.5 A Análise de Discurso Construtivista**

Em Fairclough (2001), o termo *discurso* é usado como *representação social*; o sujeito constrói sua identidade e, ao mesmo tempo, age na formação do mundo e dos outros indivíduos. Isso "*implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito pra primeira*" (FAIRCLOUGH, 2001, p.91). Esse discurso que também "*se delinea pela estrutura social no qual é construído, sob a influência das diversas representações identitárias em torno do sujeito que o produz*", não se limitando,

portanto, “à representação do mundo, mas lhe confere significado, numa prática de constante construção de distintas formas de significação”.

Com efeito, em primeiro lugar é uma questão de admitir totalmente a distinção entre linguagem e discurso. O discurso é a linguagem enquanto prática social determinada por estruturas sociais (as regras e/ou conjuntos de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas sociais). Ao aceitar essa premissa, estamos aceitando também que a estrutura social determina, dessa forma, as condições de produção do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p.91 *apud* LUPICINIO, 2004, p.149).

Fairclough (2001) sugere ainda três efeitos construtivos do discurso: em relação àquele que produz o discurso ou o sujeito da relação social (função identitária); nas relações sociais e na interação de sujeitos distintos (função relacional); e, contribuindo para a construção de sistemas de conhecimento e crença (função ideacional). Assim, sobre a prática política, Fairclough (2001, p.94) enfatiza que essa “*estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder*”. Sobre a prática ideológica, “*o discurso é responsável pela constituição, naturalização, manutenção e transformação dos significados que o mundo tem de acordo com as relações de poder pré-existentes*”. Esses três efeitos se relacionam ao que ele chama de funções da linguagem, e são, respectivamente, as funções “identitária”, “relacional”, e “ideacional”. Portanto, as práticas políticas e ideológicas se complementam.

Mussalim (2003) destaca, todavia, que o sentido do discurso não é dado *a priori*, mas sim é constituído pelo próprio discurso, não existindo, portanto, um sentido em si, mas uma determinação simultânea às posições ideológicas que são colocadas entre as FDs apresentadas no discurso. Assim, o que importa não é o sujeito do discurso em si, mas o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem; suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91)

Portanto, o entendimento da *prática discursiva*, em que o discurso deve ser entendido em sua forma linguística, virá a partir de um *texto*, falado ou escrito, ou seja, de mais uma forma de representação das práticas sociais. Essas

representações podem ter elementos discursivos em sua totalidade ou apenas parcialmente, entretanto, a linguagem será essencial para que qualquer construção possa ser dotada de significado.

Nesse sentido, a análise de uma prática discursiva deve englobar três processos: a produção, a distribuição e o consumo textual. “*A produção e o consumo são de natureza parcialmente sócio cognitiva, já que envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual que são baseados nas estruturas e nas convenções sociais interiorizadas*” (FAIRCLOUGH, 2001, p.99). Logo, uma AD deverá obedecer a esses três enfoques de uma FD: a delimitação do sujeito enunciator; a forma como o discurso se traduz nas relações sociais; e, como ele será recebido por uma determinada platéia. Vinculando-se, portanto, à agenda construtivista em Relações Internacionais devido a este contexto sociológico que deve ser levado em consideração nas análises.

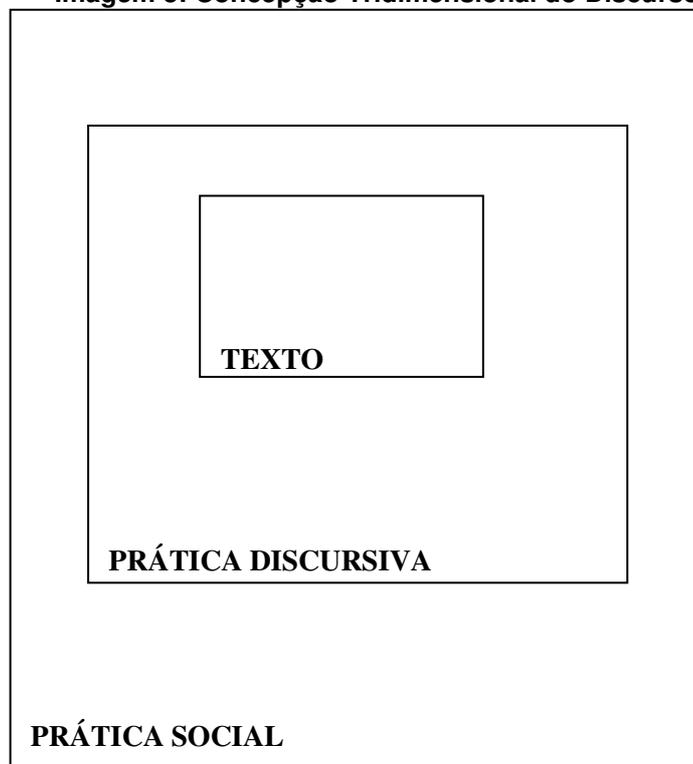
Esse processo é denominado de a *concepção tridimensional do discurso* (Imagem 3) por Fairclough (2001) colocando, em uma mesma estrutura analítica, as concepções sociológicas e linguísticas da análise discursiva. Além destes três enfoques, o cálculo para a distribuição de um texto deve considerar a recepção pelo público. Portanto, o contexto social também será responsável por delimitar a forma como será construído o significado em um discurso. Em textos políticos, por exemplo, várias instituições participariam da revisão de uma construção discursiva para facilitar a penetração da ideia proposta e a identificação entre os sujeitos.

[p]rodutores em organizações sofisticadas, como departamentos de governo, produzem textos de forma a antecipar sua distribuição, transformação e consumo, e neles constroem leitores múltiplos. Podem antecipar não apenas os ‘receptores’ (aqueles a quem o texto se dirige diretamente), mas também os ‘ouvintes’ (aqueles a quem o texto não se dirige diretamente, mas são incluídos entre os leitores) e ‘destinatários’ (aqueles que não constituem parte dos leitores ‘oficiais’, mas são conhecidos como consumidores de fato. (FAIRCLOUGH, 2001, p.108).

Logo, a mudança discursiva para Fairclough (2001) buscaria compreender o que o enunciator comunica com um discurso para corroborar ou mudar o foco de uma ideia previamente apresentada. Isso estaria ligado diretamente à forma como o consumo de um texto se daria pela platéia a que se dirige. A aceitação e consequente identificação com um discurso poderiam significar a manutenção deste, entretanto, caso problemas na ordem do consumo apareçam, será

necessário rever como determinadas construções foram feitas internamente ao discurso para se adaptar ao público direcionado.

**Imagem 3: Concepção Tridimensional do Discurso**



Fonte: Adaptado de FAIRCLOUGH, 2001, p.101.

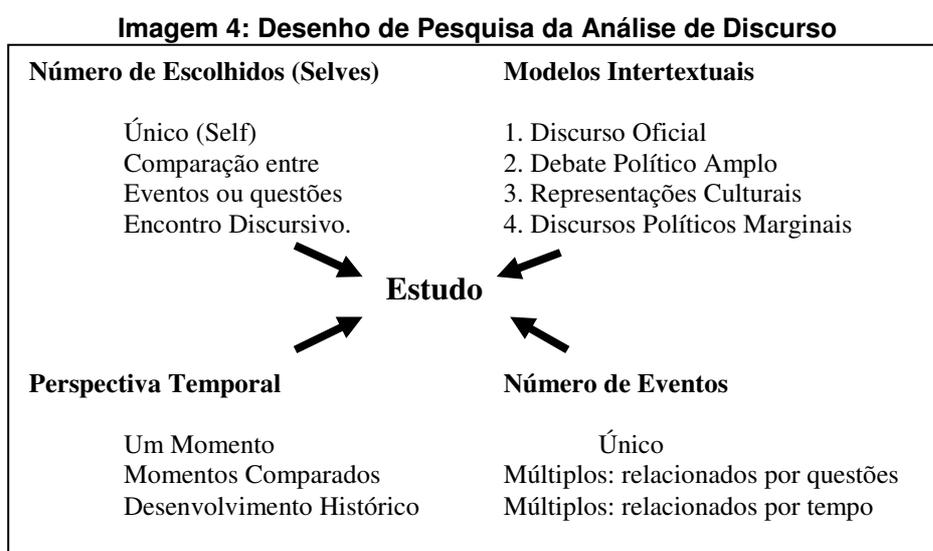
## **2.6 Entendendo a Reorientação Política**

Ao aliarmos a AD ao estudo das RI, percebe-se a necessidade da definição do alcance analítico possível de acordo com a escola de pensamento a ser utilizada, ou seja, as fases AD-1, AD-2 ou AD-3 e, no caso deste trabalho, constatou-se que a AD aliada ao construtivismo, AD-2, parece satisfazer as necessidades da pesquisa. O peso do nível local é considerado em maior escala pela abordagem construtivista que inclui as normas e regras domésticas nas análises. Esta abordagem abre espaço para os analistas internacionais se utilizarem do ferramental analítico da sociologia e ciência política em suas análises. Assim, não seria a lógica da anarquia a situação predominante no sistema internacional, mas sim uma realidade em que as instituições, as regras e as normas, tanto locais quanto internacionais, importam. Isto porque essas instituições restringem e constituem os atores, moldando os interesses e escolhas dos Estados e sendo moldadas por eles.

No construtivismo as regras são internalizadas por meio de práticas, chegando a mesclar-se com a identidade e interesses dos atores e é aqui que as instituições políticas domésticas encontram uma porta aberta para influenciar o comportamento do ator estatal. Embora as abordagens construtivistas se distanciem do debate racionalista, diversos métodos podem ser usados em suas análises. O desafio consiste em verificar, para o caso estudado, qual a abordagem construtivista pertinente, bem como o ferramental metodológico que melhor se aplique.

Como vimos, as análises que utilizem a perspectiva de Wendt (1999) devem destacar os aspectos comportamentais, identificados mediante sinais e compreendidos em contexto. Logo, aliarmos o construtivismo de Wendt (1999) com a AD sinalizamos o estudo de formações discursivas que expliquem as identidades estatais, formadas no nível local, em um primeiro momento, para que a compreensão das relações destas no nível internacional seja alcançada, em um segundo momento.

Para efeitos metodológicos práticos, Hansen (2006) sintetiza em um quadro (Imagem 4), quatro dimensões que devem ser definidas em todo modelo de análise textual. Vale destacar que o foco da autora são as abordagens pós-estruturalistas, todavia, seu modelo pode ser aplicado para as demais pesquisas em AD. Estas dimensões são: i) o número de envolvidos (*number of selves*); ii) os modelos intertextuais (*intertextual models*); iii) a perspectiva temporal (*temporal perspective*); e, iv) o número de eventos (*number of events*).



**FONTE: HANSEN, 2006, p.81, tradução nossa**

O número de *selves* refere-se ao número de identidades analisadas. É possível escolher entre apenas um único envolvido, uma comparação entre eventos ou questões, ou ainda, um encontro discursivo entre identidades. Com relação aos modelos intertextuais, estes se referem à natureza dos discursos que serão analisados, podendo ser classificados em quatro categorias; os discursos oficiais, o debate político mais amplo, as representações culturais, ou ainda as discussões políticas marginais, como a mídia por exemplo.

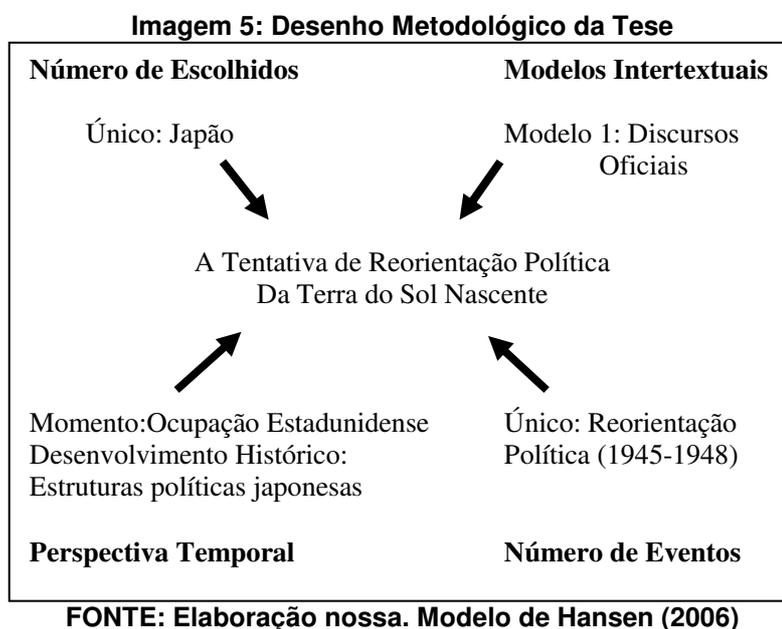
A perspectiva temporal trata do momento específico do evento a ser estudado, da comparação entre momentos, geralmente antes e depois de um marco temporal ou de um desenvolvimento histórico, cronológico ou não. A quarta dimensão trata do número de eventos, que podem ser sobre um único evento ou eventos múltiplos (relacionados por assunto ou relacionados por tempo).

Neste estudo sobre a reorientação política realizada durante a ocupação estadunidense do Japão, optamos pelo estudo da formação discursiva a partir de um único *Self*, no caso o Japão, uma vez que o objetivo geral foi a compreensão do impacto de sua formação discursiva local em seu comportamento no cenário internacional. Com relação aos modelos intertextuais, a opção foi pelo estudo dos discursos oficiais, que englobam os documentos oficiais da ocupação, as diretrizes, as leis promulgadas, os memorandos e os pronunciamentos.

A perspectiva temporal do problema de pesquisa é a ocupação estadunidense (1945-1952), mais especificamente seus primeiros três anos, que englobam o evento específico a ser estudado; a reorientação política (1945-1948). A interpretação japonesa dos documentos oficiais criou, contudo, a necessidade de maior contextualização histórica, social e documental, e, portanto, o desenvolvimento histórico da formação discursiva da identidade estatal japonesa precisou ser incluído no trabalho. Portanto, a perspectiva temporal é o período da ocupação estadunidense, acrescido do desenvolvimento histórico dos elementos necessários à contextualização da formação discursiva japonesa, a saber, as estruturas políticas oficiais visualizadas a partir das três Constituições, e mais a estrutura de transição, utilizada durante o período da ocupação. Os desdobramentos da ocupação (período após 1945 até o final da Guerra Fria, 1991) que originaram a problemática inicial da pesquisa, não serão incluídos, uma vez que já foram previamente discutidos, na Dissertação de Mestrado.

O número de eventos será, portanto, único, a saber, a reorientação política, como evento de referência para a análise aqui proposta. Vale destacar que a reorientação política, como evento escolhido e como marco temporal, destacou-se como opção única durante o desenho metodológico da pesquisa, uma vez que a problemática identificada durante a pesquisa de mestrado, que originou esta pesquisa de doutoramento, levou à necessidade de análise mais detida deste processo, por ser o período de formação e promulgação dos documentos oficiais, utilizados, pelo Japão, como justificativa para seu comportamento internacional.

Adaptando a representação gráfica de Hansen (2006) para a presente análise teríamos:



Ao longo da pesquisa, entretanto, tornou-se claro que o estudo do encontro discursivo entre o Japão e os Estados Unidos será necessário para um maior aprofundamento do tema em pesquisas futuras, devido à importância que as interpretações diferentes destes, levantadas neste trabalho, sobre o mesmo conjunto de modelos intertextuais, tiveram nos resultados aqui indicados.

Vale destacar que os memorandos e pronunciamentos oficiais foram produzidos tanto do lado dos Estados Unidos quanto do lado japonês, sendo, portanto, necessária a inclusão da categoria representação cultural nas análises, responsável pela contextualização necessária ao estudo da formação discursiva. Novamente optou-se pelo lado japonês no mapeamento das representações culturais, em função do objetivo geral da tese. Destaca-se aqui, entretanto, que um

estudo da formação discursiva do lado estadunidense que englobe suas representações culturais poderá fornecer rico material de análise caso o pesquisador decida rastrear o impacto destas na agenda internacional estadunidense para a região do pacífico sul.

### 3 DEUSES E HOMENS: O JAPÃO ONTEM E HOJE

Para verificar a concepção tridimensional do discurso, faz-se necessário o recurso do olhar histórico à situação que se pretende analisar. Isto porque a AD-2 considera não somente a linguagem, mas o contexto histórico e social dos interlocutores, o lugar de onde enunciam o discurso e a imagem que fazem de si, como fundamentais para esta análise tridimensional, mais ampla. Portanto, este recuo histórico possibilitará o mapeamento dos enfoques de uma formação discursiva, a saber, o sujeito enunciador, a forma como o discurso se traduz nas relações sociais; e, como será recebido por uma determinada platéia.

Este capítulo apresenta, pois, uma descrição histórica da formação e formalização política do arquipélago, perpassando o antes e o depois do período analisado, a saber, reorientação política ocorrida durante a Ocupação Estadunidense<sup>52</sup>, de maneira a facilitar o destaque de informações relevantes à pesquisa. Isto porque a Reorientação Política imposta ao Japão durante a ocupação modificou drasticamente o dia a dia da vida política no país. Considerada como uma das reformas mais bem sucedidas<sup>53</sup>, as mudanças ocorreram tanto nos textos legais – nova Constituição, Lei Eleitoral, Código Civil, Lei da Casa Imperial; quanto na condução diária do maquinário institucional – procedimentos jurídicos, organização das autoridades locais, procedimentos parlamentares e imperiais, entre outros. Portanto, o foco deste capítulo é descritivo identificando o antes e o depois do cotidiano político do arquipélago.

#### 3.1 *Behind the Curtains*: o Arquipélago e sua Origem Mitológica

O arquipélago japonês (Imagem 6) situa-se ao largo da costa oriental do continente asiático, formado por ilhas montanhosas que se estendem por aproximadamente 2.800 quilômetros. Ocupa cerca de 378 mil km<sup>2</sup> sendo pouco maior do que a Finlândia. Suas quatro ilhas principais são *Honshu* (a maior de todas,

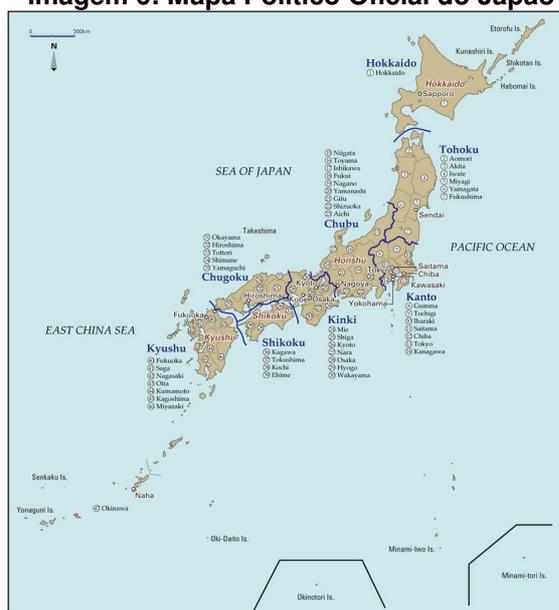
---

<sup>52</sup> A Ocupação foi composta pelas Potências Aliadas, os vencedores da Segunda Grande Guerra, entretanto, no caso japonês o comando e execução das operações foi essencialmente estadunidense, sendo esta a razão de a ocupação ser chamada de Ocupação Estadunidense, termo doravante usado neste trabalho.

<sup>53</sup> Diversos trabalhos tratam do tema da ocupação e seus desdobramentos pós-1945. Para maiores informações consulte BERGER, Thomas U. **Cultures of Antimilitarism: National Security in Germany and Japan**. Baltimore. The Johns Hopkins University Press, 1998; NISHI, Toshio. **Unconditional Democracy**. Stanford University, California, Hoover Institutions Press. 1982; entre outros.

onde se localiza a capital Tokyo, dividida em cinco regiões), *Hokkaido*, *Kyushu* e *Shikoku*, além milhares de pequenas ilhas. O terreno é coberto por vulcões<sup>54</sup> sendo o maior deles o Monte Fuji<sup>55</sup> com 3.776 metros de altura. Possui as estações bem definidas com uma vegetação exuberante, inverno rigoroso e verão muito úmido<sup>56</sup>. Além de vulcões ativos, o arquipélago sofre com constantes abalos sísmicos que geram grandes terremotos (*jishin*) e maremotos (*tsunami*).

**Imagem 6: Mapa Político Oficial do Japão**



**Fonte: Embaixada do Japão no Brasil**

Apesar dos desafios impostos pela geografia do arquipélago, os japoneses sempre admiraram sua região e procuraram utilizar as belezas naturais a seu favor. Possuem um turismo direcionado ao aproveitamento da natureza seguindo as estações do ano<sup>57</sup>, bem como utilizando as diversas fontes termais na criação de *onsen* (温泉), locais para o relaxamento do corpo e da mente<sup>58</sup>. Além disso, preservam e divulgam as diversas construções antigas como, por exemplo, o

<sup>54</sup> Situado no cinturão vulcânico do Pacífico, o número total chega a aproximadamente 80 vulcões ativos. O Japão possui cerca de um décimo dos vulcões ativos no mundo, com um terreno que equivale a 0,3% do globo terrestre.

<sup>55</sup> O Monte Fuji está adormecido desde sua última erupção em 1707 e segue monitorado. Mais detalhes sobre este vulcão, rotas turísticas e a temporada de escalada, consulte a página oficial do Monte Fuji em <<http://www.fujisan-climb.jp/en/>>.

<sup>56</sup> Informações oficiais divulgadas pela Embaixada do Japão no Brasil, em Brasília. Para maiores detalhes, consulte a página oficial em <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/geografiaclima.html>>. Consulte também a base de dados do World Statesmen sobre o Japão em: <<http://www.worldstatesmen.org/Japan.htm>>.

<sup>57</sup> Das quatro estações a mais famosa é a primavera. A apreciação das cerejeiras *sakura* (桜) ocorre durante uma semana em Abril. Para maiores informações consulte <<http://journeytotheeast.com.au/spring-in-japan/>>.

<sup>58</sup> Existem diversos *onsen* famosos no Japão. Para maiores informações sobre este tipo de turismo consulte a página da Província de Yamanashi em <<http://www.pref.yamanashi.jp/portuguese/tourism/hotspring/>>.

Templo *Hōryū-ji* (法隆寺)<sup>59</sup>, localizado na antiga capital *Nara* (奈良), construção que data do ano de 593 e é considerada a estrutura de madeira mais antiga do mundo.

É à mitologia japonesa<sup>60</sup> e ao shintoísmo<sup>61</sup> que se deve a prática milenar do respeito à natureza e aos templos, devido às crenças e mitos consolidados com as práticas culturais e ensino milenar doutrinário. Tradicionalmente politeístas, a natureza representa a morada dos deuses, em que toda a criação (plantas, rochas, montanhas, estrelas, animais) possui uma deidade de referência.

Um dos mitos mais fortes, por exemplo, se refere à formação do arquipélago, em que este foi criado, governado e povoado por diversas deidades e seus descendentes, sendo esta a origem do povo japonês. É atribuído ao neto da Rainha Celestial *Amaterasu* (天照) chamado *Ninigi-no-Mikoto* (瓊瓊杵尊) e que foi uma dessas deidades que povoou o arquipélago, a origem da família imperial japonesa (LU, 1997).

### 3.1.1 A Deusa Amaterasu e a origem da Família Imperial

*Amaterasu* (Imagem 7) ou “a grande divindade que ilumina o céu” é a deidade mais importante da tradição Shintoísta, a Rainha do Reino Celestial. Filha dos Deuses *Izanagi* e *Izanami*, *Amaterasu* era a responsável por gerar luz e calor para os seres da terra criada por seus pais (o atual arquipélago japonês). Porque foi considerada muito bonita, seus pais a enviaram aos céus, pois “esta criança não

<sup>59</sup> Para mais informações sobre o templo e seu acervo histórico, consulte <<http://www.horyuji.or.jp>>.

<sup>60</sup> Mais informações sobre a Mitologia Japonesa consulte a página do *Myth Encyclopedia*, disponível em <<http://www.mythencyclopedia.com/Iz-Le/Japanese-Mythology.html>>. O registro mais antigo japonês é o livro *Kojiki* compilado em 712 e o livro *Nihon Shoki* ou *Nihongi* compilado em 720 e que trata da mitologia da criação do arquipélago e da origem da família imperial. Para acesso ao livro *Nihon Shoki* consulte: <<https://ia800301.us.archive.org/11/items/nihongichronicl00astogoog/nihongichronicl00astogoog.pdf>>. Maiores detalhes sobre o período em IMAMURA, Keiji. **Prehistoric Japan: New Perspectives on Insular East Asia**. Honolulu, University of Hawaii Press, 1996. Sobre a pesquisa documental do período e trechos do *Kojiki* consulte LU, David J. **Japan: A Documentary History, Volume I: The Dawn of History to the Late Tokugawa Period**. Armonk, New York: M. E. Sharp, 1997.

<sup>61</sup> Shintoísmo ou “o caminho dos deuses” é escrito com o kanji *kami* “Deus”, ‘divindade’, ou ‘poder divino’, e o kanji de caminho. Embora a palavra *kami* seja usada para se referir a um único Deus, também se refere a uma miríade de deuses, venerados desde a Era Yayoi (300 a.C a 300 d.C). Os *kamisama* (神様) são parte de todas as formas e manifestações de vida. Residem em rochas, árvores, montanhas e em fenômenos naturais. Os *kamisama* que mais se assemelham aos deuses ocidentais são as divindades celestiais que residem no *Takamagahara* (Reino Celestial). O Shintoísmo enfatiza a pureza e o respeito, traduzido em diversos rituais de limpeza e purificação, por exemplo, a prática de se lavar as mãos à entrada dos Templos. Não existe um livro sagrado shintoísta com mandamentos morais e esta lacuna foi preenchida pelo Príncipe Regente Shōtoku com a adoção de preceitos confucianos e budistas especificados na Constituição dos Dezessete Artigos. Para maiores informações acesse: <[http://www.uri.org/kids/other\\_shin.htm](http://www.uri.org/kids/other_shin.htm)>, <<http://mb-soft.com/believe/txo/shintois.htm>> e <<http://www.japan-zone.com/omnibus/shinto.shtml>>.

deve residir nesta terra, mas sim ser enviada rapidamente ao céu e assumir responsabilidades divinas<sup>62</sup> (NIHON SHOKI, parte 5, verso 1)”, tornando-se assim, a Deusa Sol. *Izanagi* e *Izanami* tiveram mais dois filhos, *Tsukuyomi*, o Deus da Noite e da Lua e *Susano-Wo*, o Deus dos Mares e das Tempestades (Imagem 8).

Imagem 7: Amaterasu



Fonte: Ancient History Encyclopedia

Imagem 8: Susano-Wo



Fonte: Ancient History Encyclopedia

Devido à sua personalidade intempestiva, *Susano-Wo* não teve permissão de seus pais para ficar em terra firme uma vez que ele poderia desestabilizar a calma e a tranquilidade do arquipélago. E assim os três irmãos reinavam separados. Em uma visita à irmã, *Susano-Wo* causou distúrbios no Reino Celestial e, por isso, *Amaterasu* fez uma aposta com ele: cada um deveria criar vida com um objeto do outro e assim *Amaterasu* criou três deidades femininas a partir da espada (*Kusanagi*) de seu irmão e *Susano-Wo* criou cinco deidades masculinas a partir do colar de pérolas (*Yasakani*) da irmã. Bêbado com a vitória, *Susano-Wo* comemorou descendo das nuvens e destruindo os campos de arroz da irmã.

Brava, após inúmeros episódios como este, *Amaterasu* desceu à Terra e se trancou em uma caverna, dando início a um longo período de trevas no arquipélago. *Susano-Wo* se retirou para o submundo e o arquipélago ficou a cargo das demais deidades do Reino Celestial. Durante este período, sem a Deusa Sol como guia, diversas deidades menores e espíritos maldosos abusaram do arquipélago e de

<sup>62</sup> “吾息雖多, 未有若如此靈異之兒. 不宜久留此國. 自當早送于天, 而授以天上之事” Fala atribuída ao Deus *Izanagi* sobre sua filha *Amaterasu* e registrada no livro *Nihon Shoki*, parte 5, verso 1, disponível em inglês em japonês em <<http://nihonshoki.wikidot.com/scroll-1-age-of-the-gods-1>>. Para maiores informações sobre esta Deusa e demais deidades shintoítas, consulte o *Ancient History Encyclopedia* em <<http://www.ancient.eu/Amaterasu/>>. O resumo mitológico aqui reproduzido encontra-se mais detalhado na obra de David Lu (1997), que selecionou diversos trechos do *Kojiki* e do *Nihongi*, contrastando-os com documentos históricos e registros dos clãs dominantes do período antigo japonês. Esta pesquisa sobre os clãs e seus inúmeros confrontos não serão aqui retratados, salvo os conflitos direta ou indiretamente relacionados à Família Imperial.

seus habitantes. Passado o tempo e sem rumo, essas deidades perceberam que a presença de *Amaterasu* era essencial e para tanto começaram a clamar por ela pela entrada da caverna selada, sem sucesso. *Susano-Wo*, que havia se retirado para o submundo, permitiu que sua filha se casasse e seu genro criasse a terra de Izumo<sup>63</sup>, onde a família prosperou, não conseguindo, entretanto, reverter as trevas do restante do arquipélago.

A Deusa do Entretenimento, *Uzume*, finalmente desenvolveu um plano: criou um cenário de entretenimento, com músicas, danças e adornos fora da caverna, e um gigantesco espelho (*Yata*) na entrada. *Uzume* começou a bater os pés ao ritmo de tambores e inventou uma nova prática artística, o *Taiko* (太鼓)<sup>64</sup>, atraindo a curiosidade de *Amaterasu*. Ao chegar perto da entrada, *Amaterasu* se viu refletida no espelho e lembrou-se de sua grandeza, retornando ao Reino Celestial.

Para restabelecer a ordem entre as criaturas de seus Pais, *Amaterasu* enviou diversas deidades para governar o arquipélago, mas não obteve sucesso. Ela então encarregou seu filho *Ama-no-Oshiho-mimi* da tarefa, mas este sugeriu seu próprio filho, neto de *Amaterasu*, *Ninigi-no-Mikoto* que aceitou o desafio. Para auxiliá-lo em sua jornada, ela lhe deu três presentes: o *Yasakani*, o *Yata* e a *Kusanagi*<sup>65</sup> que juntos se tornaram a materialização do poder de *Ninigi* na Terra.

Quando ele chegou ao arquipélago, foi aceito como o Soberano do Japão e seus presentes se tornaram as relíquias da Família Imperial. Isto porque *Ninigi* tornou-se mortal ao se casar e um de seus bisnetos, *Iwarebiko* conhecido como *Jimmu Tennō* (神武天皇), se tornou o primeiro Imperador, que reinou por volta de 660 a.C. ao unificar o arquipélago sob uma mesma bandeira; o *Hinomaru* (日の丸) ou “Círculo do Sol”<sup>66</sup> (Imagem 9). Acreditava-se que o Imperador Jimmu possuía

<sup>63</sup> Diversos mitos sobre *Izumo* são retratados no *Kojiki* e retomados por David Lu, 1997, p.5-7. Para esta pesquisa o dado importante destacado é a origem do clã Izumo como descendentes de *Susano-Wo* e, portanto, subordinados aos descendentes de *Amaterasu*: o clã Yamato – a família imperial japonesa.

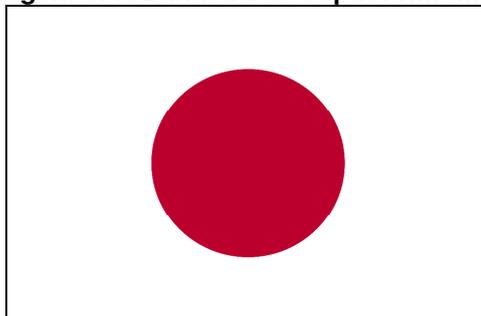
<sup>64</sup> É atribuída à Deusa *Uzume* o surgimento de diversas danças e eventos tradicionais, e dentre estes o mais famoso é a prática do *Taiko*, batida dos tambores com coreografia. Para maiores informações consulte <<http://www.ishindaiko.com.br/site/index.php/o-que-e-taiko>>. Sobre a prática do *Taiko* no Brasil consulte: <<http://www.taiko.com.br/2014/>> ou ainda <<https://ikioidaiko.wordpress.com/sobre-o-taiko/taiko-no-brasil/>>. Sobre o Festival Brasileiro de *Taiko* consulte: <<http://matsuridaiko-sp.com/>>.

<sup>65</sup> As relíquias são guardadas separadas: o colar *Yasakani* está guardado no Palácio Imperial em Tokyo, o espelho *Yata* está no Templo de *Amaterasu* em Ise, e a espada *Kusanagi* está no Templo *Atsuta* em Nagoya. Originalmente as três relíquias ficavam no Templo de *Amaterasu* em Ise, que era parada obrigatória na rota de visitação oficial a localidades shintoístas. Após a Ocupação e a revogação da visitação a localidades shintoístas por integrantes do governo, as relíquias foram guardadas separadas nessas três localidades. Esta mudança foi oficializada com a SCAPIN *Shinto Directive* que será abordada no capítulo documental.

<sup>66</sup> O nome oficial da bandeira é “marca do sol – Nisshoki” (日章旗). A proporção vertical-horizontal da bandeira é 2:3, o círculo está exatamente no centro, e seu diâmetro equivale a três quintos da medida vertical. Entretanto é

poderes mágicos e que conversava com os deuses e, portanto, era considerado abaixo dele se envolver no dia a dia político do arquipélago, deixando a cargo de ministros e conselheiros a condução política de seu reino<sup>67</sup>.

**Imagem 9: A Bandeira do Japão: *Hinomaru***



**Fonte: Embaixada do Japão no Brasil**

Portanto, para a mitologia japonesa a Família Imperial é descendente direta da Deusa Sol, *Amaterasu*. Entretanto, apenas na Era Asuka (飛鳥 593-710) com o desenvolvimento do primeiro texto legal japonês (abordado mais adiante), que se tem registro, é que esta ascendência divina foi oficializada. Além disso, a história cronológica japonesa é dividida em Períodos ou Eras<sup>68</sup> nomeadas de acordo com o nome do Reinado do Imperador vigente, utilizando o Calendário *Nengō* (年号, nome da Era). Atualmente o calendário gregoriano também é adotado, entretanto é o calendário *nengō* o utilizado em documentos e no dia-a-dia da população. O ano de 2016, por exemplo, é 平成 28 年(Heisei28nen) que significa 28º Ano do Reino Heisei, do Imperador Akihito.

### **3.1.2 O Reino Yamatai e o Primeiro Texto Legal**

Por ser descendente da deidade governante, a Família Imperial japonesa não possui sobrenome; seus membros adquirem uma designação em seu nascimento e

---

mais conhecida como *Hinomaru*. Para maiores detalhes sobre o significado e a utilização histórica consulte a Embaixada em <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/bandeira.html>>. Diversas pinturas, biombos, poemas e registros históricos descrevem o *Hinomaru* como o símbolo do lado que lutava pela verdade, pelo arquipélago, e que detinha as bênçãos dos deuses. Clãs partidários da família imperial se uniam sob o *Hinomaru* e lutavam contra revoluções, golpes contra o império, guerras por terras e poder. Embora seu uso tenha sido oficializado apenas no século XIX na Era Meiji (1868-1912), o primeiro registro de sua existência encontra-se no Livro *Nihongi* que faz uma referência ao *Hinomaru* como bandeira oficial desde o ano 701.

<sup>67</sup> É atribuída à Imperatriz Himiko (abordada na próxima seção) a adoção e popularização deste estilo de conduta política, com a utilização da mitologia como elemento de legitimação perante os súditos.

<sup>68</sup> Para detalhes sobre a conversão do calendário gregoriano ao calendário *nengō* e acesso à lista completa das Eras e para o calendário de 2015 consulte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Eras\\_do\\_Jap%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eras_do_Jap%C3%A3o)> ou <<http://www.maitown.com/soft/nannohi/cam2015.html>> ou <<http://www.nihongobrasil.com.br/historia.htm>>.

o primeiro nome quando de sua confirmação como Príncipe ou Princesa<sup>69</sup>. Além do nome, o Imperador é designado de *Kinjō Tennō* (今上天皇) ou Imperador Reinante, ao passo que o calendário recebe a designação de seu provável nome póstumo<sup>70</sup>.

Manuscritos chineses do século III falam do longínquo Reino Yamatai<sup>71</sup> (邪馬台国), que se situava para além da península ao leste (Coreia) e enviava tributos ao continente (China) de tempos em tempos. Denominados *Records of the Three Kingdoms*, é uma coletânea de manuscritos, considerados registros históricos, que tratam da Dinastia *Han* (184-220), *Wei* (220-265) e *Sui* (581-618)<sup>72</sup>. É o registro oficial mais antigo encontrado que menciona o Reino Yamatai (Era Yayoi 弥生 300bc-250dc) e sua lendária Imperatriz Himiko (卑弥呼) do século II e III<sup>73</sup>.

É atribuído à Imperatriz Himiko o desenvolvimento do arquipélago mediante negociações com o continente, adoção do sistema de tributação hierarquizado via daimyō, utilização da mitologia shintoísta como elemento legitimador de seu reinado e associação pessoal (Família Yamato) como descendente de *Amaterasu*. O Reino Yamatai, que pertenceu aos Yamato, conseguiu prosperar e, embora não tenham conseguido pacificar o arquipélago, ao longo de cinco séculos unificaram o conjunto de ilhas sob um mesmo nome (日本 *Nihon*) e bandeira (IMAMURA, 1996).

Sem menção direta à Imperatriz Himiko, o Reino Yamato é mencionado no *Kojiki* e no *Nihon Shoki* como uma das oito ilhas criadas por *Izanagi* quando da

<sup>69</sup> Historicamente o sobrenome das famílias era uma forma de identificação regional, por clãs, e ocupacional. Era hierarquicamente definido, bem como a variação de nomes pessoais disponíveis. A Família Imperial entendida historicamente como pertencente à Dinastia Yamato, desde a oficialização de sua ascendência divina com a Constituição dos 17 Artigos utiliza o sistema de nomeação mitológico, herdado de *Ninigi-no-Mikoto*. Um nome próprio é designado quando do nascimento, seguido do *kanji* 仁 (hitō/pessoa – forma antiga) e a titulação príncipe ou princesa. Quando da investidura o herdeiro passa a ser o príncipe herdeiro. Quando ascende ao trono o nome da Era de seu reinado passa a ter o seu nome póstumo. Para maiores informações no sistema de nomeação japonês consulte: <[http://www.japanese-name-translation.com/site/japanese\\_name\\_article.html](http://www.japanese-name-translation.com/site/japanese_name_article.html)>.

<sup>70</sup> Para acesso à Lei Imperial e informações oficiais sobre a Família Imperial, genealogia e história, consulte o site do Ministério Imperial: <<http://www.kunaicho.go.jp/e-about/>>.

<sup>71</sup> O arquipélago teve diversas denominações registradas nos manuscritos chineses e no *Kojiki* (Oyashima, Mizuho, Yamatai, Reino de Wa, Fuso, Nippon). Entretanto, somente após comunicação do Príncipe Shōtoku com o nome NIPPON como oficial que os chineses passaram a adotar este último. O nome NIHON ou NIPPON utiliza o *kanji* de Sol (日 HI ou NI) e o *kanji* de Origem (本 HON ou PON). Assim, o local se chama a origem do sol ou nascente do sol. Para detalhes: <<http://www.japaoemfoco.com/por-que-o-japao-se-chama-japao/>>.

<sup>72</sup> O conteúdo em chinês está disponível em <<http://ctext.org/sanguozhi>>. Livros: GUANZHONG, Luo. **Three Kingdoms: A Historical Novel**. University of California Press. Tradução Moss Roberts. 1991. SHOU, Chen [280/290]; SONGZHI, Pei. **三國志: Records of the Three Kingdoms**. Taipei, Editora Dingwen. 1977.

<sup>73</sup> Para maiores informações sobre o reinado da Imperatriz Himiko e detalhes historiográficos consulte: Período Yayoi <<https://heritageofjapan.wordpress.com/yayoi-era-yields-up-rice/the-advent-of-agriculture-and-the-rice-revolution/who-was-queen-himiko/>>. EDWARDS, Walters. **Mirrors to Japanese History**. 1998, v.51. Revista *Archeological Institute of America*. Disponível em <<http://archive.archaeology.org/9805/newsbriefs/japan.html>>. A obra de Kenji Imamura retrata com maior riqueza de detalhes o período histórico, conflitos e desenvolvimento (1996) ao passo que a obra de David Lu (1997) retrata os documentos. Consulte ainda a Enciclopédia Kongming em: <<http://kongming.net/encyclopedia/Queen-Himiko>>.

criação do arquipélago, vinculando assim a região e seus governantes ao mito da criação<sup>74</sup>. Embora a prática oral já existisse desde o reinado da Imperatriz Himiko, é o primeiro texto legal japonês, no entanto, que oficializa o mito da criação como verdade e vincula a Família Imperial, até então Yamato, como os descendentes diretos da Deusa Sol *Amaterasu* e, portanto, herdeiros divinos do arquipélago. Denominada de Constituição dos Dezessete Artigos (十七条憲法), o documento foi escrito e promulgado no dia 03 de abril de 604, Era Asuka pelo Príncipe Shōtoku<sup>75</sup>, Regente da Imperatriz Suiko (33ª descendente<sup>76</sup> de *Ninigi-no-Mikoto*). O texto versava sobre a moral e as virtudes esperadas daqueles hierarquicamente superiores, que deveriam exemplificar as regras com a sua própria conduta para seus subordinados e súditos do Imperador (LU, 1997).

Quando um comando imperial é dado, deverá ser obedecido com reverência. O soberano é como o céu e o súdito como a terra. Com o céu cobrindo e a terra apoiando, as quatro estações ocorrem de forma ordenada, dando sustento para tudo o que é natural. Se a terra tenta sobrepujar as funções do céu, destruirá tudo. Portanto, quando o soberano fala, o súbito escuta; quando o superior age, o inferior deve seguir seu exemplo. Quando um comando imperial é dado, execute-o com diligência. Se não houver reverência aos comandos imperiais, a ruína ocorrerá automaticamente. (十七条憲法, Artigo Três, tradução nossa)<sup>77</sup>

Além de uma Constituição, Shōtoku centralizou o sistema de governo com a criação de cargos e atribuições hierárquicas aos seus ministros e conselheiros. A capital Nara tornou-se um pólo cultural e artístico com a aproximação cultural com a China, o ingresso do Budismo e do Confucionismo no Japão. Incluem-se ainda nesse intercâmbio cultural a tecelagem, fundição do metal, astronomia, construção naval e a adoção do alfabeto chinês *kanji* (漢字) para o registro e organização escrita da língua japonesa (IMAMURA, 1996).

<sup>74</sup> Para acesso ao texto do *Kojiki* em inglês consulte: <<http://www.sacred-texts.com/shi/kj/>>. O nome registrado no *Kojiki* e mais tarde no *Nihongi* é Yamato e não Yamatai, utilizado pelos chineses por diferenças de pronúncia.

<sup>75</sup> Para maiores informações sobre o Príncipe e a Constituição, consulte a página Sarudama na parte da história japonesa. Disponível em <[http://www.sarudama.com/japanese\\_history/jushichijokenpo.shtml](http://www.sarudama.com/japanese_history/jushichijokenpo.shtml)>. THEODORE de BARY, William (ed.). **Sources of Japanese Tradition. Volume One: From Earliest Times to 1600**. Columbia University Press. 2002 (segunda edição); VARLEY, Paul (trad.). **A Chronicle of Gods and Sovereigns: Jinno Shotoki of Kitabatake Chikafusa (1343)**. Columbia University Press. Nova York, 1980.

<sup>76</sup> Para a lista completa dos Imperadores consulte <[https://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_Emperors\\_of\\_Japan](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Emperors_of_Japan)>. Note-se que a Imperatriz Himiko não aparece na lista. Seu registro ocorreu apenas nos textos chineses e não nas crônicas japonesas (*Kojiki* e *Nihon Shoki*) do século VIII.

<sup>77</sup> “承詔必謹。君則天之。臣則地之。天覆臣載。四時順行。萬氣得通。地欲天覆、則至懷耳。是以、君言臣承。上行下靡。故承詔必慎。不謹自敗”。 Para o texto completo em chinês clássico consulte o texto original *Nihon Shoki*: <<http://www.j-texts.com/jodai/shokiall.html>>. Tradução para o inglês retirada de David Lu, 1997. Para um estudo extenso do período consulte BROWN, Delmer (ed.). **Cambridge History of Japan, Volume I: Inoue Mitsuada. The Century of Reform**. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1993.

Autoridades provinciais ou os nobres locais não possuem permissão para cobrar arrecadações do povo. Um país não pode ter dois soberanos nem o povo dois senhores. O povo do país inteiro deve ter o Soberano como seu único mestre. Os oficiais que o Soberano encarrega de uma tarefa são seus súditos. Sendo seus súditos, estes oficiais não possuem maiores direitos do que outros de cobrar arrecadações do povo. (十七条憲法, Artigo Doze, tradução nossa)<sup>78</sup>

Os ministros e funcionários devem agir com decoro, pois a base para se governar o povo consiste do comportamento de decoro. Se o superior não se comporta com decoro, isso acarretará ofensas e os inferiores se tornarão desordeiros. Se os ministros se comportarem com decoro, não haverá confusão de classe. Se o povo se comportar com decoro, a nação será bem governada por si mesma. (十七条憲法, Artigo quarto, tradução nossa)<sup>79</sup>

Ao conjunto de práticas ritualísticas e mitológicas deu-se o nome de shintoísmo e embora o budismo tornara-se a religião oficial, as práticas shintoístas não foram descartadas, mas sim adotadas oficialmente. Foi com o Príncipe Shōtoku, também, que o termo *Tennō* (天皇) foi usado como denominação do Soberano. O vocábulo *ten* corresponde ao *kanji* chinês *tian* que significa céu e *nō* corresponde ao *kanji* chinês *huang* que significa governante. Desta forma, a denominação *Kinjō Tennō* não significa apenas Imperador Reinante<sup>80</sup>, mas sim a Divindade Reinante. “*Ele não era simplesmente um Imperador que reinava com o mandato divino, mas um Imperador que era coevo com os céus*”<sup>81</sup> (LU, 1997, p.23, tradução nossa).

Em síntese, a Constituição dos Dezessete Artigos pregava a harmonia e a honra (artigo 1), a obediência aos comandos Imperiais (artigo 3), o comportamento decoroso (artigo 4), o castigo do mau comportamento (artigo 6) e o encorajamento da vida em prol do coletivo (artigo 15). Pregava também que as decisões públicas deveriam ser discutidas e aprovadas por consenso pelos funcionários governamentais (artigo 17). Descrevia uma conduta baseada nos princípios budistas sobre a obediência em que cabia aos funcionários e ministros dar o exemplo aos súditos. O Imperador era a mais alta autoridade de origem divina, oficializando os princípios shintoístas (MORISHIMA, 1982, p.39).

<sup>78</sup> “国司。国造。勿歛百姓。国非二君。民無兩主。率土兆民、以王為主。所任官司。皆是王臣。何敢与公、賦歛百姓” *Nihon Shoki*. <<http://www.j-texts.com/jodai/shokiall.html>>. Para a versão em inglês consulte David Lu (1997), p.23-25.

<sup>79</sup> “群卿百寮、以礼為本。其治民之本。要在乎礼。上不礼而下非齊。下無礼以必有罪。是以、群臣有礼。位次不乱。百姓有礼。国家自治” *Nihon Shoki*. <<http://www.j-texts.com/jodai/shokiall.html>>. Para o inglês consulte Lu, 1997, p.23-25.

<sup>80</sup> O Hino Nacional do Japão *Kimigayo* refere-se ao Imperador, pois significa “O Reino de Sua Majestade”. Sua letra veio de um poema escrito antes do século 10 e a música composta em 1869, foi adaptada para a versão atual em 1880. A música foi oficializada como Hino Nacional do Japão em 1999. Para maiores detalhes na história do Hino, letra e música, consulte: <<http://www.nationalanthems.info/jp.htm>>.

<sup>81</sup> “He was not a mere emperor who ruled by the mandate of heaven, but one who was coeval with heaven.”

Reverenciemos os três tesouros com todo o nosso coração. Os três tesouros são Buda, a Doutrina e a Ordem Monástica, que são o refúgio final dos quatro seres da criação e, portanto, objeto de extrema devoção em todos os países. Pode algum homem de qualquer idade falhar em obedecer em algum momento a esta lei? Poucos homens são desprovidos de bondade e homens podem ser ensinados a seguir os ensinamentos. A não ser que depositem sua fé nos três tesouros, não existe outro modo de retificarem seus delitos. (十七条憲法, Artigo dois, tradução nossa)<sup>82</sup>

Com o advento da escrita e formalização documental, o Príncipe sedimentou o direito divino hereditário da família imperial. Os documentos chineses eram oficializados com o carimbo imperial e seguindo esse exemplo, em 669 regularizou-se a figura do *Naidaijin* (内大臣) ou Guardião do Carimbo Imperial (*Inner Minister* ou *Lord Keeper*). O Carimbo Oficial é chamado de Carimbo Imperial ou *Tennōgyoji* (天皇御璽) e o Emblema Imperial do Crisântemo ou *Kikkamonsyō* (菊花紋章), ambos usados ainda hoje para oficializar documentos imperiais, passaportes e credenciais governamentais.<sup>83</sup>

O *kanji* estruturado pelo príncipe sofreu variações ao longo dos anos na China, mas se manteve o mesmo no Japão desde o período de sua adoção, portanto, atualmente existem diferenças entre os dois sistemas, tanto na forma quanto no número de caracteres existentes. No Japão foram adotados 2229 caracteres, mas o número total de caracteres existentes, usados em diversos países como Vietnam, Coreia do Sul, China entre outros, chega a 20 mil<sup>84</sup>. Um sistema simplificado, o *Kana* (かな), foi desenvolvido no Japão e é composto de 48 símbolos adaptados à fonética local. Para denominações de origem estrangeira, nomes e produtos, o *Kana* sofreu nova alteração em sua forma sendo, portanto, dividido em dois grupos; 48 caracteres (あいうえお) arredondados e 48 caracteres (アイウエオ) de traçado rígido, que obedeciam à fonética do primeiro. Dessa forma a separação cultural entre o Japão e o restante do mundo começa no idioma japonês através do

<sup>82</sup> “篤敬三宝。三宝者仏・法・僧也。則四生之終歸。万国之極宗。何世何人、非貴是法。人鮮尤惡。能教從之。其不歸三宝。何以直枉” *Nihon Shoki*. <<http://www.j-texts.com/jodai/shokiall.html>>. Para o inglês consulte Lu, 1997, p.23-25.

<sup>83</sup> O Emblema é de uso exclusivo do Imperador sendo um círculo central com 16 pétalas. Demais membros devem usar a versão de 14 pétalas do Crisântemo. Arquivos da Biblioteca da Dieta Nacional (NDL): <<http://ndl.go.jp/>>. Informações oficiais na página do Ministério Imperial, *Privy Sealand State Seal Section*, disponível em: <<http://www.kunaicho.go.jp/e-about/seido/seido09.html>>.

<sup>84</sup> HADAMITZKY e SPAHN (1997) não entram em detalhes sobre o número exato. Devido à constante adaptação e evolução do alfabeto o número exato de caracteres que já existiram é desconhecido. Durante a Era Asuka o Príncipe regente adotou diversos caracteres que estão hoje em desuso e os textos do período podem ser considerados como escritos em chinês antigo. A lista atual foi oficializada no século XX. Para uma correta leitura, utiliza-se a fonética ON para o chinês e KUN para o japonês, uma vez que são dois idiomas independentes. Para maiores detalhes consulte o índice trussel para o idioma japonês em: <<http://www.trussel.com/jap/jbooks03.htm>>.

alfabeto adaptado. Para a leitura de textos antigos, entretanto, deve-se recorrer ao sistema de caracteres do chinês clássico e sua leitura equivalente (HADAMITZKY e SPAHN, 1997).

### 3.2 A Dança dos Reinos: a Reforma *Taika* e o Sistema *Bakufu*

Durante muitas Eras o arquipélago ficou dividido em diversos reinos controlados por *Han* (藩), clãs de famílias poderosas, que dominavam porções territoriais consideradas países independentes, sendo o *Han* Yamato uma dessas famílias. Na Era Yayoi a Imperatriz Himiko conseguiu controlar uma porção significativa da parte oeste de Honshu, atrelando sua linhagem ao mito da Deusa Sol e consolidando relações comerciais com a China (IMAMURA, 1996).

Já a Era Asuka tornou-se um marco na história japonesa pela adoção do alfabeto *Kan*, promulgação da primeira Constituição, formalização do poder divino do Imperador, intercâmbios culturais com a China e adoção de preceitos budistas e confucionistas oficialmente. Além disso, esta Era marcou o início da disputa pelo controle político central, unificado sob uma mesma bandeira (*Hinomaru*) e nome (*Nihon*). O Príncipe Shōtoku oficializou a relação entre *Han* e Imperador consolidando a hierarquia político-social japonesa, utilizando o modelo administrativo chinês da Dinastia T'ang<sup>85</sup> e a origem mitológica do arquipélago (LU, 1997).

A Era seguinte, Era Nara (奈良 710-794), marcou a consolidação do Imperador como divindade encarnada e a proliferação cultural japonesa dissociada da chinesa. Diversos trabalhos<sup>86</sup> artísticos, pinturas, caligrafia e livros foram desenvolvidos nesse período. Os *Han* passaram a respeitar a existência da família imperial como situação sagrada e aceitar o Imperador como chefe supremo, muito embora o controle destas regiões não fosse dele, mas sim dos diversos *Han* existentes.

David Lu (1997, p.5) destaca, por exemplo, o rito de ascensão dos *daimyō* (大名) ou Lorde do *Han* Izumo que incluía uma viagem à corte imperial quando do início de seu governo, para uma cerimônia especial de obediência ao Imperador, repetindo o testemunho de *Ōkuninushi* (genro de *Susano-Wo*) a *Ninigi-no-Mikoto*, descrito no

<sup>85</sup> Mais informação consulte: <<http://www.artehistoria.com/v2/contextos/899.htm>>.

<sup>86</sup> Desenvolvimento da caligrafia japonesa (書道 *Shodō*), pintura em biombos (屏風 *byōbu*), os livros *Kojiki* e *Nihon Shoki*, entre outros. Para maiores informações consulte a galeria de arte da Yale University na seção biombos <<http://artgallery.yale.edu/exhibitions/exhibition/byobu-grandeur-japanese-screens>> ou a página da JANNUS <<http://www.aisf.or.jp/~jaanus/deta/b/byobu.htm>>.

*Nihon Shoki*, quando este aceita a tarefa dada por sua avó *Amaterasu*, de governar o arquipélago. O que ocorria na prática era, portanto, um sistema regular de oferendas ao Imperador, em troca de orações e ritos sagrados. Os *daimyō* se encontravam em conferências periódicas para discutir assuntos administrativos do arquipélago.

O *Han* que presidia estas conferências e estava em contato direto com o Imperador era hierarquicamente superior aos demais por servir ao *Tennō*, desencadeando disputas por esta posição privilegiada. Em 645, o Imperador *Kōtoku* assumiu o trono e seu herdeiro, o Príncipe *Nakano Ōe* que se tornaria mais tarde o Imperador *Tenji* (661-672), descontente com a condução política do *Han* Soga e apoiado pelo *Han* Fujiwara tomou (à força) o controle das conferências e colocou o *daimyō* Kamatari do *Han* Fujiwara no lugar do *Han* Soga no controle dos reinos<sup>87</sup> (LU, 1997).

Os dois líderes continuaram a onda de reformas do Príncipe *Shōtoku*. O *Han* Fujiwara era favorável à união total dos demais *Han* do arquipélago sob a bandeira do Imperador e liderava uma coalizão com outros *Han* favoráveis (LU, 1997). Intercâmbios culturais se intensificaram, embaixadas foram construídas e o primeiro censo nacional foi efetuado. Adotando o conceito chinês de que toda a terra do Império pertence ao Imperador, um sistema tributário nacional foi regulamentado, organização da política de forma hierarquizada e a centralização do governo na figura do Imperador (MORISHIMA, 1982).

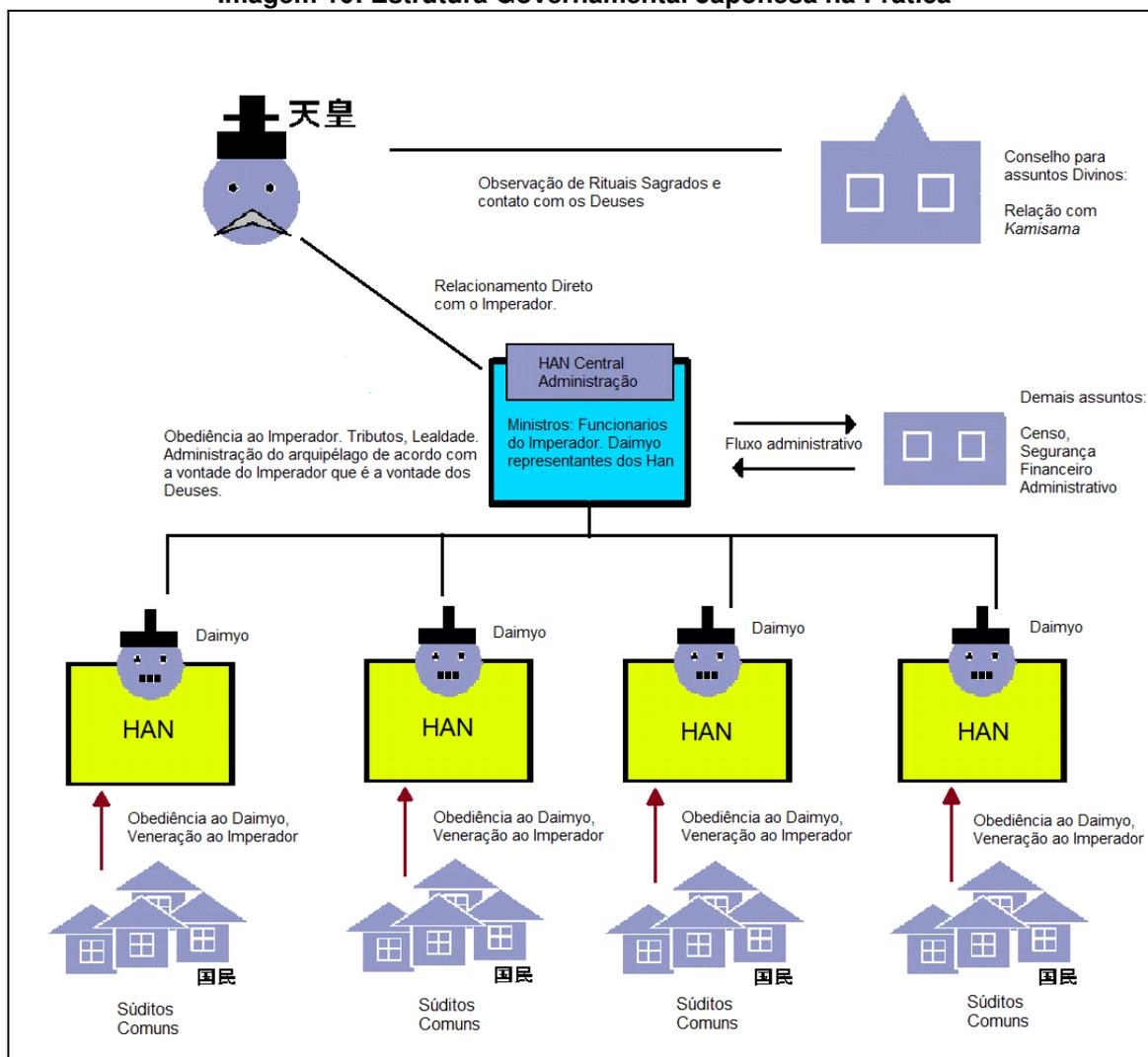
A esta série de inovações políticas implementadas ao longo de várias décadas denomina-se *Taika no Kaishin* (大化) ou Grande Reforma Taika. As reformas oficializaram o domínio da Família Imperial sobre a terra de todo o arquipélago e um sistema administrativo de autoridades locais foi implementado nos *Han*, incluindo, também o confucionismo chinês no ensino doutrinário e obrigatório da classe nobre. Todas as reformas foram sintetizadas e regulamentadas no Código *Taihō* (大宝律令) efetivado em 702 (LU, 1997). Embora a Grande Reforma Taika<sup>88</sup> tenha centralizado o governo na figura do Imperador aos moldes do sistema chinês, o Japão vivia na prática um feudalismo diferenciado (Imagem 10), em que o

<sup>87</sup> Maiores detalhes na história deste período e sobre o Clã Fujiwara, consulte a página do Epic World History em: <<http://epicworldhistory.blogspot.com.br/2012/09/taika-reforms.html>>. Consulte a página da Enciclopédia Britânica para mais detalhes sobre a Reforma Taika em: <<http://global.britannica.com/event/Taika-era-reforms>>. Para os documentos completos e reformas do período consulte David Lu (1997) volume 1.

<sup>88</sup> Para um estudo mais detalhado deste longo período histórico japonês, consulte BROWN, Delmer. **The Cambridge History of Japan**. Volume 1. New York: Cambridge University Press, 1993.

Imperador era o Senhor e o *daimyō* autoridade local de fato do *Han*. O Código *Taihō* oficializou a posição do *daimyō* como autoridade local em nome do Imperador, mas na prática consolidou este sistema feudal já existente (LU, 1997).

Imagem 10: Estrutura Governamental Japonesa na Prática



Fonte: Elaboração da autora com dados da pesquisa<sup>89</sup>

Com a intensificação de abusos de autoridade pelos *daimyō*, o sistema de segurança e policiamento fragmentado e lutas constantes entre e dentro dos *Han*, surgiu a figura do *samurai* (侍). *Han* mais próximos ao Imperador e que possuíam o privilégio dos estudos e intercâmbios culturais aos poucos assumiram a tarefa de controle militar e policiamento do arquipélago. Assim, durante a Era Heian (平安 794-1192), consolidou-se a classe social do *samurai* ou “aquele que serve”. Não era

<sup>89</sup> A coleção *The Cambridge History of Japan* retrata aprofundadamente o longo período antigo japonês. Mais informações sobre esta estruturação no volume 1 no trabalho de Delmer Brown, 1993. Figura adaptada de 大日本帝国憲法下の統治機構図. Todas as figuras adaptadas desta fonte tiveram sua tradução ou adaptação de imagens elaboradas pela autora com os dados da pesquisa documental.

possível tornar-se um *samurai*, pois este era um direito hereditário. Desde a infância o jovem *samurai* era orientado por um código de conduta, denominado *Bushidō* (武士道) que significa literalmente “O Caminho do Guerreiro”. Este código era ensinado oralmente e sua primeira estruturação escrita data do século XVIII<sup>90</sup>.

As principais virtudes do *Bushidō* são Justiça, Coragem, Benevolência, Educação, Sinceridade, Honra e Lealdade. Do Budismo, herdou a coragem ao se encarar a morte e o desapego das questões materiais. Do Shintoísmo herdou a lealdade ao seu senhor, a relação com a sociedade e sua hierarquia, e a importância do nome da família. Do Confucionismo trouxe o respeito para com a terra, com o *Han* e a estima pela essência, o espírito, que há em tudo, desde as pessoas aos lugares, as espadas e os demais utensílios do *samurai* (LU, 1997).

A virtude suprema do *Bushidō* é a Lealdade. Viver segundo o *bushidō* é viver preparado para a morte. Ser um *samurai* era viver pela honra sendo que a desonra era uma mancha que marcava toda a família. Portanto, não era permitido demonstrar sofrimento e sua tarefa era servir incondicionalmente, dando a vida pelo reino. Benedict (1946, p.59) descreve que um grande abismo separava o *samurai* das outras três classes sociais existentes; os fazendeiros, os artesãos e os comerciantes. A diferença entre um *samurai* e a “gente comum” estava no serviço prestado, pois aos primeiros cabia a tarefa da defesa e da manutenção da paz. Portanto, possuía o direito de usar sua *katana* (刀 espada) como símbolo da casta e ferramenta de trabalho, ou seja, no controle da “gente comum”.

Entretanto, as constantes disputas entre os *Han* escalonaram para disputas pelo governo central<sup>91</sup> e o início da Era Kamakura (鎌倉 1192-1333) marca o início do *Bakufu* (幕府) ou “Governo de Tenda”, entendido como o sistema feudal japonês oficializado tendo o Imperador e um *Samurai* como senhores dos *Han*. O *Samurai* Yoritomo Minamoto (頼朝源) assumiu a administração do *Han* central e foi nomeado pelo Imperador com o título de *Seii Taishogun* (征夷大將軍) ou Grande General Apaziguador dos Bárbaros. Assim, todos os *Han* eram administrados por um *daimyō*, que poderia ou não ser um *samurai*, e estavam subordinados ao *Shogun* que, por

<sup>90</sup> Com o livro *Hagakure* ou “Folhas Ocultas” de Yamamoto Tsunetomo contendo 11 volumes. Para maiores informações sobre a história do *Bushidō*, como é usado atualmente e onde estudar e treinar no Brasil consulte o Instituto Niten em <<http://www.niten.org.br/>>.

<sup>91</sup> Todo este período é marcado por diversas guerras. Ao conjunto de guerras diretamente relacionadas ao círculo do Imperador, na região de Kyoto, da-se o nome de Guerra Ōnin (応仁の乱). Para maiores informações consulte: <<http://www.samurai-archives.com/tow.html>> ou <<http://global.britannica.com/event/Onin-War>>.

sua vez, era subordinado ao Imperador. Entretanto, somente os *Han* que possuíam um *samurai* como seu *daimyō*, é que disputavam o controle do *Han* central.

### 3.2.1 Primeira Organização Política Oficial

Do século XII (Era Kamakura) ao século XIX (Era Edo) o arquipélago vivenciou um sistema político duplo: o *Bakufu*; em que as decisões administrativas do arquipélago, estavam nas mãos de um Lorde Militar, o *Shogun*<sup>92</sup>, designado pelo Imperador. Na prática este sistema já estava em vigor desde a Grande Reforma *Taika* (Imagem 10), entretanto, as constantes disputas entre os *Han* proeminentes<sup>93</sup> pelo controle administrativo (Imagem 11) dos demais *Han* culminaram com o desenvolvimento da classe militar e de sua utilização, pelo Imperador, na condução político-administrativa do arquipélago.

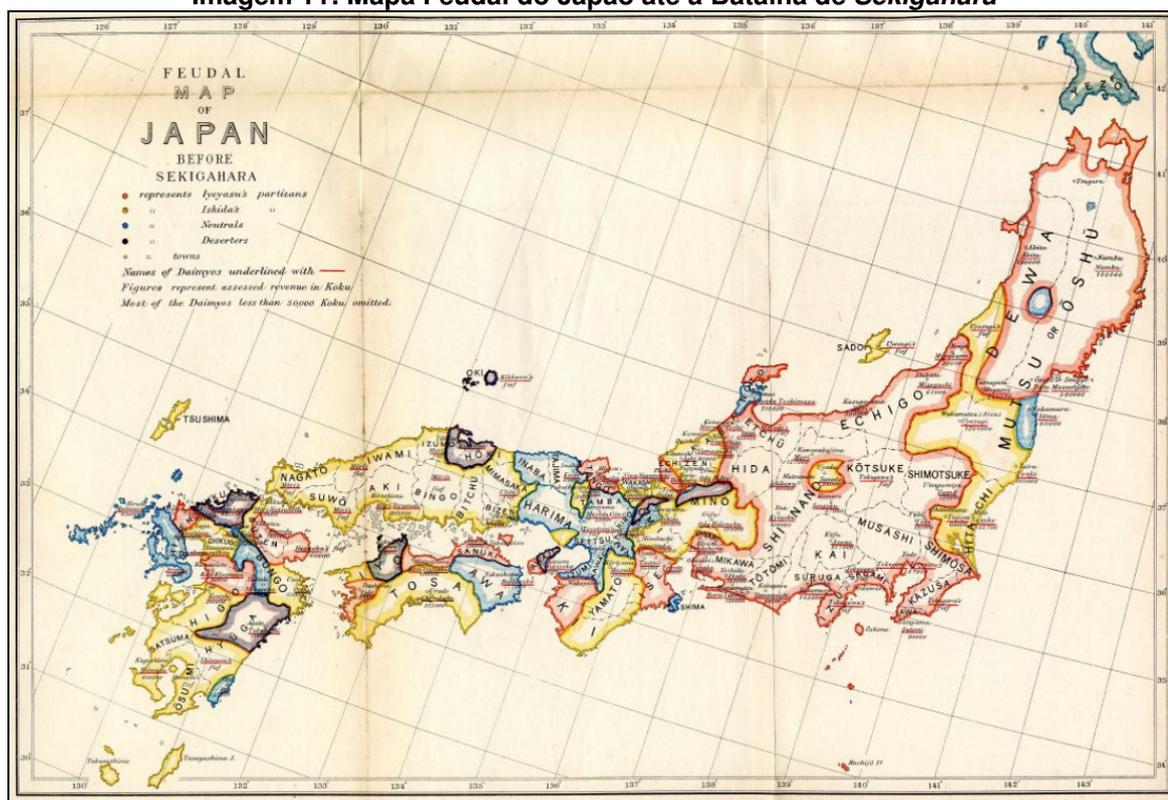
David Lu (1997) destaca que é com o *Bakufu* que o controle político centralizado, iniciado em 604 com a Constituição, é efetivamente colocado em prática, pois instaurou um código civil rígido e conseguiu unir sob o controle central os demais *Han* que ainda detinham sua independência político-administrativa. O código de conduta instaurado foi o *Joiei Shikimoku* (貞永式目) ou Formulário de Adjudicações, desenvolvido a partir do código *Bushidō*<sup>94</sup>. Entendido como um formulário militar para a conduta e definição de responsabilidades, a aprovação deste primeiro código em 1232 refletiu a transição para uma sociedade política militarizada, padrão quebrado somente com a derrota de 1945 (LU, 1997). Assim, ao longo de oito séculos a estrutura criada com a Reforma *Taika* foi adaptada, ampliada pela necessidade de segurança com um sistema de autoridade local diferenciado, um código civil rígido que introduziu na vida cotidiana e política valores da classe *samurai*, diversos órgãos governamentais necessários à administração do território (Imagem 10) e ao final do período a unificação e pacificação dos *Han*.

<sup>92</sup> O nome do sistema em japonês é *Bakufu* e o cargo do chefe militar *Shogun*. A palavra *Shogunato* em português é usada como o *Governo do Shogun*. Entretanto, *Bakufu* significa um *Governo de Tenda*, em que o Imperador continuava ativamente controlando a relação entre *Han* central e demais *Han* e ao longo dos 8 séculos de *Bakufu* ocorreu a interferência direta de Imperadores descontentes com os rumos dados por determinados *Shogun* à condução político administrativa do arquipélago. Meu ponto aqui é justamente destacar a importância constante e ativa da Família Imperial Japonesa nos assuntos político, tornando-se a dinastia mais antiga na história do mundo que se tem registro a manter o poder em um território. Para maiores informações sobre a pesquisa desse período histórico consulte: <[http://www.grips.ac.jp/teacher/ono/hp/lecture\\_J/lec02.htm](http://www.grips.ac.jp/teacher/ono/hp/lecture_J/lec02.htm)>.

<sup>93</sup> Mapa *Han* Proeminentes: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8a/Map\\_Japan\\_Genki1.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8a/Map_Japan_Genki1.png)>.

<sup>94</sup> O Código *Joie* encontra-se em <<http://www.sp.uconn.edu/~gwanng/id113.htm>>, ou David Lu, 1997, p.109.

Imagem 11: Mapa Feudal do Japão até a Batalha de Sekigahara



Fonte: Arquivos do Map Room<sup>95</sup>

Em síntese, até a Batalha de Sekigahara (関ヶ原の戦い) em 21 de outubro 1600, as disputas eram intensas, diversos *Han* se aliavam e lutavam pelo controle de parte do território ou pelo *Han* central, templos e castelos eram constantemente destruídos e reconstruídos<sup>96</sup>. Foi somente com a ascensão do *Han Tokugawa* (徳川) ao poder após esta batalha, que a unificação e pacificação foram completamente alcançadas, período denominado Era Edo (江戸 1603-1868), conhecido como a era de paz e do isolamento japonês.

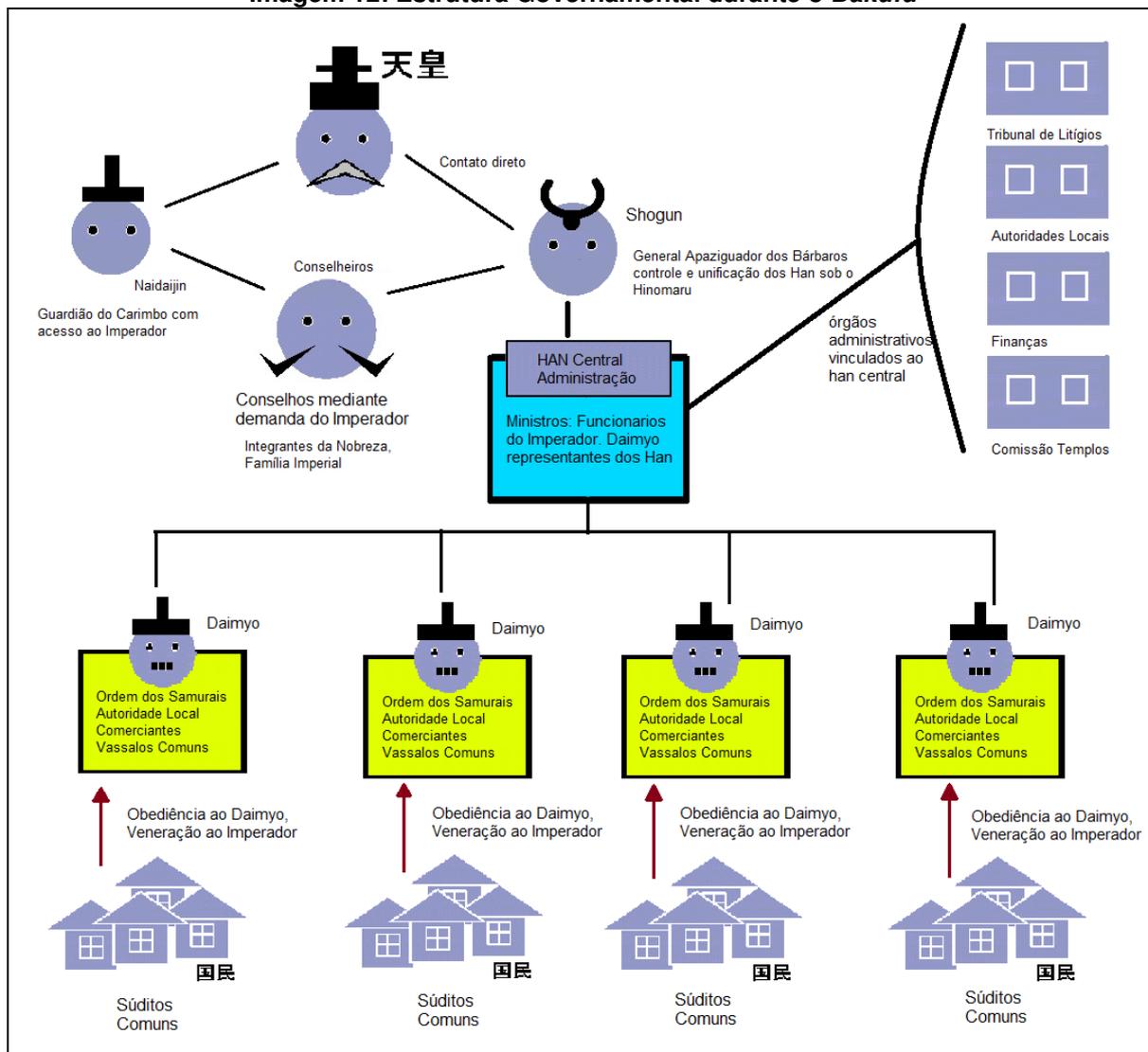
O arquipélago vivenciou o término de um longo período de guerras civis, mas também o fechamento dos portos, a proibição do cristianismo e da liberdade de crenças, reorganização artística e educacional, e treinamento militar aos moldes do *Bushidō*. Manteve-se o *Bakufu* em vigor com pouco desenvolvimento industrial ou tecnológico. O *Han Tokugawa* permaneceu no poder por mais de 200 anos com 15

<sup>95</sup> Para a versão interativa ampliada do Mapa, ou caso queria adquiri-lo, acesse a página do *Map Room* em: <<http://www.maproom.org/00/05/present.php?m=0005>>. Para acesso à famosa pintura em *byōbu* da batalha consulte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha\\_de\\_Sekigahara#/media/File:Sekigaharascreen.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Sekigahara#/media/File:Sekigaharascreen.jpg)>.

<sup>96</sup> A história do *Han Takeda* é um exemplo famoso destas disputas. *Takeda Shingen* conseguiu controlar uma parcela significativa da parte central da ilha principal *Honshu* no século XVI. Possuía aliados influentes e famosos, como o *Samurai Kenshin*, cujos feitos inspiraram diversas obras artísticas. Para maiores informações consulte o *Samurai Archives* em <[http://wiki.samurai-archives.com/index.php?title=Takeda\\_Shingen](http://wiki.samurai-archives.com/index.php?title=Takeda_Shingen)> ou a *Enciclopédia Britânica* em <<http://global.britannica.com/biography/Takeda-Shingen>>.

*Shogun*. Conhecido como *Edo Bakufu* foi o último Governo de Tenda, finalizado com a chegada do Comodoro Mathew Perry dos Estados Unidos em 1853 ao arquipélago (HALL, 1971).

Imagem 12: Estrutura Governamental durante o *Bakufu*



Fonte: Elaboração da autora com dados da pesquisa.

Durante estes oito séculos de *Bakufu*, a estrutura governamental foi ampliada e consolidada (Imagem 12) e os diversos órgãos e conselhos do *Bakufu* divididos entre a classe governante. Faziam parte do círculo interno do Imperador, os *Conselheiros*, o *Naidajin* e o *Shogun*. O *Shogun* ficava no *Han* central (que mudava geograficamente<sup>97</sup> quando um *Shogun* de outro *Han* assumia a tarefa) e os

<sup>97</sup> Durante a Era Kamakura a capital e a sede da Casa Imperial passou a ser Kyoto, embora o *Shogun* ficasse no *Han* de sua família. Toda a corte mudou-se de Nara para Kyoto e até hoje os Palácios Imperiais e Vilas Imperiais estão lá. Para maiores informações oficiais e visitas consulte: <<http://sankan.kunaicho.go.jp/english/index.html>>. O Palácio Imperial de Tokyo foi remodelado durante a ocupação para ser o centro administrativo do governo e residência da família imperial após a drástica redução do seu número de integrantes. Assunto abordado mais

Conselheiros e o *Naidaijin* ficavam em Kyoto (京都) junto ao Imperador. No *Han* central funcionavam diversos órgãos administrativos. Havia o setor de finanças, a Comissão dos Templos, o Tribunal de Litígios e o setor de ligação com as autoridades locais (ligação com os *Han*)<sup>98</sup>.

O *Shogun* era o cargo militar mais alto da ordem do *samurai*. Os *samurai* ficavam nos *han* responsáveis pela segurança e controle da gente comum. Famílias<sup>99</sup> que pertenciam à ordem do *samurai* eram superiores na hierarquia social e, com o passar do tempo, muitos *Han* passaram a ser controlados por estas famílias (BROWN, 1993). Estes *Han* lutavam pelo controle do *Han* central (Imagem 6). O *Naidaijin* e os Conselheiros pertenciam à nobreza e à Família Imperial que englobava tanto japoneses quanto alguns membros da família real coreana<sup>100</sup>.

O setor de finanças regulava o pagamento de tributos dos *Han*. A comissão dos Templos tratava dos assuntos religiosos (antigo setor de relações com os deuses) e juntamente à Família Imperial era responsável pelos rituais sagrados e rotas de visitação e peregrinação aos Templos. O Tribunal de litígios cuidava dos problemas dos *Han* não resolvidos internamente por consenso (artigo 17 da Constituição dos Dezessete artigos). O setor de ligação com os *Han* funcionava na forma de conferências entre os *daimyō* dos *Han* e o *Shogun*. Cada *Han* possuía o mesmo sistema social hierárquico e rígido. O *daimyō* e sua família, os *samurai*, os comerciantes e os vassalos comuns que deviam obediência ao *daimyō* e veneração ao Imperador (BROWN, 1993).

### 3.2.2 Encontrando o Ocidente: a Restauração Meiji

---

adiante na seção sobre a ocupação e a reorientação política. Para dados oficiais atuais consulte: <<http://www.kunaicho.go.jp/eindex.html>>.

<sup>98</sup> Durante o *Tokugawa Bakufu*, o Castelo Nijō (二条城 Nijō-jo) foi construído em Kyoto para o *Shogun Tokugawa*. Atualmente é protegido pela UNESCO como patrimônio mundial. Para maiores informações, fotos, histórico e visitação oficial consulte: <<http://www2.city.kyoto.lg.jp/bunshi/nijojo/english/index.html>>.

<sup>99</sup> O último *Han* central foi o *Han Tokugawa*, que geograficamente ficava na região de *Edo*. Outras denominações para o período incluem *Edo Bakufu* e *Tokugawa Bakufu* em referência direta ao nome da região e da família que controlava o *Han*. Embora fosse o centro administrativo, a Capital Imperial ainda era Kyoto. *Edo* foi também o local da chegada do Comodoro Perry reabrindo os portos japoneses ao comércio mundial e o local escolhido para a sede da ocupação e mais tarde da nova capital japonesa, agora chamada Tokyo. Para estudos detalhados do período consulte TOTMAN, Conrad. **Politics in the Tokugawa Bakufu, 1600-1843**. Cambridge: Harvard University Press, 1967; JANSEN, Marius B. **The Making of Modern Japan**. Harvard University Press, 2002 ou ainda <[http://www.grips.ac.jp/teacher/oono/hp/lecture\\_J/lec02.htm](http://www.grips.ac.jp/teacher/oono/hp/lecture_J/lec02.htm)>.

<sup>100</sup> Um estudo detalhado do tamanho da família Imperial japonesa e seus membros foi realizado pelo setor governamental da ocupação estadunidense em 1945. Para maiores informações consulte os Relatórios SCAP, 1949, *basis for the occupation*. Este tema é retomado mais adiante neste capítulo.

A estrutura de isolamento estabelecida na Era Edo foi rompida em 1853 com a chegada de Perry e a assinatura do Tratado de Kanagawa em 1854, que terminou oficialmente com o período de isolamento do arquipélago (1639-1854). Foi o primeiro tratado assinado com uma nação ocidental como resultado da pressão exercida por Perry que navegou pela Baía de Edo com uma frota de navios de guerra exigindo a abertura dos portos japoneses para abastecimento de seus navios<sup>101</sup>. Beasley (1972) destaca que em um primeiro momento ambos os países ficaram satisfeitos com o acordo, uma vez que um possível e imediato confronto bélico foi evitado. Entretanto, o acordo desencadeou diversas consequências doméstica e internacionalmente. Entre 1854 e 1858 diversos tratados foram assinados entre o Japão e Estados Unidos (1858), Reino Unido (1854), Rússia (1855) e França (1858), conhecidos como Tratados Desiguais. Estes tratados caracterizaram as relações entre as nações asiáticas e ocidentais no período<sup>102</sup>.

Internamente as consequências do tratado foram amplas. Devido à ameaça militar externa, os *Han* foram autorizados a se rearmar, o que, juntamente com a assinatura dos Tratados Desiguais levou ao enfraquecimento do *Shogun*. O debate sobre os tratados e sobre a desvantagem japonesa para com as nações ocidentais cresceu e diversos *han* se uniram sobre o lema *Sonnō Joi* (尊皇攘夷) que significa “reverência ao Imperador, expulsão dos bárbaros”<sup>103</sup> (HALL, 1971). Em 1863, o Imperador Kōmei (孝明天皇) descontente com as consequências advindas dos tratados decretou a Portaria Imperial “Ordem para expulsar os bárbaros”, o que incentivou sabotagens às ordens do *Shogun* e ataques aos estrangeiros e suas frotas mercantes por diversos *han* e *ronin* (*samurai* sem *daimyō*) (JANSEN, 2002).

Entre 1863 e 1868 entre ataques aos estrangeiros e ao *Shogun*, e retaliações, tanto das forças estrangeiras quanto do *Shogun*, os conflitos escalonaram para a

---

<sup>101</sup> Maiores informações sobre a excursão do Comodoro Perry na Enciclopédia Global Britânica, disponível em: <<http://global.britannica.com/event/Treaty-of-Kanagawa>>, ou ainda nas notas narrativas das viagens da esquadra de Perry disponíveis em <<http://ebook.lib.hku.hk/CTWE/B36599566/>>. Para o Tratado na íntegra consulte: <[https://www.archives.gov/exhibits/featured\\_documents/treaty\\_of\\_kanagawa/treaty\\_images.html#reload](https://www.archives.gov/exhibits/featured_documents/treaty_of_kanagawa/treaty_images.html#reload)>.

<sup>102</sup> Para a lista completa dos tratados desiguais, consulte: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Unequal\\_treaty](https://en.wikipedia.org/wiki/Unequal_treaty)>. Para maiores informações sobre o período e seus desdobramentos veja AUSLIN, Michael. **Negotiating with Imperialism: The Unequal Treaties and Culture of Japanese Diplomacy**. Cambridge, Harvard University Press. 2006. Disponível em: <<http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=23798>>. Ou ainda *Asian History* em: <<http://asianhistory.about.com/od/governmentandlaw/fl/Unequal-Treaties.htm>>.

<sup>103</sup> Para maiores informações sobre o movimento consulte <<http://www.samurai-archives.com/snj.html>>. Para uma bibliografia impressa consulte: BEASLEY, W.G. **The Meiji Restoration**. Stanford University Press, Stanford. 1972; JANSEN, Marius B. **The Making of Modern Japan**. Cambridge. Harvard University Press, 2002; SHIBA, Ryotaro. **The Last Shogun: The Life of Tokugawa Yoshinobu**. Tokyo, Kodansha. 1998.

Guerra Boshin<sup>104</sup> (戊辰戦争), apoiada pelo jovem Imperador Meiji (明治天皇) e por *Han* avessos ao *Han Tokugawa*. A guerra foi um conjunto de batalhas, que começou com a Batalha de Toba-Fushimi em janeiro de 1868 e terminou com a Batalha de Hakodate em junho de 1869, que levou ao fim do *Tokugawa Bakufu* e à restauração do governo direto do Imperador (JANSEN, 2002).

Assim, o início da Era Meiji (明治 1868-1912) marca a entrada do Japão no período moderno a partir da restauração do Imperador ao centro político<sup>105</sup>, movimento conhecido como Restauração Meiji (MORISHIMA, 1982). Com a Restauração, além do retorno do poder político à Corte Imperial, iniciou-se, ainda que não intencionalmente, uma série de reformas sociais e econômicas, desenhadas para a modernização da nação. Seus líderes enfrentaram dificuldades no campo diplomático devido aos Tratados Desiguais de 1858 que dificultavam a concretização de reformas domésticas (PERALVA, 1991).

Morishima (1982, p.84) sintetiza que quando o Japão se viu confrontado em 1854 com o ocidente, “*admitiu a existência do desnível tecnológico, mas ao mesmo tempo, abraçou a ideia do ‘espírito japonês com a capacidade ocidental’, em virtude dos ardentes sentimentos nacionalistas*”. Mais adiante, Cooney (2007, p.23) discute que a força motriz para a abertura do arquipélago ao mundo moderno e a tentativa japonesa de se integrar no sistema mundial, procurando se industrializar e até mesmo competir com as nações européias, foi a percepção de que sem este passo o arquipélago estaria vulnerável à gana colonial das nações “*mais poderosas e modernas*”. A Restauração Meiji, portanto, marcou a transição do Japão para a modernidade. Não foi um movimento burguês ou camponês, uma vez que seus líderes vieram da própria elite política (nobreza e conselheiros) e militar da época (herança do *Bakufu*). Hall (1971) destaca que estes líderes se caracterizavam por

---

<sup>104</sup> Para maiores detalhes sobre o conflito, mapas, ilustrações e cronologia, consulte a New World Enciclopédia em: <[http://www.newworldencyclopedia.org/entry/Boshin\\_War#cite\\_ref-4](http://www.newworldencyclopedia.org/entry/Boshin_War#cite_ref-4)>; ou ainda HAGIWARA, Kōichi. **Illustrated life of Saigō Takamori and Okubo Toshimichi**. Tokyo, Kawade Shobō Shinsya. 2004; GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan**. New York, Oxford. 2003; JANSEN, Marius B. **The Nineteenth Century**. Vol. 5. **The Cambridge History of Japan**. Cambridge, Cambridge University Press. 1999. Para a lista das batalhas consulte o *Samurai Archives*: <[http://wiki.samurai-archives.com/index.php?title=Boshin\\_War](http://wiki.samurai-archives.com/index.php?title=Boshin_War)>.

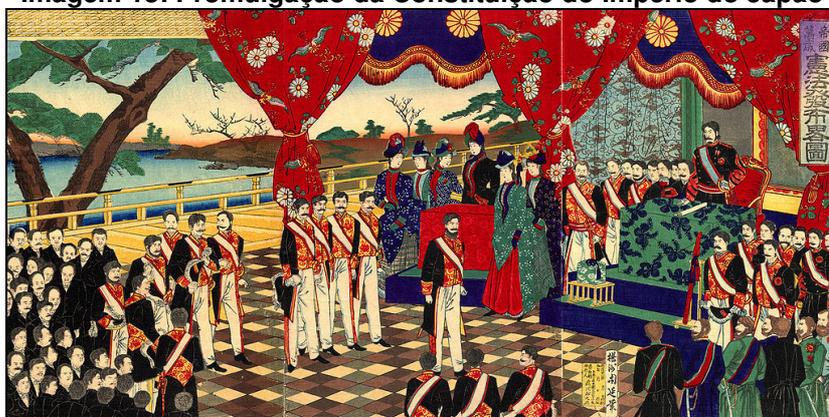
<sup>105</sup> Este retorno não foi tranquilo nem pacífico. Diversos *Han* apoiadores da Guerra Boshin e do fim do Tokugawa Bakufu queriam assumir o próximo Bakufu. Destes, o Han Satsuma foi o mais agressivo em sua campanha, lutando contra as forças Imperiais na famosa batalha de Satsuma em 1877. Esta batalha consolidou o poderio militar do Imperador e encerrou com as pretensões dos Han por um novo Bakufu. Como parte das reformas efetuadas nas primeiras décadas do governo Meiji, os *han* perderam sua autonomia e se tornaram províncias vinculadas ao governo central. A configuração atual das províncias japonesas, com exceção de uma alteração no norte, em Hokkaido, permanece a mesma atualmente. Mais informações em GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan**. New York, Oxford. 2003.

uma alta educação e treinamento especializado, sendo que muitos possuíam grandes habilidades estratégicas ou acadêmicas, trabalhando como conselheiros, diplomatas ou em unidades militares.

Além disso, estes líderes consideravam as pretensões imperialistas ocidentais como uma grande ameaça à independência do arquipélago e, assim, entre 1871 e 1873 o Diplomata Iwakura e seu grupo foram enviados à Europa e aos Estados Unidos para revogar os Tratados Desiguais. A missão de Iwakura não conseguiu revogá-los, mas conseguiu apreender muito do progresso econômico e militar das potências ocidentais, percebendo, também, a necessidade de uma modernização mais rápida do arquipélago. Assim, diversos modelos trazidos dos Estados Unidos e da Europa serviram de base para a modernização da nação. *Fukoku Kyōhei* (富国強兵: Enriqueça o País e Fortaleça os Militares) e *Bummei Kaika* (文明開化: Civilização e Iluminação) tornaram-se os principais slogans dos governantes (LU, 1997).

Em síntese, por quase trinta anos (1868-1895) ocorreu um movimento de reestruturação política, militar, econômica e social no plano interno, em paralelo a um movimento imperialista e expansionista e de fortalecimento da nação no plano internacional. Medidas rígidas que fortaleciam o governo domesticamente foram adotadas, ao mesmo tempo em que justificavam a necessidade de defesa nacional. Assim, criaram-se leis para o setor militar como o recrutamento nacional e a formação de uma marinha, a escolaridade tornou-se obrigatória, o parque industrial ampliado e uma nova Constituição promulgada (Imagem 13).

**Imagem 13: Promulgação da Constituição do Império do Japão**



Fonte: Pintura de Toyohara Chikanobu; Arquivos do Mundo Nippo<sup>106</sup>

<sup>106</sup> Página em português sobre a história do Japão, com áudio e vídeo disponíveis. Para maiores informações consulte o Mundo Nippo – História do Japão, em: <<http://mundo-nipo.com/cultura-japonesa/historia-do-japao/>>.

A Constituição do Império do Japão<sup>107</sup> (大日本帝國憲法) foi criada em 1889 a partir da Constituição dos Dezessete Artigos e em resposta às dificuldades encontradas pelo governo Meiji quando da abertura dos portos em 1853 e da assinatura dos Tratados Desiguais em 1858, pela necessidade de maior formalização burocrática do sistema de governo já existente. Após diversas missões diplomáticas e estudos acerca dos sistemas políticos existentes, o modelo constitucional prussiano foi o adotado, em que o Imperador seria o governante ativo com poder político, mas que o compartilhava com o Parlamento eleito, e, portanto, um parlamento oficial foi criado, a Dieta Imperial<sup>108</sup> em 1889. A grande diferença advinda com a Restauração Meiji foi a eliminação oficial do *Bakufu* e a centralização do poder político somente na figura do Imperador, ainda que a execução continuasse a cargo de outrem (Primeiro Ministro).

Composta por 76 artigos divididos em sete capítulos, a Constituição aborda o Imperador (capítulo 1), Direitos e Deveres dos Súditos (capítulo 2), a Dieta Imperial (capítulo 3), Ministros de Estado e Conselheiros (capítulo 4), o Judiciário (capítulo 5), Finanças (capítulo 6) e Regras Suplementares (capítulo 7). A soberania estaria no Imperador (artigo 4) em virtude de sua ancestralidade divina, seguindo a carta anterior, sendo ele responsável pelos três poderes (legislativo, executivo e judiciário – artigo 5) e pelo orçamento oficial (artigo 64), embora o poder legislativo atrelava-se à aprovação da Dieta Imperial (LU, 1997).

### 3.3 *Dai Nippon Teikoku*: a Grande Potência do Leste

Além da burocratização e do sistema parlamentar advindos com a Restauração Meiji, a força militar da nação também se desenvolveu rapidamente. O Japão se tornara uma potência regional e passou a chamar-se de *Dai Nippon Teikoku* (大日本帝國)<sup>109</sup> ou Grande Japão Imperial. O Imperador era visto como um

<sup>107</sup> Para acesso ao Editó Constitucional <<http://www.wdl.org/en/item/14456/>>. O texto completo da Constituição do Império do Japão com seu preâmbulo encontra-se disponível na página oficial da Dieta Nacional em inglês <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c02.html>> e japonês <<http://www.ndl.go.jp/constitution/etc/j02.html>>.

<sup>108</sup> O termo *Imperial Diet* poderia ser melhor traduzido para Assembléia Imperial, entretanto, utilizaremos aqui a tradução oficial, Dieta Imperial. Para a situação posterior, *National Diet*, usaremos o termo oficial, Dieta Nacional, embora a tradução mais adequada seja Parlamento Japonês.

<sup>109</sup> Para informações sobre a história do Japão e detalhes da campanha militar e imperialista consulte <<http://www.japan-guide.com/e/e2130.html>>. Em 1982 um filme japonês sobre o *Dai Nippon Teikoku* (大日本帝國) de nome homônimo foi lançado. O filme tentou contar a história sob o viés dos militares, mas foi considerado tendencioso e não foi muito divulgado. Para informações sobre o filme consulte a Internet Movie Database em: <<http://www.imdb.com/title/tt0403957/>> ou <<http://movie.douban.com/subject/1938115/>>

General imponente, simbolizando a força da nação, e um Pai para todos. Um novo templo chamado *Yasukuni Jinja* (靖国神社)<sup>110</sup>, foi remodelado como um símbolo do sacrifício patriota e tornou-se o local oficial de visitas governamentais (HALL, 1971).

### 3.3.1 Segunda Organização Política Oficial

Assim, em 1890, a estrutura administrativa básica japonesa estava estabelecida, com uma monarquia constitucional, Imperador como autoridade máxima, administração central e provincial, sistema legal, educacional e de polícia, a Dieta Imperial, Exército e Marinha pequenos, porém modernos, e uma infraestrutura para a indústria leve e pesada. Neste mesmo ano, praticamente todos os engenheiros, conselheiros e professores estrangeiros foram substituídos por japoneses que tinham recebido, no Japão ou no exterior, o necessário treinamento (PERALVA, 1991). Essa estrutura piramidal política da Era Meiji, regulamentada<sup>111</sup> nos moldes ocidentais com a Restauração Meiji, funcionou até 1945.

Extremamente hierarquizada, era sustentada por uma separação social rigidamente estabelecida durante o *Bakufu*. Somente indivíduos de classes definidas poderiam ingressar nessa pirâmide, trabalhando em um dos diversos conselhos desta, grupos ou agências governamentais existentes (Imagem 14). Para fazer parte deste seleto grupo de pessoas, o indivíduo deveria pertencer a um dos quatro grandes grupos sociais determinados, sendo que o restante da população englobava os súditos do reino e eram apenas comunicados das decisões superiores<sup>112</sup>:

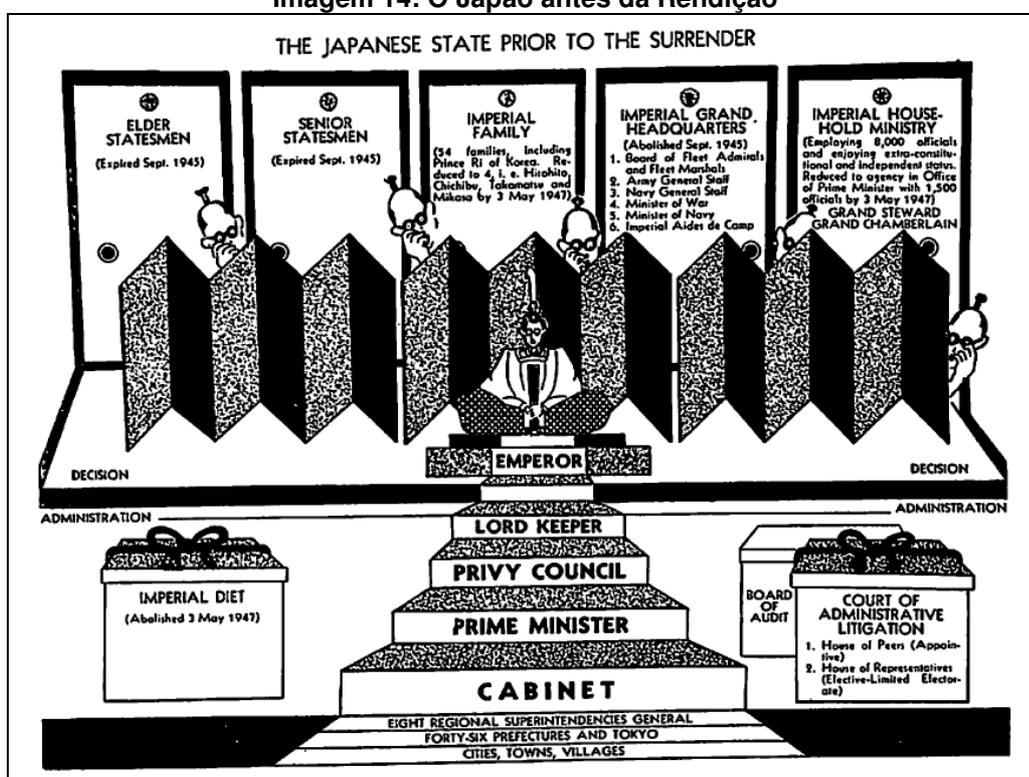
<sup>110</sup> Localizado em Chiyoda, em Tokyo, é um polêmico santuário shintoísta. Fundado pelo Imperador Meiji para celebrar os mortos em serviço ao *Dai Nippon Teikoku*. Mais tarde passou a homenagear todos os que morreram a serviço do Governo Meiji, Governo Taishō e o início do Governo Showa. Atualmente é financiado por capital privado, mas ainda possui o livro das almas com os nomes, de cerca de 2 milhões de pessoas entre soldados, mulheres e crianças, mortos em combate, além de um museu da guerra com artefatos coletados. Desses soldados, 1068 nomes foram considerados criminosos de guerra, e por isso, as visitas ao santuário por membros do Gabinete Ministerial causam até hoje protestos domésticos e internacionais. Sua localização foi escolhida pelo Imperador Meiji pessoalmente que decidiu usar um Templo *Tokyo Shokonsha* que já existia no local e que homenageava os combatentes da Guerra Boshin, que lutaram pelo Imperador, foi renomeado em 1879 e remodelado com a configuração atual. Para maiores informações acesse o site do templo: <<http://www.yasukuni.or.jp/english/>>.

<sup>111</sup> Destaco neste trabalho que a estrutura foi regulamentada nos moldes ocidentais com a Restauração Meiji e não imposta ou criada neste período como é alegado nos relatórios oficiais da Ocupação. Embora este argumento seja abordado mais adiante, a Restauração Meiji não será abordada neste trabalho e para maiores informações sobre este período consulte: MORISHIMA, Michio. **Porque Triunfou o Japão? A tecnologia ocidental e o espírito do povo japonês**. Gradiva Press. Lisboa. 1982; LIVINGSTON, Jon; MOORE, Joe; OLDFATHER, Felicia. **Imperial Japan: 1800-1945 to the present**. NY: Pantheon Books. The Japan Reader 1. 1973.

<sup>112</sup> Esta classificação foi feita pelo Setor Governamental (GHQ/GS) da ocupação e encontra-se no relatório oficial enviado ao SCAP e, portanto, será igualmente adotada neste trabalho para efeitos práticos, uma vez que a dinâmica social japonesa não será abordada neste trabalho. O ponto aqui é a separação hierárquica entre nobreza

- a) o setor militar, membros *samurai* de famílias tradicionais, operava através do Quartel General Imperial tendo o Imperador como seu Supremo Comandante;
- b) a aristocracia, membros da família imperial e nobreza, operava através do *Genro* (元老) ou *Jushin* (重臣), com acesso ao Imperador quando convocados;
- c) o *zaibatsu* (財閥), grupo de famílias que detinham o monopólio financeiro e industrial, infiltravam-se em várias agências, em especial no Conselho Privativo e no Tribunal para Litígios Administrativos;
- d) os burocratas, profissionais civis privilegiados que conduziam a administração do governo.

Imagem 14: O Japão antes da Rendição



Fonte: Arquivos da Biblioteca da Dieta Nacional (NDL)

Assim, a vida política era exercida através de compromissos assumidos entre os vários grupos que tinham acesso direto ou indireto ao Imperador, respeitando a devida hierarquia existente. Como especificado na Imagem 14, os diversos órgãos e conselhos desta estrutura piramidal eram divididos entre processos decisórios e processos administrativos. Faziam parte dos processos decisórios os *Elder Statemen*, *Senior Statemen*, *Imperial Family*, *Imperial Grand Headquarters* e *Imperial*

e plebe e como esta divisão é oficialmente abolida com a Constituição do Japão embora na prática ainda seja observada no dia a dia da população japonesa. Para maiores informações consulte: SHIBUSAWA, Naoko. *America's Geisha Ally: reimagining the Japanese Enemy*. Cambridge, Mass. Harvard University Press. 2006; ALLINSON, Gary D. *Japan's Postwar History*. Ithaca, NY. Cornell University Press. 2004; entre outros.

*Household Ministry* juntamente ao Imperador. Dos processos administrativos o *Lord Keeper*, *Privy Council*, *Prime Minister*, *Imperial Cabinet* de forma direta e indiretamente a *Imperial Diet*, *Court of Administrative Litigation* e o *Board of Audit*. Falaremos sobre cada um a seguir:

- a) O *Elder Statemen* ou Conselho de Anciãos (*Genro*) incluía membros vitalícios da nobreza que serviam ao Imperador e o auxiliavam na escolha do Primeiro Ministro.
- b) O *Senior Statemen* ou Conselho de Sêniores (*Jushin*), que funcionava como o Conselho de Anciãos, mas era hierarquicamente abaixo deste.

A descrição de conselheiro executivo é a que melhor se aplica ao *Genro* e ao *Jushin*. O grupo original estabelecido durante a Restauração Meiji aos moldes do grupo de Conselheiros existente desde o *Bakufu* era composto por seis membros. Eles aconselhavam tanto o Imperador quanto o Gabinete Imperial, entretanto, era o Imperador que solicitava sua presença, não o contrário. Com o tempo o grupo cresceu e embora não mais aconselhasse o Gabinete Imperial, continuou opinando na escolha dos Primeiros Ministros. Integrantes do *Genro* eram aristocratas, príncipes, viscondes, marqueses e outras titulações de representantes das famílias tradicionais. Embora menor em importância hierárquica, o *Jushin* era igualmente solicitado pelo Imperador quando necessário. Era composto pelo Guardião do Carimbo Imperial, o Presidente do Conselho Privativo e ex-Primeiros Ministros<sup>113</sup>.

- c) A *Imperial Family* ou Família Imperial era composta por 54 famílias, incluindo um Príncipe coreano. Seguiu a Lei da Casa Imperial e o Shintoísmo. Apesar de não possuir sobrenome oficial, diversos estudos remontam a família Imperial atual à família Yamato, da Imperatriz Himiko, e por isso a família imperial atual é chamada atualmente por muitos de Dinastia Yamato<sup>114</sup>. É considerada a dinastia que ocupa um trono a mais tempo no mundo. Foi reduzida para 04 famílias membros em 1947.

---

<sup>113</sup> A hierarquia entre os dois grupos estava ligada à origem social de seus membros. Enquanto o *Genro* era composto pela aristocracia e membros da Família Imperial, o *Jushin* era composto por indivíduos que detinham ou detiveram cargos importantes na hierarquia do governo e conquistaram o respeito pela experiência. Para maiores informações consulte: CONNORS, Lesley. **The Emperor's Adviser: Saionji Kinmochi and Pre-War Japanese Politics**. London, Croom Helm. Oxford, Nissan Institute for Japanese Studies. 1987.

<sup>114</sup> Para maiores informações consulte: SEAGRAVE, Sterling; SEAGRAVE, Peggy. **The Yamato Dynasty: the secret history of Japan's imperial family**. London, Bantam Press. 1999; MARTIN, Peter. **The chrysanthemum throne: a history of the Emperors of Japan**. Honolulu, University of Hawaii Press. 1997. Para a lista genealógica oficial dos Imperadores consulte o quadro oficial disponível na página oficial da família imperial em <<http://www.kunaicho.go.jp/e-about/genealogy/img/keizu-e.pdf>>.

- d) O *Imperial Grand Headquarters* ou o Quartel General Imperial, englobava os Conselhos de Guerra, Marinha e Exército, e seus ministérios.

O Quartel General Imperial respondia diretamente ao Imperador, sem regulação de outro setor governamental. Dois corpos formais, o Conselho Supremo de Guerra e o Conselho de Marechais de Campo e Almirantes de Frota formulavam a política militar em nome do Imperador. O Conselho de Marechais de Campo e Almirantes de Frota era o mais alto órgão consultivo do Trono, mas na prática a política básica foi formulada pelo Conselho Supremo de Guerra. De acordo com o relatório do GHQ/GS, foi o Conselho Supremo que orientou o Imperador em toda a política militar e naval, e coordenou todas as organizações administrativas e táticas. Suas deliberações abrangeram mais do que assuntos militares e navais e, como resultado, assumiu uma importância consideravelmente alta (*Novo Executivo*, SCAP, 1949) <sup>115</sup>. Era formado por oficiais da Marinha e do Exército exclusivamente, incluindo membros do Ministério da Marinha e da Guerra.

- e) O *Imperial Household Ministry* ou o Ministério da Casa Imperial cuidava dos assuntos cerimoniais, posses e bens imperiais.

Embora recebesse o nome de Ministério, não fazia parte do quadro de ministérios administrativos do governo e não era controlado pelo Gabinete Imperial. Funcionava como uma agência do governo, administrando as propriedades, protocolos e funções cerimoniais do Trono e da Família Imperial, com cerca de oito mil membros. Não seguia a Constituição do Império do Japão, mas sim a Lei do Ministério da Casa Imperial<sup>116</sup> e exercia grande influência política e econômica na sociedade japonesa.

- f) O *Lord Keeper* ou o Guardião do Carimbo Imperial (antigo *Naidaijin*) possuía autorização para se aproximar fisicamente do Imperador e era a conexão oficial entre este e os demais órgãos e membros administrativos.

Embora coubesse ao Conselho Privativo deliberar sobre matérias de Estado, cabia ao Guardião a tarefa de conselheiro direto e pessoal do Imperador. Sua tarefa principal era controlar o uso do Carimbo Imperial e do Emblema Nacional em todos os documentos oficiais do Gabinete Imperial, Portarias e Editos Imperiais. Petições

---

<sup>115</sup> SCAP/GS Report. **Political Reorientation of Japan: September, 1945 to September, 1948**. US Government Printing Office, 1949. Reimpressão: Editora Greenwood, 1970. Este trabalho foi editado pelo Comandante MacArthur e engloba uma coletânea de relatórios do Setor Governamental do GHQ (GHQ/GS).

<sup>116</sup> Para acesso à Lei Imperial do período na íntegra consulte: <<http://core.ecu.edu/hist/tuckerjo/1889law.html>> e para acesso à Lei da Casa Imperial atual consulte: <<http://www.kunaicho.go.jp/e-kunaicho/hourei-01.html>>.

endereçadas ao Imperador eram por ele administradas e as decisões do Imperador por ele comunicadas. Ele também opinava na escolha do Primeiro Ministro e controlava o acesso direto ao Imperador, com exceção de alguns membros do Ministério da Casa Imperial, Quartel General Imperial e da Família Imperial que possuíam livre acesso (*Novo Executivo*, SCAP, 1949).

O escritório do Guardião do Carimbo Imperial foi oficialmente criado em 1885 e abolido em 1945, entretanto, a figura do *Naidaijin* já existia oficialmente desde 669 vinculado ao estabelecimento da Constituição dos Dezesete Artigos. Somente um membro da corte imperial poderia se tornar um Guardião e Conselheiro pessoal do Imperador<sup>117</sup>.

g) O *Privy Council* ou o Conselho Privativo era formado por conselheiros apontados pelo Imperador e que tinham a autorização para se aproximarem fisicamente de sua Majestade. Englobava um presidente, um vice e 25 conselheiros, todos vitalícios.

O Conselho Privativo foi criado via Portaria Imperial do dia 28 de abril de 1888<sup>118</sup> para deliberar sobre o rascunho da Constituição do Império do Japão. A Portaria explicitava que “*consideramos indispensável consultar personagens que participaram significativamente dos serviços ao Estado e nos beneficiar de seus valiosos conselhos em matéria de Estado*”<sup>119</sup> (BEASLEY, 1972, p.68, tradução nossa). A Constituição do Império do Japão regulava as funções do Conselho em seu capítulo 4, artigo 54 “*o Conselho Privativo deverá, de acordo com as disposições relativas ao Conselho Privativo, deliberar sobre importante matéria de Estado quando consultados pelo Imperador*”.

As disposições relativas ao Conselho eram especificadas na Lei do Ministério da Casa Imperial e sua tarefa englobava analisar rascunhos constitucionais, Leis e Portarias Imperiais; aplicar a Lei do Ministério da Casa Imperial; tratar dos acordos e tratados internacionais; deliberar sobre regras para o setor empresarial; e consultas solicitadas pelo Imperador. No entendimento do GHQ/GS,

(...) o Conselho era provavelmente o mais importante e poderoso agente do governo japonês. Nenhuma lei poderia ser promulgada, compromissos assumidos ou editos oficializados sem a sua aprovação e, ainda que o

<sup>117</sup> Para referências oficiais consulte <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/glossary.html>>, <<http://jpninfo.com/27510>> ou ainda <<http://www.kunaicho.go.jp/e-about/seido/seido09.html>>.

<sup>118</sup> Maiores detalhes na criação e referências oficiais consulte: <<http://www.wdl.org/en/item/7370/>>

<sup>119</sup> “(...) we deem it expedient to consult personages who have rendered significant services to the State and to avail ourselves of their valuable advice on matters of State”.

acesso ao Imperador pudesse ocorrer sem seu aval, nenhuma ação formal ocorria sem sua cooperação<sup>120</sup>. (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.121, tradução nossa)

- h) O *Prime Minister* ou o Primeiro Ministro, era o chefe do Gabinete Imperial e tinha o dever de aconselhar o Imperador nas questões de Estado sendo uma ponte entre o círculo decisório interno do Imperador e o sistema administrativo do governo, regulado pela Constituição do Império do Japão. Era apontado pelo Imperador após deliberação entre este e o *Genro*. Embora não fosse legalmente responsável perante a Dieta Imperial, ele exercia autoridade real considerável sobre a Câmara dos Representantes e figurava como o principal elemento de ligação entre a Dieta Imperial e o Gabinete Imperial.
- i) O *Imperial Cabinet* ou Gabinete Imperial era o órgão que cuidava da parte administrativa do governo. Com exceção da Borda de Auditores e do Tribunal de Litígios Administrativos, toda a parte operacional estava sob sua supervisão e controle, sendo a Dieta Imperial hierarquicamente inferior. Englobava o Primeiro Ministro, os chefes das sessões governamentais e demais Ministérios. Uma importante distinção era o fato de que o Gabinete Imperial cuidava das leis e finanças do Estado e não a Dieta Imperial.

O Gabinete Imperial como um todo pode ser entendido como o principal órgão executivo do sistema de governo japonês. Entretanto, seria incorreto pensá-lo como executivo no sentido ocidental do termo. O Imperador combinava em si mesmo todo o poder de governo e simplesmente delegava ao Gabinete Imperial a responsabilidade da administração das leis e direcionamento da execução das políticas de governo (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.123, tradução nossa)<sup>121</sup>.

- j) A *Imperial Diet* ou a Dieta Imperial era formada por membros da nobreza, *zaibatsu* e famílias tradicionais, figurando como um fórum de debate sobre as leis e Editos Imperiais confeccionados pelo Gabinete Imperial.
- k) A *Court of Administrative Litigation* ou Tribunal para Litígios Administrativos integrava o quadro administrativo do governo desde o *Bakufu*, embora

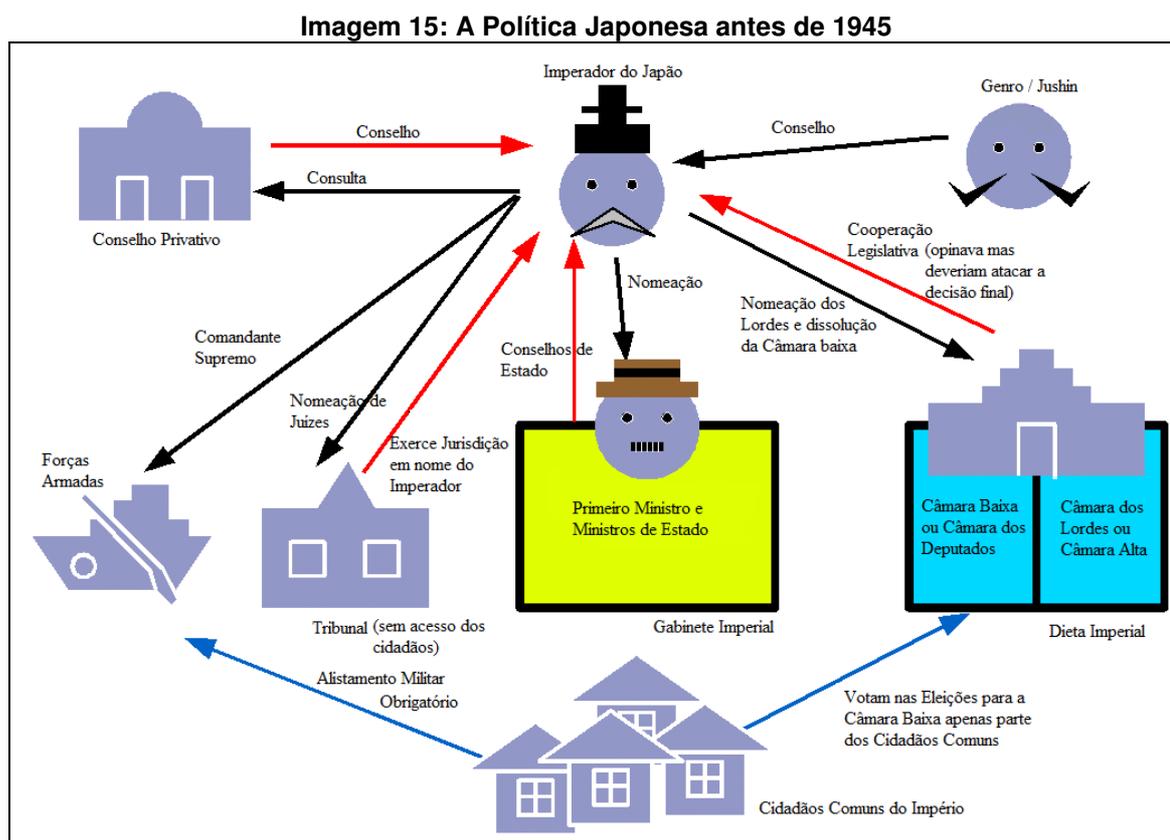
<sup>120</sup> “(...) It will be seen that the Privy Council was probably the most important and powerful single agency of the Japanese Government. No laws could be enacted, no appointments made, no rescripts issued without its approval and while access to the Emperor could be obtained without going through the Privy Council, no formal action could be undertaken without its concurrence”.

<sup>121</sup> “The Cabinet as a whole can be regarded as the principal executive organ under the Japanese system of government. However, it would be somewhat inaccurate to think of it as ‘executive’ in the occidental sense of the term. The Emperor combines in himself all powers of government and simply delegates to the Cabinet the responsibility for the administration of law and the direction of the execution of government policy”.

funcionasse como uma ouvidoria para assuntos administrativos e regulamentações e não efetivamente como um tribunal.

- l) A *Board of Audit* (Borda de Auditores) igualmente integrava o quadro administrativo e embora não fosse regulamentada pelo Gabinete Imperial, era responsável por verificar e confirmar as contas e relatá-las à Dieta Imperial.

Em síntese, havia uma estrutura governamental piramidal, com o Imperador no topo e diversos órgãos conselheiros e/ou executivos que agiam sob seu comando. O formato das reuniões e encontros entre os grupos e o Imperador seguia uma simples regra: toda Conferência Imperial ou *Gozen Kaigi* (御前会議) era prerrogativa do Imperador. As grandes conferências incluíam a presença de membros do *Genro*, do Primeiro Ministro, do Guardião do Carimbo Imperial e outros membros do Gabinete Imperial.



Os relatórios do GHQ/GS afirmam que não havia padrão definido na Constituição do Império do Japão e nenhuma outra lei autorizava ou regulamentava a existência das Conferências Imperiais. De todos os órgãos e conselhos existentes,

<sup>122</sup> Arquivo original 大日本帝国憲法下の統治機構図 em japonês disponível em: <[https://ja.wikipedia.org/wiki/ファイル:Politics\\_Under\\_Meiji\\_Constitution.png](https://ja.wikipedia.org/wiki/ファイル:Politics_Under_Meiji_Constitution.png)>.

apenas o Conselho Privativo era mencionado na Constituição do Império do Japão, embora não definido por lei (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.120). Este sistema piramidal japonês baseado na tradição e costume era tido como extra constitucional e arbitrário (Imagem 15) nos relatórios do GHQ/GS. Como vimos, entretanto, a regulamentação já existia desde a Constituição dos Dezesete Artigos, cujo conteúdo foi adaptado e não abolido, para a Constituição do Império do Japão.

### **3.3.2 Da Vitória à Derrota: a Campanha Militar Japonesa**

Entre 1870 e 1940 o *Dai Nippon Teikoku* conduziu uma grande expansão militar e territorial<sup>123</sup>, com a conquista de diversos territórios chineses e demais vizinhos asiáticos. O conjunto de eventos que culminou na entrada do *Dai Nippon Teikoku* na Segunda Grande Guerra na parte asiática atrela-se diretamente a esta expansão militar e continental do Império<sup>124</sup>.

Mesmo com a assinatura de vários tratados com as demais potências na década de 1920 e com os acordos na Liga das Nações, na década de 30 o *Dai Nippon Teikoku* continuou uma campanha de anexação de territórios e fortalecimento militar. Estas ocupações asseguravam a aquisição de matérias-primas para a manutenção e fortalecimento do setor militar, contra uma eventual disputa bélica (MORISHIMA, 1982).

A rápida industrialização e militarização do *Dai Nippon Teikoku* sob o slogan *Fukoku Kyōhei* elevou o arquipélago à categoria de grande potência e ao estabelecimento de um Império colonial no Pacífico Sul. Distúrbios econômicos e políticos das décadas de 20 e 30 culminaram com o ingresso do *Dai Nippon Teikoku* no Eixo (BITO; WATANABE, 1990). Em 1942, o *Dai Nippon Teikoku* foi considerado uma potência asiática naval e continuou sua campanha de agressão na região chegando a controlar cerca de 7,4 milhões km<sup>2</sup> tornando-o um dos maiores impérios marítimos da história (Imagem 16). Em 1943 a área de influência japonesa já se estendia a Burma, Filipinas e Tailândia<sup>125</sup>. O declínio do eixo na parte europeia do

---

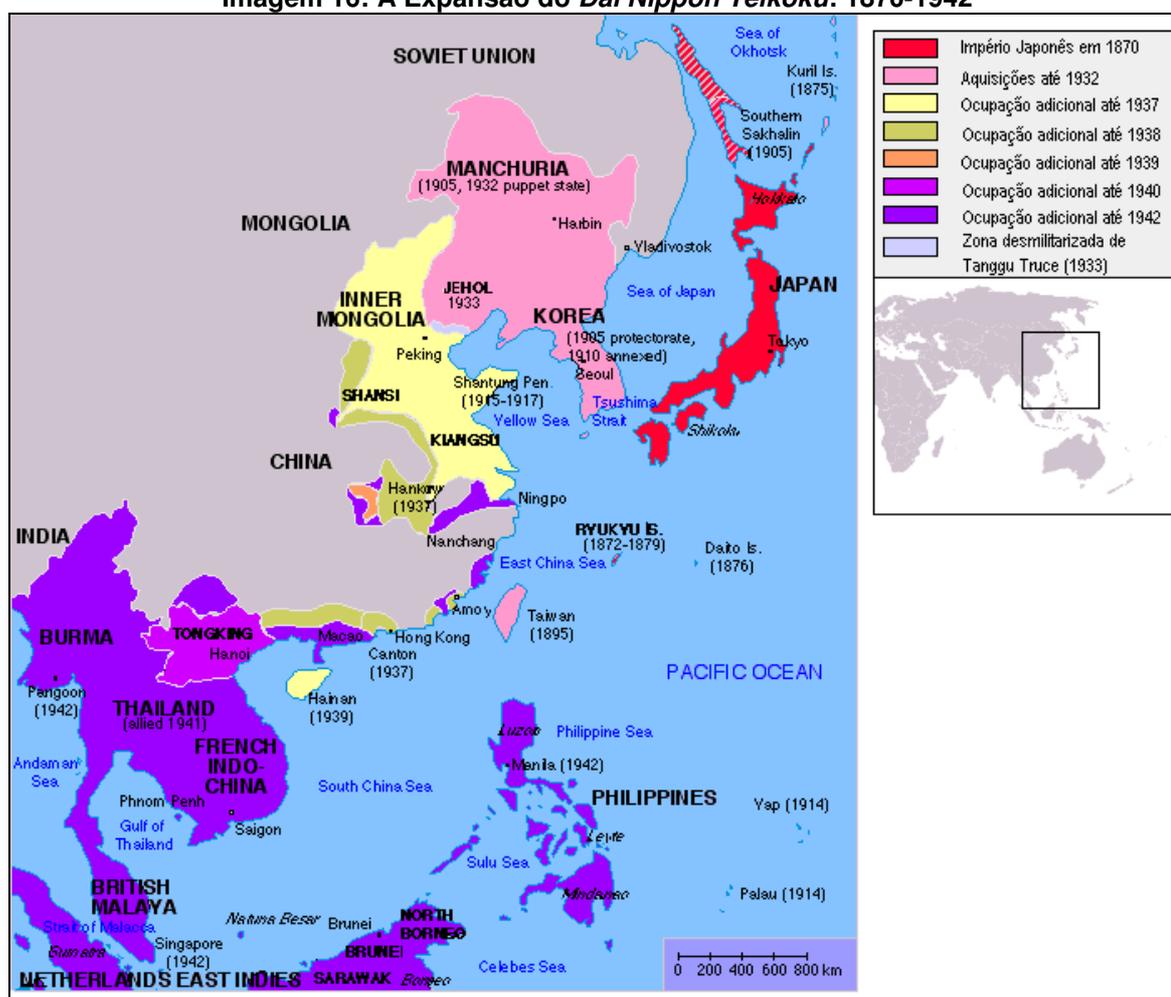
<sup>123</sup> Para o mapa interativo consulte: <<https://www.facinghistory.org/nanjing-atrocities/educator-resources/maps>>.

<sup>124</sup> Este assunto foi abordado em Dissertação de Mestrado prévia e que originou o tema desta Tese de Doutorado. Sua versão completa encontra-se disponível no acervo digital da Biblioteca da PUCMINAS em <[http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg\\_ConstItem.html](http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html)>.

<sup>125</sup> O Japão viu seu território aumentar consideravelmente enquanto Império na primeira metade do século XX. O ponto alto da expansão territorial ocorreu entre junho e outubro de 1942. Para maiores informações consulte Gordon, B (2005) em <<http://web.archive.org/web/20071013221640/starnarcosis.net/obsidian/earthrul.html>>.

conflito, o ingresso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na parte asiática do conflito e o reforço estadunidense às tropas aliadas que lutavam na região do pacífico sul limitaram o avanço nipônico na região e levaram à sua rendição em 1945.

Imagem 16: A Expansão do *Dai Nippon Teikoku*: 1870-1942



Fonte: *The Asian Pacific Journal*<sup>126</sup> (Legenda tradução nossa)

O término do conflito foi oficializado, portanto, com a aceitação da Declaração de Potsdam pelo *Dai Nippon Teikoku* e com a assinatura do Instrumento de Rendição no dia 02 de setembro de 1945 na Baía de Tokyo a bordo do navio de guerra *USS Missouri*. Elaborada na Europa pelos aliados, a Declaração de Potsdam responsabilizava o “*militarismo irresponsável*” por “*enganar e iludir o povo do Japão a embarcar em uma conquista mundial*” (artigo 6). Exigia a rendição incondicional de

<sup>126</sup> Artigo SMETHURST, Richard. *Japan, the United States, and the Road to World War II in the Pacific - 日本、合衆国、および第二次世界大戦太平洋戦局への道*. Setembro, 2012. Volume 10, Issue 37, Number 4. Disponível em: <<http://apjif.org/2012/10/37/Richard-J.-Smethurst/3825/article.html>>.

todas as forças armadas do arquipélago (artigo 13) e previa a eliminação desse militarismo com a ocupação do território japonês (artigo 7) pelas forças aliadas.

6 A autoridade e influência daqueles que enganaram e iludiram o povo do Japão a embarcar em uma conquista mundial deve ser eliminada para todo o sempre, pois nós insistimos que uma nova ordem de paz, segurança e justiça será impossível até que o militarismo irresponsável seja expulso do mundo<sup>127</sup>. (Declaração de Potsdam, artigo 6, tradução nossa).

7 Até que esta nova ordem seja estabelecida e se tenha provas convincentes de que o maquinário de Guerra japonês esteja destruído, pontos do território japonês designados pelos Aliados serão ocupados para assegurar a conquista dos objetivos básicos aqui previstos<sup>128</sup>. (Declaração de Potsdam, artigo 7, tradução nossa).

13 Exigimos que o governo japonês proclame a rendição incondicional de todas as suas forças armadas e fornecer garantias adequadas de sua boa fé com esta ação. A alternativa ao Japão é a sua imediata e completa destruição<sup>129</sup>. (Declaração de Potsdam, artigo 13, tradução nossa).

### 3.4 A Ocupação Estadunidense: Definindo Rumos

Prevista no artigo 7 da Declaração de Potsdam, a ocupação dos aliados no Japão começou imediatamente após o final da Segunda Grande Guerra (1945) e durou até abril de 1952, com exceção das Ilhas Ryukyu (Okinawa), em que a presença estadunidense terminou oficialmente em 1972. Liderada pelo SCAP, o General Douglas MacArthur, a ocupação foi majoritariamente estadunidense sem influência ou participação da URSS, ao contrário do ocorrido na Alemanha, além de ter sido a primeira ocupação militar do arquipélago por uma nação estrangeira. O SCAP<sup>130</sup> foi o responsável por toda a operação das Forças Aliadas no Pacífico Sul e não somente no *Dai Nippon Teikoku*. Entretanto, o reforço das demais tropas estrangeiras foi direcionado para os demais territórios no pacífico sul. O Quartel General (GHQ) de toda a operação foi construído na cidade de Edo (江戸),

<sup>127</sup> “6 There must be eliminated for all time the authority and influence of those who have deceived and misled the people of Japan into embarking on world conquest, for we insist that a new order of peace, security and justice will be impossible until irresponsible militarism is driven from the world.”

<sup>128</sup> “7 Until such a new order is established and until there is convincing proof that Japan's war-making power is destroyed, points in Japanese territory to be designated by the Allies shall be occupied to secure the achievement of the basic objectives we are here setting forth.”

<sup>129</sup> “13 We call upon the government of Japan to proclaim now the unconditional surrender of all Japanese armed forces, and to provide proper and adequate assurances of their good faith in such action. The alternative for Japan is prompt and utter destruction.”

<sup>130</sup> A sigla SCAP é usada oficialmente tanto em se tratando do Comandante quanto do próprio Quartel General em diversos livros e relatórios. Para efeitos práticos, utilizaremos aqui a sigla SCAP quando nos referirmos ao Comandante Mac Arthur e a sigla GHQ quando nos referirmos ao Quartel General de Tokyo.

renomeada para Tokyo<sup>131</sup>. Assim, por quase sete anos os Estados Unidos exerceram uma grande influência (social, política e econômica) na sociedade japonesa (LU, 1997).

Hall (1971) resume que a política da ocupação seguiu três grandes diretrizes: desmilitarização, democratização e reabilitação. O *Dai Nippon Teikoku* foi restaurado à configuração geográfica<sup>132</sup> anterior (Imagem 6) ao Império, perdendo todas as colônias, e todo apoio institucional ao setor militar, que foi igualmente retirado. Toda a indústria militar, a marinha, o exército e a aeronáutica foram abolidos e milhares de indivíduos foram exonerados de seus cargos no governo, no sistema educacional e no setor de serviços<sup>133</sup>. Todo o ensino doutrinário oficial e obrigatório foi abolido, bem como o apoio estatal aos templos. Um esforço para desmembrar os *zaibatsu* e descentralizar a economia foi efetuado, bem como uma grande reforma agrária. Uma nova constituição e um novo código civil foram promulgados (HALL, 1971).

### 3.4.1 GHQ: Estrutura Política de Transição

A Ocupação foi discutida em Potsdam, Alemanha, em julho de 1945, quando uma Declaração foi oficializada. Foi uma declaração firmada entre EUA, Reino Unido e China (pela URSS pouco depois) que exigia a rendição incondicional das forças armadas (artigo 13) do *Dai Nippon Teikoku*. A Declaração de Potsdam<sup>134</sup> estabelecia a ocupação militar do arquipélago pelos Aliados (artigo 7 e 12) para garantir o fim do militarismo (artigo 6 e 11) e renascer<sup>135</sup> as tendências democráticas do povo japonês (artigo 10). Inicialmente ignorada pelo Gabinete Imperial do *Dai Nippon Teikoku*, uma Conferência Imperial ocorrida em 14 de agosto oficializou sua aceitação.

<sup>131</sup> Informações, relatórios e arquivos do fichário disponíveis em *Army History*. Para acesso consulte: <<http://www.history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1%20Sup/ch7.htm>>.

<sup>132</sup> A União Soviética ocupou as Ilhas Kurilas ao norte de Hokkaido, local que passou a ser disputado pelo arquipélago como originalmente território japonês e até o momento sem solução. Para maiores informações sobre este tema consulte HASEGAWA, Tsuyoshi. **Racing the Enemy: Stalin, Truman, and the Surrender of Japan**. Harvard University Press, 2005; STEPHAN, John J. **The Kuril Islands Russo-Japanese Frontier in the Pacific**. Oxford, Clarendon Press. 1974; KIMIE Hara. **50 Years from San Francisco: Re-Examining the Peace Treaty and Japan's Territorial Problems**. Pacific Affairs, Vol. 74, No. 3, 2001 disponível em JSTOR: <[http://www.jstor.org/stable/3557753?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/3557753?seq=1#page_scan_tab_contents)>; ou ainda: *Elliot School of International Affairs* em: <[https://www.gwu.edu/~ieresgwu/assets/docs/ponars/pepm\\_226\\_Gorenburg\\_Sept2012.pdf](https://www.gwu.edu/~ieresgwu/assets/docs/ponars/pepm_226_Gorenburg_Sept2012.pdf)>.

<sup>133</sup> O relatório do setor governamental (GHQ/GS, 1949) possui a lista detalhada dos nomes, cargos e motivos desta limpeza, chamada oficial de “*The Purge*” ou “*O expurgo*”, abordada mais adiante.

<sup>134</sup> Para o texto na íntegra acesse: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>>.

<sup>135</sup> Interessante destacar que ao longo da ocupação o GHQ passa a afirmar que não restaurou tendências democráticas no Japão, mas que efetivamente o democratizou.

Assim, a rendição foi formalizada com a assinatura do Instrumento de Rendição e a Primeira Diretriz Básica da Ocupação (*United States Initial Post-Surrender Policy*)<sup>136</sup> foi implementada pelo governo dos Estados Unidos. Os dois objetivos principais eram garantir o fim da ameaça japonesa e a modificação do regime de governo japonês.

Os objetivos principais dos Estados Unidos em relação ao Japão, aos quais as políticas para o período inicial devem seguir, são:

- (a) Garantir que o Japão não se tornará novamente uma ameaça aos Estados Unidos ou à paz mundial e a segurança do mundo.
- (b) Estabelecer eventualmente um governo pacífico e responsável que respeitará os direitos dos outros Estados e apoiará os objetivos dos Estados Unidos refletivos nas ideias e princípios da Carta das Nações Unidas.<sup>137</sup> (29/08/1945: *United States Initial Post-Surrender Policy*, Parte 1, tradução nossa)

A Primeira Diretriz também formalizou a presença militar no arquipélago e o relacionamento do GHQ com o governo japonês. O motivo da resposta imediata dos EUA através da Primeira Diretriz e da chegada rápida ao arquipélago, consta nos relatórios do SCAP, no capítulo sobre o governo militar<sup>138</sup>, como sendo a utilização da estrutura militar que estava a postos para o confronto com o *Dai Nippon Teikoku* caso este não se rendesse. Assim, as forças armadas estadunidenses que atuavam no Pacífico Sul deslocaram-se para o local rapidamente e logo na primeira semana após a rendição, o GHQ já estava operante.

Haverá uma ocupação militar das principais ilhas japonesas para que os termos da rendição sejam cumpridos e alcançar a implementação dos objetivos aqui citados. A ocupação terá o caráter de uma operação em nome das potências aliadas agindo de acordo com os interesses das Nações Unidas em guerra com o Japão. Por esta razão, a participação das forças armadas de outras nações que tiveram um papel central contra o Japão será bem vinda e esperada. As forças de ocupação estarão sob o comando de um Supremo Comandante designado pelos Estados Unidos<sup>139</sup>. (*United States Initial Post-Surrender Policy*, Parte 2, tradução nossa)

<sup>136</sup> ‘United States Initial Post-Surrender Policy’ <<http://www.ndl.go.jp/constitution/shiryō/01/022/022tx.html>>.

<sup>137</sup> “The ultimate objectives of the United States in regard to Japan, to which policies in the initial period must conform, are: a) To insure that Japan will not again become a menace to the United States or to the peace and security of the world b) to bring about the eventual establishment of a peaceful and responsible government which will respect the rights of other states and will support the objectives of the United States as reflected in the ideals and principles of the Charter of the United Nations.”

<sup>138</sup> The Eighth Army Military Government System. *The Reports of General MacArthur* capítulo 7. Para o texto acesse: <<http://www.history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1%20Sup/ch7.htm>>.

<sup>139</sup> “There will be a military occupation of the Japanese home islands to carry into effect the surrender terms and further the achievement of the ultimate objectives stated above. The occupation shall have the character of an operation in behalf of the principal allied powers acting in the interests of the United Nations at war with Japan. For that reason, participation of the forces of other nations that have taken a leading part in the war against Japan will be welcomed and expected. The occupation forces will be under the command of a Supreme Commander designated by the United States”.

Takemae (2002) destaca que o início da ocupação o *Dai Nippon Teikoku* viu-se controlado pelos Estados Unidos e sua política básica, muito embora a Declaração de Potsdam definisse uma ocupação composta por todos os membros aliados<sup>140</sup>. Alguns meses após o estabelecimento da ocupação e da nomeação dos responsáveis por sua condução, o *Allied Council for Japan* (Conselho dos Aliados – ACJ) foi criado em Tokyo para atuar em conjunto com o *Far Eastern Commission* (Comissão para o Extremo Oriente – FEC) que ficava em Washington, DC.

Estes órgãos foram criados em uma reunião em Moscou em dezembro de 1945 com representantes dos EUA, Reino Unido e URSS, aprovados mais tarde pela China. A FEC foi estabelecida como um órgão decisório condutor das diretivas gerais da ocupação. Possuía representantes de onze nações: China, Reino Unido, EUA, URSS, França, Países Baixos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Índia e Filipinas.

A FEC formulava e revisava as políticas, princípios e padrões a serem seguidos para a efetivação do Instrumento de Rendição. Entretanto, não tinha autoridade sobre as questões territoriais ou sobre a condução das operações militares. Os EUA, Reino Unido, China e URSS possuíam poder de veto sob as decisões, entretanto, os EUA podiam emitir instruções em situações de emergência sem esperar a decisões da comissão<sup>141</sup>.

O ACJ era um órgão consultivo, estabelecido em Tokyo para orientar e aconselhar o SCAP sobre a administração da ocupação; a aplicação dos termos da rendição, ocupação e controle do *Dai Nippon Teikoku*, e quaisquer diretivas complementares. As quatro delegações do conselho representavam os EUA, a Comunidade Britânica (Austrália representada juntamente ao Reino Unido, Nova Zelândia e Índia), a URSS e a China e se encontravam a cada duas semanas.

As diretivas decididas pela FEC eram enviadas pelo governo dos EUA para o SCAP que, por sua vez, as repassava aos setores responsáveis, assegurando-se que estas diretivas fossem implementadas (Imagem 17). Caso o ACJ discordasse

---

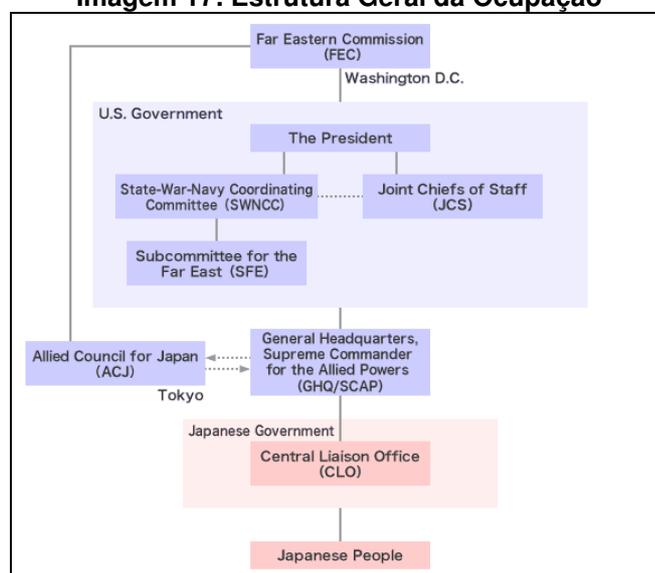
<sup>140</sup> Em seu trabalho o autor aborda em detalhes este tópico. Aqui não abordaremos este tema. Para este trabalho, entretanto, é importante a estrutura da organização responsável pelo governo de transição instaurado no Japão na época. Esta estrutura incluía os conselhos cuja sede física ficava em Washington, USA e Tokyo, Japão. Estes conselhos incluía representantes das potências aliadas.

<sup>141</sup> Informação retirada dos relatórios do General Douglas MacArthur, intitulados *The Reports of General MacArthur* que incluía dois volumes divididos em quatro livros e publicados pelo Departamento do Exército dos Estados Unidos em Tokyo em 1950. Foram recuperados e reimpressos em 1994 pelo mesmo departamento e disponibilizados ao público em sua versão online. Para acesso ao material completo consulte: <<http://www.history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1%20Sup/index.htm#cont>>.

das propostas do SCAP para a execução das diretivas da FEC, o impasse deveria ser resolvido com a FEC antes da implementação em solo japonês.

Após a nomeação de MacArthur<sup>142</sup>, o GHQ foi montado a partir do Quartel General das Forças Armadas dos EUA no Pacífico (GHQ/AFPAC) já existente. O GHQ/AFPAC e o GHQ foram fisicamente combinados, em Tokyo, por razões práticas, e diversos setores passaram a responder a ambos. Entretanto, havia uma distinção entre autoridade e responsabilidade, em que a autoridade do GHQ limitava-se ao *Dai Nippon Teikoku*, ao passo que a GHQ/AFPAC comandava todas as forças armadas na área do pacífico.

**Imagem 17: Estrutura Geral da Ocupação**



Fonte: Arquivos do NDL<sup>143</sup>

A autoridade do SCAP e sua atuação foram definidas também na diretiva básica, em que o estabelecimento de um governo militar estaria previsto se necessário, entretanto, ele deveria exercê-la através do Imperador e da maquinaria estatal japonesa. Portanto, um governo militar direto como na Alemanha não foi implementado.

A autoridade do Imperador e do governo japonês estará sujeita ao Supremo Comandante, que possuirá todos os poderes necessários para efetivar os termos da rendição e executar as diretivas estabelecidas para a condução da ocupação e controle do Japão. Devido ao caráter da sociedade japonesa e do desejo dos Estados Unidos de alcançar seus objetivos com o mínimo

<sup>142</sup> Documento: “Authority of General MacArthur as Supreme Commander for the Allied Powers”. 6 de setembro de 1945. Para o texto consulte: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryu/01/023shoshi.html>>.

<sup>143</sup> Para acesso ao arquivo consulte: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/outline/control.html>> Para o organograma detalhado consulte *The Reports of General MacArthur* capítulo 3, figura número 25: <[http://www.history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1%20Sup/Images/p\\_25.jpg](http://www.history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1%20Sup/Images/p_25.jpg)>

de comprometimento de suas tropas e recursos, o Supremo Comandante exercerá sua autoridade através do maquinário do governo japonês e suas agências, incluindo o Imperador, à medida que isto favorece os objetivos dos Estados Unidos<sup>144</sup>. (*United States Initial Post-Surrender Policy*, Parte 2, tradução nossa)

Toda a força militar direcionada ao *Dai Nippon Teikoku* estava sob o comando do SCAP, incluindo a Força de Ocupação da Comunidade Britânica (*British Commonwealth Occupation Force*), única força aliada presente no pacífico além da estadunidense. Assim, o Oitavo Exército dos Estados Unidos, *The Eighth Army*, foi efetivamente o Exército da ocupação encarregado das missões táticas para implementação e aplicação das diretivas do SCAP.

Ao exercer o controle sobre o Japão, o SCAP utilizou os órgãos administrativos já existentes no governo japonês através de um sistema de comunicação via memorandos, conhecidos como SCAPIN<sup>145</sup>, enviados através dos Setores do GHQ para o Escritório Central de Ligação (CLO). O CLO, que integrava o Gabinete Imperial (Imagem 18) encarregava-se de transmitir todo SCAPIN aos ministros ou outras agências governamentais japonesas para as ações cabíveis.

O GHQ foi estabelecido com setores gerais e específicos (Imagem 14), que se preocupavam primeiramente com atividades não-militares, assuntos civis e administrativos para o planejamento e o direcionamento político. Eram responsáveis por fazer recomendações ao SCAP de políticas e ações que implementassem os termos da rendição e as diretivas da FEC. Funcionava em parceria com a equipe militar da ocupação<sup>146</sup>, mas como a diretiva do SCAP era a condução do governo japonês, sua estrutura funcional foi configurada tendo o setor civil em mente.

O setor responsável pela execução das diretivas da FEC e do ACJ foi o GHQ/GS, em destaque na Imagem 19. O GHQ/GS foi responsável, também, pelos estudos e relatórios (em parceria com a Divisão Governamental do Oitavo Exército) exigidos pelo SCAP acerca da realidade política japonesa, e pelo contato com o

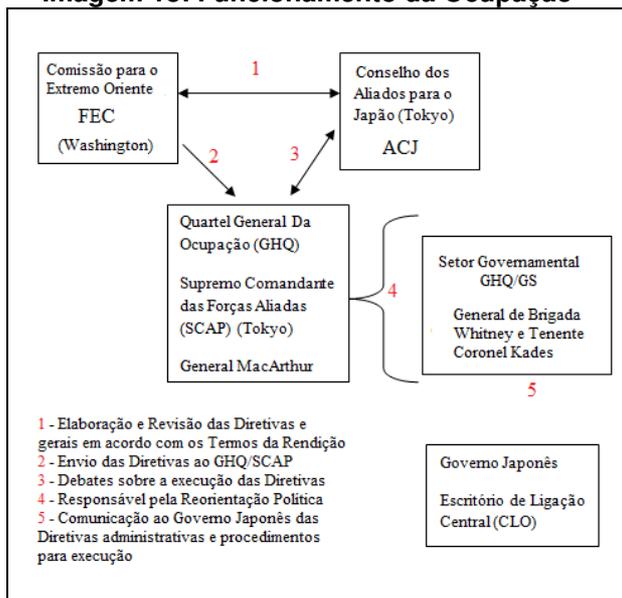
<sup>144</sup> “The authority of the Emperor and the Japanese Government will be subject to the Supreme Commander, who will possess all powers necessary to effectuate the surrender terms and to carry out the policies established for the conduct of the occupation and the control of Japan. In view of the present character of Japanese society and the desire of the United States to attain its objectives with a minimum commitment of its forces and resources, the Supreme Commander will exercise his authority through Japanese governmental machinery and agencies, including the Emperor, to the extent that this satisfactorily furthers United States objectives.”

<sup>145</sup> SCAPIN: *Supreme Commander for Allied Powers Instruction Note*. Para lista completa das SCAPIN consulte: <<http://jalii.law.nagoya-u.ac.jp/scapins/>>.

<sup>146</sup> O Oitavo Exército estava espalhado pelo território japonês e era usado para assegurar o cumprimento das diretivas da ocupação. A divisão jurídica e governamental do Oitavo Exército trabalhou em conjunto com o setor governamental do quartel general (GHQ/GS) exercendo vigilância, estudos investigativos e relatórios usados pelo GHQ/GS no planejamento da reorientação política.

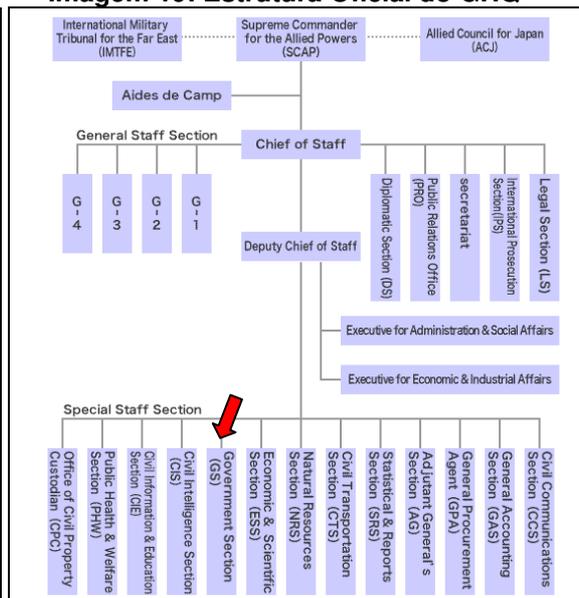
CLO. O responsável geral do GHQ/GS foi o General de Brigada Courtney Whitney, que tinha acesso direto ao SCAP, auxiliado pelo Tenente Coronel Charles Kades<sup>147</sup>. O GHQ/GS foi o responsável pela reestruturação de funcionários (diretiva de remoção ultranacionalista – *The Purge*<sup>148</sup>), revisão constitucional, reorganização do setor público, reforma do processo eleitoral e fortalecimento das autoridades locais.

**Imagem 18: Funcionamento da Ocupação**



Fonte: Elaborado pela Autora

**Imagem 19: Estrutura Oficial do GHQ**



Fonte: Arquivos do NDL<sup>149</sup>

### 3.5 A Reorientação Política

De setembro de 1945 a setembro de 1948 efetuou-se uma grande reforma no serviço público, exoneração de funcionários, promulgação de leis e procedimentos, reorganização de pessoal e material, separação de poderes, regularização do parlamento, regulamentação da Lei da Casa Imperial, criação de ministérios e estrutura burocrática do governo central e das províncias e prefeituras.

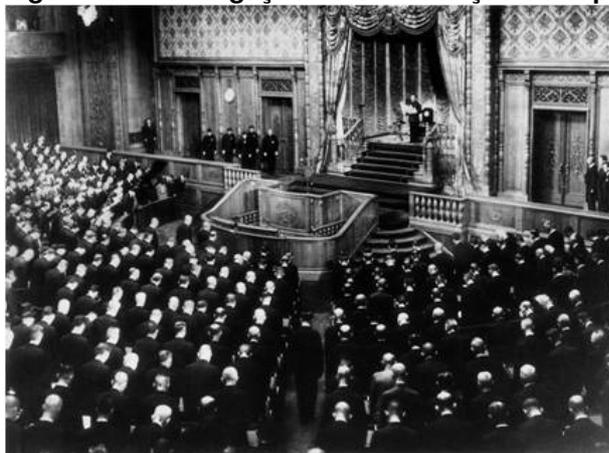
<sup>147</sup> Para maiores informações sobre as figuras históricas do período, acesse os Arquivos da Biblioteca da Dieta Nacional (NDL) disponíveis em: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/figures.html>>. Para um estudo sobre os funcionários do GHQ consulte: BURUMA, Ian. **Ano Zero: uma história de 1945**. SP, Cia das Letras. 2015.

<sup>148</sup> A tradução literal do termo *The Purge* é 'o expurgo' e embora seja este sentido forte o empregado na época, atualmente a expressão 'remoção ultranacionalista' é mais utilizada. Em acordo com as diretivas iniciais da ocupação, esta expressão parece pontuar mais claramente o objetivo da medida e por isso será aqui utilizada.

<sup>149</sup> Acesso ao arquivo consulte: <[http://www.ndl.go.jp/constitution/e/outline/ghq\\_spac.html](http://www.ndl.go.jp/constitution/e/outline/ghq_spac.html)> e para uma versão detalhada da estrutura do GHQ com seus membros consulte *The Reports of General MacArthur* disponível em: <[http://www.history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1%20Sup/Images/p\\_26.jpg](http://www.history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1%20Sup/Images/p_26.jpg)>

Denominada oficialmente de Reorientação Política<sup>150</sup>, esta reforma teve seu ponto alto com a promulgação (Imagem 20) da Constituição do Japão<sup>151</sup> (日本国憲法) e o fortalecimento da Dieta Nacional.

**Imagem 20: Promulgação da Constituição do Japão**



**Fonte: Embaixada do Japão no Brasil**

Em síntese, diversos SCAPIN foram enviados ao governo japonês cancelando portarias imperiais e leis anteriores e, por três anos, leis que se baseavam no modelo estadunidense, com separação de poderes entre o executivo, legislativo e judiciário, foram escritas e promulgadas. Com isto, diversos órgãos foram extintos ou criados, funcionários substituídos, ocorreu o sufrágio universal e a criação da lei eleitoral, do código civil e do código penal e, como ponto alto da mudança, o Imperador passou de Divindade Encarnada e Soberano da Nação, a Símbolo do Povo e da Nação<sup>152</sup>.

A modificação constitucional também englobou o *status* e o direito dos cidadãos. O povo japonês foi reconhecido como o detentor da soberania, e um longo capítulo da nova Constituição enumera seus direitos. Estes incluem os mesmos presentes na Carta de Direitos dos Estados Unidos, além de outros mais recentes, como o “*direito de manter os padrões mínimos de uma vida saudável e civilizada*”, “*o direito e a obrigação ao trabalho*”, “*o direito dos trabalhadores de se organizarem e*

<sup>150</sup> De acordo com o Comando da Ocupação ocorreu um direcionamento democrático das estruturas existentes, uma vez que o governo japonês continuou funcionando durante a ocupação (SCAP/GS Report, 1949, p.v). Usaremos o termo ‘Reorientação Política’ por ser este o termo utilizado nos documentos.

<sup>151</sup> Para o texto completo da Constituição consulte: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/etc/j01.html>>.

<sup>152</sup> A mudança aqui se refere ao fato de que de Chefe de Estado e Governo, o Imperador agora teria apenas atribuições ritualísticas fixadas por lei. O vocabulário original em inglês dos documentos da ocupação é “*Sovereign*” e “*Symbol*”, entretanto, o título em japonês permaneceu o mesmo: *Tennō* ou “divindade reinante”.

*negociarem coletivamente*”, “*liberdade acadêmica*” e “*igualdade dos sexos no matrimônio*” (PERALVA, 1991, p.57).

### **3.5.1 Terceira Organização Política Oficial**

Em síntese, a estrutura piramidal oficial existente foi abolida e seus órgãos (destacados no texto em negrito) extintos ou modificados (Imagem 21). As Conferências Imperiais, o Tribunal de Litígios Administrativos, o *Genro* e o *Jushin* desapareceram já em 1945 e com a efetivação da Constituição do Japão em 1947 foram extintos. O Ministério da Casa Imperial foi extinto e recriado como uma agência regulatória com a aprovação da nova Lei da Casa Imperial efetivada em abril de 1947, vinculada à, e regulamentada pela, Constituição do Japão. O novo Ministério da Casa Imperial passou a cuidar apenas das propriedades designadas ao uso da Família Imperial e do Cerimonial Imperial. Todas as demais propriedades tornaram-se públicas e o tamanho da Família Imperial foi reduzido aos filhos do Imperador Hirohito (裕仁), seus irmãos e suas respectivas famílias (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.140).

O Conselho Privativo e o Guardião do Carimbo Imperial tiveram suas funções transferidas para o Primeiro Ministro. Este cresceu em influência e em 1947 se tornou o Chefe Executivo Oficial do Gabinete. A Borda de Auditores foi regulamentada por lei em 1947 como uma agência independente do Gabinete em que seus membros seriam indicados pelo Gabinete com o consentimento da Dieta Nacional, criada com a extinção da Dieta Imperial.

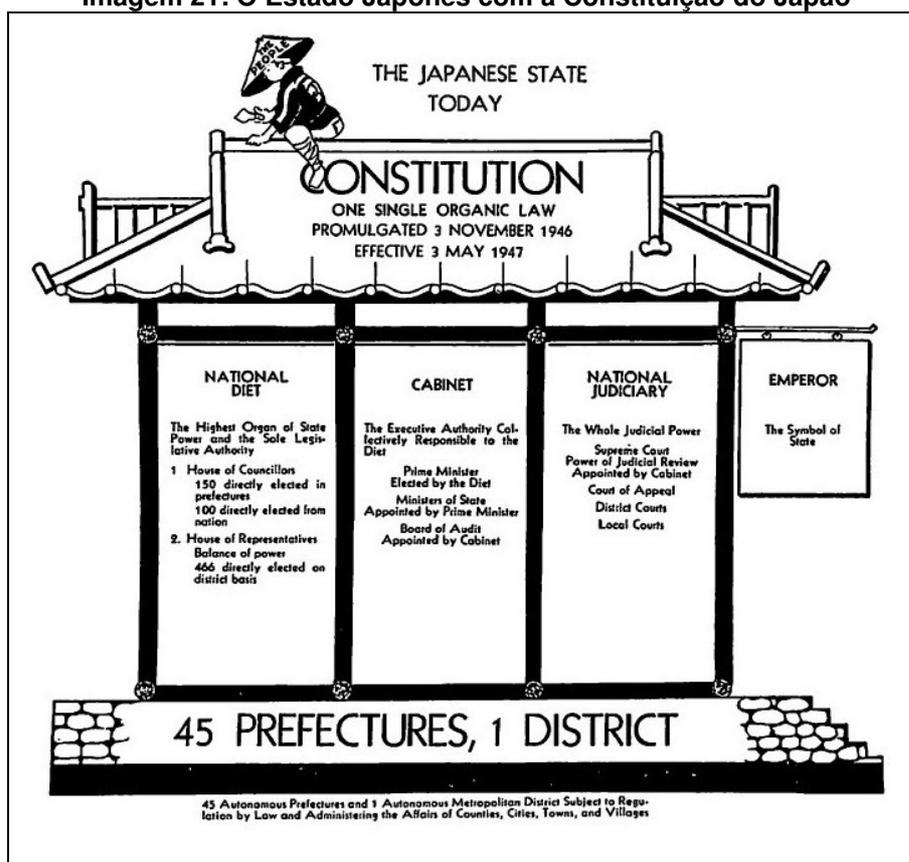
Os demais Ministérios foram reorganizados sob o controle do Gabinete, com membros apontados como *liaison* entre estes e a Dieta Nacional, indicados pelo Primeiro Ministro (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.127). O Emblema Paulownia se tornou o Emblema Oficial do Governo. O Emblema Paulownia é amarelo desbotado com fundo azul em alusão à cor violeta<sup>153</sup> original da flor. O Emblema Imperial, entretanto, continuou em uso como Emblema Nacional, e suas cores oficiais são laranja com fundo vermelho (cor utilizada em passaportes e credenciais da Dieta Nacional) ou amarelo com fundo preto.

---

<sup>153</sup> Não se usa a cor violeta, pois esta é a cor oficial da aristocracia japonesa e da representação divina, ainda usada em eventos, templos e como vestimenta formal do shintoísmo. O costume foi difundido pelo Tokugawa Fujiwara durante a Era Heian (794-1185). Mais informações consulte: <<http://tadaimajp.com/2015/05/purple/>>.

A Constituição do Japão e demais leis e códigos que a suplementam representaram, na visão do GHQ, uma revolução drástica no governo do Japão. Isto porque sobre o processo de legislatura nacional, houve diversas reformas significativas: substituição da soberania do Imperador pela soberania do povo; a Dieta Nacional se tornou o maior órgão de poder; a Câmara dos Lordes foi substituída pela Câmara dos Conselheiros eleitos; diversos órgãos e setores foram regulamentados por lei ou abolidos; e, o povo estava legalmente protegido dos últimos vestígios da herança feudal (*Dieta Nacional*, SCAP, 1949). Vale destacar que a ocupação terminou em 1952 e após 1948 a reorientação política continuou em menor escala até o final, entretanto, após a efetivação da Constituição do Japão e a abertura do novo parlamento, o GHQ/GS passou a ser um órgão consultivo com menor atuação.

Imagem 21: O Estado Japonês com a Constituição do Japão



Fonte: Arquivos da Biblioteca da Dieta Nacional (NDL)

A Constituição do Japão alterou radicalmente a estrutura governamental japonesa. Estabeleceu a divisão dos três poderes<sup>154</sup>, executivo, legislativo e

<sup>154</sup> Panfleto explicativo oficial: <[http://web-japan.org/factsheet/en/pdf/e08\\_governmental.pdf](http://web-japan.org/factsheet/en/pdf/e08_governmental.pdf)>.

judiciário (Imagem 21). Regulou um modelo de governo baseado em leis e atrelou todos os funcionários à lei pelo exercício de sua autoridade. Até então a organização governamental ficava a cargo do Gabinete Imperial mediante consulta a diversos conselhos, via Portaria Imperial e sem o envolvimento da Dieta Imperial. Agora, a **Dieta Nacional** adquiriu status de mais alto órgão de governo e o único legislador. O Gabinete se tornou o órgão executivo oficial, regulamentado por lei e atrelado à Dieta em responsabilidade. O Judiciário estava livre do controle do Executivo e igualmente regulamentado por lei. Nenhum funcionário ou agência pública possui mais qualquer autoridade para agir por fora do direito estatutário (*Novo Executivo*, SCAP, 1949).

Atualmente, a nova Constituição estabelece uma clara separação de poderes em que o executivo é responsabilidade do Gabinete. Com diversos estatutos rascunhados com o conselho e assistência do SCAP e promulgados pela Dieta, padrões legislativos definem a concessão de poder, delimitam jurisdição, promovem audiências e apelação e colocam sobre as diversas agências a clara obrigação legal de desempenhar deveres específicos. Cada conselho, escritório ou gabinete deve lidar agora diretamente com indivíduos que se preocupam. Não existe camada isolante os protegendo de responsabilização<sup>155</sup>. (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.142, tradução nossa)

O Imperador deveria atender a cerimônias, realizar nomeações e promulgação de leis, convocar a Dieta, proclamar eleições gerais e entregar premiações. O Executivo estava, entretanto, com o Gabinete, seu Primeiro Ministro e demais ministros que seriam por ele indicados. O Primeiro Ministro deveria ser o líder do partido majoritário, indicado pela Dieta e nomeado pelo Imperador (cerimônia de investidura imperial<sup>156</sup>). Os membros do Gabinete apontados também pelo Primeiro Ministro deveriam ser membros do legislativo. Por motivos administrativos, a nação foi dividida em 45 províncias mais o distrito de Tokyo cada um com seu governador e prefeito eleitos e com uma assembléia representativa (Imagem 16). Cidades, vilas e vilarejos também passaram a eleger assembleias representativas.

O Legislativo, na figura do Parlamento, a Dieta Nacional, continuou bicameral, entretanto, ambas as câmaras seriam agora eleitas diretamente pelo povo. Os

<sup>155</sup> “Today, the new Constitution has established a clear separation of powers so that execution of the laws is the responsibility of the Cabinet. Through any number of statutes drafted with the advice and assistance of SCAP and enacted by the Diet, legislative standards define grants of power, delimit jurisdiction, provide for hearings and appeals and place upon the various agencies the clear legal obligation to discharge specific duties. Each board, office and bureau must now deal directly with the individuals who may be concerned. There is no insulating layer protecting them from accountability”.

<sup>156</sup> Para informações oficiais consulte: <<http://www.kunaicho.go.jp/e-about/kyuchu/shinninshiki.html>>.

membros da câmara dos deputados possuem mandato de quatro anos e os membros da câmara dos conselheiros eleitos a cada três anos com um mandato de seis anos. Cinquenta de seus membros são determinados pelo número de votos que cada partido político consegue nas eleições gerais. A Câmara dos Deputados é o legislativo dominante, possuindo a autoridade de decretar leis, aprovar tratados, autorizar o orçamento e selecionar o Primeiro Ministro (Imagem 22). Para se tornar elegível para a Câmara dos Deputados, o candidato deve ter ao menos 25 anos e para a Câmara dos Conselheiros pelo menos 30 anos de idade (*Dieta Nacional*, SCAP, 1949).

A Dieta japonesa, portanto, possui consideravelmente mais controle sobre a política e administração nacional do que o Congresso dos Estados Unidos, mas um pouco menos do que o Parlamento Britânico. Em síntese, o antigo *gikai* [Dieta Imperial] ou clube de diálogo, assumiu os poderes para elaboração de políticas, antes exercidos pelo Gabinete [Imperial], pelo Conselho Privativo, Conselho Militar, *genro*, Ministério da Casa Imperial, *jushin*, e as Conferências Imperiais. O Gabinete pode emitir ordens, entretanto, não como portarias imperiais como eram, mas sim com o único propósito de executar as disposições da Constituição e leis decretadas pela Dieta.<sup>157</sup> (*Dieta Nacional*, SCAP, 1949, p.157, tradução nossa)

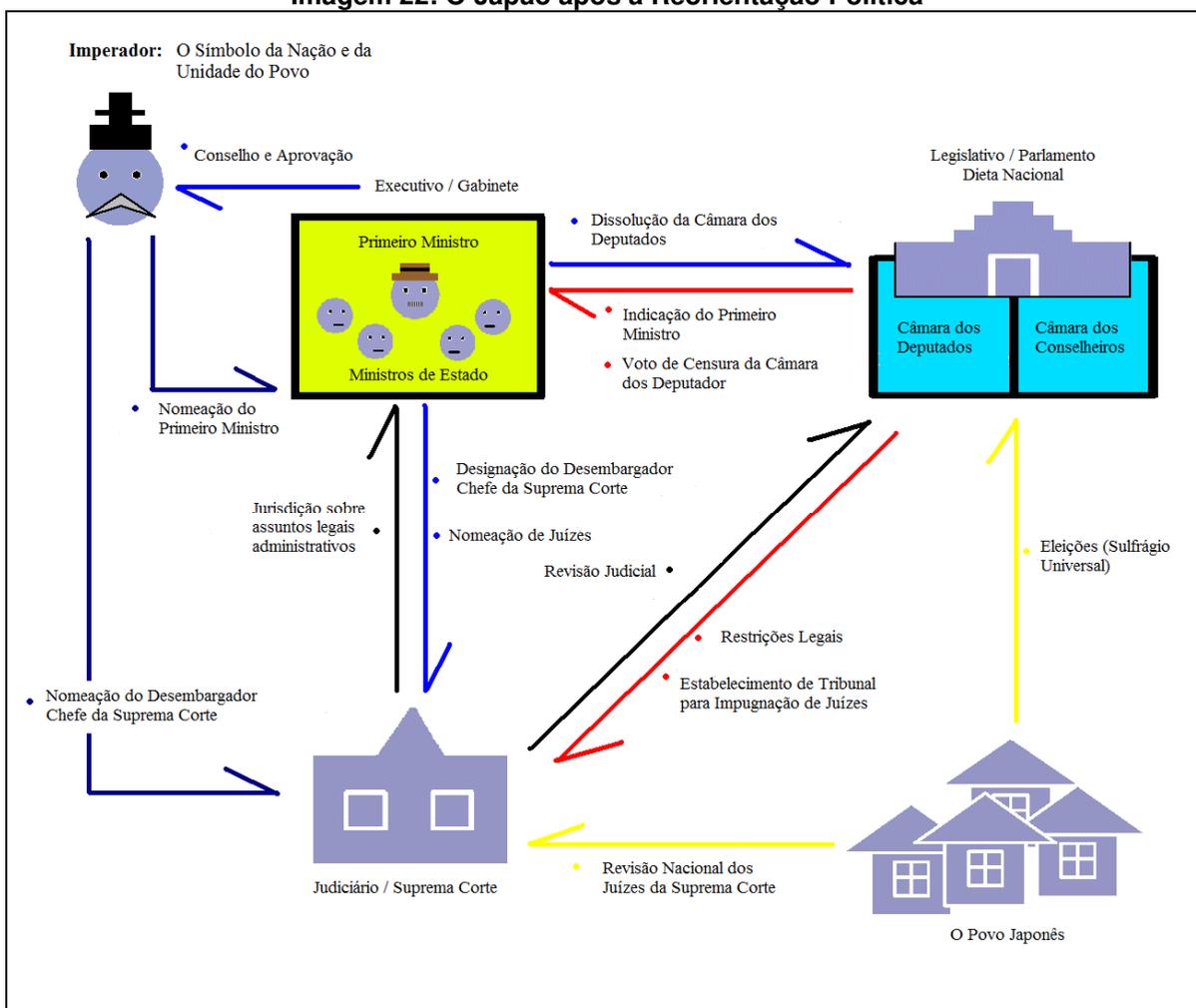
O Judiciário passou a ser formado por um desembargador e quatorze juízes associados. O Imperador nomeia o Desembargador a partir de indicação do Gabinete, que deve indicar os demais juízes. Os juízes podem ser removidos por impugnação pública. O judiciário deve determinar a constitucionalidade das leis encerrando disputas (Imagem 17).

Diversos cartazes, panfletos e livros foram editados e amplamente divulgados pelo Escritório para assuntos Cíveis e Educacionais do Oitavo Exército, para ensinar o que significa e como conduzir um governo democrático, tanto ao governo japonês quanto à população. Diversos cartazes educacionais e artigos jornalísticos foram produzidos com o objetivo de divulgar o novo sistema e educar o povo para a nova realidade. O material encontra-se disponível nos arquivos do NDL em Tokyo. No material denominado *Técnicas de Democracia*, por exemplo, encontra-se um *lutador de sumô* mostrando a força do direito democrático (Imagem 23), e, em outra se mostra a proteção que a Constituição fornece a todos (Imagem 24).

---

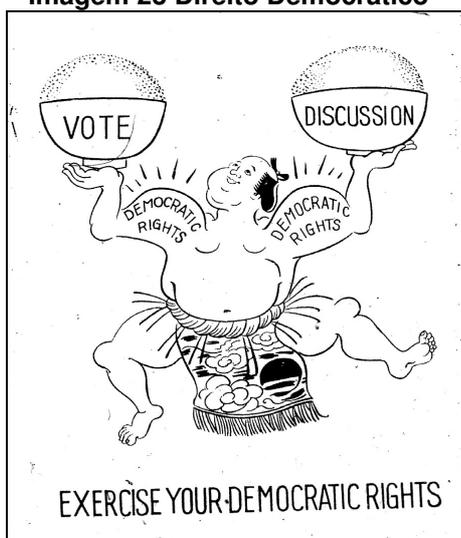
<sup>157</sup> “The Japanese Diet, therefore, has considerably more control over national policy and administration than has the United States Congress, but slightly less than the British Parliament. In short, the old *gikai* [Imperial Diet], or talk-club, has assumed the policy-making powers once exercised by the [Imperial] Cabinet, Privy Council, military boards, *genro*, Imperial Household Ministry, *jushin*, and the imperial conference. The Cabinet may issue Cabinet orders, not, however, as imperial ordinances were formerly issued, but only for the purpose of executing the provisions of the Constitution and of laws enacted by the Diet”.

**Imagem 22: O Japão após a Reorientação Política**

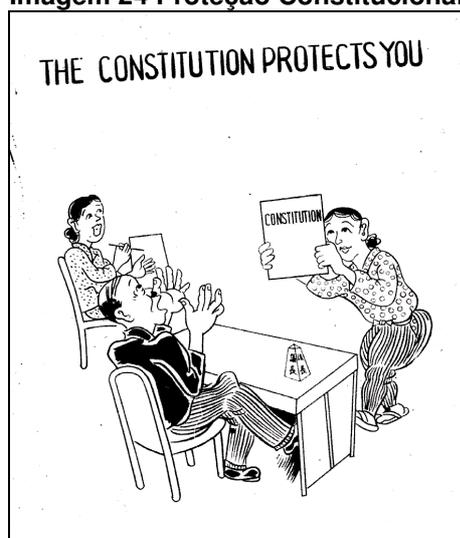


Fonte: Adaptado de 日本国憲法下の統治機構図, tradução nossa.<sup>158</sup>

**Imagem 23 Direito Democrático**



**Imagem 24 Proteção Constitucional**



Fonte: Arquivos em Microficha do NDL

<sup>158</sup> Arquivo original 日本国憲法下の統治機構図 em japonês disponível em: <[https://ja.wikipedia.org/wiki/ファイル:Politics\\_Under\\_Constitution\\_of\\_Japan.png](https://ja.wikipedia.org/wiki/ファイル:Politics_Under_Constitution_of_Japan.png)>. Para o arquivo em inglês *Politics Under Constitution of Japan* consulte: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Politics\\_Under\\_Constitution\\_of\\_Japan\\_04.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Politics_Under_Constitution_of_Japan_04.png)>.

#### 4 HOMENS E DEUSES: A FORÇA DE UM MITO

Diversos elementos indispensáveis ao entendimento da formação discursiva do Japão foram reunidos no capítulo histórico. A categoria analítica da AD-2 aqui utilizada, a saber, a concepção tridimensional do discurso, pode ser agora melhor aplicada. Os elementos necessários à análise são o sujeito enunciador, a forma como o discurso se traduz nas relações sociais e como este será recebido por uma determinada platéia. A contextualização histórica auxilia no entendimento da formação discursiva do sujeito enunciador Japão, cujo discurso será agora comparado a outro discurso, o GHQ.

A fim de se compreender a formação discursiva do sujeito enunciador no presente estudo de caso, no caso o governo japonês, o recurso do olhar histórico possibilitou o mapeamento de sua formação e consolidação, centralizado na figura do Imperador. Um sistema de crenças mitológicas foi colocado à serviço da consolidação deste sujeito enunciador, e com o passar dos séculos, o que havia sido um recurso à época de sua utilização, transformou-se em identidade desta sociedade, em um primeiro momento, e em identidade estatal com o passar do tempo, explicada pela categorização de Wendt (1999). Vale destacar que este mapeamento corroborou com a hipótese inicial desta pesquisa, qual seja, a existência de uma prática cultural de obediência ao soberano, no caso ao Imperador, hierárquica e rigidamente definida.

Diversos autores aqui utilizados (Morishima, Lu, Hall, entre outros) destacam os preceitos confucionistas como base para suas análises, em que os líderes japoneses tradicionalmente possuiriam uma sensibilidade para com os problemas nacionais e um senso de serviço a uma autoridade hierarquicamente superior. Embora o confucionismo tenha, de fato, influenciado a sociedade japonesa, os preceitos oficiais adotados desde a Constituição dos Dezesete Artigos, como vimos, eram em realidade budistas. Esta distinção é importante, pois foram os códigos budistas que moldaram a classe militar do *samurai*; classe que por sua vez governou durante o *Bakufu* por muitos séculos, influenciando as práticas políticas do arquipélago.

Além disso, ambas as doutrinas (confucionismo e budismo) acrescentaram elementos práticos e filosóficos à realidade social e política do Japão, mas não eclipsaram as práticas milenares shintoístas já existentes, muito antes pelo contrário,

fortaleceram os mitos da criação registrados no *Nihon Shoki* e no *Kojiki*, oficializando-os e dando-lhes cumprimento.

Assim, a forma como as relações sociais centrada na figura do Imperador se consolidou em séculos de prática é perceptível no complexo sistema de códigos legais e práticas políticas encontrado pelo GHQ durante a ocupação. Ilustrou-se, portanto, com o capítulo histórico, que o sistema japonês não era desprovido de códigos legais ou de práticas políticas quando ocorreu a Restauração Meiji como alegou o GHQ como veremos. A Constituição dos Dezessete Artigos e o Código Taihō formavam a base na qual as modificações procedimentais da Era Meiji ocorreram. Desde 604, as decisões do executivo e do legislativo já eram discutidas na presença do Imperador e a sua aprovação era o suficiente para autorizar plenamente quaisquer ações subsequentes.

Além disso, ao olharmos o contexto histórico japonês, é possível constatar o papel ativo que a Família Imperial teve no desenrolar e na consolidação política do arquipélago, desde os primeiros intercâmbios mercantis com a China e com a Coreia, na adaptação de traços culturais chineses e coreanos no arquipélago, na introdução de preceitos religiosos, na estruturação alfabética e na unificação do arquipélago sob uma mesma bandeira. Mais adiante, a Constituição de 604 vigorou por doze séculos, incluindo todo o *Bakufu*, até a promulgação da Constituição do Império do Japão de 1890, sendo então adaptada<sup>159</sup> em um documento, a Carta dos Cinco Juramentos<sup>160</sup> (五箇条の御誓文) *Gokajō no Goseimom*, de 07/04/1868, lida e oficializada na coroação do Imperador Meiji (Imagem 25). A relação do Imperador para com seus súditos permaneceu, portanto, inalterada, ou melhor, fortalecida.

Neste capítulo, portanto, apresenta-se a comparação entre o discurso oficial contido nos documentos da ocupação analisados, ou seja, o discurso do sujeito enunciador GHQ, com o discurso do sujeito enunciador Japão. Objetivou-se constatar como este confronto se traduziu na relação social entre estes sujeitos enunciativos, ou seja, como os discursos do GHQ foram recebidos e interpretados pela platéia, governo japonês, e vice-versa. Argumenta-se aqui que a maneira equivocada como o discurso do governo japonês foi recebido, compreendido e

<sup>159</sup> DOWER, 1999 e JANSEN, 2002. Dower (1999) destaca que com este recurso da Carta dos Cinco Juramentos, é possível afirmar que a Constituição de 604 nunca foi revogada, estando presente na prática política japonesa, direcionando os entendimentos e a condução do Japão enquanto ator estatal tanto no sistema internacional quanto nas adaptações domésticas efetuadas durante a Era Meiji.

<sup>160</sup> Texto em japonês e imagem oficial: <<http://kindai.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/787614/39>>. Tradução para o inglês da Enciclopédia Britânica e imagem oficial: <<http://global.britannica.com/event/Charter-Oath>>.

interpretado, pelo GHQ durante a ocupação, e, posteriormente, pelos EUA, é que provocou os posteriores problemas de entendimento na relação bilateral entre Japão e EUA (problema relacional que motivou esta pesquisa, inicialmente).

### Imagem 25: Carta dos Cinco Juramentos

御誓文之御寫  
廣ク會議ヲ興シ萬機公論ニ決スベシ  
上下心ヲ一ニシテ盛ニ經綸ヲ行フベシ  
官武一途庶民ニ至ル迄各志ヲ遂ゲ人心ヲ  
シテ倦マザラシメンヲ要ス  
舊來ノ陋習ヲ破リ天地ノ公道ニ基クベシ  
智識ヲ世界ニ求メ大ニ  
彰基ヲ振起スベシ

“Por este juramento, definimos como nosso objetivo o estabelecimento da riqueza nacional em uma base ampla e a estrutura de uma constituição e leis.

1. Assembléias deliberativas deverão ser amplamente estabelecidas e todas as questões decididas por discussão aberta.
2. Todas as classes, alta e baixa, deverão se unir e conduzir vigorosamente a administração dos assuntos de Estado.
3. As pessoas comuns, não menores do que os oficiais civis e militares, serão autorizadas a perseguir suas vocações para que não haja descontentamento.
4. Hábitos nocivos do passado serão quebrados e tudo será baseado nas Justas leis da natureza.
5. O conhecimento será perseguido ao redor do mundo para que se fortaleça a fundação do reinado imperial.” (五箇条の御誓文, tradução nossa)

Fonte: Arquivos do NDL

Este capítulo possui a dupla tarefa de instruir o leitor sobre o material oficial analisado (tratados, diretivas, SCAPINs, portarias imperiais, entre outros), com ênfase no material diretamente relacionado ao tema deste trabalho, e, vincular o contexto histórico previamente desenvolvido à interpretação dos sujeitos enunciadoreis deste material selecionado. O foco deste capítulo é, assim, analítico, respaldado pela bibliografia documental do período rastreando-se as mudanças procedimentais e legais que possibilitaram responder a pergunta desta pesquisa.

Dividido em três partes focais, o capítulo engloba a interpretação estadunidense sobre os eventos da reorientação política (4.1), a interpretação japonesa sobre estes eventos (4.2), e as diferenças entre eles (4.3). Os tópicos destacados ao longo do capítulo, relevantes para ambas as partes interpretativas são: a autoridade do Imperador, as Constituições, a Declaração de Potsdam, a democratização e a desmilitarização do arquipélago, os documentos básicos, a estrutura governamental do arquipélago, a ocupação, as Portarias e Editos Imperiais, a religião, a rendição, a presença do SCAP, os SCAPINs, o setor militar, o sistema político japonês vigente e a limpeza do setor público (*The Purge*).

No tópico 4.1 do capítulo, sobre a interpretação estadunidense, apresentar-se-á os grupos de documentos básicos analisados (declarações, tratados, SCAPIN, diretivas, Portarias e Editos Imperiais), com ênfase nos pressupostos,

entendimentos e importância deste material para esta formação discursiva; em seguida descrever-se-á a atuação do GHQ, enfatizando como a estrutura política de transição apresentada no capítulo histórico foi utilizada pelo GHQ e como a reorientação política foi implementada. Apresentar-se-á, por fim, como o GHQ compreendia a presença do Imperador Showa e a solução encontrada pelo GHQ/GS para lidar com o problema que a existência e a força da Casa Imperial apresentavam à democratização do Império.

No tópico 4.2 do capítulo, sobre a interpretação japonesa, enfatizar-se-á como o contexto histórico-social nipônico direcionou a interpretação dos documentos básicos e as respostas do governo japonês ao GHQ. Ou seja, como a FD japonesa interpretou o mesmo grupo de documentos oficiais sobre a reorientação política apresentados para a FD estadunidense, e como a FD japonesa agiu a partir destes entendimentos. Fortemente ancorada no capítulo histórico, destacar-se-á, também, a presença do Imperador neste contexto e suas implicações para esta FD e para o dia a dia da reorientação política.

A partir das evidências empíricas destacadas para ambas as FDs e da contextualização histórica do capítulo três, enfatizar-se-á na parte 4.3 deste capítulo, as diferenças existentes no entendimento das FDs (Imagem 28) a partir dos tópicos elencados anteriormente. Esta parte conclusiva, fortemente aparada no arcabouço teórico e metodológico da tese, a AD-2, finaliza o texto desta pesquisa apresentando o que efetivamente mudou na estrutura política japonesa com o processo de reorientação política de 1945 a 1948.

#### **4.1 História Documentada: a interpretação estadunidense**

A Declaração de Potsdam é tida como a primeira referência sobre a ocupação para todas as partes envolvidas. Diversos documentos recorrem a esta Declaração como fonte argumentativa para a resolução de impasses, ou como guia de conduta, explicação ou entendimento para a existência dos demais documentos. Os artigos mais citados pelo lado estadunidense nos documentos analisados foram os artigos seis e sete da Declaração de Potsdam. O artigo 6<sup>161</sup> afirma que a “*autoridade e*

---

<sup>161</sup> “6 There must be eliminated for all time the authority and influence of those who have deceived and misled the people of Japan into embarking on world conquest, for we insist that a new order of peace, security and justice will be impossible until irresponsible militarism is driven from the world.”

*influência daqueles que enganaram e iludiram o povo do Japão a embarcar em uma conquista mundial deve ser eliminada para todo o sempre, pois nós [aliados] insistimos que uma nova ordem de paz, segurança e justiça será impossível até que o militarismo irresponsável seja expulso do mundo*". Em função desta necessidade de "limpeza do militarismo irresponsável", o artigo 7<sup>162</sup> estabelece a forma como esta será realizada no Japão: "Até que esta nova ordem seja estabelecida e se tenha provas convincentes de que o maquinário de Guerra japonês esteja destruído, pontos do território japonês designados pelos Aliados serão ocupados para assegurar a conquista dos objetivos básicos aqui previstos" (POTSDAM, artigos seis e sete, tradução nossa).

Logo, em função desta necessidade de limpeza explicitada, tem-se a criação de uma ocupação militar no arquipélago com uma justificativa respaldada pelas potências aliadas. Entretanto, não somente a limpeza do militarismo irresponsável e a ocupação militar foram previstas na Declaração, como também a tarefa de democratização do arquipélago, com a justificativa de libertação do povo japonês e renascimento das tendências democráticas, no artigo dez.

Não queremos que os japoneses sejam escravizados enquanto raça ou destruídos enquanto nação, entretanto, uma justiça severa será dispensada a todos os criminosos de Guerra, incluindo aqueles que foram cruéis com os nossos prisioneiros. O governo japonês deve retirar todos os obstáculos para o renascimento e fortalecimento das tendências democráticas do povo japonês. Liberdade de expressão, de religião e de pensamento, bem como o respeito aos direitos humanos fundamentais serão estabelecidos<sup>163</sup>. (Declaração de Potsdam, artigo 10, tradução nossa)

A tarefa de democratização incluía o expurgo do ultranacionalismo e a questão dos crimes de guerra. Embora o artigo dez da Declaração contemplasse a problemática dos crimes de guerra, o Imperador não foi incluído neste grupo de indivíduos responsabilizados, sendo a sua situação decidida *a posteriori*, no documento sobre a reforma religiosa, como veremos adiante. Os criminosos de guerra responsabilizados em acordo com a Declaração de Potsdam foram os integrantes do setor militar, que foi completamente desfeito, e os servidores públicos

<sup>162</sup> "7 Until such a new order is established and until there is convincing proof that Japan's war-making power is destroyed, points in Japanese territory to be designated by the Allies shall be occupied to secure the achievement of the basic objectives we are here setting forth."

<sup>163</sup> "We do not intend that the Japanese shall be enslaved as a race or destroyed as a nation, but stern justice shall be meted out to all war criminals, including those who have visited cruelties upon our prisoners. The Japanese Government shall remove all obstacles to the revival and strengthening of democratic tendencies among the Japanese people. Freedom of speech, of religion, and of thought, as well as respect for the fundamental human rights shall be established".

considerados pertencentes a este grupo de ultranacionalistas. Esta remoção ficou conhecida como *The Purge*. Ainda sobre a Declaração de Potsdam, outro artigo constantemente citado como referência nas comunicações oficiais estadunidenses foi o artigo treze que exigia a rendição incondicional de todas as forças armadas do Japão.

Exigimos que o governo japonês proclame a rendição incondicional de todas as suas forças armadas e forneça garantias adequadas de sua boa fé com esta ação. A alternativa ao Japão é a sua imediata e completa destruição<sup>164</sup>. (Declaração de Potsdam, artigos 13, tradução nossa).

Esta rendição incondicional de todas as forças armadas foi alcançada através de Editos Imperiais decretados pelo Imperador Showa e enviados às forças armadas japonesas em agosto de 1945. Estes Editos foram incorporados pelo governo dos EUA como parte dos documentos básicos da rendição e da ocupação e seu texto utilizado nas diretivas iniciais da ocupação como validação destas, e como instrução ao governo japonês no início do processo de criação e consolidação do GHQ.

Além disso, e aqui se apresenta um ponto importante desta pesquisa, a rendição incondicional das forças armadas, como descrito no artigo treze da Declaração, foi entendida como rendição incondicional do Japão pelo GHQ, e foi com este entendimento que a reorientação política foi posta em prática. Como visto em Fairclough (2001), o entendimento da prática discursiva pressupõe que o discurso deve ser entendido em sua forma linguística, ou seja, a prática discursiva será um texto, falado ou escrito, representando as práticas sociais. Neste caso, o entendimento do GHQ estava vinculado à prática de rendição de forças armadas como equivalente à rendição do ator estatal. Portanto, lugar ideológico do GHQ partia do entendimento de que a rendição do Japão como um todo era incondicional, de que era fato inquestionável, ainda que a Declaração citasse textualmente a rendição das forças armadas. Este ponto foi explicado ao governo japonês na resposta do Secretário de Estado James Byrnes à Resposta Qualificada Japonesa<sup>165</sup>.

Desde o momento da rendição, a autoridade do Imperador e do governo japonês de governar o Estado estará sujeita ao Supremo Comandante das Forças Aliadas que tomará todos os passos que ele considerar necessário para efetuar os termos da rendição. Será requerido do Imperador que

---

<sup>164</sup> “We call upon the government of Japan to proclaim now the unconditional surrender of all Japanese armed forces, and to provide proper and adequate assurances of their good faith in such action. The alternative for Japan is prompt and utter destruction.”

<sup>165</sup> Para acesso ao documento consulte: <<http://www.ibiblio.org/pha/policy/1945/450729a.html>>

autorize e assegure a assinatura, pelo governo japonês e pelo Quartel General Imperial, do Instrumento de Rendição necessário à condução do previsto da Declaração de Potsdam, e deverá decretar suas ordens a todo o setor militar japonês, às autoridades terrestre e naval e à todas as forças sob seu controle aonde quer que estejam localizadas, para que encerrem suas atividades e deponham suas armas, além de decretar outras ordens que o Supremo Comandante venha a requerer, para dar andamento ao Instrumento de Rendição.<sup>166</sup> (11/08/1945: *Reply by Secretary of State*, SCAP, 1949, p.415, tradução nossa)

Portanto, estava claro na interpretação estadunidense a situação de subordinação do governo japonês e do setor militar às decisões do SCAP. As ordens imperiais seriam usadas pelo SCAP, quando este julgasse necessário, para dar cumprimento ao Instrumento de Rendição. Além da Declaração de Potsdam e do Instrumento de Rendição, os documentos considerados básicos pelo GHQ<sup>167</sup> sobre a ocupação são o Editó Imperial sobre a Rendição, a Aceitação Final Japonesa, Acordo sobre o Estabelecimento das Comissões dos Aliados (FEC e ACJ), a Primeira Diretiva dos Estados Unidos Pós-Rendição, a Autoridade do General MacArthur como SCAP e a Diretiva Básica para o Governo Militar no Japão. Os demais documentos englobam as Diretivas da FEC e ACJ, os SCAPIN, as Portarias Imperiais, as Declarações oficiais de SCAP e as leis e códigos implementados durante a ocupação.

#### **4.1.1 *Setting the stage: os documentos básicos***

Como visto na contextualização histórica, a ocupação estadunidense começou no Japão imediatamente após o final da Segunda Grande Guerra, durando até abril de 1952. Foi liderada por Douglas MacArthur, um General estadunidense,

<sup>166</sup> “From the moment of surrender the authority of the Emperor and the Japanese Government to rule the state shall be subject to the Supreme Commander of the Allied powers who will take such steps as he deems proper to effectuate the surrender terms. The Emperor will be required to authorize and ensure the signature by the Government of Japan and the Japanese Imperial General Headquarters of the surrender terms necessary to carry out the provisions of the Potsdam Declaration, and shall issue his commands to all the Japanese military, naval and air authorities and to all the forces under their control wherever located to cease active operations and to surrender their arms, and to issue such other orders as the Supreme Commander may require to give effect to the surrender terms”. Para o documento completo acesse: <<http://www.ibiblio.org/pha/policy/1945/450729a.html>>

<sup>167</sup> *Instrument of Surrender, Imperial Rescript by Emperor of Japan prior to signing of the Surrender, Final Japanese Acceptance, Agreement of Foreign Ministers on the Establishment of FEC and ACJ, United States Initial Post Surrender Policy, Authority of Gen MacArthur as SCAP and Basic Directive for Post-Surrender military Government*. Consideramos este grupo como dos documentos básicos por ser esta a classificação do GHQ na coletânea sobre a reorientação política. Este grupo está publicado no Apêndice A – *Basic Documents*. SCAP/GS Report. **Political Reorientation of Japan: September, 1945 to September, 1948**. US Government Printing Office, 1949. Alguns documentos serão citados mais de uma vez, destacando-se os aspectos diferentes de acordo as necessidades argumentativas de cada sessão. Apesar de os documentos oficiais da ocupação serem em inglês, alguns documentos foram oficializados em japonês e, nestes casos, ambas as versões serão utilizadas.

que seguia o Programa Básico dos EUA e as diretrizes da FEC e do ACJ. Vale destacar que a data do final da guerra não é a mesma nos EUA e na Europa. Para os europeus o Dia da Vitória é comemorado no dia 09 de maio, ao passo que nos EUA é o dia 02 de setembro, data da assinatura do Instrumento de Rendição pelo governo japonês. Isto demonstra o peso que este documento possuía para os EUA.

Dando cumprimento inicial à Declaração de Potsdam, o documento denominado Política Básica dos Estados Unidos para a ocupação, definiu o uso do maquinário burocrático pré-existente do governo japonês pelo GHQ, seguindo ordens do SCAP, embora o documento deixasse claro que todo este maquinário, bem como a sua utilização, estivesse sujeito à prerrogativa do SCAP caso mudanças fossem necessárias.

Devido o caráter da sociedade japonesa e do desejo dos Estados Unidos de alcançar seus objetivos com o mínimo de comprometimento de suas tropas e recursos, o Supremo Comandante exercerá sua autoridade através do maquinário do governo japonês e suas agências, incluindo o Imperador, à medida que isto favoreça os objetivos dos Estados Unidos. (...) Esta política, entretanto, está sujeita à prerrogativa do Supremo Comandante de requerer mudanças no maquinário governamental ou no quadro de pessoal ou, ainda, de atuar diretamente caso o Imperador ou outra autoridade japonesa não atenda satisfatoriamente os requerimentos do Supremo Comandante na efetivação dos termos da rendição.<sup>168</sup> (29/08/1945: *United States Initial Post-Surrender Policy*, Parte 2, tradução nossa)

Wendt (1999) destaca que a relação entre as identidades estatais acarreta consequências para o sistema internacional, uma vez que desta relação, uma nova identidade surgirá, modificando os atores e atuando sobre a estrutura do sistema. Ao utilizar a estrutura política japonesa oficial, justificada no documento acima como ação calcada em um entendimento sociológico, o GHQ sinalizou ao governo japonês que o sistema pré-existente à ocupação continuaria em vigor; que o GHQ considerava válida esta realidade japonesa, portanto, perpetuando-o.

Contudo, para o GHQ, uma vez que a rendição incondicional estivesse oficializada, as ações do GHQ deveriam ser inquestionáveis e precedentes sobre as japonesas, devido à realidade da rendição incondicional. O comportamento, de fato,

---

<sup>168</sup> “In view of the present character of Japanese society and the desire of the United States to attain its objectives with a minimum commitment of its forces and resources, the Supreme Commander will exercise his authority through Japanese governmental machinery and agencies, including the Emperor, to the extent that this satisfactorily furthers United States objectives. (...) This policy, however, will be subject to the right and duty of the Supreme Commander to require changes in governmental machinery or personnel or to act directly if the Emperor or other Japanese authority does not satisfactorily meet the requirements of the Supreme Commander in effectuating the surrender terms.”

modificou-se, uma vez que a estrutura transitória da ocupação, descrita no capítulo histórico, foi colocada em prática. As modificações pretendidas pelo GHQ foram implementadas, a contento, e a reorientação política foi considerada um sucesso pelo GHQ, ACJ e pela FEC. Entretanto, questiona-se aqui, se uma nova identidade estatal japonesa surgiu desta relação. Isto porque as ações e entendimentos japoneses subsequentes foram, como veremos, condizentes com sua identidade pré-existente, hierarquizada e centrada no Imperador, e não com a nova hierarquia política apresentada na estrutura de transição que vigorou de 1945 a 1948.

Após a definição dos termos de finalização do conflito pelos aliados e da ocupação militar do arquipélago, o primeiro passo para a efetivação da ocupação foi a assinatura do Instrumento de Rendição. Este documento formalizou a rendição incondicional das forças armadas japonesas e o cumprimento da Declaração de Potsdam pelo governo japonês, na visão do GHQ.

Nós aqui nos comprometemos pelo Imperador, pelo Governo japonês e seus sucessores a executar as disposições da Declaração de Potsdam, de boa fé, e de emitir quaisquer ordens e tomar quaisquer medidas que possam ser exigidas pelo Supremo Comandante das Forças Aliadas ou por qualquer outro representante designado das Forças Aliadas com o propósito de dar cumprimento a essa declaração.<sup>169</sup> (02/09/1945: *Instrumento de Rendição*, SCAP, 1949, p.419, tradução nossa)

O interessante sobre este documento é que seu texto destaca o papel central do Imperador no processo, em que o governo japonês estaria na verdade obedecendo às ordens imperiais, e não às forças aliadas.

Nós, agindo por ordem e em nome do Imperador do Japão, o Governo Japonês e o Quartel General Imperial Japonês, aqui abaixo aceitamos as disposições explicitadas na Declaração (...). Nós aqui proclamamos a rendição incondicional às Potências Aliadas do Quartel General Imperial Japonês e de todas as Forças Armadas Japonesas e das Forças Armadas sob controle japonês onde quer que estejam situadas.<sup>170</sup> (02/09/1945: *Instrumento de Rendição*, SCAP, 1949, p.419, tradução nossa)

Resgatando a explicação de Wendt (1999) sobre os aspectos culturais como efeitos causais de constrangimento sobre a dinâmica dos Estados, este ponto é um

<sup>169</sup> “We hereby undertake for the Emperor, the Japanese Government and their successors to carry out the provisions of the Potsdam Declaration in good faith, and to issue whatever orders and take whatever action may be required by the Supreme Commander for the Allied Powers or by any other designated representative of the Allied Powers for the purpose of giving effect to that Declaration”

<sup>170</sup> “We, acting by command of and in behalf of the Emperor of Japan, the Japanese Government and the Japanese Imperial General Headquarters, hereby accept the provisions set forth in the declaration (...). We hereby proclaim the unconditional surrender to the Allied Powers of the Japanese Imperial General Headquarters and of all Japanese armed forces and all armed forces under Japanese control wherever situated.”

interessante exemplo desta relação. Ao oficializar suas ações por ordem do Imperador, o GHQ sinalizou que a identidade estatal hierarquizada e centralizada no Imperador não se modificaria com a situação de derrota ou rendição. Entretanto, para o GHQ, este documento representou, também, a formalização da rendição incondicional com a subordinação deste sistema japonês ao SCAP.

A autoridade do Imperador e do Governo Japonês para governar o Estado estarão sujeitas ao Supremo Comandante das Forças Aliadas que tomará as medidas que considerar adequadas para tornar efetivos os termos de rendição.<sup>171</sup> (02/09/1945: *Instrumento de Rendição*, SCAP, 1949, p.419, tradução nossa)

No mesmo dia, a Diretiva 1 sobre a desmobilização militar, que seguia diretamente o artigo 6 da Declaração de Potsdam, começou oficialmente.

O Quartel General Imperial por ordem do Imperador, e em concordância com a rendição ao Supremo Comandante das Forças Aliadas de todas as Forças Armadas japonesas, ordena pela presente que todos os seus comandantes no Japão e estacionados fora do Japão que consigam que suas forças armadas cessem toda hostilidade imediatamente, deponham suas armas, fiquem em sua atual localidade e rendam-se incondicionalmente aos comandantes que estejam agindo em nome dos Estados Unidos, da China, do Reino Unido e Império Britânico e da União Soviética, como indicado aqui ou como será futuramente indicado pelo Supremo Comandante das Forças Aliadas<sup>172</sup>. (02/09/1945: *Occupation and Demobilization Directive*, SCAP, 1949, p.442, tradução nossa)

O alvo desta diretiva eram as forças armadas japonesas, naval e militar, que deveriam cessar toda hostilidade e render-se incondicionalmente às forças indicadas pelo SCAP para cada localidade. O ponto interessante desta diretiva é que suas especificações para esta rendição invocam as ordens dadas pelo Imperador no Edito Imperial de 17 de agosto de 1945 ao Quartel General Imperial.

Três anos e oito meses se passaram desde que declaramos guerra aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha. (...) Agora que a União Soviética entrou na guerra, continuar o conflito ante as pressões internas e condições externas serviriam apenas para aumentar desnecessariamente as

---

<sup>171</sup> “The authority of the Emperor and the Japanese Government to rule the state shall be subject to the Supreme Commander for the Allied Powers who will take such steps as he deems proper to effectuate these terms of surrender”

<sup>172</sup> “The Imperial General Headquarters by direction of the Emperor, and pursuant to the surrender to the Supreme Commander for the Allied Powers of all Japanese armed forces by the Emperor, hereby orders all of its commanders in Japan and abroad to cause the Japanese armed forces and Japanese-controlled forces under their command to cease hostilities at once, to lay down their arms, to remain in their present locations and to surrender unconditionally to commanders acting on behalf of the United States, the Republic of China, the United Kingdom and the British Empire, and the Union of Soviet Socialist Republics, as indicated hereafter or as may be further directed by the Supreme Commander for the Allied Powers” Para consultar o document, acesse a página: <<http://www.taiwandocuments.org/surrender05.html>>

devastações da guerra ao ponto de comprometer a própria fundação existencial do Império. Com isto em mente e embora o espírito da Marinha e Exército Imperiais esteja mais altos do que nunca, com a visão de manter e proteger nossa nobre política nacional estamos prestes a fazer a paz com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a União Soviética e a China. (...) Confiamos que vocês oficiais e homens das forças imperiais cumprirão nossas intenções e manterão uma unidade sólida e disciplina rígida em seus movimentos e que sofrerão as maiores de todas as dificuldades, suportarão o insuportável e deixarão uma fundação eterna da nação.<sup>173</sup> (17/08/1945: *Surrender Rescript to Japanese Troops*, tradução nossa)

Além da diretiva sobre a desmobilização, no dia 06 de setembro de 1945 uma diretiva definindo e oficializando a autoridade do SCAP foi enviada ao GHQ, pelo governo dos EUA, através do *Joint Chiefs of Staff* – JCS (imagem 17), uma vez que a FEC e o ACJ ainda não haviam sido criados. Este documento novamente clarificava que o SCAP estaria acima do Imperador e do governo japonês aos olhos do GHQ; que o controle do Japão seria exercido via governo japonês e que a Declaração de Potsdam seria inteiramente seguida.

1) A autoridade do Imperador e do governo japonês de governar o Estado está subordinada a você como Supremo Comandante das Forças Aliadas. Você exercerá a sua autoridade como achar mais adequado a fim de cumprir a sua missão. Nossa relação com o Japão não se baseia em contrato, mas sim em uma rendição incondicional. Como a sua autoridade é suprema, você não tolerará nenhum questionamento quanto ao alcance de sua autoridade por parte dos japoneses. 2) O controle do Japão será exercido através do governo japonês na medida em que tal disposição produza resultados satisfatórios. 3) A declaração de intenções contida na Declaração de Potsdam terá pleno cumprimento.<sup>174</sup> (06/09/1945: *Authority of General MacArthur as SCAP*, SCAP, 1949, p.427, tradução nossa)

Um ponto importante a ser destacado sobre este documento é o fato de que a autoridade do SCAP como máxima, hierarquicamente superior a todos, inclusive ao

---

<sup>173</sup> “Three years and eight months have elapsed since we declared war on the United States and Britain. (...) Now that the Soviet Union has entered the war against us, to continue the war under the present internal and external conditions would be only to increase needlessly the ravages of war finally to the point of endangering the very foundation of the Empire's existence. With that in mind and although the fighting spirit of the Imperial Army and Navy is as high as ever, with a view to maintaining and protecting our noble national policy we are about to make peace with the United States, Britain, the Soviet Union and Chungking [China]. (...) We trust that you officers and men of the Imperial forces will comply with our intention and will maintain a solid unity and strict discipline in your movements and that you will bear the hardest of all difficulties, bear the unbearable and leave an everlasting foundation of the nation”. Para acesso ao documento completo, acesse a página do Taiwan Documents em : <<http://www.taiwandocuments.org/surrender07.html>>.

<sup>174</sup> Autoridade do SCAP: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryo/01/023shoshi.html>>. “1) The authority of the Emperor and the Japanese Government to rule the state is subordinate to you as Supreme Commander for the Allied Powers. You will exercise your authority as you deem proper to carry out your mission. Our relations with Japan do not rest on a contractual basis, but on an unconditional surrender. Since your authority is supreme, you will not entertain any question on the part of the Japanese as to its scope. 2) Control of Japan shall be exercised through the Japanese Government to the extent that such an arrangement produces satisfactory results. 3) The statement of intentions contained in the Potsdam Declaration will be given full effect.”

Imperador, foi afirmada e oficializada pelos EUA nos documentos básicos, a partir do entendimento da rendição incondicional, como ficou claro na carta do Secretário de Estado Byrnes ao governo japonês vista anteriormente. Entretanto, esses mesmos documentos utilizam as ordens do Imperador e o cumprimento destas como condicionante e justificativa para a ocupação militar do arquipélago e rendição do governo e das formas armadas japonesas.

Parafraseando Mussalim (2003), o sentido do discurso é constituído pelo próprio discurso a partir de uma determinação simultânea às posições ideológicas entre as FDs apresentadas no discurso, importando, pois, o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos. O lugar do enunciado da FD estadunidense partiu, pois, do entendimento de rendição incondicional, e tanto para o GHQ quanto para a FEC e o ACJ, a autoridade do SCAP era clara e inquestionável. Quando ocorriam questionamentos por parte do governo japonês sobre procedimentos ou interpretações documentais, o documento acima era citado e usado como árbitro. Um exemplo desta complexidade é o ocorrido com o processo do rascunho constitucional junto ao Comitê Matsumoto<sup>175</sup>.

O documento sobre a autoridade do SCAP e a Declaração de Potsdam foi lembrado pelo General de Brigada Whitney durante o período da revisão constitucional, pedindo a direta interferência do General (antes mesmo de alguma resolução da FEC) no processo de criação do comitê japonês para que um rascunho mais democrático fosse produzido e os objetivos da ocupação fossem alcançados.

A questão da reforma constitucional do sistema de governo japonês aproxima-se de seu clímax. (...) Você possui a autoridade das forças aliadas para proceder com a reforma constitucional. (...) 'tomará as medidas que considerar adequadas para efetivar os termos de rendição' (Parte 5 da Designação). Pelo Instrumento de Rendição, o governo japonês aceitou as provisões da Declaração de Potsdam (Parte 1 do Instrumento). (...) Para

---

<sup>175</sup> A criação da Constituição do Japão, ou o Nascimento da Constituição como é oficialmente chamado, é em si objeto de pesquisa, rico e extenso. O foco deste trabalho, entretanto, não engloba os pormenores deste processo, bem como não abarca as diferenças interpretativas e linguísticas das versões oficiais em inglês e japonês, que variam desde artigos completamente diferentes a sutilezas linguísticas. O fato em destaque aqui é a dificuldade interpretativa do governo japonês, Comitê Matsumoto, em lidar com as regras em procedimentos do GHQ/GS acerca da confecção de uma nova Constituição em moldes democráticos. Depois de quatro grandes rascunhos rejeitados pelo GHQ/GS, o General Whitney recorreu ao SCAP para que este entregasse ao governo japonês um rascunho de um modelo constitucional democrático aceitável. O resultado foi um rascunho constitucional completo, usado como referência e pouco alterado em relação à versão final promulgada em 1946. Para maiores informações sobre o "*birth of the Constitution*" visite: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/index.html>> ou leia SHOICHI, Koseki. **The Birth of Japan's Postwar Constitution**. Colorado, Westview Press, 1997. Para a pesquisa sobre as diferenças linguísticas entre as versões em inglês e em japonês leia INOUE, Kyoko. **MacArthur's Japanese Constitution: A Linguistic and Cultural Study of Its Making**. Chicago, The University of Chicago Press, 1991.

alcançar esta mudança na natureza das instituições governamentais japonesas, mudanças fundamentais na estrutura constitucional japonesa são necessárias; e tais alterações são essenciais para a execução da Declaração de Potsdam.<sup>176</sup> (01/02/1946: *Constitutional Reform Memorandum*, Parte 1 e 2, SCAP, 1949, p.427, tradução nossa)

Com relação à ocupação militar propriamente dita, esta seria responsabilidade do Oitavo Exército dos Estados Unidos, acrescido das forças aliadas enviadas à região do pacífico sul. A diretiva básica sobre o governo militar foi enviada ao GHQ pelo JCS no dia 03 de novembro de 1945<sup>177</sup> e o acordo com as demais potências aliadas sobre o envio de tropas foi efetivado em 30 de janeiro de 1945. Portanto, o primeiro semestre da ocupação do arquipélago foi executado pelos EUA, suas diretrizes, estudos de campo e reformas iniciais. A maneira como os EUA lidou com este processo e colocou em prática o maquinário da ocupação será discutida a seguir.

#### **4.1.2 Como democratizar um Império: a atuação do GHQ**

O sucesso do cumprimento do artigo 6 da Declaração de Potsdam é atribuído pelos EUA e pelas Forças Aliadas à estrutura política de transição implementada pelo GHQ durante a reorientação política. Descrita no capítulo histórico, esta estrutura se sobrepôs à existente, utilizando-a e ao mesmo tempo modificando-a, através da extinção e criação de diversos órgãos. As modificações eram comunicadas via SCAPINs e regulamentadas via Portarias Imperiais. Uma vez implementada, esta estrutura possibilitou a “*limpeza do militarismo irresponsável*”.

Além dos documentos básicos, as mudanças estruturais seguiram as indicações de estudos realizados pelo GHQ/GS em parceria com a Divisão Governamental do Oitavo Exército. Estes setores realizaram extensa sondagem no território japonês no primeiro ano da ocupação e produziram relatórios, identificando problemas e apontando soluções, para a efetiva democratização do arquipélago.

<sup>176</sup> Para o documento oficial consulte: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryō/03/069/069tx.html>>. “The question of constitutional reform of the Japanese governmental system is rapidly approaching a climax. (...) You have authority from the Allied Powers to proceed with constitutional reform. (...)”take such steps as you deem proper to effectuate the surrender terms”. (Part 5 of Designation). By the Instrument of Surrender, the Japanese Government accepted the provisions of the Potsdam Declaration. (Part 1 of Instrument). (...) To achieve this alteration in the nature of Japan's governmental institutions requires fundamental changes in the Japanese constitutional structure; and such alteration is essential to the execution of the Potsdam Declaration.”

<sup>177</sup> Acordo entre os EUA e Austrália (em nome do Reino Unido, Índia e Nova Zelândia). Para o texto completo consulte SCAP, 1949, p.440-441.

Publicados em uma coletânea editada pelo General MacArthur, estes relatórios<sup>178</sup> são reconhecidos oficialmente<sup>179</sup> como importantes documentos<sup>180</sup> sobre a reorientação política, uma vez que descrevem a atuação do GHQ no dia a dia dos três anos iniciais da ocupação, bem como a avaliação do GHQ sobre as mudanças efetuadas com a reorientação política, sendo, portanto, utilizados como fonte primária para esta parte da pesquisa.

A coletânea englobou relatórios sobre os seguintes temas: a Remoção Ultranacionalista, o Controle das Relações Exteriores do Japão, a Nova Constituição do Japão, o Novo Executivo, a Dieta Nacional, o Judiciário e o Sistema Legal, o Serviço Público, as Eleições Populares, os Partidos Políticos, a Educação Política e os Aspectos Governamentais para Aplicação de Leis. O relatório Novo Executivo chamou a atenção para os quatro grandes grupos de indivíduos (identificados no capítulo histórico) que compunham os diversos órgãos e conselhos da estrutura piramidal da Era Meiji, destacando que foram os burocratas, em parceria com os membros do GHQ/GS, que possibilitaram a transição rápida e eficiente para um governo democrático, ao cumprirem as diretivas e SCAPIN enviados via CLO.

Isto porque, ao utilizar a estrutura japonesa, o GHQ lidou diretamente com estes grupos de indivíduos espalhados entre os diversos órgãos governamentais já existentes e em funcionamento na pirâmide política local. Foram esses grupos de indivíduos que auxiliaram na implementação da estrutura de transição, no entanto, por serem herdeiros da estrutura anterior, foram o alvo do *The Purge* realizado pelo GHQ em acordo com a diretriz básica da ocupação e com a Declaração de Potsdam,

---

<sup>178</sup> Título das partes em inglês: *Control of Japanese External Affairs; The New Constitution of Japan; The National Executive; The National Diet; The Judicial and Legal System; Civil Service; Popular Elections; Political Parties; Political Education; e, Governmental Aspects of Law Enforcement*. Fonte: SCAP/GS Report. **Political Reorientation of Japan: September, 1945 to September, 1948**. US Government Printing Office, 1949. Reimpressão: Editora Greenwood, 1970. A coletânea foi produzida como um relatório em volume único, entretanto, o apêndice (documentos, correspondências, notas oficiais, entre outros) foi publicado em um volume separado em função de sua quantidade excessiva. Os dois volumes possuem numeração contígua e chegam a 1200 páginas. Embora sejam chamados de relatórios, são em realidade estudos sobre os mais diversos aspectos da vida política e cotidiano do arquipélago, as ações sugeridas como necessárias à mudança democrática, sugestões de procedimentos e resultados alcançados. Ao longo da leitura percebe-se que os termos relatórios e estudos foram usados como sinônimos por seus autores. Aqui utilizaremos o termo relatório por ser o termo oficial utilizado por MacArthur em sua publicação.

<sup>179</sup> Tanto pelos EUA quanto Japão. A coletânea está disponível da Biblioteca do NDL em Tokyo e na *Library of Congress* nos EUA. A Universidade de Maryland a possui em microficha, disponível ao público.

<sup>180</sup> A sessão sobre o executivo nacional, produzida por Guy J Swope e Alfred Hussey, a sessão sobre a Dieta Nacional produzida por Justin Williams e a sessão sobre a remoção ultranacionalista produzida por Jack Napier concentram os elementos utilizados neste trabalho.

e executada pelo GHQ/GS<sup>181</sup>. O relatório Novo Executivo apontou, também, que somente esta remoção, embora extensa, não resolveria a questão da democratização do arquipélago, prevista nos documentos básicos. Isto porque ficou constatado no amplo estudo sobre o processo decisório da Era Meiji que a centralização do sistema governamental na figura no Imperador era fortíssima e de cunho religioso. Todo o processo legislativo centrava-se no Imperador, executado pelos grupos que tinham acesso a ele. Não havia, portanto, separação de poderes entre o executivo, o legislativo e o judiciário, conforme compreendia o GHQ.

O processo legislativo, pelo qual as políticas nacionais são determinadas, era realizado por um conclave secreto das pessoas e grupos que circundavam e tinham acesso ao Imperador, sem nenhuma obrigação legal de consultar ou qualquer outra responsabilidade política ou legal para com o povo e seus representantes. Eles operavam sem restrição ou controle de qualquer tipo, e eram extraconstitucionais, não oficiais e em grande parte secretos. Não existiam padrões, regras ou referências. (...) O processo operacional do governo (implementação de decisões políticas e execução de leis) era conduzido por uma organização altamente complexa e centralizada, na forma de uma hierarquia de agências. Nesta hierarquia cada agência prestava contas apenas à agência imediatamente superior e era guiada não por regras ou padrões para a condução de suas obrigações, mas sim pela vontade ou capricho da agência superior, por costume e tradição e pela influência dominante de famílias, clãs ou conexões financeiras.<sup>182</sup> (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.142, tradução nossa).

No relatório Novo Executivo atribuíam-se o problema da falta de separação de poderes ao fato de que a estrutura piramidal japonesa não havia sido desenvolvida gradualmente pelo surgimento e crescimento de instituições, mas sim imposta com a Restauração Meiji<sup>183</sup>. Para o GHQ, a estrutura obedecia aos “*desejos das oligarquias*”<sup>184</sup>.

---

<sup>181</sup> A reforma do *zaibatsu*, que previa a dissolução dos conglomerados econômicos familiares não foi bem sucedida, e diversos grupos sobreviveram, embora com significativa redução de sua influência direta no governo devido à extinção dos órgãos nos quais eram presentes. Indivíduos considerados indesejáveis foram afastados, mas não os conglomerados, que se reinventaram no setor econômico, como o grupo Mitsubishi, por exemplo.

<sup>182</sup> “The legislative process, by which national policy is determined, was accomplished in secret conclave by those persons and groups immediately surrounding and having access to the Emperor, without legal obligation to consult with or any legal or political accountability to the people or their representatives. They operated without restraint or restriction of any sort, being unofficial, extraconstitutional and for the most part hidden. There were no standards, no rules, and no references. (...) The operational process of government (implementation of policy decisions and execution of the laws) was conducted by a complex and highly centralized organization arranged in the form of a descending hierarchy of agencies. In this hierarchy each agency was responsible only to the one immediately superior to it and was guided in the conduct of its affairs not by rules or standards established by law, but by the will or whim of the superior office, by custom and tradition and by the dominating influence of family, clan or business connection”.

<sup>183</sup> Como visto um dos objetivos da Restauração Meiji foi a busca por modelos políticos e de desenvolvimento que auxiliassem o Japão a ingressar no circuito das grandes potências e, portanto, diversas missões foram enviadas à Europa e aos Estados Unidos. O modelo prussiano de constituição foi o adotado, com adaptações

Completa autoridade estava nas mãos dos agentes ou no exercício do comando imperial: o Conselho Privativo e o Gabinete Imperial. Não havia ninguém para dar o consentimento, nenhuma parcela da população, pequena ou grande, a quem os governantes fossem responsáveis de alguma forma por lei. O fator determinante primeiro eram os desejos das oligarquias, fossem militares, econômicas ou burocráticas, os sucessores dos *daimyō*, dos *samurai*, partidários dos *Shogun* e o Imperador, um pequeno e bem entrelaçado grupo que constituía a classe dominante no Japão<sup>185</sup>. (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.123, tradução nossa).

Dessa forma, as instituições japonesas que existiam seriam apenas cópias dos modelos existentes no resto do mundo adotados a partir das Missões Iwakura, com a perpetuação do modelo piramidal feudal pré-existente; com toda autoridade concentrada no Imperador e todos os poderes exercidos ou controlados por um executivo central, o Gabinete Imperial, que respondia apenas ao trono.

Portanto, o grupo encarregado da administração da vida política japonesa até 1945 foi o alvo da remoção ultranacionalista pelo GHQ, ao passo que os grupos que tinham acesso direto ao Imperador foram todos extintos. Percebe-se, pois, que para o GHQ, a implementação de um sistema legalizado aos moldes ocidentais, com separação de poderes e desvinculado da Casa Imperial era indispensável e urgente.

Vale ressaltar que aqui apresentamos uma divergência analítica a partir das evidências utilizadas neste trabalho. Os estudos do GHQ e do Oitavo Exército não abrangeram os períodos políticos e estruturas anteriores à Restauração Meiji, bem como não englobaram a real extensão da influência da mitologia shintoísta neste processo. Isto ficou evidente quando os relatórios afirmam que a estrutura política oficial japonesa encontrada pelo GHQ durante a ocupação havia sido imposta com a Restauração Meiji.

Como vimos, esta estrutura não foi imposta, mas sim desenvolvida ao longo de séculos, tendo seu início oficial com a Constituição dos Dezesete Artigos, em 604. Portanto, o ponto importante aqui é destacar o que se evidencia nesta pesquisa como um grande equívoco na atuação do GHQ. Ao desconsiderar que a estrutura política japonesa, desenvolvida ao longo de doze séculos, pudesse ser uma

---

retiradas do sistema inglês. Maiores detalhes em: MORISHIMA, Michio. **Porque Triunfou o Japão? A tecnologia ocidental e o espírito do povo japonês**. Gradiva Press. Lisboa. 1982.

<sup>184</sup> “the wishes of the oligarchy” (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.123)

<sup>185</sup> “Complete authority rested with the primary agents or the exercise of the imperial command: the Privy Council and the Cabinet. There was no one to give consent, no portion of the population, large or small, to whom the Nation's rulers were in any way responsible under law. The primary determining factor was the wishes of the oligarchy; call it military, economic or bureaucratic, the successors of the daimyo, samurai, and court retainers of Shogun and Emperor, a small and tightly interwoven group which constituted the ruling power in Japan”.

estrutura política válida e, mais adiante, tão enraizada na cultura política japonesa, a reorientação política começou enfraquecida.

Isto porque, como visto no capítulo histórico, esta questão da hierarquização política centralizada no Imperador é historicamente complexa na cultura japonesa. Note-se que mesmo quando do *Bakufu* todos os *Shogun* já deviam obediência ao Imperador, a Divindade Reinante na terra. Sua importância era tanta que não somente os símbolos de sua ancestralidade divina (as três relíquias sagradas) eram preservados e venerados pelo povo japonês, como o próprio sangue da Família Imperial<sup>186</sup>, considerada como uma das mais antigas de que se tem registro, também o era.

Outro ponto repetido diversas vezes nos relatórios é o questionamento que o GHQ fez do documento intitulado Constituição do Império do Japão. Para o GHQ, a Constituição do Império do Japão não poderia ser considerada uma *constituição* como no modelo ocidental por não ser uma lei orgânica que abrangesse tudo, mas sim “*um documento contendo uma coletânea de leis, editos e costumes que, juntos, faziam a constituição não-escrita do Estado Japonês*”<sup>187</sup>, precisando, portanto, ser revisada. Logo, a FD estadunidense partia deste pressuposto de lei orgânica devido ao constrangimento cultural da regra como lei maior. Ou seja, da formalização em moldes legais, escritos, previamente definidos como indispensável ao entendimento do que seria uma estrutura governamental saudável ou coerente.

Do relatório Dieta Nacional, o GHQ/GS destacou a necessidade urgente da extinção da Dieta Imperial e da criação da Dieta Nacional. A conclusão dos estudos iniciais sobre a Dieta Imperial foi a de que este órgão havia falhado como Parlamento. Criado com a Restauração Meiji, o órgão possuía pouco poder estatutário e constitucional, servindo na prática como uma grande Conferência Imperial, e funcionando como um “*carimbo de borracha para o executivo*”<sup>188</sup> (*Dieta Nacional*, SCAP, 1949, p.145, tradução nossa).

---

<sup>186</sup> Pela Lei da Casa Imperial somente parentes sanguíneos eram considerados membros da família imperial e somente membros da linhagem masculina eram elegíveis ao trono. Membros femininos perdiam o status e os direitos ao se casarem. A lei de adoção de crianças não contemplava a família imperial e embora a nova lei não explique claramente o sistema de adoção para o caso da família imperial, a lei imperial atual completa esta questão, em que somente o parentesco sanguíneo é considerado. Portanto, ainda hoje a lei japonesa contempla a exceção imperial acerca do sangue desta família.

<sup>187</sup> “(...) one document of a collection of laws, rescripts and customs which, together, made up the unwritten constitution of the Japanese State”.

<sup>188</sup> “(...) rubber stamp for the executive”

Um exemplo citado para este argumento foi a condução do processo de rendição à revelia da Dieta Imperial, que não foi consultada sobre a rendição, sendo apenas informada da decisão do Imperador com a leitura do Edito de Rendição<sup>189</sup> e da Declaração de Potsdam, pelo próprio Imperador, e da Primeira Diretiva para a Ocupação, pelo Primeiro Ministro.

Mais adiante, não havia plano apropriado ou conselho de planejamento que possuía autoridade para controlar a reorganização governamental, e a Dieta não era forte o suficiente. (...) Em setembro de 1945 o processo organizacional foi efetuado pela autoridade do Imperador e o único órgão oficial que detinha o poder necessário era o Conselho Privativo. Leis, editos, portarias e nomeações passavam pelo e requeriam a aprovação deste órgão. Todo oficial de governo até as camadas mais baixas deviam sua nomeação ao Imperador, processadas pelo Guardião do Carimbo Imperial e pelo Conselho Privativo<sup>190</sup>. (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.141)

Com estas informações, portanto, o GHQ atuou de forma a utilizar, manter, retirar, criar e extinguir setores, órgãos e quadro pessoal já existente e em funcionamento. Lu (1997) destaca que este sistema de atuação do GHQ somente foi possível porque embora na Constituição do Império do Japão o poder efetivo residisse no Gabinete Imperial, representante da vontade do Imperador, o Império já possuía um sistema burocrático desenvolvido para a época. Logo, tanto a Constituição do Japão, que foi promulgada na Dieta em 1946 de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Constituição do Império do Japão, quanto as demais modificações, ocorreram de forma relativamente tranquila, garantindo certa continuidade política.

Desde a rendição, em setembro de 1945 até dezembro do mesmo ano, diversas diretivas foram enviadas ao SCAP via FEC e ACJ, e do SCAP através do GHQ/GS para o governo japonês via CLO. Algumas diretivas foram necessárias para clarificarem termos e procedimentos, ao passo que outras especificavam limites e mudanças necessárias à realização da reorientação política. A Diretiva número 2, de 03 de setembro de 1945, por exemplo, foi enviada ao governo japonês com

<sup>189</sup> Para acesso ao texto completo do Edito Imperial de Rendição e aos Editos enviados às forças armadas japonesas consulte: <<http://www.ibiblio.org/pha/policy/1945/450729a.html#7>>.

<sup>190</sup> “Furthermore, no proper plan or planning board existed which had the authority to control governmental reorganization, and the Diet was not strong enough. (...) In September 1945 the organizational process was accomplished by authority of the Emperor and the sole official body that held the determining power was the Privy Council. Laws, rescripts, ordinances and appointments passed through and required the approval of this body. Every official of government down to the lowest stratum owed his appointment to the Emperor, processed through the Lord Keeper of the Privy Seal and the Privy Council”.

artigos que clarificavam a maneira como as comunicações e documentos deveriam ser editados e formalizados em inglês.

O texto oficial de todas as Proclamações, Ordens e Instruções emitidas pela autoridade do Supremo Comandante das Forças Aliadas será em inglês. Quando houver a emissão de uma tradução em japonês com alguma divergência, o texto em inglês prevalecerá. Quando quaisquer questionamentos sobre o significado de quaisquer instrução emitida, a interpretação da autoridade que emitiu a instrução será a utilizada.<sup>191</sup> (03/09/1945: *Directive Number 2*. SCAP, 1949, p.445, tradução nossa)

Com relação à desmobilização do setor militar como etapa da democratização do arquipélago, definida na Primeira Diretiva da ocupação, os SCAPIN implementados foram considerados pelo GHQ como extremamente bem sucedidos. Ainda em 1945, toda a frota japonesa foi controlada pelo GHQ, prisioneiros de ambos os lados libertados e os soldados japoneses foram levados de volta ao Japão. Diversos SCAPIN revogando antigas proibições governamentais foram emitidos como, por exemplo, o direito à liberdade de expressão com a reorganização da imprensa fora do controle do governo; além da execução de um imenso inventário nacional de material e de pessoal com um censo nacional.

Com relação ao *The Purge*, previsto no artigo seis da Declaração de Potsdam e na Primeira Diretiva da ocupação, este processo foi rápido e amplo com relação ao setor militar. Entretanto, o relatório Remoção Ultranacionalista destacou que o desmantelamento do setor militar apenas não seria suficiente para realizar esta limpeza, sendo necessário também o desarmamento moral, e, portanto, o setor civil também foi escrutinado.

Assim que o desarmamento físico do Japão estava bem avançado, o Supremo Comandante deu prosseguimento à tarefa do desarmamento moral. O objetivo final era o estabelecimento no Japão, através do desejo livremente expresso da população japonesa, de um governo pacífico e responsável. A remoção de ultranacionalistas e militares de posições de poder e influência da vida pública foi um passo lógico. Este objetivo avia sido previsto em Potsdam e foi colocado em prática na Diretiva Básica dos Estados Unidos Pós-Rendição pelo *Joint Chiefs of Staff* ao Supremo Comandante.<sup>192</sup> (*Remoção Ultranacionalista*, SCAP, 1949, p.8, tradução nossa)

<sup>191</sup> “The official text of all Proclamations, Orders and Instructions issued by authority of the Supreme Commander for the Allied Powers shall be in English. When a Japanese translation is also issued and any discrepancies occur, the English text will govern. When any question arises as to the meaning of any instructions issued, the interpretation of the issuing authority shall be final”

<sup>192</sup> “As soon as the physical disarmament of Japan was well advanced, the Supreme Commander proceeded with the task of moral disarmament. The ultimate goal was to establish in Japan, through the freely expressed will of the Japanese people, a fully representative, peacefully inclined and responsible government. The

O *The Purge* começou com o memorando SCAPIN 550 (04/01/1946: *Removal and Exclusion of Undesirable Personnel from Public Office*) e durou os três anos da reorientação. Foi oficialmente dividido em três fases: verificação e exclusão de funcionários no nível federal, exclusão de funcionários no nível local e exclusão de pessoas com cargos na indústria, mídia e finanças que atrapalhassem a reforma econômica. Os documentos de apoio a esta diretiva foram emitidos via Editos Imperiais, em japonês, e traduzidos para o inglês. Isto acarretou diversas discrepâncias de significado, e ao longo do processo, termos como ‘*undesirable personnel*’ e ‘*the purge*’ necessitaram explicações.

Um exemplo é a troca de correspondência entre o SCAP e o Primeiro Ministro Yoshida Shigeru sobre a extensão dos dez anos da proibição daqueles que fossem exonerados de retomarem seus trabalhos no serviço público às suas famílias. Para o SCAP, tanto o servidor quanto familiares deveriam ser temporariamente excluídos para que se evitasse fraudes ou corrupção no processo. Entretanto, na visão japonesa, isto marcaria o nome, deste servidor e de sua família, complicando sua vida social e de suas gerações futuras. Os traços culturais de honra, dever, lealdade e obediência são claramente influenciadores neste processo.

Ao rascunhar o Edito Imperial para a legalização da extensão da remoção ultranacionalista aos ‘servidores públicos’ (...) eu me lembrei de ter lido sobre uma lei ou prática milenar chinesa que quando um homem era responsabilizado por uma grande ofensa, todos os seus parentes eram sentenciados proporcionalmente. Mas eu penso que a concepção moderna de justiça deixa livre todos os parentes até mesmo de assassinos. Declarar que qualquer um seja ‘indesejável’ para uma posição específica e mesmo por um período de dez anos simplesmente por ser parente, de até terceiro grau, de alguém considerado ‘indesejável’ parece contrário ao atual senso de justiça.<sup>193</sup> (21/12/1946: *Carta ao SCAP*, SCAP, 1949, p.499, Apêndice 5h, tradução nossa)

Em resposta ao Primeiro Ministro, o SCAP clarifica a intenção do GHQ/GS em uma carta ao mostrar o equívoco interpretativo de Yoshida Shigeru, ao mesmo tempo em que clarifica a intenção de atacar o problema das poderosas famílias

---

removal of ultranationalists and militarists from positions of power and influence in public life was a logical first step. This objective had been envisaged at Potsdam and was set forth in the initial post surrender basic policy directive of the United States Joint Chiefs of Staff to the Supreme Commander.”

<sup>193</sup> “In drafting an Imperial Ordinance to legalize the extension of your Purge Directive to local ‘public offices’ (...) I remember reading something about a law or practice in China centuries ago that when a man was found to have committed a grave offence, all his relatives used to be sentenced accordingly. But I think the modern conception of justice let go completely free all relatives of even a murderer. To declare anyone ‘undesirable’ even for a specific position and even for the period of ten years simply because his relative, within the third degree, has been declared ‘undesirable’ seems contrary to the prevailing sense of justice.”

tradicionais japonesas (*zaibatsu*). Entretanto, fugiu à compreensão do GHQ a realidade social do vínculo familiar formado por um sistema de clãs milenares. O sistema de castas, iniciado com as divisões sociais dentro dos *Han*, permaneceu.

Eu li cuidadosamente a sua carta de 21 de dezembro e sinto que você não compreendeu o propósito e efeito do artigo familiar proposto para o Edito Imperial que implementa a extensão da remoção ultranacionalista de acordo com o memorando de 4 de janeiro de 1946, (SCAPIN 550). O artigo em questão não é punitivo; ninguém é considerado culpado de qualquer ofensa, nem se pretende que alguém seja punido com isso. O artigo simplesmente barra um membro de uma família de suceder ao poder de onde outro membro da mesma família tenha sido removido. (...) esta provisão apenas cria mecanismos que assegurarão que a remoção ultranacionalista não seja um esforço em vão devido ao uso de mecanismos de 'manequins'. Certamente é um golpe na concentração perigosa de poder político e econômico inerente ao sistema de famílias tradicionais.<sup>194</sup> (26/12/1946: *Carta ao Primeiro Ministro*, SCAP, 1949, p.500, tradução nossa)

Outro ponto é a afirmação, na Carta de Shigeru, de que o Edito Imperial é que irá *legalizar* a diretiva, mostrando que a ordem oficial, a legalização das diretivas, era feita pelo Gabinete Imperial, o que se traduz, na prática, pela prevalência do Imperador sobre o SCAP. Já na Carta do SCAP ao Primeiro Ministro, o termo usado é *implementar* a diretiva, mostrando diferenças substanciais de entendimento. Isto porque, como destaca Zefuss (2003), a mudança identitária ocorrerá somente se o ator estatal aceitar o novo papel, o que não ocorreu com o Japão. Embora a perspectiva identitária de Wendt (1999) não contemple a problemática da linguagem articulada, a linguagem gesticulada, o seu comportamento, é incorporado, e, neste caso, os constantes questionamentos do governo japonês, além de elementos simbólicos como a foto do Imperador (detalhada mais adiante), explicitam da FD japonesa, os seus entendimentos e interesses.

O *The Purge* é registrado no relatório Remoção Ultranacionalista como sendo uma etapa bem sucedida da reorientação política. No relatório detalha-se o número

---

<sup>194</sup> "I have carefully read your letter of December 21st and feel that you have misunderstood the purpose and effect of the proposed family article of the Imperial Ordinance implementing the extension of the purge under the Memorandum of 4 January 1946, (SCAPIN 550). The article in question is not punitive; no one is adjudged guilty of any offense, nor is it intended that anyone be punished thereunder. The article simply bars one member of a family from succeeding to the power from which another member of the family has been removed. (...) The provision merely sets up mechanics which will give fair assurance that the purge will not become a mockery through the device of 'dummies'. It does strike at that dangerous concentration of economic and political power which resides in the traditional family system."

de pessoas verificadas, removidas e liberadas. Ao todo quase um milhão<sup>195</sup> de pessoas foram afetadas pelo processo, uma vez que este alcançou os funcionários e suas famílias, sendo todos incluídos em listas oficiais de “*undesirable personnel*” do GHQ. Todos foram impedidos de retornar ou exercer cargos públicos por dez anos<sup>196</sup>, mas foram liberados para as demais áreas profissionais existentes caso não fossem impedidos por outras razões igualmente definidas no SCAPIN 550 (SCAP, 1949, p.482).

O propósito essencial do programa de expurgo foi remover de posições-chaves da estrutura política, social e econômica do Japão, aquelas pessoas que não poderiam ser confiadas para guiar o desenvolvimento futuro do Japão em direção a fins pacíficos. A partir disto seguiu-se que a remoção não foi uma varredura drástica, mas seletiva, tanto acerca das categorias de pessoas que seriam afetadas, quanto acerca das áreas e níveis de autoridade dos quais essas pessoas seriam excluídas. Nenhuma medida punitiva foi implementada durante o processo de remoção e exclusão. Portanto, não houve nenhum confinamento como havia sido autorizado pela diretiva básica de Washington, nem houve qualquer confisco de propriedades.<sup>197</sup> (*Remoção Ultranacionalista*, 1949, p.9, tradução nossa)

Devido à situação ímpar do Imperador neste processo de ocupação, contudo, a Família Imperial foi tratada de forma diferenciada durante o *The Purge*. Seu tamanho, importância, propriedades e responsabilidades foram modificadas com a criação do novo Ministério Imperial, e nova Lei da Casa Imperial, e o papel do Imperador na vida política do arquipélago foi redefinido.

#### **4.1.3 O problema do Imperador: a solução do GHQ**

<sup>195</sup> Refere-se ao número total de pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo processo. Ao longo do relatório é especificado nomes, endereço, cargos, impedimentos e situações específicas. Para uma pesquisa completa do dia a dia destes três anos consulte a coleção sobre a remoção publicada e disponível no NDL, no setor da coleção sobre a ocupação, em microficha, quarto andar, prédio principal em Tokyo. Para a coleção digital consulte: <[http://dl.ndl.go.jp/?\\_\\_lang=ja#senryo](http://dl.ndl.go.jp/?__lang=ja#senryo)>.

<sup>196</sup> Artigo X da Portaria Imperial oficializando e clarificando o SCAPIN 550. O governo japonês entendia as Portarias Imperiais como necessárias à oficialização dos SCAPIN, vendo as diretivas e SCAPIN como manuais de condutas passíveis de diálogo, modificação e cancelamento caso não fossem condizentes, cultural e procedimentalmente, àqueles autorizados via Portaria Imperial. Este artigo é importante neste contexto, pois foi objeto de intenso diálogo entre o SCAP, o General Brigadeiro Whitney e o Primeiro Ministro Shigeru, até que a versão final da Portaria Imperial de 4 de janeiro de 1947 que o regulava fosse finalizada. Para o texto do SCAPIN 550: <[http://www.ndl.go.jp/modern/e/img\\_t/M006/M006-001tx.html](http://www.ndl.go.jp/modern/e/img_t/M006/M006-001tx.html)>.

<sup>197</sup> “The essential purpose of the purge program was to remove from key positions in the political, social and economic structure of Japan those persons who could not be trusted to guide the future development of Japan solely toward peaceful ends. From this it followed that the removals were not sweeping or drastic, but selective, both as to the categories of persons who were affected and as to the fields and levels of authority from which they were excluded. It also followed that no punitive measures attended the action of removal and exclusion. Thus there was no internment such as had been authorized in the basic directives from Washington, nor was there any confiscation of properties.”

Desde o início das negociações sobre a ocupação, as forças aliadas compreenderam que o Imperador era central no processo político e social do Japão. A dificuldade de revisão constitucional pelo Comitê Matsumoto, citado anteriormente, é um importante exemplo desta situação. Os quatro primeiros rascunhos traziam o artigo primeiro da Constituição com as mesmas frases: “o Japão é uma monarquia constitucional” e “o Imperador é sagrado e inviolável”. Somente com o rascunho escrito pelo SCAP é que o foco sairia do Imperador e voltar-se-ia para o povo com os dizeres “do povo e pelo povo” (SCAP, 1949, Apêndice C, p.586-683) <sup>198</sup>.

Este fato foi cuidadosamente avaliado pelo G-2 [Divisão do Oitavo Exército] quando das negociações em Manila para a rendição, época em que o tratamento pessoal dos emissários japoneses, civis e militares, e a fraseologia dos documentos foram manuseados com extraordinária atenção aos efeitos psicológicos de uma cultura com pano de fundo tradicional como a japonesa. <sup>199</sup> (*The Reports of General MacArthur*, 1950, tradução nossa)

Para a decisão de manter o dia a dia da vida política do arquipélago intacto, a fim de facilitar o trabalho burocrático do GHQ, ou seja, manter em funcionamento os setores governamentais até que estes fossem extintos ou modificados, um estudo sobre o Imperador foi efetuado. O estudo específico sobre a posição do Imperador na sociedade japonesa, bem como os limites de sua atuação de forma a possibilitar uma transição efetiva de Império para democracia, foi realizado pelo Oitavo Exército <sup>200</sup> e por diversos acadêmicos estadunidenses <sup>201</sup>.

Estes estudos mostram que a FD estadunidense entendia que a instituição imperial seria utilizada como ponte entre as diretivas e SCAPIN, do GHQ, e o governo japonês, na implementação e andamento da reorientação política, uma vez que esse era o sistema adotado pelo governo Meiji e já previsto constitucionalmente (Portarias, Editos e Conferências Imperiais). Portanto, a ordem viria do Imperador e

<sup>198</sup> Para acesso aos rascunhos, comentários e modificações constitucionais acesse a página oficial do NDL, seção sobre a constituição em <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/>>.

<sup>199</sup> “This factor was carefully evaluated by G-2 in the surrender negotiations in Manila, when the personal treatment of the Japanese emissaries, civil and military, and the phraseology of documents were handled with extraordinary attention to psychological effect against a background of Japanese cultural traditions”.

<sup>200</sup> Acesse: <<http://www.history.army.mil/books/wwii/macarthur%20reports/macarthur%20v1%20sup/ch7.htm>>.

<sup>201</sup> Uma referência acadêmica importante deste estudo é o livro da antropóloga estadunidense BENEDECT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. Padrões da Cultura Japonesa. Terceira Edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 2006. (Primeira edição de 1946). Seu trabalho auxiliou os aliados, que estavam com dificuldades para compreender a cultura japonesa. O comportamento dos prisioneiros japoneses era único, contrário do esperado, como o fato de que esses davam informações confidenciais facilmente e não tentavam contatar suas famílias. Além disso, a autora auxiliou na compreensão do lugar do Imperador nipônico, e formulou uma recomendação sobre permitir a perpetuação do governo imperial como sendo imprescindível para uma eventual rendição. Maiores informações consulte a *Vassar Encyclopedia* em: <<http://vcencyclopedia.vassar.edu/alumni/ruth-benedict.html>>.

o procedimento seria ditado pelo SCAP. Este padrão foi repetido inúmeras vezes durante os anos da reorientação política, sendo indicado pelo SCAP em seu relatório como sendo um dos fatores determinantes para o sucesso da própria reorientação política.

Ao preservar o sistema do Imperador, os aliados conservaram o já conhecido chefe de governo do povo japonês, cuja influência tradicional permitiu o imediato controle governamental [pelos aliados]. Embora destituído de seus poderes originais, o Imperador continuou comandando o respeito das massas japonesas que implicitamente obedeciam a suas ordens de cooperação com as forças da ocupação. Estes fatores determinaram o método no qual o Governo Militar deveria operar no Japão. Desde que o governo civil japonês fosse capaz de operar, as autoridades da ocupação ficaram desobrigadas de ter que administrar diretamente uma nação 'conquistada'; em vez disso, foram encarregados de verificar se o governo japonês cumpria as diretivas do SCAP. O governo militar também deveria aconselhar os oficiais japoneses nos assuntos que eles não possuíam experiência prévia devido ao regime totalitário em que viviam. Foi simplesmente uma superestrutura do SCAP em cima de uma maquinaria estatal já existente, projetada [a superestrutura] para observar e auxiliar os japoneses ao longo dos novos canais de administração democráticos.<sup>202</sup> (*The Reports of General MacArthur*, 1950, Capítulo 7, tradução nossa)

Note-se que no relatório do SCAP a realidade da obediência ao Imperador não era contestada, entretanto, a força de sua influência pode ser questionada. Para o SCAP o sistema estava em transformação, com a presença do Imperador cada vez menor, auxiliando na transição e desaparecendo da vida política do arquipélago. Entretanto, argumentamos que para a FD japonesa esta influência não diminuiu como o exemplo da revisão constitucional explicitou.

Assim, do ano de 1946 ao ano de 1948 ocorreu a implementação da Lei Eleitoral, de uma nova Constituição, de um novo Código Civil, da Lei da Casa Imperial e da Lei do Parlamento (Dieta Nacional), concomitantemente com uma grande limpeza do setor civil (*The Purge*). Todavia, e embora utilizada pelo GHQ, a posição do Imperador precisava igualmente ser revista para que as estas novas leis fossem implementadas e demais reformas ocorressem.

---

<sup>202</sup> “By preserving the Emperor system, the Allies continued an acknowledged head of the Japanese people, whose traditional influence permitted immediate governmental control. Although stripped of his former power, the Emperor still commanded the respect of the Japanese masses who obeyed implicitly his order to cooperate with the Occupation forces. These factors determined the method under which Military Government was to operate in Japan. Since the Japanese civil government was capable of operating, Occupation authorities were relieved from directly administering a "conquered" country; instead, they were charged with seeing that the Japanese Government complied with SCAP's directives. Military Government was also to advise Japanese officials on matters in which they had no previous experience under a totalitarian regime. It was simply a SCAP superstructure over already existing government machinery, designed to observe and assist the Japanese along the new democratic channels of administration.”

Uma vez que o *Dai Nippon Teikoku* era um Estado Shintoísta, sendo o Imperador o Chefe de Governo, Chefe de Estado e Chefe Religioso, constatou-se que uma Reforma Religiosa era necessária e urgente. Tratada como um tópico separado pelo GHQ, de responsabilidade do Setor Civil e Educacional do GHQ (GHQ/CIE), seus documentos iniciais foram criados em parceria com o GHQ/GS em função desta necessidade de desvinculação política do Imperador como centro da estrutura japonesa e foram incluídos pelo GHQ na lista de documentos básicos da ocupação para a Reorientação Política.

Assim, o memorando SCAPIN 448<sup>203</sup> (15/12/1945 *The Shinto Directive*) colocado em prática pelo GHQ/CIE, separava política e religião, cancelava o ensino educacional shintoísta, cancelava o *State Shinto* e retirava do Imperador seus poderes divinos. Mais conhecido como Diretiva Shinto, este SCAPIN foi inspirado no artigo 6 da Declaração de Potsdam sobre a propaganda ultranacionalista e entendido como necessário à limpeza do setor civil.

Para prevenir a recorrência da perversão da teoria shintoístas e de crenças militaristas e propagandas ultranacionalistas criadas para iludir o povo japonês e levá-los a guerras de agressão. (...) Toda a propagação e disseminação de ideologias militaristas e ultranacionalistas das doutrinas shintoístas, práticas, rituais, cerimônias, ou observâncias, bem como de doutrinas, práticas, rituais, cerimônias e observâncias de qualquer outra religião, fé, secto, credo ou filosofia, estão proibidas e cessarão imediatamente. (...) A Ordem da Função Religiosa vinculado ao Grande Templo de Ise e a Ordem das Funções Religiosas relacionadas ao Estado e outros templos serão anuladas.<sup>204</sup> (15/12/1945: *The Shinto Directive*, SCAP, 1949, p.467, tradução nossa)

O Grande Templo de Ise foi retirado da lista de visitas oficiais e demais templos e funções shintoístas oficiais foram anuladas. Este passo é importante, pois é neste templo que as relíquias imperiais sagradas (os presentes de *Amaterasu*) estão guardadas e são veneradas. O uso de expressões shintoístas que remetiam à crença mitológica do Japão como governante do mundo foi igualmente abolido.

<sup>203</sup> Para acesso ao documento consulte: <<https://web.archive.org/web/20141219183832/http://nirc.nanzan-u.ac.jp/nfile/3229>>. Para maiores informações sobre a *Shinto Directive* a partir de uma perspectiva shintoísta, veja: ASHIZU Yoshihiko, Nanzan University Article <<https://nirc.nanzan-u.ac.jp/nfile/3118>>.

<sup>204</sup> “In order to prevent a recurrence of the perversion of Shinto theory and beliefs into militaristic and ultra-nationalistic propaganda designed to delude the Japanese people and lead them into wars of aggression (...) All propagation and dissemination of militaristic and ultra nationalistic ideology in Shinto doctrines, practices, rites, ceremonies, or observances, as well as in the doctrines, practices, rites, ceremonies, and observances of any other religion, faith, sect, creed, or philosophy, are prohibited and will cease immediately. (...) The Religious Functions Order relating to the Grand Shrine of Ise and the Religious Functions Order relating to State and other Shrines will be annulled.”

Ideologias militaristas e ultranacionalistas, como usadas nesta diretiva, englobam estes ensinamentos, crenças, e teorias que advogam ou justificam a missão por parte do Japão de estender seu domínio sobre outras nações e pessoas pelas seguintes razões:

- (1) A doutrina de que o Imperador do Japão é superior aos demais Chefes de Estado devido à sua ancestralidade, linhagem ou origem especial.
- (2) A doutrina de que o povo do Japão é superior ao povo de outras terras devido à sua ancestralidade, linhagem ou origem especial.
- (3) A doutrina de que as ilhas japonesas são superiores a outras terras devido à sua origem divina ou origem especial.<sup>205</sup> (15/12/1945: *The Shinto Directive*, SCAP, 1949, p.467, tradução e nossa)

Portanto, o GHQ atuou na criação de um novo conjunto de regras sociais que eliminavam a influência mitológica, mas embora trabalhasse na direção de sua eliminação, não foi suficiente. O GHQ constatou que além da eliminação do *State Shinto*, foi necessário que o próprio Imperador se pronunciasse negando sua divindade. Esta situação pode ser explicada por Wendt (1999), em que a mudança ocorrerá mediante interação entre os atores, e não apenas mediante imposição de regras. Além disso, Zehfuss (2002) destaca que, para além da interação, é a disposição das partes em aceitar este novo papel que importa. Logo, a Declaração do Imperador era indispensável. O documento chamado *Ningen Sengen* (人間宣言) ou a Declaração de Humanidade foi publicado e lido pelo Imperador para a população no dia primeiro de janeiro de 1946. Este documento foi produzido como parte da estratégia do GHQ de separação entre a política e a religião. Isto porque o Imperador é também o Chefe Religioso Supremo para o shintoísmo e, portanto, para que o SCAPIN 448 fosse bem implementado e o *State Shinto* abolido, era necessário que o Imperador se pronunciasse à nação, negando sua divindade.

A proclamação é evidência em significância e grande em seus ideais. Nós desejamos renovar este Juramento e restaurar este país para caminhar com seus próprios pés. Reafirmamos os princípios da Carta e procedemos sem hesitação em direção à eliminação de práticas equivocadas do passado. (...) Os laços entre Nós e Nosso povo sempre se basearam em afeição e confiança mútua. Eles não dependem de meras lendas e mitos. Eles não se baseiam na falsa concepção de que o Imperador seja divino, e de que o povo japonês seja superior a outras raças e destinado a governar o mundo.<sup>206</sup> (01/01/1946: *Ningen Sengen*, SCAP, 1949, p.470, tradução nossa)

<sup>205</sup> “Militaristic and ultra-nationalistic ideology, as used in this directive, embraces those teachings, beliefs, and theories which advocate or justify a mission on the part of Japan to extend its rule over other nations and peoples by reason of: (1) The doctrine that the Emperor of Japan is superior to the heads of other states because of ancestry, descent, or special origin. (2) The doctrine that the people of Japan are superior to the people of other lands because of ancestry, descent, or special origin. (3) The doctrine that the islands of Japan are superior to other lands because of divine or special origin.”

<sup>206</sup> “勅旨公明正大、又何ヲカ加ヘン。朕ハ茲ニ誓ヲ新ニシテ国運ヲ開カント欲ス。須ラク此ノ御趣旨ニ則リ、旧来ノ陋習ヲ去リ、民意ヲ暢達シ、官民挙ゲテ平和主義ニ徹シ、教養豊カニ文化ヲ築キ、以テ民生ノ向上ヲ図リ、新日本ヲ建設スベシ。(…)然レドモ朕ハ爾等国民ト共ニ在リ、常ニ利害ヲ同ジウシ休戚ヲ分タント欲ス。朕ト爾等国民トノ間ノ紐帯ハ、終始相互ノ信頼

No mesmo dia, o SCAP anunciou em nota que ele estava satisfeito com a Declaração de Humanidade e que a via como o comprometimento do Imperador em liderar seu povo de maneira democrática, além de uma admissão pública de que ele não era divino. Com isto, a preparação do GHQ e os procedimentos e regras necessárias para a efetivação da reorientação política estavam em andamento.

A Declaração de Ano Novo do Imperador muito me alegra. Com ela, o Imperador assume a liderança na democratização de seu povo. Ele diretamente se posiciona para o futuro ao lado de linhas liberais. Suas ações refletem a influência irresistível de uma boa ideia. Uma boa ideia não pode ser contida.<sup>207</sup> (01/01/1946: *Comment*, SCAP, 1949, p.471, tradução e grifo nosso)

Com relação aos Templos, o Grande Templo Ise e o Yasukuni Jinja perderam o status de lugar de visitação oficial. É o Yasukuni Jinja, entretanto, o mais controverso quando visitado, pois é o Templo dedicado aos soldados japoneses mortos em combate. O Templo Ise se manteve como principal parada obrigatória nas rotas de peregrinação shinto istas. Embora a adoração do Imperador como centro político e religioso fosse proibida pelo SCAPIN 448, diversas práticas politeístas shinto istas como o culto à natureza e seus deuses foram mantidas e a religião enquanto doutrina de vida (*Sect Shinto*) não foi eliminada.

A atuação do GHQ, como vimos, teve como foco a estrutura política oficial do Japão, através da modificação de pessoal, leis e conduta. A interpretação do SCAP sobre a Declaração tornou-se popular mundialmente e, juntamente com os documentos básicos da ocupação, é utilizada no meio acad mico como mais uma evidência da rendição incondicional do Japão e da transformação do arquipélago em uma nação pacífica e democrática. Este processo de reorientação política é considerado como bem sucedido por diversos autores<sup>208</sup> que utilizam a democratização e a pacificação do arquipélago como justificativa para o entendimento das políticas domésticas e internacionais do Jap o.

---

ト敬愛トニ依リテ結バレ、單ナル神話ト伝説トニ依リテ生ゼルモノニ非ズ。天皇ヲ以テ現御神トシ、且日本国民ヲ以テ他ノ民族ニ優越セル民族ニシテ、延テ世界ヲ支配スベキ運命ヲ有ストノ架空ナル觀念ニ基クモノニモ非ズ。”

<sup>207</sup> “The Emperor's New Year's statement pleases me very much. By it he undertakes a leading part in the democratization of his people. He squarely takes his stand for the future along liberal lines. His action reflects the irresistible influence of a sound idea. A sound idea cannot be stopped.”

<sup>208</sup> DOWER, 1999; COONEY, 2007; LU, 1997; BERGER, 1998; HOOK e OUTROS, 2007; TAKEMAE, 2002. Entretanto, os autores divergem em suas análises quanto ao alcance deste sucesso. Autores como Berger (1998) e Hook e outros (2007) apostam na rendição incondicional, no trauma da derrota e no sucesso da ocupação como modificador comportamental do Japão, ao passo que Dower (2000), Lu (1997) e Cooney (2007), por exemplo, apostam na utilização da ocupação como recurso estratégico japonês para seu soerguimento econ mico.

Como veremos, entretanto, ao olharmos o contexto histórico japonês, suas práticas e regras sociais, é possível compreender que a interpretação japonesa de todo este processo caminhou em direção diversa da estadunidense, e as consequências disto, para o comportamento do ator nipônico no cenário internacional, estão cada vez mais evidentes com o passar dos anos, desde o final da ocupação.

#### 4.2 História Documentada: a interpretação japonesa

Como vimos, a Declaração de Potsdam é tida como a primeira referência sobre a ocupação para o GHQ, e também o é para o Japão. O governo japonês recorreu a esta Declaração como fonte argumentativa em inúmeras ocasiões, sendo o artigo 10, sobre o fortalecimento democrático da nação, um dos mais citados e o artigo 13, sobre a rendição incondicional, um dos mais ignorados.

Não queremos que os japoneses sejam escravizados enquanto raça ou destruídos enquanto nação, entretanto, uma justiça severa será dispensada a todos os criminosos de Guerra, incluindo aqueles que foram cruéis com os nossos prisioneiros. O governo japonês deve retirar todos os obstáculos para o renascimento e fortalecimento das tendências democráticas do povo japonês. Liberdade de expressão, de religião e de pensamento, bem como o respeito aos direitos humanos fundamentais serão estabelecidos<sup>209</sup>.  
(Declaração de Potsdam, artigo 10, tradução nossa)

Além disso, desde as primeiras comunicações oficiais sobre a aceitação dos termos da Declaração de Potsdam, o impasse acerca da posição do Imperador Showa e como este seria tratado no processo de rendição ficou evidente. Na comunicação de 10 de agosto de 1945, o governo japonês insistiu na condição de preservação do Imperador, clarificando que a Potsdam seria aceita em obediência ao gracioso comando do Imperador, com a condição de que seu Governo Soberano não fosse prejudicado.

Em obediência ao gracioso comando de Sua Majestade o Imperador que, ansioso por aumentar a paz do mundo, deseja ardentemente para trazer o fim rápido das hostilidades com vistas a salvar a humanidade das calamidades que serão impostas aos homens com o prosseguimento da guerra, o governo japonês (...) em conformidade com o desejo de agosto de

---

<sup>209</sup> “We do not intend that the Japanese shall be enslaved as a race or destroyed as a nation, but stern justice shall be meted out to all war criminals, including those who have visited cruelties upon our prisoners. The Japanese Government shall remove all obstacles to the revival and strengthening of democratic tendencies among the Japanese people. Freedom of speech, of religion, and of thought, as well as respect for the fundamental human rights shall be established”.

Sua Majestade para restaurar a paz geral e o desejo de colocar um fim aos incalculáveis sofrimentos impostos pela guerra o mais rápido possível, decidiu sobre o seguinte: o governo japonês está pronto para aceitar os termos enumerados na declaração conjunta que foi produzida em Potsdam no dia 26 de julho de 1945, (...) mediante o entendimento de que a dita declaração não contenha nenhuma demanda que prejudique as prerrogativas de Sua Majestade como Governante Soberano.<sup>210</sup> (10/08/1945: *Japanese Qualified Acceptance*, SCAP, 1949, p. 414)

Este ponto foi explicado ao governo japonês na resposta do Secretário de Estado James Byrnes à Resposta Qualificada Japonesa<sup>211</sup>.

Desde o momento da rendição, a autoridade do Imperador e do governo japonês de governar o Estado estará sujeita ao Supremo Comandante das Forças Aliadas que tomará todos os passos que ele considerar necessário para efetuar os termos da rendição. Será requerido do Imperador que autorize e assegure a assinatura, pelo governo japonês e pelo Quartel General Imperial, do Instrumento de Rendição necessário à condução do previsto da Declaração de Potsdam, e deverá decretar suas ordens a todo o setor militar japonês, às autoridades terrestre e naval e à todas as forças sob seu controle aonde quer que estejam localizadas, para que encerrem suas atividades e deponham suas armas, além de decretar outras ordens que o Supremo Comandante venha a requerer, para dar andamento ao Instrumento de Rendição.<sup>212</sup> (11/08/1945: *Reply by Secretary of State*, SCAP, 1949, p.415, tradução nossa)

Neste documento percebe-se o entendimento estadunidense sobre a situação de subordinação do governo japonês e do setor militar às decisões do SCAP. Esta resposta ao Japão destacava que o SCAP teria autoridade para fazer o que ele quisesse para efetuar os termos da rendição. Seria requerido do Imperador, contudo, que este autorizasse e assegurasse a assinatura do termo, além de ordenar que as forças armadas se rendessem. O documento lembra que o governo japonês seria

---

<sup>210</sup> “In obedience to the gracious command of His Majesty the Emperor who, ever anxious to enhance the cause of world peace, desires earnestly to bring about a speedy termination of hostilities with a view to saving mankind from the calamities to be imposed upon them by further continuation of the war, the Japanese Government (...) in conformity with the august wish of His Majesty to restore the general peace and desiring to put an end to the untold sufferings entailed by war as quickly as possible, have decided upon the following. The Japanese Government is ready to accept the terms enumerated in the joint declaration which was issued at Potsdam on July 26th, 1945, (...) with the understanding that the said declaration does not comprise any demand which prejudices the prerogatives of His Majesty as a Sovereign Ruler”. Para acesso ao documento *Japanese Qualified Acceptance* completo consulte: <<http://www.ibiblio.org/pha/policy/1945/450729a.html>>.

<sup>211</sup> Para acesso ao documento consulte: <<http://www.ibiblio.org/pha/policy/1945/450729a.html>>

<sup>212</sup> “From the moment of surrender the authority of the Emperor and the Japanese Government to rule the state shall be subject to the Supreme Commander of the Allied powers who will take such steps as he deems proper to effectuate the surrender terms. The Emperor will be required to authorize and ensure the signature by the Government of Japan and the Japanese Imperial General Headquarters of the surrender terms necessary to carry out the provisions of the Potsdam Declaration, and shall issue his commands to all the Japanese military, naval and air authorities and to all the forces under their control wherever located to cease active operations and to surrender their arms, and to issue such other orders as the Supreme Commander may require to give effect to the surrender terms”. Para o documento completo acesse: <<http://www.ibiblio.org/pha/policy/1945/450729a.html>>

estabelecido de acordo com a vontade do povo, fato repetido nos comunicados e documentos do GHQ inúmeras vezes.

Este impasse sobre o real tratamento dado ao Imperador pelo GHQ, ou seja, se seu Governo Soberano seria preservado, como o governo japonês solicitava, ou se a autoridade do SCAP seria superior à do Imperador Showa, foi resolvido com uma declaração do próprio Imperador Showa, através de seu Edito Imperial sobre a rendição, ordenando que o governo do Império aceitasse a Declaração de Potsdam.

Aceitando os termos da Declaração emitida pelos Chefes dos governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e China no dia 26 de julho de 1945 em Potsdam (...), Nós ordenamos o Governo Imperial e o Quartel General do Império Japonês a assinar em Nosso nome o Instrumento de Rendição apresentado pelo Supremo Comandante das Forças Aliadas e a emitir ordens gerais aos militares e à marinha, em acordo com a direção do Supremo Comandante das Forças Aliadas. Nós comandamos todo o Nosso povo a cessar imediatamente as hostilidades, a baixar suas armas e a realizar com confiança todas as disposições do Instrumento de Rendição e as ordens gerais emitidas pelo Quartel General do Império Japonês.<sup>213</sup> (14/08/1945: *Edito Imperial*, SCAP, 1949, p.416, tradução nossa)

No mesmo dia, 14 de agosto, o Secretário de Estado Byrnes foi informado da decisão do Imperador e emitiu uma carta de aceitação final endereçada aos aliados, que mostrava a vontade e a decisão do Imperador Showa.

1. Sua Majestade, o Imperador, emitiu um Edito Imperial acerca da aceitação das disposições da Declaração de Potsdam pelo Japão.
2. Sua Majestade, o Imperador, está preparada para autorizar e assegurar a assinatura pelo seu governo e pelo Quartel General do Império dos termos necessários à condução das disposições da Declaração de Potsdam. Sua Majestade também está preparada para emitir suas ordens a todas as autoridades militares, navais e aéreas do Japão e todas as forças sob o seu controle, onde quer que estejam localizadas, para encerrarem operações ativas, render suas armas e emitir outras ordens que sejam requeridas pelo Supremo Comandante das Forças Aliadas para a execução dos termos acima mencionados.<sup>214</sup> (14/08/1945: *Final Japanese Acceptance*, SCAP, 1949, p.417, tradução nossa)

---

<sup>213</sup> *Imperial Rescript by Emperor of Japan*: <<http://www.ibiblio.org/pha/policy/1945/450729a.html>>. “Accepting the terms set forth in the Declaration issued by the heads of the Governments of the United States, Great Britain, and China on July 26th, 1945 at Potsdam and subsequently adhered to by the Union of Soviet Socialist Republics, We have commanded the Japanese Imperial Government and the Japanese Imperial General Headquarters to sign on Our behalf the Instrument of Surrender presented by the Supreme Commander for the Allied Powers and to issue General Orders to the Military and Naval Forces in accordance with the direction of the Supreme Commander for the Allied Powers. We command all Our people forthwith to cease hostilities, to lay down their arms and faithfully to carry out all the provisions of Instrument of Surrender and the General Orders issued by the Japanese Imperial General Headquarters”

<sup>214</sup> “1. His Majesty the Emperor has issued an Imperial rescript regarding Japan's acceptance of the provisions of the Potsdam declaration. 2. His Majesty the Emperor is prepared to authorize and ensure the signature by his Government and the Imperial General Headquarters of the necessary terms for carrying out the provision of the Potsdam declaration. His Majesty is also prepared to issue his commands to all the military, naval, and air authorities of Japan and all the forces under their control wherever located to cease active operations, to

Outro fato importante foi a decisão pela aceitação da Declaração de Potsdam e pelo fim das hostilidades, pelo Imperador, seguida de uma comunicação oral a todos os seus súditos, realizada no dia 15 de agosto de 1945. Isto porque, além de ser um fato histórico, pois foi a primeira vez que o monarca considerado descendente direto dos criadores do arquipélago<sup>215</sup> se pronunciou diretamente à nação (que sua voz foi ouvida<sup>216</sup>), foi também um ato carregado de simbolismo: uma ordem foi dada. Este evento ficou conhecido como *Gyokuon-hōsō* (玉音放送) ou Transmissão da Voz Preciosa.

Após ponderar profundamente sobre as tendências gerais do mundo e as condições reais conseguidas para nosso Império hoje, Nós decidimos por efetuar um ajuste da presente situação recorrendo a uma medida extraordinária. Nós ordenamos o Nosso Governo a comunicar com os Governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, China e União Soviética que Nosso Império aceita as disposições de sua Declaração Conjunta.<sup>217</sup> (NHK Online: *Gyokuon-hōsō*)<sup>218</sup>

#### 4.2.1 *Rendição ou Capitulação? A Resposta está no Nome*

O impasse sobre a posição do Imperador não foi mais mencionado por nenhuma das partes. A interpretação estadunidense foi de vitória nesta situação, uma vez que a Declaração de Potsdam foi aceita, a rendição seria assinada e a ocupação teria início já em setembro de 1945. Entretanto, este não foi o entendimento do governo japonês, que, como veremos, entendiam que estavam cumprindo ordens imperiais de cessar fogo e aceitar a Declaração de Potsdam.

Mais adiante, embora as comunicações oficiais durante a ocupação fossem em inglês, conforme definido na Diretiva 2 (03/09/1945), alguns documentos haviam sido emitidos e assinados em japonês, até a efetivação da ocupação. Esta distinção é importante, pois é o documento da rendição, como veremos, que regulariza a

---

surrender arms and to issue such other orders as may be required by the Supreme Commander of the Allied Forces for the execution of the above mentioned terms”.

<sup>215</sup> Não existe a figura de um Deus único no Japão e sim deidades. A família imperial como visto no capítulo histórico, é tida como descendente da Deusa Amaterasu, Rainha Celestial e filha dos criadores do arquipélago.

<sup>216</sup> Para ouvir o áudio original acesse a Biblioteca Digital do Parlamento: <<http://rekion.dl.ndl.go.jp/>>. Em 2015 uma versão remasterizada foi disponibilizada. Para ambas as versões acesse o canal da biblioteca do Parlamento no *youtube* ou *Google plus*: <<https://www.youtube.com/channel/UCdC0AMkqNDhJ0mTBbt27kKA>>.

<sup>217</sup> “朕深ク世界ノ大勢ト帝國ノ現状トニ鑑ミ非常ノ措置ヲ以テ時局ヲ收拾セムト欲シ茲ニ忠良ナル爾臣民ニ告ク。朕ハ帝國政府ヲシテ米英支蘇四國ニ對シ其ノ共同宣言ヲ受諾スル旨通告セシメタリ。抑々帝國臣民ノ康寧ヲ圖リ萬邦共榮ノ樂ヲ偕ニスルハ皇祖皇宗ノ遺範ニシテ朕ノ拳々措カサル所”

<sup>218</sup> NHK Online: <[http://cgi2.nhk.or.jp/shogenarchives/sp/movie.cgi?das\\_id=D0001410387\\_00000](http://cgi2.nhk.or.jp/shogenarchives/sp/movie.cgi?das_id=D0001410387_00000)> para acesso aos arquivos de texto e áudio originais. Versão no Youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=l-vf-hav7c>>.

ocupação nos moldes da Declaração de Potsdam, vincula a observância dos comandos do SCAP aos comandos do Imperador e clarifica o total cessar fogo das forças armadas japonesas.

O texto oficial de todas as Proclamações, Ordens e Instruções emitidas pela autoridade do Supremo Comandante das Forças Aliadas será em inglês. Quando houver a emissão de uma tradução em japonês com alguma divergência, o texto em inglês prevalecerá. Quando quaisquer questionamentos sobre o significado de quaisquer instrução emitida, a interpretação da autoridade que emitiu a instrução será a utilizada.<sup>219</sup> (03/09/1945: *Directive Number 2*. SCAP, 1949, p.445, tradução nossa)

Um ponto interessante na Diretiva 2 é o fato de que quando houvesse discrepância no significado dos documentos, a interpretação da autoridade que emitiu o documento prevaleceria. Uma vez que a FD japonesa partia do pressuposto de que o sistema japonês ainda estava em pleno funcionamento, este ponto resultou na prevalência da interpretação do Gabinete Imperial em detrimento da interpretação estadunidense no que se refere a todos os Editos e Portarias Imperiais emitidos como apoio às diretivas ao longo dos três anos da reorientação política, bem como dos documentos que foram assinados originalmente em japonês, como o Instrumento de Rendição, por exemplo.

Sobre o processo de rendição e seu documento oficial, note-se que nas comunicações, oral e escrita, o Imperador em nenhum momento menciona o termo “Rendição”<sup>220</sup>. Em inglês, o termo utilizado é “*Surrender*”. Em japonês, o termo utilizado é *Kōfuku Bunsho* (降伏文書), sendo este o nome oficial do Instrumento de Rendição que em inglês se chama *Instrument of Surrender*.

A etimologia<sup>221</sup> do termo *surrender* remonta ao francês antigo *surrendre*, um substantivo, com o uso nominal do infinitivo do antigo verbo francês *surrendre*, que significa desistir, entregar. O uso verbal do termo no inglês foi adotado no século XV como *surrendren*, modificado mais tarde para sua forma atual *to surrender*. O uso

<sup>219</sup> “The official text of all Proclamations, Orders and Instructions issued by authority of the Supreme Commander for the Allied Powers shall be in English. When a Japanese translation is also issued and any discrepancies occur, the English text will govern. When any question arises as to the meaning of any instructions issued, the interpretation of the issuing authority shall be final”

<sup>220</sup> Nas traduções oficiais em Português o termo utilizado é “rendição”, contudo, este termo foi traduzido do inglês para o português e não do japonês.

<sup>221</sup> Para maiores informações consulte o dicionário online *Word Reference.com*, sessão de definição de termos inglês-inglês <<http://www.wordreference.com/definition/surrender>>.

verbal atual do termo implica na “*desistência de si mesmo, cedendo ao poder de outrem, ao concordar em parar com a luta por motivo de derrota*”<sup>222</sup>.

O *kanji* utilizado no documento em sua versão em japonês<sup>223</sup>, contudo, não possui o mesmo significado da versão em inglês. O *kanji Bunsho* (文書) significa *documento* e o *kanji Kōfuku* (降伏) é o mesmo usado para os substantivos *surrender* e *capitulation* em inglês. *Capitulation* refere-se ao termo do latim medieval *capitulare*, que significa classificar, qualificar, dividir em capítulos, ceder mediante condições, listagem de termos. Já o verbo em japonês referente ao verbo *to surrender* é *Kōsan-suru* (降参する). O radical do verbo e do substantivo é o mesmo *Kō* (降), entretanto e *kanji san* (参) vem do verbo *desistir, entregar; mairu* (参る). Para admitir uma derrota outro *kanji* deve ser usado, *make o shitatameru* (負けを認める). No documento em questão, portanto, o termo<sup>224</sup> *Kōfuku Bunsho* (降伏文書) refere-se ao uso no substantivo dos termos, logo, *Documento de Capitulação*. Ou seja, uma lista de termos e condições aceitas pelo governo japonês regulamentando as condições da ocupação, nomeando a Declaração de Potsdam como fonte do acordo.

Mais adiante, uma leitura mais atenta do Instrumento de rendição mostra que o documento é uma formalização das ordens do Imperador, e não um documento que alega uma ocupação ou qualquer outro envolvimento das forças aliadas no processo. Composto de oito parágrafos, sete deles começam com uma ordem do Imperador que ordena que a Declaração de Potsdam seja seguida pelo governo japonês como referência para os procedimentos que o SCAP propuser. O sexto parágrafo trata da ordem do Imperador para que as ações do SCAP para efetivar a Declaração de Potsdam sejam seguidas e respeitadas.

A rendição incondicional é mencionada como do governo japonês e das forças armadas, não do Ministério da Casa Imperial. Como vimos no histórico, para a estrutura piramidal japonesa esta distinção entre governo japonês e Casa Imperial é extremamente importante, uma vez que o governo japonês equivalia aos grupos que executavam os comandos decididos nas Conferências Imperiais, abertas apenas para membros seletos (Imagem 14).

---

222 “To give oneself up, as into the power of another, as by agreeing to stop fighting because of defeat” (WordReference.com, English Definition Section)

223 Para maiores informações consulte o dicionário online *Word Reference.com*, sessão de definição de termos inglês-japonês <<http://www.wordreference.com/enja/surrender>>.

224 Versão oficial em japonês consulte: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/etc/j05.html>>.

Nós, agindo por ordem e em nome do Imperador do Japão, o Governo Japonês e o Quartel General Imperial Japonês, aqui abaixo aceitamos as disposições explicitadas na declaração (...). Nós aqui proclamamos a rendição incondicional às Potências Aliadas, do Quartel General Imperial Japonês e de todas as Forças Armadas Japonesas e das Forças Armadas sob controle japonês onde quer que estejam situadas.<sup>225</sup> (02/09/1945: *Instrumento de Rendição*, SCAP, 1949, p.419, tradução nossa)

O último parágrafo que define a autoridade do Imperador como subordinada ao SCAP não foi escrito como uma ordem do monarca, mas sim acrescentado letra por letra da Primeira Diretiva para a ocupação escrita pelos EUA. Entretanto, não teve o efeito esperado pelo GHQ na atuação do governo japonês, que ignorou o fato da rendição ser incondicional quando das negociações (correspondências do Secretário de Estado Byrnes), e ignorou a afirmação de que a autoridade do SCAP estaria acima da autoridade do Imperador Showa (*Instrumento de Rendição*).

Isto ocorreu porque a interpretação japonesa do processo não foi de rendição ou derrota, mas sim de obediência aos comandos do Imperador como ficou claro no aniversário de um ano da Transmissão da Voz Preciosa. No dia 15 de agosto de 1946, o aniversário da transmissão foi comemorado com uma charge oficial feita por Hidezo Kondo (Imagem 26), celebrando a democracia: um bebê que chora, despindo-se da armadura de samurai que representava o feudalismo.

O choro representa a dificuldade de conformação com a nova situação, todavia, o comando é claro, e a tarefa é a obediência, como um bebê que obedece aos pais, ainda que não goste da situação. Assim, fica claro que não foi o início da ocupação considerado como o momento do nascimento da democracia, nem a Declaração de Potsdam, muito menos as assinaturas de termos e tratados. O que foi considerado como o berço, a origem, dessa nova era japonesa, foi a ordem do Imperador Showa transmitida, via rádio, a seus súditos.

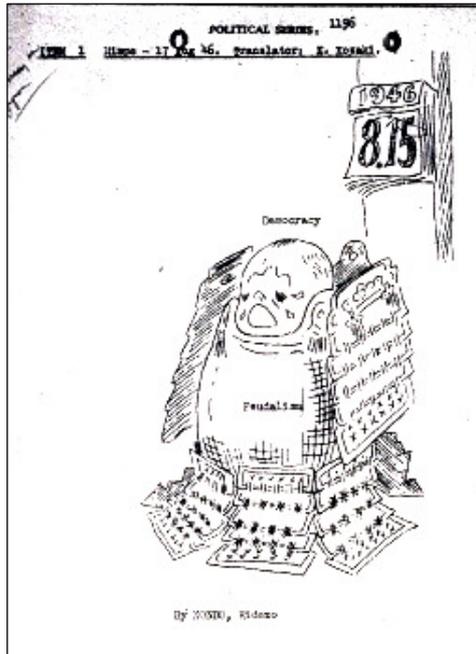
Mais adiante, vimos que a data oficial do final da Segunda Grande Guerra no pacífico é o *V-J Day* ou Dia da Vitória sobre o Japão. Entretanto, o *V-J Day* é comemorado em datas diferentes nos Estados Unidos e no Japão. Como vimos a data nos EUA é a data da assinatura do Instrumento de Rendição, 02 de setembro de 1945, ao passo que no Japão o dia 15 de agosto de 1945 é tido como a data

---

<sup>225</sup> “下名ハ茲ニ合衆国、中華民国及「グレート、ブリテン」国ノ政府ノ首班ガ千九百四十五年七月二十六日「ポツダム」ニ於テ發シ後ニ「ソヴィエト」社会主義共和国聯邦ガ参加シタル宣言ノ条項ヲ日本国天皇、日本国政府及日本帝国大本營ノ命ニ依リ且之ニ代リ受諾ス右四国ハ以下之ヲ聯合國ト称ス。下名ハ茲ニ日本帝国大本營並ニ何レノ位置ニ在ルヲ問ハズ一切ノ日本国軍隊及日本国ノ支配下ニ在ル一切ノ軍隊ノ聯合國ニ対スル無条件降伏ヲ布告ス”

oficial. Os documentos aqui analisados mostram o quão importante é esta data para a política japonesa.

**Imagem 26: Nascimento da Democracia**



Fonte: Arquivos em Microficha do NDL

**Imagem 27: MacArthur e Hirohito**



Fonte: Biblioteca Museu Harry S. Truman

#### **4.2.2 Impasses: recorrendo ao Imperador**

Além da famosa transmissão via rádio, outra aparição do Imperador, desta vez em uma foto oficial<sup>226</sup>, algo nunca antes ocorrido, marcou o início da ocupação. O Imperador Showa apareceu ao lado do General MacArthur por ocasião do primeiro encontro em Tokyo aos 27 de setembro de 1945. Feita como a imagem oficial do início da ocupação pelo fotógrafo oficial do Exército estadunidense, o Tenente Gaetano Faillace, esta foto tornou-se uma das fotografias mais famosas da ocupação (Imagem 27). O Imperador aparece formalmente vestido em trajes ocidentais matutinos, ao lado do SCAP que aparece mais informal e com postura relaxada. Note-se que o Imperador não se posiciona acima denotando superioridade hierárquica, tampouco está abaixo do SCAP, mas sim ao lado.

Imperador Hirohito, em vestimenta formal matutina, realize visita sem precedentes ao Supremo Comandante Douglas MacArthur no GHQ em

<sup>226</sup> Esta fotografia encontra-se disponível em diversas páginas e livros históricos. Uma versão mais bem definida da imagem, usada aqui, encontra-se disponível na Biblioteca e Museu Harry S. Truman. Para acesso à imagem consulte: <<http://www.trumanlibrary.org/photographs/view.php?id=21689&rr=>>>.

Tokyo. Retirada de um álbum de recortes apresentado ao Correio-mor General Robert Hannegan por ocasião de sua visita ao GHQ, Exército dos Estados Unidos, Pacífico, em Tokyo, Japão, em Julho de 1946<sup>227</sup> (MUSEU HARRY TRUMAN, LEGENDA OFICIAL)

Este posicionamento, lado a lado, das partes foi interpretado pelo lado estadunidense como indicação da igualdade democrática que as mudanças da ocupação trariam ao país. Além disso, a postura informal do SCAP poderia significar superioridade, uma vez que a ocupação era militar e a desvantagem estava com o Imperador. Todavia, no simbolismo hierarquizado japonês, o Imperador aparece em pé de igualdade com o Comandante, legitimando, para os japoneses, a parceria entre eles e não uma transferência de autoridade. A superioridade, na simbologia shintoísta, está na posição superior, fisicamente acima, como o Imperador aparece na pintura da Constituição do Império do Japão (Imagem 13) e na foto da promulgação de 1946 (Imagem 20), por exemplo.

Portanto, a presença do General Soberano Pai de todos na foto (Imagem 27) pode ser entendida como a sinalização de seu comprometimento e sua decisão de encerrar a guerra, assumir suas responsabilidades como o líder da nação e a aceitação da nova realidade da presença de forças estrangeiras em seu território; ele deveria ser o exemplo a ser seguido pelos súditos. A tarefa das forças estrangeiras, autorizada e endossada pelo Imperador, seria a de mostrar a condução burocrática do maquinário do governo, da forma como é conduzida pelas potências aliadas.

A modificação do status oficial da Família Imperial, pelo GHQ, de centro do processo cultural nipônico, para símbolo do povo japonês, com a diminuição de seu tamanho e influência, não diminuiu, argumenta-se aqui, a presença de sua força mitológica e o alcance de sua importância na coletividade japonesa. Ainda que o Imperador tenha sido retirado do centro do processo político, de Soberano e Pai General de todos para símbolo da nação, a sua presença mitológica continuou presente nos rituais culturais e sua força política continuou presente na conduta de seus servidores.

A dificuldade de revisão constitucional pelo Comitê Matsumoto, citado anteriormente, é um importante exemplo desta situação. Os quatro primeiros

---

<sup>227</sup> “Emperor Hirohito, in formal morning attire, pays precedent shattering visit to Supreme Commander Douglas MacArthur at headquarters in Tokyo. From a Scrapbook presented to Postmaster General Robert E. Hannegan on the occasion of his visit to General Headquarters, U. S. Army Forces, Pacific, in Tokyo, Japan, July 1946”

rascunhos traziam o artigo primeiro da Constituição com as mesmas frases: “o Japão é uma monarquia constitucional” e “o Imperador é sagrado e inviolável”. Somente com o rascunho escrito pelo SCAP é que o foco saiu do Imperador e voltou-se para o povo com os dizeres “do povo e pelo povo” (SCAP, 1949, Apêndice C, p.586-683) <sup>228</sup>. Portanto, embora o GHQ já houvesse discutido a questão do Imperador, mesmo antes do início do processo de reorientação política, subestimou-se o quão profunda esta relação histórico-cultural estava enraizada na sociedade japonesa.

Uma leitura mais atenta das diretrizes da ocupação e portarias imperiais deixa claro que a autoridade do Imperador não somente se manteve como era considerada a única autoridade a ser seguida no Japão, uma vez que as diretrizes somente eram efetuadas após emissão de portarias imperiais com ordens de que os SCAPIN e as diretrizes fossem cumpridos. Além disso, diversos questionamentos, sugestões, exceções e explicações eram regularmente enviadas pelo governo japonês ao GHQ. Em uma série de correspondências oficiais entre o Primeiro Ministro Shigeru e o SCAP, é possível verificar que a posição da família imperial continuou sendo de exceção à regra destinada aos súditos (*common people*), e diversos artigos dos memorandos foram abertamente questionados e modificados.

Basicamente todos os SCAPIN necessitaram de uma portaria imperial para que fossem cumpridos. Este padrão, embora conste no relatório do SCAP como parte da maquinaria governamental necessária para o sucesso da ocupação, descortina para o analista a realidade da identidade coletiva japonesa centrada no Imperador. Aquilo executado pelo governo japonês deveria ser previsto via portaria ou edito imperial, para que fosse, então, cumprido. Caso os documentos básicos fossem evocados, o governo japonês retornava à Declaração de Potsdam e justificava o não cumprimento das regras do GHQ com os artigos da Declaração. Esta contestação reforça o argumento deste trabalho de que a rendição não foi incondicional, ou ainda, que não houve rendição, no entendimento do governo japonês. Um dos exemplos mais claros deste fato ocorreu no início da ocupação: o fechamento das embaixadas e consulados japoneses ao redor do mundo.

Fato descrito no relatório do GHQ/GS, a situação se refere à diretiva do GHQ para o fechamento das missões diplomáticas do Japão. Logo após a confirmação da

---

<sup>228</sup> Para acesso aos rascunhos, comentários e modificações constitucionais acesse a página oficial do NDL, seção sobre a constituição em <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/>>.

rendição do governo japonês, os EUA em concordância com os demais aliados prosseguiram com o fechamento das missões diplomáticas e consulares japonesas em países neutros e com a transferência de propriedades e arquivos aos membros aliados.

Todavia, o governo japonês respondeu que não poderia obedecer, uma vez que tal fechamento não era condizente com a Declaração de Potsdam. A mesma dificuldade foi encontrada em outros países durante todo o mês de agosto e setembro de 1945. Em outubro de 1945, mesmo após as assinaturas do instrumento de rendição e das diretivas 1 e 2 serem colocadas em prática, o GHQ foi informado da situação de que as representações diplomáticas continuavam operando, como se a rendição não tivesse ocorrido (SCAP, 1949, p.6).

(...) o governo japonês instruirá as missões japonesas a entregar completa e sem demora a custódia física de todas as propriedades e arquivos diplomáticos japoneses aos representantes das quatro potências aliadas que foram designadas para recebê-los. O governo japonês chamará imediatamente suas representações diplomáticas e consulares dos países neutros e cessará quaisquer relações futuras com governos estrangeiros.<sup>229</sup> (25/10/1945: SCAPIN 189, SCAP, 1949, p.473)

Para clarificar a situação, o SCAP enviou ao CLO o memorando de 25 de outubro de 1945 (SCAPIN 189) com instruções para o fechamento das representações, disponibilização das propriedades e arquivos para as forças aliadas e retorno do corpo consular japonês para o Japão. Entretanto, o Ministro do Exterior japonês enviou um comunicado ao GHQ no dia 26 de outubro com as cópias das diretivas e telegramas anexados questionando tais ações. Comunicados foram emitidos pelo governo japonês às suas representações consulares para que ficassem cientes do questionamento em andamento (SCAP, 1949, p.7).

Sobre o recebimento do pedido (...) para entregar todas as propriedades e arquivos consulares e diplomáticos japoneses, o governo japonês enviou uma resposta, **lamentando sua inabilidade de obedecer a este pedido que, de acordo com sua opinião, não estava respaldado em nenhum dos dispositivos da Declaração de Potsdam aceita pelo Japão.**

(...) Agora, antes de receber qualquer comunicado das forças aliadas sobre seu ponto de vista acerca desta questão, o governo japonês foi apresentado repentinamente com esta diretiva. Devido à estas circunstâncias, o governo japonês pede respeitosamente por informações

---

<sup>229</sup> “(...) the Japanese Government will instruct the Japanese mission to turn over intact and without delay physical custody of all Japanese diplomatic and consular property and archives to representatives of the four Allied Powers who have been designated to receive them. The Japanese Government will immediately recall Japanese diplomatic and consular representatives in neutral countries and will cease further relations with foreign governments.”

sobre a melhor maneira de garantir uma execução mais fiel dos termos do Instrumento de Rendição a fim de recuperar a posição no Japão entre as nações.

(...) Agora estes representantes japoneses foram instruídos a suspender suas funções e voltar para casa. Entretanto, **o governo japonês lamenta que esta presente medida signifique a interrupção das relações diplomáticas** entre o Japão e esses países com os quais mantém relações amigáveis e que a **medida constitui um passo regressivo no objetivo da concretização de relações amigáveis entre as nações e da paz mundial.**<sup>230</sup> (26/10/1945: *The Gaimusho Memorandum*, SCAP, 1949, p.459, tradução e grifo nosso)

Note-se que o governo japonês demonstra perplexidade com a medida, considerada arbitrária, algo que romperia com as relações diplomáticas entre o Japão e os países neutros, explicitando o não reconhecimento, por parte do governo japonês, do que vinha a ser, e alcance da, rendição incondicional. Vale destacar que o governo japonês deu cumprimento à rendição das forças armadas, que era a ordem do Imperador explicitada no Instrumento de Rendição.

Em solução ao impasse, uma portaria imperial ordenou que o SCAPIN 217 de 31 de outubro, que definia os termos países neutros, amigos e inimigos, com a lista de quais seriam estes países exatamente, fosse seguido. O GHQ emitiu, também, o SCAPIN 237 (04 de novembro) em que as representações diplomáticas existentes no Japão também seriam encerradas e seus representantes deveriam se comunicar apenas com o SCAP para assuntos relacionados ao Japão e não com o governo japonês. Mesmo após todos estes meses de comunicados, entretanto, a representação no Vaticano foi mantida, pois o local não se encaixava nas especificações dadas pelos SCAPIN, sendo necessário novamente que comunicados oficiais fossem emitidos, e somente em 15 de dezembro de 1945 a representação consular no Vaticano foi fechada (SCAP, 1949, p.8).

### 4.3 A Política Japonesa pós 1945: novos rumos?

---

<sup>230</sup> “Upon receipt of the request (...) to turn over all Japanese diplomatic and consular property and archives abroad, the Japanese Government sent a reply, **regretting its inability to comply with the said request which, according to its opinion, did not come under any of the terms of the Potsdam Declaration accepted by Japan.** (...) Now before hearing any word from the Allied Powers as to their views on the matter, the Japanese Government has been suddenly presented with the said directive. Under the circumstances, the Japanese Government begs respectfully for information on the best ways of ensuring a more faithful execution of the terms of the Surrender Instrument so as to recover Japan's position among nations. (...) Now these Japanese representatives have been instructed to suspend their functions and to return home. However, **the Japanese Government regrets that the present measure means an actual severance of diplomatic relations** between Japan and those countries with which she maintains friendly relations, and that **it constitutes a step backward from the goal of cementing amicable relations among nations** and securing peace to the world.”

Em 1969 uma ossada de elefante, completa, foi escavada em Hokkaido e, em 1986, traços de gordura de elefante foram detectados em fundações de pedra na Província de Miyagi. Isto significa que as ilhas japonesas foram unidas ao continente asiático em algum momento, derrubando o mito da criação das oito ilhas. Contudo, mesmo os mitos sendo rejeitados por fatos históricos, Lu (1997) destaca que “*eles [os mitos] ainda devem receber um lugar significativo em nosso entendimento sobre o povo japonês antigo*”.<sup>231</sup> Isto porque, “*desde a veneração ao Sol, as cerimônias de maioria e o casamento após o serviço, estes mitos relacionam para nós o estilo de vida de um povo antigo*”<sup>232</sup> (LU, 1997, p.3, tradução nossa).

Com efeito, a organização política do *Dai Nippon Teikoku* até 1945 possuía um ponto de referência claro: o Imperador. A estrutura era piramidal e dividida em duas partes. Uma parte que cuidava do processo decisório e outra do processo administrativo (Imagem 14). Durante a ocupação ocorreu uma ruptura com este sistema piramidal, uma vez que o processo de reorientação política, efetuado pelo GHQ, possuía diretivas claras e diretas: desmilitarização e democratização do arquipélago.

Muito embora a Declaração de Potsdam seja a referência, tanto para as ações do GHQ quanto do governo japonês, o uso e a interpretação desta não poderia ter sido mais divergente. Ao passo que o artigo 13 sobre a rendição incondicional do Japão e o artigo 6 sobre a remoção ultranacionalista são considerados referências nos documentos do GHQ, o lado japonês focou o artigo 10 que fala da não destruição da nação e do fortalecimento democrático. Além disso, o governo japonês não menciona o artigo 13 sobre a rendição incondicional, e, argumentamos aqui, que este artigo foi sequer levado em consideração pelos japoneses.

Os diversos tópicos destacados anteriormente mostram o complexo processo interpretativo dos documentos da reorientação política (Imagem 28), e os efeitos dessas interpretações nos entendimentos do GHQ e do governo japonês. Essas diferenças afetaram a maneira como os documentos foram entendidos e colocados em prática. O interessante deste processo é que mesmo com as diferenças interpretativas, a reorientação política foi efetivada e somente após a promulgação

---

<sup>231</sup> “they must still be reassigned a significant place in our understanding of the ancient Japanese people”

<sup>232</sup> “From their sun worship, the coming of age ceremonies to marriage after servitude, these myths relate to us the life-style of an ancient people”.

da Constituição do Japão em 1947, na segunda fase da ocupação é que essas diferenças se mostraram mais problemáticas.

O argumento aqui é que a interpretação do GHQ sobre o processo de rendição, ocupação e reorientação política divergiu da interpretação do governo japonês. O ponto chave para o entendimento da interpretação japonesa é o fato de que o governo japonês nunca considerou a rendição como incondicional, mas sim como uma reorientação procedimental; de como proceder burocraticamente para que a nação nipônica voltasse rapidamente a ocupar o devido lugar entre as nações do mundo explicitado na Declaração de Potsdam. Assim, é possível identificar o peso que este documento possui nas interpretações sobre a ocupação. De fato, a Declaração de Potsdam e o Instrumento de Rendição são recorrentemente citados em outros documentos, SCAPIN e declarações ao longo dos três anos de reorientação política.

**Imagem 28: Interpretação Estadunidense X Interpretação Japonesa**

TÓPICOS	USA	日本
Autoridade do SCAP	Autoridade Máxima acima de todos	Parceria com o Imperador / fortalecimento da nação
Autoridade Imperador	Símbolo cultural / Homem	Pai, Comandante, General de todos / DEUS
Constituições	inexistente / deficiente / equivocada	Lei Máxima / palavra do Imperador
Declaração de Potsdam	Referência Máxima / Regra Inicial	Acordo para fortalecimento da nação
Democratização	Necessidade Urgente de Mudança	Retorno à Era Meiji / novos procedimentos
Desmilitarização	Mudança / Limpeza	Reorganização para Fortalecimento da Nação
Documentos Básicos	Oficialização da Ocupação Aliada	Ignorados / Comandos Imperiais válidos
Estrutura Governamental	deficiente mas burocratizada	Piramidal / tradicional / séculos em funcionamento
Ocupação	Consequência direta da Derrota	Acordo autorizado pelo Imperador
Portarias e Editos Imperiais	Parte do maquinário japonês usado	Lei Máxima / palavra do Imperador
Religião	tradição a ser combatida	Conduta social óbvia / Lei natural da sociedade
Rendição	Incondicional / fato óbvio para todos	não houve rendição. Ordem do Imperador
SCAPINs	Comandos do SCAP / guia procedimental	Sugestões procedimentais
Setor Militar	Ultracionalistas / Crimes de Guerra	defeituoso / responsabilizado pelas perdas
Sistema Político Japonês	inexistente / bagunçado / piramidal	harmonioso/ perfeito / monarquia constitucional
<i>The Purge</i>	Limpeza / mudança de mentalidade	limpeza exagerada / somente líderes bastaria

**Fonte: Elaboração da Autora. Dados da Pesquisa.**

A análise dos documentos oficiais da ocupação sobre o processo de reorientação política evidenciou a interpretação estadunidense sobre a realidade política japonesa de 1945 como sendo um local desprovido de regulamentação e responsabilização (*accountability* em inglês) de seus líderes. Estes líderes foram classificados como conselheiros aristocratas, resquíio feudal, ultracionalistas, extraconstitucionais, bastidores, entre outros. Sobre o Imperador, e por ser uma

nação shintoísta oficialmente, recaiu a pecha de líder religioso, símbolo usado por extremistas, representantes da cultura tradicional e milenar do arquipélago. Ao encontrarem um sistema diferente do esperado, o GHQ foi rápido ao diagnosticar a necessidade de uma mudança procedimental e da promulgação de leis, que direcionassem as práticas sociais e institucionais seguindo a cartilha democrática estadunidense. Esta reorientação foi considerada pelo GHQ como um sucesso<sup>233</sup>.

No entanto, a FD japonesa partia do entendimento de tradição hierárquica, desenvolvia ao longo de séculos, dotada de constituições, órgãos diversos, divisão de tarefas e responsabilidades, com uma figura divina no centro dando sentido e coerência a tudo. Além disso, destaca-se aqui que todos os três documentos japoneses, a saber, a Constituição dos Dezesete Artigos de 604, a Constituição do Império do Japão de 1890, e mais tarde a Constituição do Japão de 1947, possuem, em japonês, a mesma designação, qual seja, o termo ‘憲法’ (*kenpō*). Logo, para os japoneses, todos os três documentos possuem sim, o mesmo peso político e uso oficial e, portanto, os dois primeiros não poderiam ter sido desconsiderados pelo GHQ como foram.

Muito embora seja possível afirmar que não havia regulamentação nos moldes ocidentais, (a saber, a separação dos três poderes) a existência das práticas políticas japonesas como as Conferências Imperiais, a reunião de conselheiros, a hierarquização procedimental e as tarefas vitalícias, eram previstas e oficializadas pela Constituição dos Dezesete Artigos, pela Reforma Taika e pelo Código Taihō. A Carta dos Cinco Juramentos, a Constituição do Império e burocratização da política japonesa foram passos efetuados pelo governo japonês para adequar seu sistema aos moldes ocidentais, devido às diferenças entre o arquipélago e as nações ocidentais, identificadas quando da abertura dos portos, e ao direito mitológico japonês de integração do quadro das grandes potências, governando-as.

Durante a ocupação, estas diferenças de entendimento foram contornadas com o recurso das portarias imperiais, que regulavam, aos moldes da Constituição do Império, as diretivas e SCAPIN do GHQ, ordenando a aquiescência do governo japonês, dando-lhes cumprimento. Entretanto, o comportamento político japonês

---

<sup>233</sup> Uma referência indispensável é TAKEMAE, Eiji. **Inside GHQ: The Allied Occupation of Japan and its Legacy**. New York. Ed Continuum, 2002. Esta obra reúne uma extensa bibliografia do tema, além de um trabalho detalhado sobre o dia a dia do GHQ, reunindo entrevistas, documentos, livros e outros materiais. Outra importante referência para os estudos da área é DOWER, John W. **Embracing defeat: Japan in the wake of World War II**. New York, W.W.Norton, 1999.

após a ocupação não seguiu a cartilha estadunidense de comportamento político conforme esperado após o dito sucesso da reorientação política. A resposta japonesa oficial recorrente para dito comportamento foi a Constituição do Japão, ou seja, somente aquilo autorizado pela Constituição era reconhecido como oficial, a ser seguido, pelo governo japonês.

O olhar do contexto histórico-social da realidade japonesa, das circunstâncias políticas do arquipélago e da criação da Constituição do Japão, mostrou-se indispensável para uma análise mais adequada desta problemática. A Constituição do Japão, embora promulgada durante uma ocupação militar, aos moldes ocidentais, seguindo um rascunho estadunidense, foi promulgada pelo Imperador e autorizada pelas portarias e editos imperiais escritos para a sua regulamentação. Assim, ao usar o maquinário político pré-existente, a FD estadunidense sinalizou à FD japonesa que considerava válida esta estrutura, perpetuando-a. As ações e entendimentos japoneses subsequentes seguiram, portanto, sua identidade pré-existente.

Apoiando-se novamente na explicação de Wendt (1999) sobre os aspectos culturais como efeitos causais de constrangimento sobre a dinâmica dos Estados, esse ponto é outro interessante exemplo desta relação. Ao oficializar suas ações por ordem do Imperador, o GHQ sinalizou que a identidade estatal hierarquizada e centralizada no Imperador não se modificaria com a situação de derrota ou rendição. Além disso, como visto em Zefuss (2002), uma mudança identitária ocorrerá somente se o ator estatal aceitar a mudança, e nesta relação GHQ X Governo Japonês, a possibilidade de mudança não foi cogitada pelo Japão como apontaram as evidências. Logo, argumenta-se aqui que e que mudou foi o comportamento, não a identidade<sup>234</sup>.

Escapou ao entendimento do GHQ, argumenta-se aqui, que estes pontos – estrutura pré-existente mantida e novas regras seriam conflitantes no entendimento japonês. Em outras palavras, a FD estadunidense partiu do entendimento de que a rendição incondicional era explicação suficientemente clara sobre a nova realidade do arquipélago, entretanto, a FD japonesa não reconheceu este novo sistema, uma vez que o sistema já vigente continuou em funcionamento.

---

<sup>234</sup> A contribuição de Wendt (1999) sobre as identidades, neste caso, se mostra mais adequada ao entendimento deste estudo do que a explicação de Onuf (1989) sobre as regras e práticas modificando a estrutura.

Tem-se aqui a importância do contexto histórico para o entendimento das ações japonesas. O sistema japonês não era centralizado e hierarquizado em uma figura de carne e osso, mas sim, em um sistema de deidades milenares, herdeiras da terra. Uma nova estrutura comandada por homens (estrangeiros não herdeiros da terra) sem sangue divino estar acima da pré-existente, uma vez que esta continuou em funcionamento, escapou ao entendimento japonês.

Retomando Mussalim (2003), o sentido do discurso é constituído pelo próprio discurso a partir de uma determinação simultânea às posições ideológicas entre as FDs apresentadas no discurso, importando, pois, o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos. O lugar do enunciado da FD estadunidense partiu, pois, do entendimento de rendição incondicional, entretanto, problematiza-se aqui que o lugar do enunciado da FD japonesa partiu do entendimento de que cumpriam ordens do Imperador. O entendimento destas diferenças aliado ao entendimento dos efeitos causais de constrangimento sobre a dinâmica dos Estados advindo de aspectos culturais domésticos de Wendt (1999) mostra a relação complexa entre a autoridade do SCAP e a autoridade do Imperador durante a ocupação.

Outro ponto importante é sobre o conteúdo exato da *Ningen Sengen*, cujo original foi escrito em japonês arcaico, que tem sido objeto de debate entre acadêmicos como Peter Wetzler (1998), John Dower (1999), Herbert Bix<sup>235</sup> (2000), entre outros. Wetzler (1998, p.3) argumenta que o Imperador persistiu na ideia de que ele deveria ser considerado como descendente dos Deuses e cita um diálogo com o vice-administrador geral do Ministério da Casa Imperial Michio Konochita, após a divulgação da Diretiva Shinto em que Hirohito afirmava que era admissível dizer que a ideia de que os japoneses eram descendentes dos deuses seria uma concepção falsa, mas que era absolutamente inadmissível chamar de utópico a ideia de que o Imperador era descendente dos deuses.

Com efeito, Dower (1999, p.316-317) descreve as reuniões e diálogos no Ministério da Casa Imperial sobre o texto da *Ningen Sengen* e mostra que o uso dos termos foi cuidadosamente avaliado. A tradução oficial em inglês diz que “*the false conception that the Emperor is divine*” veio da frase em japonês “天皇ヲ以テ現御神トシ”, entretanto o termo “現御神” (akitsumikami) pode ser igualmente traduzido como “manifestação divina” ou “encarnação de Deus”. Ao passo que o termo “現人

---

<sup>235</sup> BIX, Herbert. **Hirohito and the Making of Modern Japan**. New York, Editora Harper Collins, 2000.

神” (arahitogami) pode ser traduzido como “Deus vivo”. Assim, o Imperador declara que não seria uma manifestação divina ou encarnação de Deus, mas poderia ainda ser visto como um Deus vivo.

Mais adiante, estes estudiosos destacam que o uso da Carta de Juramento de 1868 no início da declaração mostra que o questionamento da divindade do Imperador não era o ponto central da declaração. Dower (1999, p.317-318) afirma que o ponto do Imperador era mostrar que o Japão já havia sido democratizado na Era Meiji e não pelo GHQ. Somando-se a isso, a declaração havia sido publicada com um comentário do Primeiro Ministro Shidehara que destacava a democracia Meiji e não fazia nenhuma referência à renúncia da divindade do Imperador. Para Dower (1999), ao aceitar a interpretação do GHQ se declarando como ser humano e não como manifestação divina, e seu lugar de “símbolo da nação” e não mais de “general pai de todos”, o Imperador não apenas se manteve no trono como ainda evitou ser julgado como criminoso de guerra.

Ao descortinarmos o entendimento japonês da situação em que o país se encontrava, a saber, a interpretação japonesa desconsiderava a rendição, entendia o processo como capitulação das ordens do Imperador, e seguia apenas os SCAPIN respaldados em de portarias e editos imperiais, constatou-se que a força política do Imperador e a centralidade do processo em sua figura permaneceram inalteradas. Mais adiante, uma vez promulgada pelo próprio Imperador, a Constituição do Japão pode ser entendida como a última ordem dada pelo General Pai de todos, sendo, portanto, citada como referência para o comportamento do ator estatal daí em diante.

O ponto aqui é mostrar o quão importante e central para o comportamento japonês é o entendimento de sua mitologia e a influência desta na sociedade japonesa. Argumenta-se aqui que o equívoco do GHQ foi delegar a tarefa de modificação destas crenças milenares à assinatura e promulgação de novas regras de conduta. O que chamamos de equívoco do GHQ fica aparente na Declaração do SCAP sobre a *Ningen Sengen*, em que após esta declaração, o povo japonês estaria agora no caminho da democracia. Contudo, a *Ningen Sengen* é, em síntese, um Edito Imperial que reafirma a Carta dos Cinco Juramentos de 1868, acrescentando a declaração de que o Imperador não é divino.

Este movimento caracteriza-se como um grande efeito causal de constrangimento sobre as subsequentes ações do Japão, uma vez que ao invocar a Carta Juramento de 1868, o que o Imperador fez em realidade, foi reafirmar os

princípios contidos na Constituição dos Dezessete Artigos de 604, sua linhagem divina e sua tarefa hierárquica como Soberano. Ao afirmar que novas práticas seriam utilizadas, o Imperador não se referia a novos entendimentos, mas sim a novas regras procedimentais, necessárias para a sobrevivência e soerguimento do país. Além disso, “*uma boa ideia não pode ser contida*”, como afirmou o próprio SCAP. Ele se referia às ideias democráticas, todavia, uma ‘*boa ideia*’, para os japoneses, já existia e estava em prática, há milênios. Isto porque para a mitologia japonesa, não apenas a Família Imperial descende dos deuses, mas todo o povo japonês. A especificidade da Família Imperial, contudo, é a pureza do sangue divino, que os tornavam deuses encarnados e não apenas descendentes distantes.

Em síntese, constatou-se com este trabalho que para melhor compreendermos as ações de um país no cenário internacional, seu contexto doméstico não pode ser ignorado. O caso japonês apresentou, ainda, outro ponto que mereceu destaque nas análises em Relações Internacionais: a Constituição do Japão, usada como justificativa oficial japonesa em suas ações no sistema internacional, havia sido promulgada e efetivada em um contexto de ocupação militar internacional. Logo, para que esse comportamento japonês fosse melhor analisado, o período da ocupação se mostrou indispensável como o ponto focal da análise documental desta pesquisa. Todavia, uma análise mais detalhada dos documentos da ocupação revelou o peso que o contexto histórico-social japonês exerce sobre suas decisões políticas e, assim, o retorno ao passado foi necessário.

O governo japonês possível, como vimos, questionava as diretivas que considerava não condizentes com a Declaração de Potsdam e acordos subsequentes. A alegação recorrente era de que as diretivas divergiam da Declaração de Potsdam e, portanto o governo japonês não poderia concordar com tais medidas. Além disso, diversos SCAPIN foram diretamente questionados e não cumpridos pelo governo japonês enquanto não houvesse uma portaria imperial que os regulassem. Assim, a partir da história documentada, percebeu-se uma dança entre o GHQ, o governo japonês e o Gabinete Imperial, em que os poderes políticos eram retirados, modificados ou extintos, mas ao mesmo tempo, utilizados para validar e dar cumprimento às mesmas diretivas que os aboliam<sup>236</sup>.

---

<sup>236</sup> Somente entre a promulgação da Constituição do Japão em outubro de 1946 e a sua efetivação em maio de 1947, por exemplo, mais de cem portarias imperiais foram emitidas para dar continuidade e cumprimento ao

Este processo ficou ainda mais evidente logo após a reorientação política, uma vez que as demais reformas pretendidas pelo GHQ<sup>237</sup> não foram realizadas à contento, como por exemplo, a reforma educacional e o desmembramento dos *zaibatsu*. Apenas o planejado para as duas primeiras reformas, a política e a agrária, foi completamente implementado durante os sete anos de ocupação. As demais encontraram forte resistência desencadeando protestos ou foram ignoradas pela população, sendo apenas parcialmente implementadas.

Argumentamos aqui que o sucesso originalmente atribuído à reorientação política efetuada pelo GHQ precisa ser resignificado. Isto porque, ao retirarem o Imperador da cena política, com a promulgação da Constituição e a extinção das portarias imperiais, as diretivas e SCAPIN subsequentes ficaram sem o amparo imperial, não sendo reconhecidas. Esta situação é denominada segunda fase da ocupação e ocorreu concomitantemente com a mudança de direcionamento das diretivas gerais da ocupação pelo GHQ de desmilitarização para remilitarização, devido ao início da Guerra Fria<sup>238</sup>.

Esta resignificação da reorientação política, em nosso entendimento, deveria passar de sucesso para tentativa. Novos rumos na política japonesa após 1945? Não; novos procedimentos. Este debate documental, mais do que pontos controversos, mostrou diferenças de entendimento e práticas que devem ser consideradas na política internacional se um melhor resultado deseja ser alcançado em negociações internacionais e resolução de conflitos.

---

processo de implementação de leis, extinção e criação de órgãos, que regulavam e oficializavam o que estaria previsto constitucionalmente após maio de 1947.

<sup>237</sup> Neste trabalho apenas a reforma política foi abordada. Para maiores informações consulte NISHI, Toshio. **Unconditional Democracy**. Stanford University, California, Hoover Institutions Press. 1982; DOWER, John. **Empire and Aftermath: Yoshida Shigeru and the Japanese Experience, 1878-1954**. Harvard East Asian Monographs 84. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts. 1988; ALLINSON, Gary D. **Japan's Postwar History**. Ithaca, NY. Cornell University Press. 2004;

<sup>238</sup> Esta problemática originou meu interesse acadêmico pelo tema do comportamento político japonês, sendo a pesquisa iniciada com a Dissertação de Mestrado, ampliada com a Tese de Doutorado, e, futuramente, aprofundada com projetos de pós-doutorado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Japão é, sem dúvida, um arquipélago fascinante. O povo nipônico possui uma forma única de pensar e de se relacionar que desafia os padrões e pré-concepções do restante do mundo. Uma linguagem única, seja em gestos, palavras, ações ou entendimentos, direciona a coletividade em prol do todo, do conjunto, disciplinando-os procedimental, e consolando-os mitologicamente.

O período da ocupação estadunidense foi, certamente, um marco modificador do comportamento político japonês no que se refere à sua relação com os demais atores internacionais. Mais visível após 1952, uma grande modificação no comportamento decisório de militar para antimilitar desencadeada durante a ocupação, desafiou modelos, previsões e análises para as questões em segurança que envolvessem o arquipélago.

Uma leitura inicial havia mostrado que alguns autores trabalham com a hipótese do trauma da derrota na Segunda Grande Guerra como ligação entre o traço cultural confucionista da honra e do dever e este comportamento político antimilitar, apresentado pelo Japão contemporâneo. Entretanto, questionou-se aqui esta hipótese do trauma da derrota, bem como este traço confucionista tido como óbvio e presente na cultura japonesa. Constatou-se com esta pesquisa que o comportamento atribuído ao senso de honra herdado do confucionismo, vincula-se mais à herança shintoísta do arquipélago, milenar e mitológica. Portanto, para o Doutorado, a pesquisa centrou-se na investigação dos processos sociais e políticos que impulsionaram essa modificação comportamental japonesa.

Partiu-se do pressuposto de que o sistema político japonês, aprimorado ao longo de séculos de isolamento e guiado por mitos milenares, possui alto grau de hierarquização na figura do Imperador, e assim, a hipótese seguida neste trabalho foi a existência de uma prática cultural de obediência ao soberano, no caso ao Imperador, hierárquica e rigidamente definida. Em síntese, investigou-se se o fenômeno do antimilitarismo japonês é mais consistente com uma explicação circunstancial, a saber, o trauma da derrota de 1945, ou se se assenta sobre um traço cultural mais recorrente, a saber, a obediência ao Imperador.

Identificou-se claramente que a partir da Constituição dos Dezessete Artigos de 604, as condutas, social e política, estavam institucionalmente baseadas nos princípios de lealdade, honra e obediência para com o Imperador – processo visível

a partir das estruturas políticas oficiais adotadas ao longo do *Bafuku*; e ao final da Era Meiji (1868-1912), esta conduta estava completamente associada à fé no Imperador, na sua origem divina e na formação do Grande Império Japonês. A socialização dessas regras se traduziu em devoção para com seu senhor, consolidada com a classe *samurai* ou “aquele que serve”. Assim, seguindo a linha da hierarquia político-cultural japonesa, as diretrizes do SCAP deveriam ter sido observadas, uma vez que durante a ocupação, em função da rendição japonesa, o SCAP ocuparia o nível político hierárquico mais alto, acima do Imperador.

Entretanto, isto não ocorreu a contento durante a ocupação. Constatou-se ao longo da pesquisa que o SCAP encontrou constante resistência por parte do governo japonês em cumprir as diretrizes oficiais da ocupação, e diversos documentos mostraram questionamentos do governo japonês sobre regras e processos impostos durante a ocupação. No limite, algumas reformas não foram implementadas pelo SCAP, como a educacional e a econômica<sup>239</sup>, por exemplo. Investigou-se aqui, portanto, o que possibilitou ou acarretou este descumprimento.

Ao contrário de muitas narrativas históricas sobre o período da ocupação, diversos documentos mostram a complexa relação entre a autoridade do SCAP e do Imperador, a saber, o SCAP necessitou o posicionamento do Imperador a favor das diretrizes da ocupação para que estas fossem cumpridas pelo governo japonês. Ao mesmo tempo, solicitou ao Imperador documentos que minimizassem a influência da Casa Imperial na vida política do arquipélago. Mais adiante, constatou-se que a interpretação do governo japonês sobre a situação era distinta da estadunidense, a saber, para o governo japonês não houve rendição às forças aliadas, mas sim obediência aos comandos do Imperador.

Portanto, a compreensão da dinâmica política doméstica nipônica, consolidada em séculos de práticas, bem como as implicações desse contexto histórico para o comportamento político japonês doméstica e internacionalmente, caracterizou a problemática dessa tese, e, para tal, procurou-se identificar o papel de elementos domésticos no relacionamento internacional de atores estatais através do estudo de caso da relação Japão – EUA durante o período da ocupação

---

<sup>239</sup> Referimos-nos aqui às reformas pretendidas pelo SCAP e definidas em diretrizes oficiais que visavam a padronização da língua japonesa com o alfabeto romano, extinção do sistema de alfabetização *Kan* e do calendário *nengō*, e extinção do sistema de *zaibatsu* (controle econômico via clã). Estes processos não serão contemplados nesta tese. Para maiores informações sobre as reformas consulte NISHI, Toshio. **Unconditional Democracy**. Stanford University, California, Hoover Institutions Press. 1982.

estadunidense (1945-1952), logo após a Segunda Grande Guerra (1939-1945). Priorizaram-se os elementos históricos de forma comparada, notadamente no que se refere às estruturas políticas e sociais japonesas, que auxiliaram a verificação pretendida, utilizando como marco temporal a ocupação estadunidense. A partir deste mapeamento examinou-se a importância do Imperador no processo político japonês a partir do contexto histórico das Constituições (604, 1868 e 1947) com suas respectivas estruturas políticas oficiais, além das diretrizes da ocupação. Em seguida, identificaram-se pontos de convergência e divergência nas interpretações, estadunidense e japonesa, sobre os eventos da reorientação política.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa qualitativa em ciências sociais, com o uso do método de análise documental e bibliográfico, partindo de um referencial teórico construtivista mais amplo, acrescido da metodologia de análise de discurso como categoria analítica. Assim, a pesquisa concentrou-se primeiramente em uma revisão bibliográfica do referencial teórico utilizado, delimitando parâmetros de análise e argumentação como suporte à pesquisa. Em seguida, identificaram-se os elementos que permitiram observar o discurso oficial através do mapeamento de documentos e discussões, bem como do contexto histórico e social da época, com foco na estrutura política local. Para tanto, realizou-se uma caracterização histórica da centralização do poder na figura do Imperador desde sua oficialização em 604 até os dias de hoje.

O uso de variáveis domésticas como elementos de estrangulamentos sobre as escolhas e ações de um ator estatal é uma opção analítica que remete à questão metodológica de se as variáveis explicativas para o comportamento internacional se localizam no plano externo ou no doméstico. Procurou-se, portanto, entender até que ponto os processos histórico-culturais internos influenciam as decisões externas de um ator estatal. Dessa forma, será possível compreender, ainda que em parte, a importância dos estudos em RI que priorizam processos socialmente construídos.

Ao contemplar as maneiras pelas quais a dimensão cultural pode afetar a formação de políticas, a tese apoiou a lição geral sobre a importância das abordagens construtivistas para o debate teórico das RI e da força teórica destas abordagens aliadas à metodologia de análise de discurso para as análises em política internacional. Em especial, focou-se no significado que os atores estatais atribuem a determinadas políticas formadas a partir de interesses moldados por condicionantes culturais. Destaca-se, assim, a importância do papel de atores não

estatais para os estudos em segurança, sem desconsiderar o Estado como o ator principal para as análises no campo das RI.

Mais adiante, estas constatações levantam importantes questionamentos para a Teoria das RI. Primeiramente, após constatar a importância dos fatores domésticos em investigações sobre o processo político, este estudo sugere que uma análise estrutural que foque apenas em interesses materiais dos vários grupos no sistema político é insuficiente. Em segundo lugar, sugere que fatores internacionais sistêmicos por si só não determinam a formação das políticas internacionais e indicam que uma maior atenção deve ser colocada nas práticas domésticas dos atores estatais e como estas moldam seu comportamento político.

Realizou-se, portanto, um estudo histórico que destacou como os japoneses definiram, entendiam e exerciam a prática política no arquipélago, o grau de hierarquização sócio-político e as consequências históricas deste sistema. Esse retrospecto histórico foi necessário para identificar os elementos de continuidade e de mudança nas estruturas políticas oficiais do Japão, e, principalmente, as diferenças e semelhanças entre as FDs japonesa e estadunidense.

Durante a pesquisa constatou-se diferenças na interpretação (estadunidense e japonesa) dos documentos que encerraram a Segunda Grande Guerra, a saber, a Declaração de Potsdam e o Instrumento de Rendição, bem como diferenças na interpretação dos documentos básicos e diretivas gerais da ocupação para a reorientação política do arquipélago. Esta constatação foi possível através do uso do ferramental analítico da concepção tridimensional do discurso, categoria da metodologia da AD, auxiliado pelo recurso analítico de formação discursiva do sujeito enunciador. Ao olhar para a formação discursiva do governo japonês, constatou-se que desconsiderar a força da realidade tradicional, milenar e complexa do arquipélago é extremamente prejudicial às análises em política internacional que englobem o Japão. Sem este recurso analítico, o comportamento do Japão na relação com os EUA durante a ocupação permaneceria pouco compreendido.

A partir desta contextualização e da constatação da influência da mitologia nipônica na vida política do arquipélago, pode-se compreender a necessidade sentida pelo GHQ da criação de dois documentos que limitassem esta influência: *The Shinto Directive*, e a Declaração de Humanidade (*Ningen Sengen*), que foram projetados para romper com este ciclo mitológico. Ambos os documentos foram justificados, pelo GHQ, como necessários à democratização do Império e sua

oficialização considerada como suficiente para efetivar os ajustes procedimentais adotados com a reorientação política do arquipélago. Argumentou-se aqui, no entanto, que somente a oficialização de novas regras e procedimentos políticos, não foi suficiente para alcançar o objetivo de mudança pretendido pelo GHQ.

No capítulo analítico apresentou-se a comparação entre o discurso oficial contido nos documentos da ocupação analisados, ou seja, o discurso do sujeito enunciador GHQ, com o discurso do sujeito enunciador Japão. Objetivou-se constatar como os discursos do GHQ foram recebidos e interpretados pela platéia, governo japonês, e vice-versa. Argumenta-se aqui que a maneira equivocada como o discurso do governo japonês foi recebido, compreendido e interpretado, pelo GHQ durante a ocupação, e, posteriormente, pelos EUA, é que provocou os posteriores problemas de entendimento na relação bilateral entre Japão e EUA (problema relacional que motivou esta pesquisa, inicialmente). Os elementos culturais e interpretativos da FD japonesa sustentam a argumentação geral da tese de que houve uma tentativa de reorientação política, e não uma completa modificação como sustentava a FD estadunidense.

Vale destacar que a formação discursiva do GHQ não foi contemplada nesta pesquisa, uma vez que o objetivo geral do trabalho foi a compreensão do comportamento do ator estatal através do mapeamento e entendimento de sua dinâmica interna, utilizando para tanto o estudo de caso do comportamento japonês no sistema internacional, mediante a relação deste com o discurso oficial do GHQ. Outro motivo é a natureza complexa da formação discursiva do GHQ; um sujeito enunciador que engloba diversas formações discursivas, a saber, as potências aliadas, ainda que tenha sido a estadunidense a mais forte neste processo.

Para atenuar as deficiências de abordagens puramente estruturais nas explicações da formação das políticas de defesa de um ator estatal, os resultados da pesquisa indicam que é útil focar em como as diferenças nas ideias que as nações passam a sustentar, e o tipo de arranjo institucional que elas possuem, explicam muito das variações em suas respostas ao ambiente internacional. Assim, uma abordagem que combine a investigação de fatores políticos, domésticos e internacionais, possibilita aos analistas construir modelos explicativos mais abrangentes acerca da política internacional e permite que se chegue a melhores predições sobre o comportamento de um ator específico.

Sobre a temática do comportamento político japonês no cenário internacional, o papel do Imperador ainda suscita maiores estudos. Uma sugestão de tema para pesquisas futuras, por exemplo, é a vinculação do papel do Imperador na nova interpretação sobre o artigo 9 da Constituição Showa, votada na Dieta Nacional em 2015, no governo do atual Primeiro Ministro Shinzō Abe. Outra sugestão é o alcance da reforma religiosa efetuada pelo GHQ/CIE na realidade política do arquipélago. Como Chefe religioso shintoísta, o Imperador possuía inúmeros afazeres cerimoniais. Estes afazeres permaneceram. O título de Sua Majestade, Divindade Reinante, permaneceu. O que mudou? Cenas para os próximos capítulos analíticos.

A era japonesa analisada, Era Showa (昭和 1926-1989), foi o período que englobou a Segunda Grande Guerra, o período da ocupação estadunidense e grande parte da Guerra Fria. Hirohito (裕仁) foi, portanto, o Imperador com o reinado mais longo que se tem registro (64 anos Showa e mais 06 anos como Regente Taishō totalizando 70 anos). Além disso, Hirohito foi o último Imperador do *Dai Nippon Teikoku* e o primeiro Imperador Símbolo do Povo e da Nação. A atual Era Heisei (平成) começou em 1989 com a morte do Imperador Showa e a ascensão ao trono de seu herdeiro Akihito (明仁), atual Imperador do Japão, sendo este o 125º Imperador descendente de *Ninigi-no-Mikoto*, neto de *Amaterasu*. Seu filho herdeiro, Naruhito (徳仁) ainda não possui provável nome póstumo<sup>240</sup>.

---

<sup>240</sup> Para maiores informações sobre a família imperial japonesa, deveres, celebrações, abertura dos Palácios e Jardins Imperiais ao Público, árvore genealógica, descendentes vivos, entre outras informações consulte o site oficial da Imperial Household Agency em <<http://www.kunaicho.go.jp/e-about/genealogy/koseizu.html>>.

## REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. **O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais**. IN: Lua Nova. Revista de Cultura e Política. Número 47. São Paulo, CEDEC, 1999.
- ALLINSON, Gary D. **Japan's Postwar History**. Ithaca, NY. Cornell University Press. 2004.
- BEASLEY. **The Rise of Modern Japan**. Editora Saint Martin, NY. 1990.
- BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. Padrões da Cultura Japonesa. Terceira Edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 2006 [original 1946].
- BERGER, Thomas U. **Cultures of Antimilitarism: National Security in Germany and Japan**. Baltimore. The Johns Hopkins University Press, 1998.
- BITO, Masahide; WATANABE, Akio. **Um Perfil Cronológico da História Japonesa**. Tokyo, The International Society for Educational Information. 1990.
- BIX, Herbert. **Hirohito and the Making of Modern Japan**. New York, Editora Harper Collins. 2000.
- BRANDÃO, Helena H. N. 2004. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2a. ed. rev.
- BROWN, Delmer (ed.). **Cambridge History of Japan, Volume I: Inoue Mitsuada**. The Century of Reform. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1993.
- CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Editora UnB. FUNAG. 1981.
- CHECKEL, Jeffrey T. **The Constructivist Turn in International Relations Theory**, World Politics 50, No. 2, pp. 324–348. 1998.
- COONEY, Kevin. **Japan's Foreign Policy Since 1945**. M.E. Sharpe. London, England, 2007.
- DIETA, Parlamento do Japão. **Arquivos coletados em pesquisa de campo na National Diet Library (NDL) pelo PDSE/CAPES**. Microfilmes, Xerox e livros. Tokyo, 2014.
- DOWER, John. **Embracing Defeat: Japan in the Aftermath of World War II**. Londres, Editora Penguin, 1999.
- ESTEVES, Paulo. **Para uma Genealogia do Estado Soberano**. Revista de Sociologia e Política. Número 27. Curitiba. Novembro de 2006.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, UnB, 2001.

FARRELL, Theo. **Culture and military power**. Review of International Studies, 24, 407-416. 1998.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972 (original de 1969).

GUANZHONG, Luo. **Three Kingdoms: A Historical Novel**. University of California Press. Tradução Moss Roberts. 1991.

GUZZINI, Stefano. **A Reconstruction of Constructivism in International Relations**, European Journal of International Relations, Vol.6, No.2, 2000.

HADAMITZKY, Wolfgang; SPAHN, Mark. **Kanji & Kana. A Handbook of the Japanese Writing System**. Tuttle Language Library. Tokyo, Japan. 1997.

HALL, John Whitney. **Japan from Prehistory to Modern Times**. Charles Tuttle Company. 1971.

HANSEN, Lene. **Security as Practice**. Discourse Analysis and the Bosnian War. Routledge. NY, 2006.

HERZ, Mônica. **Análise Cognitiva e Política Externa**. Contexto Internacional. RJ, vol 16, 1, jan/jun. p. 75-89. 1994.

HOPF, Ted. **The Promise of Constructivism in International Relations Theory**. International Security, Vol. 23, No. 1, pp. 171-200. The MIT Press. 1998.

IMAMURA, Keiji. **Prehistoric Japan: New Perspectives on Insular East Asia**. Honolulu, University of Hawaii Press, 1996.

JANSEN, Marius B. **The Making of Modern Japan**. Harvard University Press, 2002

JEPPERSON, R; WENDT, A; KATZENSTEIN, P. **Norms, Identity and Culture in National Security**. IN: KATZENSTEIN, Peter et al. The Culture of National Security. NY: Columbia University Press. Capítulo 2. 1996.

KATZENSTEIN, P. **The Culture of National Security**. NY: Columbia University Press. 1996.

KATZENSTEIN, Peter; OKAWARA, Nobuo. **Japan's National Security: Structures, Norms, and Policies**. International Security, Vol. 17, No. 4, pp. 84-118. 1993.

KEOHANE, Robert o. **International Institutions: two approaches**. International Studies Quarterly, vol. 32, pp. 379-396, 1988.

LAPID, Yosef. **The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivis era**. International Studies Quarterly, vol.33, nº 3, 1989.

LIVINGSTON, Jon; MOORE, Joe; OLDFATHER, Felicia. **Imperial Japan: 1800-1945 to the present**. NY: Pantheon Books. The Japan Reader 1. 1973.

LU, David J. Japan: **A Documentary History, Volume I: The Dawn of History to the Late Tokugawa Period**. Armonk, New York: M. E. Sharp, 1997.

LU, David J. Japan: **A Documentary History, Volume II: The Late Tokugawa Period to the Present**. Armonk, New York: M. E. Sharp, 1997.

MACARTHUR (ed). SCAP/GS Report. **Political Reorientation of Japan: September, 1945 to September, 1948**. US Government Printing Office, 1949. Reimpressão: Editora Greenwood, 1970.

MINGST, Karen A. **Essentials of international relations**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company. 2009.

MOCHIZUKI, Mike. **Japan's Search for Strategy**. International Security, Vol. 8, No. 3 (Winter, 1983-1984), pp. 152-179. The MIT Press.

MORISHIMA, Michio. **Porque Triunfou o Japão? A tecnologia ocidental e o espírito do povo japonês**. Gradiva Press. Lisboa. 1982.

MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna (org.). **Introdução à Linguística 2. Domínios e Fronteiras**. Cortez Editora, SP, 2003. Capítulo 4.

NISHI, Toshio. **Unconditional Democracy**. Stanford University, California, Hoover Institutions Press. 1982.

ONUF, Nicholas. **Constructivism: a user's manual**. IN: International Relations in a constructed world. Edited by Kowert et all. London:M.E.Sharpe. 1998.

ONUF, Nicholas. **World of Our Making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia, University of South Carolina Press. 1989.

PERALVA, Oswaldo. **Um Retrato do Japão**. Editora Moderna, Coleção Polêmica. São Paulo, Sp, 1991.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos**: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <[www.pucminas.br/biblioteca](http://www.pucminas.br/biblioteca)>. Acesso em: 14 de agosto de 2015.

RECORDS. **The Nihon Shoki. The Chronicles of Japan**. 720. Disponível em: <<https://ia800301.us.archive.org/11/items/nihongichronicl00astogoog/nihongichronicl00astogoog.pdf>>.

SHOU, Chen [280/290]; SONGZHI, Pei. 三國志: **Records of the Three Kingdoms**. Taipei, Editora Dingwen. 1977.

SMITH, Steve. **Positivism and Beyond**. IN: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge University Press, p. 11-44, 1996.

SWOPE; HUSSEY. *Novo Executivo*. SCAP/GS Report. **Political Reorientation of Japan: September, 1945 to September, 1948**. US Government Printing Office, 1949. Reimpressão: Editora Greenwood, 1970.

TAKEMAE, Eiji. **Inside GHQ: The Allied Occupation of Japan and its Legacy**. Londres, Continuum. 2002.

WALKER, Robert B.J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. New York: Cambridge University Press. Cambridge Studies in International Relations. 1993.

WARD, R. **The Legacy of Occupation**. IN: PASSIN, Herbert. *The United States and Japan*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

WEAVER, O. **Figures of International Thought: Introducing Persons Instead of Paradigms**. IN: NEUMANN, I; WEAVER, O. *The Future of International Relations. Masters in Making?* Londres, Editora Routledge. 1997.

WENDT, A. **Identity and Structural Change in International Politics**. IN: LAPID; KRATOCHWIL, F. *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Lynne Rienner Publishers. London. UK, 1996.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics**. IN: *International Organization*, vol. 46, no. 2, 1992.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge Studies in International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WENDT, Alexander. **The agent-structure problem in international relations theory**. IN: *International Organization*, vol. 41, no. 3, 1987.

WETZLER, Peter. **Hirohito and War**. Honolulu, Editora da Universidade do Havaí. 1998.

WILLIAMS. *Dieta Nacional*. SCAP/GS Report. **Political Reorientation of Japan: September, 1945 to September, 1948**. US Government Printing Office, 1949. Reimpressão: Editora Greenwood, 1970.

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.